

*História  
Econômica  
&  
História de  
Empresas*

ISSN 1519-3314

v. 27 | n. 3

set.-dez. | 2024



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

### **Diretoria (2023-2025)**

**PRESIDENTA:** Cláudia Alessandra Tessari (UNIFESP)

**VICE-PRESIDENTA:** Milena Fernandes de Oliveira (UNICAMP)

**PRIMEIRA-SECRETÁRIA:** Renata Bianconi (UNIFAL)

**SEGUNDO-SECRETÁRIO:** Nelson Mendes Cantarino (UNICAMP)

**PRIMEIRO-TESOUREIRO:** Julio Cesar Zorzenon Costa (UNIFESP)

**SEGUNDA-TESOUREIRA:** Maísa Faleiros da Cunha (UNICAMP)

### **Conselho de representantes**

**REGIÃO CENTRO-OESTE:** Fernando Tadeu de Miranda Borges (UFMT) e Déborah Oliveira Martins dos Reis (UnB); suplente: Caroline Gonçalves (UFMS)

**REGIÃO NORDESTE:** Glaudionor Gomes Barbosa (UFPE) e Idelma Aparecida Ferreira Novais; suplente: Augusto Fagundes da Silva dos Santos (UEFS)

**REGIÃO NORTE:** Siméia de Nazaré Lopes (UFPA) e Leila Mourão Lopes (UFPA); suplente: Danilo Araujo Fernandes (UFPA)

**REGIÃO SÃO PAULO:** Milena Fernandes de Oliveira (UNICAMP) e Guilherme Grandi (USP); suplente: Janaína Fernanda Battahin (UNESP)

**REGIÃO SUDESTE:** Rita de Cássia da Silva Almico (UFF) e Pérola Maria Goldfeder e Castro (UFOP/UEMG); suplente: Vitória Fernanda Schettini (UNIVERSO)

**REGIÃO SUL:** Fábio Faria de Moraes (CIASC) e Talita Alves de Messias (UNISINOS); suplente: Valter Lenine Fernandes (IFSUL, UFRGS)

De acordo com os Estatutos, também fazem parte do Conselho os ex-presidentes da ABPHE: Luiz Carlos Soares (1997-1999), Wilson Suzigan (2001-2003), João Antonio de Paula (2003-2005), Carlos Gabriel Guimarães (2005-2007), Josué Modesto dos Passos Subrinho (2007-2009), Pedro Paulo Zahluth Bastos (2009-2011), Armando João Dalla Costa (2011-2013), Ângelo Alves Carrara (2013-2015), Alexandre Macchione Saes (2015-2017), Luiz Fernando Saraiva (2017-2019), Alcides Goularti Filho (2019-2021) e Bruno Aidar (2021-2023).

### **História Econômica & História de Empresas**

#### **EQUIPE EDITORIAL**

Fabio Moraes (USP)

Ivan Colangelo Salomão (USP)

Marcos Taroco Resende (UFMG)

Rafael Galvão de Almeida (UFMG)

Revisão de texto: Jeferson Mello Rocha

Editoração eletrônica: Eva Maria Maschio

*História  
Econômica  
&  
História de  
Empresas*

ISSN 1519-3314

v. 27 | n. 3

set.-dez. | 2024



[www.hehe.org.br](http://www.hehe.org.br) | [hehe.abphe@gmail.com](mailto:hehe.abphe@gmail.com)

---

História Econômica & História de Empresas / Associação  
Brasileira de Pesquisadores em História Econômica – v.3  
São Paulo: ABPHE, 1998-  
Quadrimestral  
ISSN 1519-3314

---

## Sumário

- 609 Entre regionalismos, nacionalismos e globalização: panorama e contribuições à historiografia da imigração alemã no Brasil (1824-2024)  
*Bruno Gabriel Witzel de Souza e Miqueias Henrique Mügge*
- 654 Migrações alemãs para o Brasil em perspectiva global: tendências e novos caminhos  
*Jack H. Guenther*
- 683 Os significados da restrição: o *Rescrito de Heydt* de 1859 e as migrações alemãs para o Brasil  
*José Juan Pérez Meléndez*
- 719 Comerciantes alemães, bancos e café no Brasil da *Belle Époque*  
*Wilfried Kisling*
- 749 Os crimes de *Wursten & Companhia*: empreendedores escravistas de língua alemã no Brasil (1808-1888)  
*André Nicacio Lima*
- 786 Complementares e excludentes: diálogos sobre imigração alemã e escravidão (Rio Grande do Sul e São Paulo)  
*Karl Monsma e Marcos Antônio Witt*
- 829 Parceiros, pequenos proprietários e diaristas: migrantes e imigrantes de língua alemã nas províncias de Santa Catarina e Espírito Santo (1840-1860)  
*Luiz Mateus da Silva Ferreira*
- 869 Memórias da migração e do trabalho: três mulheres alemãs no Brasil (1880-1920)  
*Karen Macknow Lisboa*
- 900 A colonização agrária prusso-alemã no Brasil meridional: o *Urwald* e as mudanças socioecológicas na Mata Atlântica (século XIX)  
*Eduardo Relly*
- 938 Resenha bibliográfica  
*Ignacio Barranquero*
- 943 Resenha bibliográfica  
*Rafael Galvão de Almeida*
- 949 Homenagem – Pronunciamento por ocasião da cerimônia de outorga do título de Professor Emérito  
*Wilson Suzigan*

## Table of contents

- 609 Between regionalisms, nationalisms, and globalization: overview and contributions to the historiography on German immigration to Brazil (1824-2024)  
*Bruno Gabriel Witzel de Souza and Miqueias Henrique Mügge*
- 654 German migration to Brazil in global perspective: trends & new directions  
*Jack H. Guenther*
- 683 The meanings of restriction: the *Heydt Rescript* of 1859 and German migrations to Brazil  
*José Juan Pérez Meléndez*
- 719 German merchants, banks, and coffee in *Belle Époque* Brazil  
*Wilfried Kisling*
- 749 The crimes of *Wursten & Company*: German-speaking slaveholding entrepreneurs in Brazil (1808-1888)  
*André Nicacio Lima*
- 786 Complementary and exclusionary: dialogues on German immigration and slavery (Rio Grande do Sul and São Paulo)  
*Karl Monsma and Marcos Antônio Witt*
- 829 Sharecropping, small farmers and day laborers: German-speaking migrants and immigrants in the Provinces of Santa Catarina and Espírito Santo (1840-1860)  
*Luiz Mateus da Silva Ferreira*
- 869 Memories of migration and work: three German women in Brazil (1880-1920)  
*Karen Macknow Lisboa*
- 900 The German-Prussian agrarian colonization in Southern Brazil: *Urwald* and socioecological changes in the Atlantic Rainforest (19<sup>th</sup> Century)  
*Eduardo Relly*
- 938 Book Review  
*Ignacio Barranquero*
- 943 Book Review  
*Rafael Galvão de Almeida*
- 949 Tribute  
*Wilson Suzigan*



# Entre regionalismos, nacionalismos e globalização: panorama e contribuições à historiografia da imigração alemã no Brasil (1824-2024)\*

*Between regionalisms, nationalisms, and globalization: overview and contributions to the historiography on German immigration to Brazil (1824-2024)*

Bruno Gabriel Witzel de Souza e Miqueias Henrique Mügge\*\*

Nas duas primeiras décadas do século XXI abundam os bicentenários relacionados à consolidação do estado nacional brasileiro e de suas instituições, no pós-independência. São várias as efemérides que dão ensejo para revisitarmos temas relevantes à formação econômica e social do Brasil. Dentre elas está a o bicentenário da imigração alemã para o Brasil, tendo por marco histórico a fundação da Colônia de São Leopoldo (RS), em 25 de julho de 1824.<sup>1</sup>

Alguns leitores talvez ressalvem que o Império Alemão ainda necessitaria de quase cinco décadas para unificar seu território nacional, ou que os fluxos de pessoas, bens, capital e tecnologia entre os Estados Alemães,

\* DOI: 10.29182/hehe.v27i3.1031

A edição acadêmica deste dossiê contou com o financiamento do DAAD-PRIME 2022-2024 e com o apoio do Brazil LAB, da Universidade de Princeton. Bruno Witzel de Souza agradece o apoio da Universidade de Tübingen e UCLA, onde o trabalho editorial foi executado. Os editores agradecem ainda o suporte da ABPHE e o amplo apoio de Ivan Salomão, assim como os comentários de Leonardo Santin Gardenal, de Marcos Witt e de participantes do *XII Encontro de Pós-graduação em História Econômica e 10ª Conferência Internacional de História Econômica* (Ouro Preto) e do *Seminário Internacional História das migrações no contexto dos 200 anos de migrações alemãs para o Brasil / XXV Simpósio de História da Imigração e Colonização* (São Leopoldo).

\*\* Respectivamente: (1) Pesquisador associado pós-doutorando do Instituto de História Econômica & Social, Universidade de Göttingen | ORCID: 0000-0003-4792-4967 | E-mail: bruno.witzel@wiwi.uni-goettingen.de | (2) Pesquisador associado e coordenador de pesquisas acadêmicas do Brazil LAB, Universidade de Princeton | ORCID: 0000-0003-0133-6844 | E-mail: mmugge@princeton.edu

<sup>1</sup> Vide “Agenda Alemã no Brasil”: <<https://agendaalema.org.br/>> (último acesso em 18 de novembro de 2024).



a Península Ibérica e o território brasileiro datam desde o primeiro momento da conquista portuguesa. Em outras palavras, o marco inicial da imigração alemã poderia ser colocado (muito) além ou aquém de 1824. Esses leitores estarão em boa companhia, precedidos que foram pela observação de Giralda Seyferth (2011, p. 342) de que o primeiro núcleo rural para assentamento de camponeses alemães no Brasil foi de fato a Colônia Leopoldina. Fundada no sul da Bahia ainda em 1818 pelo naturalista alemão Georg W. Freyreiss, esta colônia privada rapidamente converteu-se em latifúndios escravocratas, sendo os motivos exatos do declínio dos pequenos proprietários um tema ainda em aberto (Freyreiss, 1824; Oberacker Jr., 1968, p. 209 e Fouquet, 1974, p. 57, *apud* Seyferth, 2011; Miki, 2018).

Apesar dessas potenciais críticas, a fundação de São Leopoldo (RS) permanece simbólica, justificando as comemorações culturais e diplomáticas de 2024. Primeiro, porque a fundação deste núcleo colonial e o engajamento de imigrantes nos Estados Alemães confundem-se com a formação do Estado nacional brasileiro. Como demonstrou Carlos Oberacker Jr. (1975), no cerne da iniciativa para o recrutamento de colonos que fundaram São Leopoldo residia uma preocupação militar. Para consolidar o novo império, era necessário dar conta de sua defesa. A historiografia recente tem se somado a Oberacker Jr. e mostrado que a fundação das colônias alemãs no Rio Grande do Sul foi resultado mais de uma mudança geopolítica nos anos 1822-1824 que um plano arquitetado com tal preocupação desde sua concepção. Ademais, a atuação de Schäffer e dos primeiros diplomatas brasileiros na Europa revelam intensa preocupação do Brasil em estabelecer-se como um império de fato, imitando e adaptando repertórios políticos de ocupação de fronteiras levadas a cabo por outros impérios, em especial o austríaco, o inglês e o russo (Lemos, 2013; Mügge, 2022; 2024). Em segundo lugar, porque São Leopoldo constitui um caso de sucesso institucional e econômico: um núcleo colonial em que o objetivo das políticas de assentamento de pequenos proprietários foi alcançado de modo geral (Carvalho Filho; Monasterio, 2012); uma região que se beneficiou historicamente da produção agrícola e manufatureira introduzidas e/ou ampliadas por imigrantes alemães (Willems, 1942, p. 75-77; Amado, [1977] 2002; Bender, 2007; Witt, 2014); e um município que hoje desfruta de bem-estar econômico



e social relativamente altos, parte do qual atribuível a estruturas institucionais, organizacionais e culturais estabelecidas por gerações anteriores.<sup>2</sup>

Ao mesmo tempo, a historiografia mais recente tem demonstrado que o estudo dos núcleos coloniais – São Leopoldo, em particular – e da imigração dos povos de língua alemã no Brasil têm muito a ganhar se colocados em contextos amplos, com menos enfoque nas suas excepcionalidades. Em particular, essa perspectiva historiográfica salienta que a história e desenvolvimento de colônias de camponeses estrangeiros, fundadas pela iniciativa pública ou privada, podem ser melhor compreendidos se colocados em diálogo com os trabalhos sobre o Brasil latifundiário e escravocrata do século XIX (Tramontini, 2000; Seyferth, 2011; Staudt Moreira; Mügge, 2014; Schulze, 2015; Relly, 2016; Gregory, 2024).

O presente dossiê considera essas duas perspectivas historiográficas igualmente corretas e busca demonstrar que inexiste uma contradição entre elas. A imigração dos povos de língua alemã para o Brasil tem aspectos inquestionavelmente extraordinários, como o alto nível de capital humano médio dos imigrantes, sua alteridade cultural e a estrutura fundiária na qual muitos estiveram inseridos. Ao mesmo tempo, esses imigrantes não só compuseram ondas imigratórias mais amplas na economia Atlântica, como também estiveram sujeitos às influências culturais e aparatos institucionais do país de destino, que muito lhes moldou e, principalmente, a seus descendentes.

O objetivo deste dossiê é, portanto, introduzir novos leitores à bibliografia sobre a imigração alemã no Brasil e contribuir para ela com três propostas.

A primeira é enfatizar agentes e relações históricas que receberam menor atenção da vasta e rica historiografia clássica. Embora a concepção dos núcleos rurais alemães como “quistos étnicos” tenha sido há muito superada, as lacunas ainda são grandes nas tentativas de reconstruir relações familiares, de gênero e interétnicas de múltiplas gerações de imigrantes e de seus descendentes. Particularmente disputada é a prevalência da propriedade de escravos entre imigrantes de língua alemã, sobretudo nos

---

<sup>2</sup> Dos 5.565 municípios brasileiros com IDH-M em 2010, São Leopoldo ocupava a 795ª posição. Seu IDH-M de 0,74 é igual à média do estado do Espírito Santo e pouco aquém da gaúcha (0,76) (<<http://www.atlasbrasil.org.br/>> e <<https://www.undp.org/pt/brazil/idhm-municipios-2010>>, último acesso em 17 de outubro de 2024).

núcleos coloniais, e das relações interétnicas que emergiram na sociedade escravista. Esta abordagem não implica, contudo, qualquer ruptura historiográfica. Pelo contrário: embora algumas visões clássicas tenham se mostrado datadas e outras poucas, politicamente motivadas, o panorama bibliográfico que traçamos deixa claro que este dossiê é mais um elo numa cadeia de grande continuidade. Em especial, historiadores clássicos, como Carlos Oberacker Jr., Jean Roche e Friedrich Sommer, e gigantes da etnografia brasileira, como Emílio Willems e Giralda Seyferth, nunca hesitaram em salientar o aspecto global da imigração alemã, traçar paralelos regionais e refletir sobre o papel de vários grupos étnicos na formação das identidades teuto-brasileiras e “brasileiro-alemãs”.

Analogamente, a segunda proposta é enfatizar o caráter global da imigração dos povos de língua alemã no Brasil. As histórias dos vários núcleos coloniais, das zonas de imigração e das muitas ondas imigratórias que se estenderam de 1824 a 1927 devem ser compreendidas como episódios relacionados entre si no contexto da Era das Migrações em Massa. Igualmente, estudos das políticas imigrantistas e de medidas institucionais correlatas (como a organização do trabalho não-escravo e do acesso à propriedade fundiária) têm muito a ganhar se abordados no contexto da inserção diplomática e econômica do Brasil na Primeira Onda de Globalização.

Finalmente, a terceira proposta é estimular novos estudos comparativos sobre a imigração alemã em diversas regiões brasileiras, de modo a estebelecer pontes entre duas outras orientações historiográficas. Uma delas, mais clássica, salienta as excepcionalidades das regiões brasileiras com maior prevalência de pequenas propriedades camponesas de imigrantes europeus, sobretudo no Sul do país. Esta abordagem forneceu marcos historiográficos muito úteis para o estudo da colonização estrangeira no Brasil, promovendo avanços substanciais em análises regionais e levantando hipóteses apenas recentemente testadas sobre eventos históricos que ajudam a explicar a desigualdade regional brasileira. A outra orientação historiográfica, mais recente, tem levantado evidências sobre a homogeneidade institucional a que estiveram submetidos os estrangeiros no Brasil, sobretudo no que respeita à estrutura fundiária e à prevalência do regime escravista. Esses estudos salientam tanto a consolidação de instituições brasileiras supraregionais a que os imigrantes foram submetidos,

quanto a mobilidade de estrangeiros e de seus descendentes entre províncias/estados e entre diversas categorias socioeconômicas (colonos proprietários, trabalhadores rurais, manufatureiros urbanos, sitiantes fora de núcleos coloniais etc.)

## 1. Novas tônicas e enfoques para uma rica historiografia

Todo pesquisador da história da imigração para o Brasil terá compartilhado em algum momento da informada estupefação de Giralda Seyferth (1988) a respeito da desproporção entre o número de imigrantes de língua alemã no Brasil e a produção acadêmica sobre eles – isso sem contar trabalhos memorialísticos e de genealogia. Há várias razões para a vastidão desta bibliografia: abundância de fontes primárias; existência de associações culturais que preservaram memórias de um grupo imigrante minoritário;<sup>3</sup> suas contribuições para a economia, cultura e ciência brasileiras, documentadas por observadores contemporâneos e/ou por publicações de jubileus diversos; respostas estruturadas à campanha de nacionalização da era Vargas; e, finalmente, um alto nível de capital humano, em média, o que levou à preservação de registros memoriais escritos.

Fugiria ao escopo desta introdução a tentativa de realizar um levantamento bibliográfico completo da história da imigração dos povos de língua alemã no Brasil. O público interessado encontrará em Seyferth (1988; 2002), Gertz *et al.* (2016/24), Kupfer (2021) e Witt (2022) alguns dos melhores esforços nesse sentido.<sup>4</sup> Ainda assim, de modo a situar a

<sup>3</sup> Destacam-se aqui o *Museu Histórico Visconde de São Leopoldo* (São Leopoldo); *Casa do Imigrante – Carl Weege* (Pomerode); *Museu da Família Colonial* (Blumenau); e o *Instituto Martius-Staden* (São Paulo).

<sup>4</sup> Vide também as comunicações dos *Simpósios de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul* (desde 1974) e o levantamento bibliográfico do *Anuário do Instituto Martius-Staden*. Destacam-se ainda os títulos da Editora Oikos (<https://oikoseditora.com.br/lancamentos>), especialmente os lançamentos e reedições do projeto “A caminho de 2024: migrações alemãs para o Brasil”: <https://oikoseditora.com.br/migracoes> (último acesso em 20 de novembro de 2024). Finalmente, até o fechamento desta edição, nós não conseguimos acesso aos seguintes artigos (*apud* Stein, 1960), que, no entanto, parecem-nos de interesse à história econômica: MAACK, R. Die deutsche Literatur ueber die deutsche Einwanderung und Siedlung in Sued Brasilien. In HANKE, L.; D’EÇA, R. (Orgs.). *Handbook of Latin American Studies*, v. 5, p. 399-417. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1938; e MARCHANT, A. N. de A. Writings in English, French, Italian and Portuguese concerning the German colonies in Southern Brazil. In HANKE, L.; D’EÇA, R. (Orgs.). *Handbook of Latin American Studies*, v. 5, p. 418-431, 1938. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1938.

contribuição do dossiê, esta seção fornece um esboço da evolução bibliográfica sobre a imigração e influência de alemães, suíços e austríacos no Brasil, focando-se em trabalhos de interesse mais imediato à história econômica e referindo-se tangencialmente a trabalhos em história social, política, regional e educacional sempre que conectados mais diretamente àquela.

A “pré-história” da bibliografia sobre os povos de língua alemã no Brasil compõe-se de relatos sobre a América Portuguesa publicados nos Estados Alemães. Desde as conquistas Ibéricas, emergiu na Europa Central um profundo interesse pelo Novo Mundo, como se vê na gênese desta literatura, com a descrição de Hans Staden (1557). Essa literatura descritiva do Além-Mar fortaleceu-se nos séculos XVII e XVIII, para o quê contribuíram as conquistas neerlandesas na América Portuguesa e a expansão do mercado livreiro na Europa (Zantop, 1997). O leitor interessado nessas perspectivas centro-europeias sobre América Portuguesa encontrará em Domschke *et al.* (2001) um de seus levantamentos mais completos.

No século XIX, a natureza dessa produção bibliográfica alterou-se substancialmente. Primeiro, pela popularização das descrições de viagem e expedições científicas na América do Sul – incluindo, dentre muitas outras, as de Alexander von Humboldt na América Espanhola, das Expedições Austríacas (inclusive de Carl F. P. von Martius e Johann B. von Spix), do Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied e de Georg H. von Langsdorff, na América Portuguesa / Brasil (Zantop, 1997; Lisboa, 2008; 2013; Finger; Kathöfer; Larkosh, 2015; Kupfer, 2021, p. 262-265). Em segundo lugar, pela mudança da posição relativa dos Estados Alemães frente ao território brasileiro após a Abertura dos Portos, com a intensificação de atividades comerciais bilaterais, instalação de companhias mercantis nos portos brasileiros e fundação das primeiras colônias rurais, privadas e públicas (Oberacker Jr, [1960] 2004; Lenz, 2008).

As missões do Major von Schäffer, que deram origem às Colônias de São Leopoldo, Três Forquilhas, Torres e São João (RS), Rio Negro (atual PR) e Santo Amaro (SP), iniciaram uma nova era naquela produção bibliográfica: a da informação e propaganda (positiva ou negativa) sobre o Brasil como *destino* para *imigrantes* (Roche, 1968; 1969; Oberacker Jr., 1975; Hunsche, 1975; 1977; Mügge, 2022).

Essa literatura informativa e/ou propagandística pode ser subdividida em três grandes grupos. O primeiro inclui obras de natureza oficial ou semioficial, com descrições das condições de vida e trabalho no Brasil, que visavam a convencer autoridades europeias do baixo risco do país para os imigrantes, apesar da escravidão africana e carência de liberdade religiosa. O próprio Major Schäffer publicou um livro sobre o Brasil “como império independente” (1824). Além disso, é possível encontrar relatos de ex-oficiais e soldados mercenários (entre eles Schlichthorst, 1829; Kerst, 1832; Seidler, 1835; Bösche, 1836) e memorandos oficiais e oficiosos publicados por autoridades diplomáticas brasileiras e europeias desde pelo menos a década de 1820.<sup>5</sup> No entanto, essas publicações tornaram-se mais elaboradas e frequentes a partir de 1840. A obra possivelmente mais influente foi a “Memória sobre os meios de promover a colonização”, de Miguel Calmon du Pin e Almeida, o Visconde de Abrantes (1846). Outros exemplos incluem memórias sobre províncias e núcleos coloniais. Essas notas oficiosas têm caráter informacional semelhante às comunicações diplomáticas, mas já se encaminham na direção da propaganda pró-imigração.<sup>6</sup> O segundo grupo inclui artigos e editoriais publicados nos jornais de emigração, que se tornaram lugar-comum nos Estados Alemães e na Confederação Helvética a partir da década de 1840. Incluem-se aqui periódicos de grande circulação, como o *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung* (alemão) e o *Der Colonist* (suíço).<sup>7</sup> Hoje fontes primárias essenciais, esses periódicos traziam informações detalhadas – embora, na maioria dos casos, propagandísticas – sobre os destinos de emigração. Papel predominante tinham as cartas enviadas por imigrantes a parentes e conterrâneos, publicados nestes periódicos (Alves, 2006; Silva Ferreira, 2024). Finalmente, o terceiro grupo inclui publicações dos próprios imigrantes. Indisputavelmente, a obra mais conhecida é a de Thomas Davatz (1858)

<sup>5</sup> Poderiam ser incluídos aqui também os apontamentos de Freyreiss (1824) e, em sentido mais amplo, toda a produção científico-tecnológica do Barão von Eschwege (vide Kupfer, 2021).

<sup>6</sup> São exemplares: “Comunicações concernentes à colônia alemã Dona Francisca [... em] Sta. Catharina” (1852) (vide Silva Ferreira, 2024); as publicações de Hermann Blumenau sobre a colonização privada e os livros de Gustav e Therese Stutzer (sobre os últimos, vide Lisboa, 2024); os trabalhos de Ottokar Dörffel e Carl von Koseritz; o libelo “A Colônia Senador Vergueiro”, de Charles Perret-Gentil (vide Heflinger Jr., 2009, p. 30-31, 34-41; Witzel de Souza, 2019, p. 103-104); e o controverso livro “O que Jorge conta sobre o Brasil” ([1863] 1966; a respeito, vide Witter, 1969).

<sup>7</sup> Edições digitalizadas, respectivamente, em <<https://zs.thulb.uni-jena.de> e <http://kbaargau.visual-library.de>> (último acesso em 20 de novembro de 2024).



sobre a *Revolta dos Parceiros* na fazenda Ibicaba e sua descrição das condições de vida e trabalho na lavoura paulista. Sua caracterização por Sérgio Buarque de Holanda como “livro de partido, mas também de boa fé” (1941, p. 35), reflete a natureza dessas publicações, de maneira mais geral: já não se tratam de memórias privadas, ou de missivas para um círculo fechado de amigos e parentes, e menos ainda do olhar maravilhado dos viajantes, mas de relatos em primeira mão de alemães, suíços e austríacos que tinham por meta radicar-se permanentemente no Brasil (Martins; Cohen, 2000; Cohen, 2001; Schallenmüller, 2021).

Esses trabalhos, cobrindo, de modo geral, as décadas de 1820 a 1860, encaravam a migração internacional como uma questão prática, envolvendo desde os imigrantes propriamente até engajadores, diretores de colônia, empregadores e reguladores políticos. A partir de fins da década de 1850 e, principalmente, na década de 1860, consolida-se uma literatura mais analítica. Robert C. Avé-Lallemant e Johann J. von Tschudi são marcos dessa mudança. Por um lado, esses autores ainda estavam perfeitamente alinhados com a produção bibliográfica da época, tanto por enquadrarem-se na literatura de viagens, quanto por tratarem dos aspectos político-diplomáticos da imigração. Por outro lado, exatamente por terem unificado esses dois gêneros, Avé-Lallemant e von Tschudi inauguraram uma nova etapa na produção bibliográfica sobre os povos de língua alemã no Brasil. Tratam-se de trabalhos cada vez mais analíticos, buscando fornecer panoramas objetivos e menos de “partido” ou “facção” (vide ainda Dreher, 2012).

Essa orientação crescentemente analítica ganhou corpo com a transformação do Brasil em objeto de interesse científico de geógrafos e historiadores alemães, sobretudo em fins do século XIX, no período de expansão da academia alemã e coleta sistemática de dados que informassem seu reposicionamento geopolítico, sobretudo na constituição de zonas de influência por meio da colonização informal.<sup>8</sup> Para o caso brasileiro, destaca-se neste período a liderança acadêmica de Johann E. Wappäus (1871) e as contribuições de Gottfried H. Handellmann (1860)<sup>9</sup>, Adalbert Jahn (1874), Henry Lange ([1882] 1885), Wilhelm Breitenbach (1887a; 1887b) e Karl Kaerger ([1889] 1892); obras de divulgação das “terras e

<sup>8</sup> Para uma revisão crítica e rejeição dessa tese, vide Willems (1942, especialmente p. 73 ff.)

<sup>9</sup> Obra dedicada ao Príncipe Adalberto da Prússia, que já em 1857 publicara o relato de sua viagem ao Brasil.



gentes” do Brasil, como, por exemplo, Oscar Canstaat (1877), Alfred Sellin (1885),<sup>10</sup> Moritz Schanz (1893) e Moritz Lamberg (1899);<sup>11</sup> e de propaganda do Império do Brasil, como na Exposição Universal de Viena (Brasil, 1873).

Observa-se na bibliografia sobre a imigração dos povos de língua alemã no Brasil, portanto, a mesma tendência que Bruno Witzel de Souza e Leonardo Santin Gardenal (2021, p. 20-21) identificaram na literatura sobre arranjos contratuais e relações trabalhistas durante a transição da escravidão.<sup>12</sup> O paralelo não surpreende, afinal alemães e suíços figuraram entre os principais trabalhadores sob o regime de parceria. No caso da literatura sobre a imigração, o que se vê é a gradual profissionalização científica desde a segunda metade do século XIX, transformando problemas de ordem prática em questões cada vez mais abstratas. O problema da imigração deixa de ser “para onde ir” e “o que levar nas malas” e passa a ser, gradualmente, “quem foram os imigrantes”, “por que vieram” e “o que trouxeram, não apenas nas malas, mas incorporados em si, como cultura e instituições”? O problema da colonização deixa de ser “como rotear a mata e o quê plantar, quando” e passa a ser, gradualmente, “qual a origem e evolução da colônia” e “quais seus impactos nas regiões onde se estabeleceram”?

Essa tendência à problematização acadêmica e sua separação de questões práticas consolidou-se, de maneira natural, com o fim da Era das Migrações em Massa. Naquele momento, a imigração alemã já era centenária e tornou-se objeto de pesquisa de duas linhas historiográficas. A primeira, de caráter cronista, objetiva preservar as identidades de um grupo etnolinguístico minoritário e descrever suas características.<sup>13</sup> A segunda, de caráter analítico, intenciona compreender as ondas migratórias para o Brasil a partir de temas mais amplos, como a transição da escravidão.

<sup>10</sup> Livro traduzido e editado para o português por Capistrano de Abreu, em 1888.

<sup>11</sup> Atente-se, inclusive, para a similitude dos títulos dos livros de Canstaat, Lamberg e Schanz.

<sup>12</sup> Para uma visão geral desta tendência, vide Stein (1960), que trabalha a temática da imigração nas páginas 260-265.

<sup>13</sup> Salientamos que a denominação “cronista” é puramente descritiva: de modo algum intencionamos diminuir a importância desta historiografia *vis-à-vis* àquela que chamamos de “analítica”. A diferença entre elas é de objetivos, não de qualidade.

Carlos Oberacker Jr. ([1960] 2004; 1967; 1968; 1975) e Carlos Fouquet (1974) estão os grandes expoentes da historiografia cronista, cujo objetivo principal foi coletar, sistematizar e resguardar a memória coletiva dos povos de língua alemã no Brasil. Ramos desta literatura, com origens mais ou menos independentes entre si, focaram-se nas comunidades de língua alemã em regiões específicas, sobretudo no Sul (Ficker, 1965; Roche, 1969;<sup>14</sup> Müller, 1984; Gertz, 1996; Hunsche; Astolfi, 2004) e Sudeste (em especial, Sommer, 1945).

Em grande medida, essa literatura memorialista deu continuidade e profissionalizou a tradição de publicação de artigos sobre a história dos alemães em almanaques, panfletos literários e jornais de língua alemã no Brasil.<sup>15</sup> Tornando-se guardião das memórias de um grupo, ela se focou na “[c]ontribuição teuta à formação da nação brasileira”, conforme o descreve o próprio título da obra de fôlego de Oberacker Jr. (1968). Esses autores e seus seguidores oscilaram entre estudos biográficos de grandes personalidades alemãs e austríacas radicadas no Brasil; micro-histórias de regiões colonizadas por imigrantes de língua alemã; e grandes narrativas de longa duração, focadas na continuidade da imigração alemã para o Brasil (vide ainda Bolle; Kupfer, 2013).

A outra linha historiográfica buscou compreender os processos históricos amplos nos quais se inseriram os episódios migratórios dos povos de língua alemã no Brasil.<sup>16</sup> De acordo com esta perspectiva, a fundação de núcleos coloniais deveria ser estudada à luz das políticas fundiárias do

<sup>14</sup> Vide ainda o trabalho do autor sobre a colonização alemã no ES (1968).

<sup>15</sup> Publicações comemorativas foram lugar-comum nas comunidades alemãs no Brasil. Além da miríade de publicações do primeiro centenário da imigração (vide, por exemplo, Associação das Sociedades Alemãs, 1924; Dedekind, 1924; *Festschrift*, 1924; Niederhut, 1924; Schäffer, 1924; Dreher; Mügge, 2023), têm-se panfletos relacionados a jubileus de diversas associações e firmas. Outro tipo de publicação, de circulação mais ampla, foram os almanaques, com ênfase para o Rortmund e o Uhle (Neumann, 2010). Uma terceira categoria inclui artigos históricos publicados em jornais de comunidades alemãs no Brasil. Nesse quesito, vide a produção de e sobre Karl von Koseritz (Gertz, 1999; Grützmann, 2007; 2000; 2017; Weizenmann, 2015), o projeto *DPB.Digital – Imprensa de Língua Alemã no Brasil* (<<https://dokumente.ufpr.br/pt-br/dbpdigital.html>>) e jornais de língua alemã na *Biblioteca Digital da UNESP*: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/communities/69eaaa2e-c665-49f6-8908-450413e9a28b>>. Finalmente, uma fonte ainda praticamente inexplorada em história econômica são as obras literárias de autores/as nas colônias de língua alemã. A respeito, vide Neumann (2003; 2017) e o grupo de pesquisa *Relações Linguísticas e Literárias Brasil – Países de Língua Alemã* (<<https://www.rellibra.com.br/>>). (Último acesso às páginas referidas em 20 de novembro de 2024).

<sup>16</sup> Para uma abordagem sociológica recente, vide Monsma (2022).

Império e da I República; e a contratação de alemães e suíços para a grande lavoura, no contexto da transição da escravidão.<sup>17</sup>

As linhas gerais dessa proposta acadêmica já se encontravam delineadas no preâmbulo da primeira tradução para o português do livro de Davatz, quando Rubens B. de Moraes (1941, p. 1) criticou: “[o] que se tem escrito até agora não passa de narração. Não se estudou ainda o aspecto social e económico do acontecimento de maior importância na história paulista [*i.e.* a imigração]”. Para remediar a situação, far-se-ia necessário – e o prefácio de Sérgio Buarque de Holanda fê-lo brilhantemente – diferenciar colonos campesinos de trabalhadores agrícolas. As pesquisas das duas décadas subsequentes levaram, então, ao cânone da *História Geral da Civilização Brasileira* (Tomo II, Volume 5), na qual, de um lado, Carlos Oberacker Jr. ([1960] 2004) e Frank Goldman ([1960] 2004) enfatizaram os núcleos coloniais públicos e privados de alemães e norte-americanos; e, de outro, Emília Viotti da Costa ([1960] 2004) e Sérgio Buarque de Holanda ([1960] 2004)<sup>18</sup> focaram-se nos trabalhadores estrangeiros, sobretudo de língua alemã, como parte da transição da escravidão.<sup>19</sup>

Esta abordagem garantiu um papel de preeminência, na história econômica, à presença alemã entre os trabalhadores não-cativos na cafeicultura, sobretudo paulista. Portanto, a história do trabalho livre no Brasil passou a abordar, necessariamente, os episódios da imigração alemã e suíça durante a transição da escravidão, com análises de contratos, relações trabalhistas e mudanças institucionais desde meados do século XIX (Dean, 1977; Witter, 1982; Stolcke; Hall, 1983; Lamounier, 1986; Viotti da Costa, 1998, Corrêa do Lago, 2014). A abundância de fontes e a própria publicação de Davatz forneceram motivação e material empírico para essas pesquisas. O tema, hoje clássico, foi reavivado pelos documentos primários inéditos publicados por José Eduardo Heflinger Jr. (em especial 2007; 2009), que ensejaram releituras daqueles episódios e a possibilidade

<sup>17</sup> Essa esquematização deve, necessariamente, ser complementada pelos trabalhos de Etnologia e Antropologia de alemães e sobre alemães no Brasil, sobretudo os de Egon Schaden, Emílio Willems e Giralda Seyferth.

<sup>18</sup> O capítulo de Buarque de Holanda ([1960] 2004) baseia-se em larga medida no prefácio de 1941.

<sup>19</sup> Paula Beiguelman, Theresa S. Petrone e Octavio Ianni também poderiam ser listados no segundo grupo, embora a primeira tenha se focado nos aspectos políticos da transição e os dois últimos, na migração em massa.

de testar empiricamente algumas proposições da literatura clássica (Witzel de Souza, 2012; 2024; Gonçalves, 2014; 2017; Nogueról, 2016). Finalmente, ao criarem o primeiro arquivo histórico na fazenda Ibicaba, Bruno Witzel de Souza e Leonardo Santin Gardenal forneceram vasta (e ainda praticamente inexplorada) fonte de microdados para o estudo da imigração, inclusive alemã e suíça, e das condições de vida e trabalho no Brasil.<sup>20</sup>

Outra linha de pesquisa com longa tradição na história econômica – e cujas origens acadêmicas podem ser traçadas também ao prefácio de Buarque de Holanda – é a da relação entre imigração alemã e industrialização. Sua vertente mais antiga aborda o impacto que a imigração de alemães e suíços teve na diversificação estrutural da economia brasileira, principalmente na introdução de proto-indústrias e adensamento da produção manufatureira nas regiões de colonização (Mamigonian, 1965; Hering, 1987; Argollo Ferrão, 1999; Tramontini, 2000; Bender, 2007; Witt, 2014).<sup>21</sup> Outra vertente aborda a influência que o capital mercantil, industrial e financeiro alemão tiveram no Brasil durante o Novo Imperialismo, sobretudo em competição com o capital britânico. Destacam-se aqui os estudos sobre a influência do capital alemão na importação de novas tecnologias para o Brasil (Marson, 2012; Assis; Marson, 2020); a presença de firmas alemãs entre as companhias de navegação, agenciamento de imigrantes e exportação de café (Lenz, 2008; Bosenbecker; Monsma, 2018; Silva Ferreira, 2020; Pereira da Silva, 2023); e os reposicionamentos diplomáticos resultantes do avanço da presença alemã no comércio brasileiro até 1942 (Bruzzi Curi; Lima; Pereira, 2019; Pons Agnelli, 2023).<sup>22</sup> Finalmente, relacionada a estes debates está a literatura recente sobre a influência do pensamento alemão na industrialização brasileira. Destacam-se aqui os trabalhos de Luiz Bruzzi Curi, principalmente o livro “*Nationalökonomie nos trópicos – Pensamento econômico alemão no Brasil (1889-1945)*”, que analisa a influência da Escola Historicista Alemã sobre o pensamento econômico brasileiro desde pelo menos o Encilhamento.

<sup>20</sup> O acervo digital do projeto “*Labor, livelihood, and immigration in a Brazilian plantation: the archives of Ibicaba farm*” está disponível em <<https://meap.library.ucla.edu/projects/ibicaba-farm/>> (último acesso em 20 de novembro de 2024).

<sup>21</sup> Vide ainda os trabalhos publicados nos *Anuários do Instituto Martius-Staden* (Kupfer, 2021).

<sup>22</sup> Para uma abordagem em história política, vide Dietrich; Bisan Alves; Perazzo; Tucci Carneiro (1997), Perazzo (1999), Dietrich (2007) e Bovo (2019), além dos clássicos de Gertz (1987; 1998) e Dietrich; Alves (1997).

Finalmente, os povos de língua alemã e seus descendentes figuram destacadamente na literatura que avalia os diferenciais de renda e desenvolvimento humano no Brasil. Karl Monsma (2010) está entre os pioneiros na quantificação da performance socioeconômica de diferentes grupos etnolinguísticos. Utilizando microdados do censo municipal de São Carlos (SP) de 1907, o autor demonstrou que grupos imigratórios mais antigos no Oeste Velho de São Paulo – portugueses e alemães – tinham maior probabilidade de tornarem-se proprietários de terra (p. 524-525). André Lanza (2021a, p. 149-156; 2021b) chegou a conclusões semelhantes para o estado de São Paulo como um todo, em 1905 e 1920. Já Leonardo Monasterio tem usado microdados para traçar a performance socioeconômica de indivíduos de diversas origens ancestrais, sobretudo na população sul-riograndense. Monasterio e Lopes (2018), Ehrl e Monasterio (2020), e Lopes, Silva Filho e Monasterio (2024) confirmam a performance comparativamente alta de descendentes de alemães em indicadores de renda e desenvolvimento humano, a maioria atribuível à persistência intergeracional de um elevado nível de capital humano. Renato Colistete (2016, p. 107-112, 230-241; 2019), por sua vez, estabeleceu uma sólida ponte entre a vasta história da educação no Brasil e a imigração.<sup>23</sup> Trabalhos subsequentes salientaram a relação positiva e persistente, no longo-prazo, entre imigração, acumulação de capital humano e indicadores de renda e saúde (Carvalho Filho; Colistete, 2010; Stolz; Baten; Botelho, 2013; Rocha; Ferraz; Soares, 2017).<sup>24</sup> Carvalho Filho e Monasterio (2012) salientam, inclusive, que a proximidade geográfica com as colônias alemãs do Rio Grande do Sul está associada a um nível menor de desigualdade de renda. Finalmente, Witzel de Souza (2018) mostrou que as escolas alemãs em São Paulo tiveram um impacto positivo de médio-prazo, mas que a persistência educacional de longo-prazo se deu apenas indiretamente, por meio escolarização pública.

<sup>23</sup> A história da educação alemã e suíça no Brasil é imensa (vide Kreutz, 1994; Bezerra, 2007). Em linhas gerais, esta literatura divide-se em estudos monográficos de escolas associativas (*e.g.* Grininger, 1991; Bezerra, 2001; Silva Varolo; Ribeiro; Félix, 2015); e a relação entre nativismo, nacionalismo e educação estrangeira (*e.g.* Santos Nobre, 2004; Arendt, 2008). Relacionados a elas estão estudos monográficos das comunidades de língua alemã sob uma abordagem regionalista (*e.g.* Zenna, 1950; Karastojanov, 1998; Siriani, 2003).

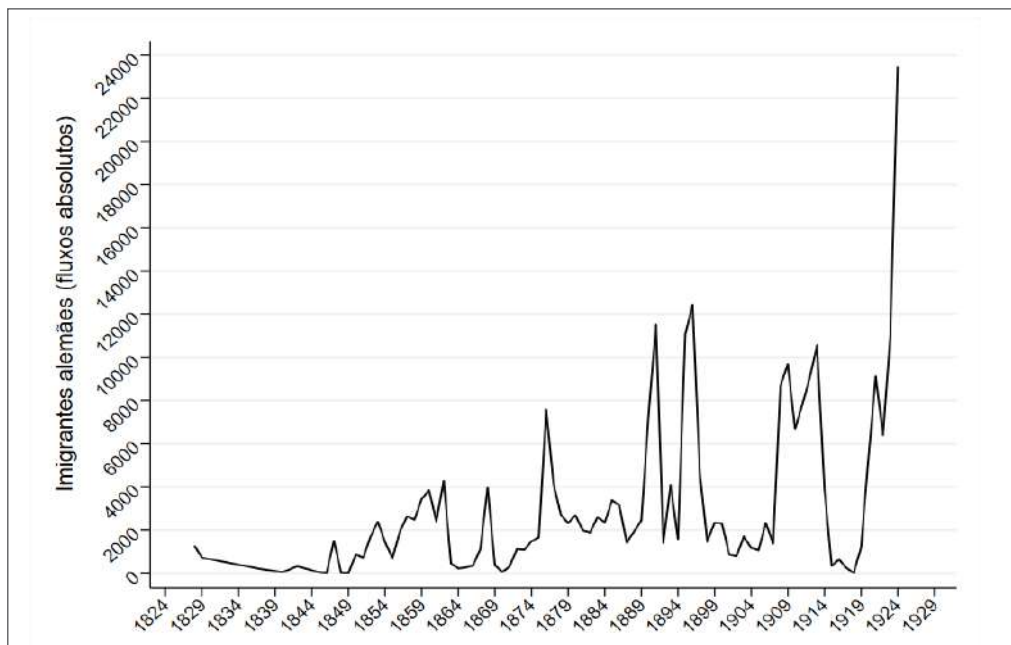
<sup>24</sup> Musacchio; Fritscher; Viarengo (2014), contudo, não encontraram qualquer efeito da imigração em si.



## 2. O aspecto global da imigração dos povos de língua alemã no Brasil

A Figura 01 fornece uma estimativa dos fluxos imigratórios dos povos de língua alemã no Brasil entre 1824 e 1929/30, a partir dos dados de Willcox e Ferenczi (1929). Essa fonte certamente subestima o número de alemães no Brasil; é simbólico, por exemplo, que os pioneiros de São Leopoldo tenham sido classificados não como alemães, mas na categoria “*Other, including Brazilian[s]*” (p. 549, 557).<sup>25</sup> No entanto, esse viés negativo é parcialmente contrabalançado pelo fato de os fluxos serem absolutos, não descontando, portanto, a migração de retorno ou as saídas do território brasileiro. Ademais, a perspectiva de longo-prazo fornecida por esses dados permite-nos visualizar concisamente as duas principais características da imigração dos povos de língua alemã no Brasil: sua precedência histórica sobre outros europeus (excetuando-se os portugueses, obviamente) e a continuidade das ondas imigratórias por mais de um século.

**Figura 01 – Imigração alemã (1824-1929):  
Fluxos absolutos (estimativas)**



Fonte: Compilado com os dados de Willcox e Ferenczi (1929).

<sup>25</sup> Ademais, os dados são de fluxos de imigrantes, não de estoques (ou de seus descendentes) na população.



A partir das levas organizadas pelo Estado brasileiro na década de 1820, de modo quase sempre crescente, observam-se ondas imigratórias sucessivas nas décadas de 1840-1850, em meados da década de 1860, no início da década de 1870, no imediato pós-abolição, nos anos iniciais da República e na explosão imigrantista do pós-I Guerra Mundial (doravante, “GM”). Cada uma dessas ondas imigratórias está correlacionada com eventos políticos e econômicos específicos, como a expansão das colônias de parceria brasileiras nas décadas de 1840 e 1850; as agitações revolucionárias de 1848 na Europa; as Guerras de Unificação Alemã, em 1864, 1866 e 1870-1871; as políticas sociais bismarckianas visando a conter a população economicamente ativa dentro das fronteiras do Império Alemão; as políticas brasileiras de fomento à imigração; os efeitos socioeconômicos da expansão da malha ferroviária europeia e brasileira etc.

Embora cruciais para a compreensão de cada onda imigratória em particular, essas explicações episódicas não dão conta (por não ser seu objetivo fazê-lo) de duas questões estruturais: por que a imigração alemã é tão antiga? E por que ela continuou a ocorrer em ondas sucessivas por mais de um século?

Responder a estas questões requer considerar a imigração dos povos de língua alemã no Brasil no contexto da Era das Migrações em Massa (vide Seyferth, 2011, p. 353). Esta abordagem global da imigração durante a Primeira Onda de Globalização tem fornecido o fundamento conceitual para três grandes linhas historiográficas, às quais este dossiê intenciona contribuir.

A primeira é o reconhecimento intuitivo de que as ondas imigratórias foram, simultaneamente, reflexo e causa do estreitamento de mercados que caracterizou a economia Atântica entre 1850 e 1913. Na história econômica brasileira, este reconhecimento deu-se, de maneira mais ou menos implícita, nos estudos sobre a influência comercial e financeira de alemães, suíços e austríacos no país (Marson, 2012; Bruzzi Curi; Lima; Pereira, 2019; Assis; Marson, 2020; Kisling, 2020; Pereira da Silva, 2023); e, na história política e social, em estudos dos fluxos de ideias e pessoas que condicionaram as políticas imigratórias brasileiras, sobretudo nos Estados Alemães (Gonçalves, 2014; 2021; Bosenbecker; Monsma, 2018; Silva Ferreira, 2020; Mügge, 2022; Pérez Meléndez, 2024a).

A segunda abordagem resulta de uma curiosa convergência de pers-

pectivas entre historiadores e economistas. Em um ensaio seminal sobre a história da imigração, Frank Thistlethwaite salientara, já em 1960, a necessidade de “levantar os véus de sal” que obscurecem os estudos da migração entre as duas costas do Atlântico. O historiador propôs a urgência de considerar-se os aspectos multilaterais das migrações internacionais, ao invés de estudar pontualmente regiões de origem ou de destino, exclusivamente. Em paralelo, originalmente proposta por historiadores econômicos, a chamada “hipótese do ciclo de vida das migrações” (*migration life cycle hypothesis*) teve boa acolhida no círculo mais amplo da Economia das Migrações (Hatton; Williamson, 1992; 2009; Hatton, 2014). A referida hipótese é, na realidade, um modelo teórico que explica a história migratória entre duas localidades a partir de um conjunto homogêneo de variáveis demográficas e econômicas, e que segue fases claras de ascensão, maturação e declínio. Ao fim e ao cabo, a maturidade dos fluxos migratórios está necessariamente vinculada à completude da transição demográfica nas regiões de origem e à convergência na remuneração dos fatores entre as duas regiões (O’Rourke; Taylor; Williamson, 1996). Em outras palavras, os processos migratórios *são* a própria globalização – e, por conseguinte, a Era das Migrações em Massa é uma faceta da Primeira Onda de Globalização (O’Rourke; Williamson, 1999).

Finalmente, a terceira abordagem dos condicionantes globais da imigração surgiu como reação a uma tendência da historiografia que data principalmente da primeira metade do século XX. Ainda que sob orientações ideológicas e geopolíticas abissalmente distintas, o Império Alemão, a República de Weimar e o III Reich buscaram cooptar as populações de origem alemã no estrangeiro em prol de seus interesses nacionais.<sup>26</sup> Isso levou a frequentes tentativas de homogeneizar os “alemães no estrangeiro”, os assim chamados *Auslandsdeutsche*. Combinadas a um processo de assimilação natural,<sup>27</sup> essas tentativas de homogeneização – inicialmente cômicas de suas metas políticas –, vieram depois a iludir alguns trabalhos

<sup>26</sup> Processo acelerado também pelos países de destino, que visavam aculturar (não raramente, violentamente), os imigrantes no crepúsculo da Era das Migrações em Massa, com o Brasil não sendo exceção (Bisan Alves, 2006).

<sup>27</sup> Sobretudo via matrimônios fora do grupo etnolinguístico (Schaden, 1959, p. 127-128; Willems, 1941, p. 809; Machado, 1997; Nadalin, 2007); e integração natural em mercados locais, tanto pelo empobrecimento, quanto enriquecimento da comunidade imigrante (vide as análises de Willems, 1941; 1942).

acadêmicos, que sistematicamente passaram a procurar *Auslandsdeutsche* em vários cantos do mundo de acordo com os interesses políticos da nação de origem e não com as experiências dos imigrantes em si (Penny, 2012; 2022; Schulze, 2015, p. 406).

Para o estudo dos alemães no Brasil, essa tendência homogeneizadora encontrou uma barreira nos estudos regionais e/ou passou a ser radicalmente revertida pelos novos direcionamentos da *História Global*.

A grande maioria dos trabalhos acadêmicos brasileiros sempre esteve muito cônica da diversidade dos imigrantes alemães radicados no país. Esta pluralidade foi o reflexo natural de sua precedência histórica e da continuidade de seus fluxos migratórios, os quais levaram à justaposição intergeracional de alemães com identidades culturais e afinidades políticas muito diversas entre si – e cujos estranhamentos aumentaram ao longo do tempo e por motivos geopolíticos, sobretudo após a Unificação do Império Alemão e a I-GM (Willems, 1944, p. 154; 1946, p. 130-131, 267-271; Rinke, 2017, cap. 4). Ademais, a distinção entre luteranos e católicos foi sempre muito relevante nas dinâmicas intraétnicas alemãs, inclusive fora da Europa Central (o trabalho seminal para o Brasil é Dreher, 1984). No Brasil, o aspecto confessional levou a rupturas de colônias pioneiras – como Três Forquilhas e Torres, no Rio Grande do Sul, e Santo Amaro e Itapeçerica, em São Paulo (Zenha, 1950; Siriani, 2003; 2005, p. 95; Witt, 2008); a espaços de convivência social distintos e a múltiplas orientações educacionais (Kreutz, 1994; 1998; 2005; Dreher, 2000; Arendt, 2008; Levien, 2011; Ramos, 2020). Igualmente importantes foram as distinções de origem. Aparte das óbvias diferenças entre alemães, de um lado, e austríacos e suíços, de outro, súditos de diversos Estados Alemães pré-1871 identificavam-se mais com suas regiões de origem que com o Império Wilhelmino, sobre o quê pesavam também variações dialetais (Altenhofen, 1996; Spinassé, 2008).<sup>28</sup>

Ademais, a *História Global* tem recentemente abordado a identidade cultural dos imigrantes para além da história política de suas regiões de origem. Para o caso dos alemães na América do Sul, é importante notar

<sup>28</sup> Vide Davatz ([1858] 1941, p. 40-59). Ao descrever a colônia, Davatz ([1858] 1941, p. 59) observou: “[...] suíços, alemães, turíngios e holsteínios (Assim distinguem entre si)” (Parênteses no original). A atitude de Davatz era, contudo, ambivalente, pois alemães e suíços foram frequentemente agrupados juntos em suas caracterizações morais, especialmente quando comparados a portugueses e brasileiros.

o pioneirismo de Walter Kamphoefner (2000). Em linha com a crítica de Thistlethwaite, seu artigo abordou a migração alemã no mundo Atlântico em perspectiva comparada, encarando a América do Sul como uma alternativa possível ao alemão da Era das Migrações em Massa. Em 2015, a revista da *German History Society* lançou o dossiê “*Germans and Brazilians*”, com a proposta de escrever uma história da imigração “desvinculada” dos projetos políticos das nações dos imigrantes (Penny, 2015).<sup>29</sup> Essa temática e sua cobertura geográfica foram expandidas por Glenn Penny no livro *German History Unbound* (2022), sob a tese de que a história dos alemães não é a história dos Estados nacionais alemães. Pelo contrário, comunidades de língua alemã fora das unidades estatais alemãs tiveram dinâmicas históricas próprias que merecem ser estudadas por si, independentemente das visões estatizantes que buscaram impor-se sobre elas *a posteriori*.<sup>30</sup>

### 3. Regionalismos na unidade institucional brasileira

As iluminuras que abrem os capítulos da visita de Johann J. von Tschudi às “Colônias de parceria” (*Parceriecolonien*, p. 220), em São Paulo, e às “Colônias” (*Colonien*, p. 337), em Santa Catarina, em 1860 e 1861, respectivamente, fornecem a ilustração ideal para a terceira proposta deste dossiê: as diferenças regionais nas políticas de imigração e colonização foram substanciais, mas, ao mesmo tempo, existe um profundo substrato institucional que as unifica.

<sup>29</sup> Cassidy estuda a retórica do *ethos* do trabalho alemão como oposto à indolência de brasileiros e portugueses sob a influência do regime escravista. Schulze e Goodman avaliam as continuidades e rupturas no conceito de “alemão no estrangeiro” depois da I-GM e II-GM em artigos que mostram as tentativas de diversos governos alemães de cooptar instituições fundadas por imigrantes. Frotscher avalia a transposição não apenas da “Germanidade” entre imigrantes, mas da própria identidade de “colonos” ao estudar refugiados Suábios do Danúbio estabelecidos em Entre Rios (PR) no pós-II-GM. Traçando um esboço biográfico de Hermann von Ihering, Ritz-Deutch mostra as mudanças institucionais pelas quais passou a visão sobre os estrangeiros no Brasil até a I República.

<sup>30</sup> Para um conceito precursor semelhante, vide Willems (1942, p. 74, 77-78) e Schaden (1959). Em continuidade, vide Guenther (2024) e Pérez Meléndez (2024b).





As personagens dessas duas iluminuras são fundamentalmente as mesmas e não se distinguem por posição econômica ou status social. Barbado e de chapéu, com calças listradas e larga camisa de serviço, o chefe de família tem feições semelhantes, embora esteja descalço na Colônia de Parceria. A mulher tem posição ativa no trabalho, mas, está curvada ao pai de família (vide Lisboa, 2024); seu avental branco é símbolo de trabalho: em Santa Catarina, como lavadeira; em São Paulo, como receptáculo do café. O *leitmotiv* das imagens, no entanto, difere substancialmente. Em Santa Catarina, o foco está na exuberância quase opressiva da mata ao redor da casa do colono, que, de madeira e taipa, é um símbolo de sua gradual conquista do ambiente. Ali, o homem carrega ao ombro o machado, que lhe permite domar o meio; a mulher executa as tarefas domésticas; e o filho, virado para o pai, apoia-se numa espingarda, para caça ou proteção no meio “selvagem” da *Urwald* (vide Relly, 2024). Em São Paulo, o foco de todas as personagens está no cafeeiro – representado mais como árvore que como arbusto –, para o qual todas as figuras se voltam. Não sendo símbolo da conquista do imigrante, a casa do teuto-paulista na fazenda está em segundo plano e, embora a imagem não o permita dizer com certeza, parece mais simples. Finalmente, diferentemente da família nuclear teuto-catarinense, tem-se na representação paulista uma família estendida.

Conforme visto na Seção I, a maior parte da literatura prática sobre a imigração no século XIX focou-se na primeira parte desta discussão: na similitude das famílias que buscavam novos destinos no estrangeiro. Já a literatura acadêmica que se seguiu, principalmente a partir da década de 1940, focou-se nas diferenças entre as regiões nas quais essas famílias se radicaram.

Inquestionavelmente, a distinção Sul-Sudeste no que concerne à imigração, principalmente à alemã, é historicamente correta. Seyferth (2011) mostra que as colônias vistas das linhas de uma picada eram completamente distintas daquelas observadas desde as ruas de um cafezal. Ademais, a abordagem regional forneceu sólido arcabouço conceitual para a história dos núcleos coloniais, dos bairros rurais e das aglomerações imigrantes no meio urbano, assim como das diversas associações fundadas por imigrantes nessas localidades. Finalmente, a distinção da política imigratória entre Sul e Sudeste levantou hipóteses apenas recentemente testadas sobre desigualdades regionais no Brasil. Não é exagerado dizer que toda a literatura recente a respeito do binômio imigração e desenvolvimento no Brasil faz uso das categorias propostas pela literatura clássica ou parte de premissas semelhantes sobre imigrantes em diversas regiões brasileiras.

Essas contribuições à parte, trabalhos recentes sobre a prevalência do regime escravista, organização do trabalho livre e estrutura fundiária têm revelado importantes similitudes nas experiências de imigrantes de língua alemã em diversas regiões brasileiras, sobretudo no Sul-Sudeste. Tais similitudes regionais explicam-se, primeiro, pela consolidação de instituições supra-regionais no Brasil independente, às quais os imigrantes foram submetidos (Willems, 1941, p. 809; Dreher, 1999; 2024; Tramontini, 2000; Christillino, 2004; Gans, 2004). Essa literatura salienta o impacto da escravidão e do latifúndio sobre as experiências de estrangeiros em diversas regiões brasileiras, inclusive naquelas geralmente caracterizadas como “imunes” a essas instituições e seus efeitos deletérios (Magalhães, 2003; Staudt Moreira; Mügge, 2014; Mota, 2021; Mügge, 2022). O espraiamento amplo dessas instituições, por sua vez, explica-se pelos interesses político-econômicos e pelas redes de compadrio estabelecidas entre as elites provinciais brasileiras, sobretudo em suas conexões diretas com o comércio internacional e, em diversos casos, com o próprio negócio da migração



internacional (Seyferth, 2011, p. 352;<sup>31</sup> Silva Ferreira, 2019; 2020; Gonçalves, 2021; Gregory, 2024; Pérez Meléndez, 2024a; Lima, 2024; Kisling, 2024). Em segundo lugar, tem ficado cada vez mais claro para a literatura acadêmica um fato que parece ter sido óbvio à experiência dos imigrantes: sua grande mobilidade espacial dentro do território brasileiro e, eventualmente, socioeconômica em seus ciclos de vida (Willems, 1941, p. 802-803; Siriani, 2005; Witzel de Souza, 2021; Biehl; Mügge, 2022; Lisboa, 2024).

A prevalência e extensão do regime escravista nas colônias de imigrantes alemães foi sempre motivo de intensos debates, tanto práticos – desde as legislações e manifestos de fundação de colônias no Rio Grande do Sul e Santa Catarina –, quanto acadêmicos (para uma revisão, vide Cassidy, 2015; Monsma; Witt, 2024). No entanto, foi a partir dos anos 2000 que os temas da presença de escravos nas colônias alemãs e das relações interétnicas entre imigrantes de língua alemã, teuto-brasileiros e negros recebeu enfoque mais aprofundado, consolidando o que se pode mesmo chamar de *Escola de UNISINOS*, dada a centralidade desta linha de pesquisa naquela instituição. Suas conclusões incontestes são de que o regime escravista teve um papel central na economia das colônias alemãs e de que os negros radicados nelas também tiveram uma influência socio-cultural substancial (Schefer Cardoso, 2005; Staudt Moreira; Mügge, 2014; Witt, 2014; Oliveira, 2018). Portanto, em linha com as conclusões de Cassidy (2015), a separação férrea entre *Deutschtum*, de um lado, e escravidão, de outro, sempre foi muito mais retórica que real.

Consequentemente, a concentração de renda e riqueza que caracterizam economias escravistas encontrou eco, mesmo que parcial, também nas colônias de imigrantes. Se, por um lado, a maior igualdade fundiária *dentro* das colônias no Sul do Brasil conduziu a um nível mais elevado de desenvolvimento no longo-prazo (Carvalho Filho; Monasterio, 2012; Stolz; Baten; Botelho, 2013), por outro, o nível geral de desigualdade não foi necessariamente afetado pela imigração. Silva Ferreira (2019) demonstrou que a concentração fundiária era exatamente tão alta em Santa Catarina – província por excelência da colonização alemã privada –, quanto em São Paulo em 1920 (Ginis de 0,77), e que, interessantemente, a concentração era ainda mais elevada no Rio Grande do Sul (0,80) e Pa-

<sup>31</sup> Para o caso mineiro, vide especialmente Seyferth (2011, p. 366-367, 375-376).

raná (0,81);<sup>32</sup> de todos os estados com substancial colonização alemã, apenas o Espírito Santo fornece um exemplo de sucesso no que concerne à pequena propriedade (0,57). De modo análogo, Lanza (2021a) demonstrou que o nível de desigualdade no acesso à terra entre estrangeiros em São Paulo tendia a ser maior, em média, que entre brasileiros, em 1905 e 1920. Ademais, nas duas primeiras décadas do século XX, alemães e austríacos tinham propriedades médias de 40 alqueires, correspondente a praticamente o dobro daquelas dos italianos (Lanza, 2021a, p. 153).

#### 4. Entre regionalismos, nacionalismos e globalização

Os artigos desse dossiê navegam, em suma, por um vasto mar de tinta, pontuado por ondas (às vezes tempestuosas) de regionalismos, nacionalismos e globalização.

A coleção é iniciada com o ensaio de Jack Guenther, que analisa as implicações que uma abordagem de “história desvinculada” de interesses nacionais têm para o futuro da historiografia da imigração, na Alemanha e no Brasil. Bastante relevante para uma reconceituação econômica dos processos migratórios, o ensaio avalia: (i) o conceito de nação e nacionalidade entre os imigrantes; (ii) o comércio internacional e sua relação com o conceito de nação; e (iii) o poder estatal e sua influência sobre o conceito de nação e comércio internacional.

Os artigos de Wilfried Kisling e de André N. Lima avançam essas abordagens globais.

Wilfried Kisling estuda a centralidade que o capital comercial e financeiro alemão tiveram na consolidação da posição brasileira no mercado mundial de café durante a *Belle Époque*. Ao analisar a inserção de mercado e as estratégias de longo-prazo da *Theodor Wille & Co.* e do *Brasilianische Bank für Deutschland*, seu artigo demonstra a ferrenha competição por mercados entre a Alemanha e a Inglaterra na Era dos Impérios.

O artigo de André N. Lima, por sua vez, foca-se na maneira pela qual essas conexões comerciais reforçaram as instituições escravistas no

---

<sup>32</sup> Willems (1946, p. 108-110) observa que a fundação de várias colônias privadas no RS em meados do século XIX resultou do loteamento de sesmarias incompatíveis com o latifúndio escravista. Traçar os paralelos desses processos com os das colônias oficiais de São Paulo no século XX parecem-nos uma linha de pesquisa promissora (tal qual intuído por Willems, 1941, nota de rodapé 1).

Brasil, inclusive de maneira ilegal. Salientando que o estudo de caso não foi exceção, mas a regra, o artigo aborda as redes domésticas e globais estabelecidas pelo comerciante suíço-alemão Rodolpho Wursten, figura central no comércio internacional do café de Santos e ilustrativa das conexões entre comércio internacional e emprego ilegal de escravizados.

Já o artigo de José Juan Pérez Meléndez volta-se para os interesses nacionais prussianos e alemães de modo a demonstrar o caráter global da imigração alemã para o Brasil. Embora o artigo não negue a importância de eventos domésticos brasileiros, sua tese central é de que o *Rescrito de Heydt* foi fruto principalmente do reposicionamento prussiano e, posteriormente, alemão, em uma geopolítica crescentemente instável. Ao limitar o mercado de empregadores, o artigo argui que o *Rescrito* teve papel central na subsequente consolidação das gigantes *Hamburg-Amerikanische Packetfahrt Actiengesellschaft* e da *Norddeutscher Lloyd*.

De modo semelhante, Eduardo Relly estuda as conexões entre o global e o local a partir da universalidade e circulação transnacional de certas tecnologias rurais, incluindo o uso do fogo na agricultura de subsistência em regiões tão diversas quanto o Brasil meridional, as fronteiras agrícolas norte-americanas no século XIX e o leste Europeu colonizado por imigrantes de língua alemã. Seu artigo demonstra tanto a indigeneidade de algumas dessas práticas, quanto a transmissão, entre países, de informações e tecnologias incorporadas à cultura dos imigrantes.

O artigo de Karen Lisboa aprofunda o estudo das conexões regionais no Brasil, ao mesmo tempo em que desvincula a história *das* imigrantes de suas respectivas histórias nacionais e de visões puramente masculinas. Seu artigo aborda o papel das mulheres na imigração alemã para o Brasil, ressaltando a importância das relações de gênero nas múltiplas identidades imigrantes dos séculos XIX e XX. Lisboa traça os perfis biográficos de Ina von Binzer, Therese Stutzer e Emilie Heinrichs, mulheres que tiveram experiências de vida e trabalho as mais variadas no Brasil – desde preceptora nas zonas cafeeiras, como imigrante solteira, até posições de liderança comunitária e/ou esposas na fronteira da colônia imigrante.

Essa abordagem regional é estendida em dois estudos comparativos entre províncias brasileiras.

Karl Monsma e Marcos Witt demonstram que a escravidão foi onipresente no cotidiano de imigrantes alemães, tanto no Rio Grande do Sul,

quanto em São Paulo. O artigo enfatiza que embora os contatos interétnicos e com a escravidão variassem de acordo com a posição econômica e status social dos imigrantes, a posse de escravos estava imbricada à ascensão socioeconômica também dos alemães, independentemente da província – resultado demonstrado igualmente por Lima para as colônias Leopoldina (BA) e Nova Friburgo (RJ).<sup>33</sup>

Finalmente, avançando uma linha de pesquisa iniciada pelo autor anteriormente (Silva Ferreira, 2019; 2024), Luiz M. da Silva Ferreira demonstra a prevalência de regimes trabalhistas muito semelhantes entre imigrantes de língua alemã nas regiões de colonização oficial e na lavoura cafeeira. Seu artigo desnuda um mercado de trabalho bastante integrado, tanto pelos instrumentos contratuais utilizados em diversas regiões do país, quanto pela mobilidade dos estrangeiros e de seus descendentes entre as províncias brasileiras – no caso, para Santa Catarina, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro.

Em conjunto, essa coleção de oito artigos dá mostras do complexo quadro da imigração alemã, suíça e austríaca no Brasil, sendo a amplitude e profundidade de sua historiografia os principais motivadores de novas pesquisas – para os quais, assim esperamos, esse dossiê venha também contribuir. Em especial, ao fim de sua leitura, esperamos que novas propostas surjam para a resolução de três tensões conceituais.

A primeira é a tensão entre história local e global. A abordagem “desvinculada” de histórias nacionais e da “hipótese dos ciclos de vida da migração” não implicam a diminuição da relevância das pesquisas de história local. Pelo contrário, histórias locais não apenas constituem o elemento empírico por excelência da história global (inclusive para criticá-la), mas também se justificam em si mesmas. Em contexto diverso, pode-se repetir hoje quase o mesmo que Rubens Borba de Moraes e Egon Schaden afirmaram em 1941 e 1959, respectivamente: apesar de avanços significativos, muito da história das migrações para o Brasil ainda está completamente por fazer, sobretudo no que concerne a organizações (bairros rurais, colônias privadas, escolas, grupos associativos etc.), even-

<sup>33</sup> Vide Willems (1946, p. 116, 119-120, 344-5) e Seyferth (2011), que salientam o interesse do imigrante em adaptar-se à cultura e às oportunidades econômicas brasileiras, seja pela compra de um cavalo como bem de consumo conspícuo que o igualasse ao vizinho gaúcho, seja pela acumulação continuada de terras e de escravos que o igualasse aos potentados econômicos do país. Para as implicações linguísticas deste fenômeno, vide Schaden (1959, p. 125-126; Spinassé, 2008).

tos (revoltas e greves, ondas imigratórias específicas, efemérides coloniais etc.), agentes (histórias de empresas, biografias de personalidades extraordinárias ou representativas de certos estratos socioeconômicos etc.) e fontes (almanaques, literatura colonial, microdados rurais etc.)

A segunda tensão está entre a abordagem de curto- e longo-prazo no que concerne à imigração. Curiosamente, conforme demonstrado nesse dossiê, a literatura de desenvolvimento de longo-prazo e a nova historiografia regional têm caminhado em sentidos opostos nesse quesito, com a primeira salientando os impactos que os estrangeiros tiveram sobre as instituições e cultura brasileiras e a segunda, as limitações que aquelas mesmas instituições e cultura impuseram aos imigrantes. Há um grande número de quase-experimentos relacionados aos povos de língua alemã no Brasil que podem informar esse debate amplo sobre imigração, mudança institucional e desenvolvimento. Estes incluem, mas não se limitam, aos impactos da nacionalização varguista sobre a acumulação de capital humano de longo-prazo e estudos mais sistemáticos (sobretudo em seus mecanismos de transmissão) dos efeitos das colônias sobre o desenvolvimento humano, para o Brasil como um todo.

Finalmente, há a eterna tensão entre tradição e novidade, também na historiografia. O conceito de continuidade historiográfica que embasa esta introdução e perpassa os artigos do dossiê demonstram, no entanto, que as pesquisas futuras têm muito a ganhar se se voltarem à literatura clássica. Não por esta ter respondido a todas as questões colocadas, mas pelas hipóteses que levantaram – muitas das quais apenas recentemente (ou ainda não) testáveis –, pelos sólidos conceitos que nos legaram e, ao longo do tempo, por terem se tornado elas mesmas fontes primárias.

## Referências

ALTENHOFEN, C. V. *Hunsrückisch in Rio Grande do Sul: ein Beitrag zur Beschreibung einer deutschbrasilianischen Dialektvarietät im Kontakt mit dem Portugiesischen*. Stuttgart: Steiner, 1996

ALVES, D. B. *Colhedores de café: cartas dos imigrantes alemães publicadas nos jornais da Turíngia*. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 2006.

AMADO, J. *A Revolta dos Mucker. Rio Grande do Sul, 1868-1898*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2002.

ARENDDT, I. C. *Educação, religião e identidade étnica. O Allgemeine Lehrerzeitung e a escola evangélica no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

ARGOLLO FERRÃO, A. M. Colonos na fazenda Ibicaba, empresários em Piracicaba: a evolução sócio-econômica de um grupo de alemães (1850-1880). *Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e 4ª Conferência Internacional de História de Empresas*, 1999.

ASSIS E. F. de; MARSON, M. D. As origens do financiamento industrial no Brasil (1891-1940): um estudo da Companhia Antarctica Paulista. *Análise Econômica*, v. 38, n. 77, p. 227-258, 2020.

ASSOCIAÇÃO DAS SOCIEDADES ALEMÃS. *Hundert Jahre Deutschland in Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Associação das Sociedades Alemãs, 1924.

BENDER, S. M. Capital social e desenvolvimento em São Leopoldo. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul (Dissertação de mestrado), 2007.

BEZERRA, M. C. dos S. *Imigração, educação e religião: um estudo histórico-sociológico do Bairro dos Pires de Limeira, uma comunidade rural de maioria teuto-brasileira*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Dissertação de mestrado), 2001.

BEZERRA, M. C. dos S. *Educação étnica: a pluralidade das propostas educacionais de origem germânica no Estado de São Paulo*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Tese de doutorado), 2007.

BIEHL, J.; MÜGGE, M. *Escritos perdidos: vida e obra de um imigrante insurgente*. São Leopoldo: Oikos, 2022.

BISAN ALVES, E. *Etnicidade, nacionalismo e autoritarismo: a comunidade*



*alemã sob a vigilância do DEOPS (1930-1945)*. Coleção História da Repressão e da Resistência, 3. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2006.

BOLLE, W.; KUPFER, E. E. (Orgs.) *Cinco séculos de relações brasileiras e alemãs / Fünf Jahrhunderte deutsch-brasilianische Beziehungen*. São Paulo: Editora Brasileira de Arte e Cultura, 2013.

BÖSCHE, E. T. *Wechselbilder von Land- und Seereisen, Abentheuern, Begebenheiten, Staatsereignissen, Volks- und Sittenschilderungen während einer Fahrt nach Brasilien und eines zehnjährigen Aufenthalts daselbst, in den Jahren 1825 bis 1834. Mit Berücksichtigung der nach Brasilien ausgewanderten Deutschen*. Hamburg: Hoffmann und Campe, 1836.

BOSENBECKER P.; MONSMA, K. Os empresários binacionais da imigração: uma discussão histórica. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, v. 23, n. 1, p. 170-192, 2018.

BOVO, A. L. *Uma época de restrições e impedimentos: alemães e descendentes em Rio Claro – SP na 1ª metade do século XX (1914-1945)*. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista (Dissertação de mestrado), 2019.

BRASIL, Comissão Brasileira na Exposição Universal de Vienna. *Das Kaiserreich Brasilien auf der Wiener Weltausstellung von 1873*. Rio de Janeiro: Universal-Buchdruckerei von E. & H. Laemmert, 1873.

BREITENBACH, W. *Die deutsche Auswanderung und die Frage der deutschen Kolonisation in Südbrasilien*. Leipzig: Duncker und Humblot, 1887a.

BREITENBACH, W. *Über das Deutschthum in Südbrasilien. Eine Studie*. Hamburg: Richter, 1887b.

BRUZZI CURI, L. F.; LIMA, D. B. M. de; PEREIRA, V. B. M. German economic strategies for Brazil: autarky and extended economic space in the 1930s. *Journal of Iberian and Latin American Economic History*, v. 37, n. 3, p. 479-506, 2019.

BRUZZI CURI, L. F. *Nationalökonomie nos trópicos: pensamento econômico alemão no Brasil (1889-1945)*. São Paulo: HUCITEC, 2021.

BUARQUE DE HOLANDA, S. Prefácio do tradutor. In DAVATZ, T. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1941.

BUARQUE DE HOLANDA, S. As colônias de parcerias. In BUARQUE DE HOLANDA, S.; CAMPOS, P. M. (Orgs.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, v. 5: O Brasil Monárquico: Reações e transações. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 289-307, [1960] 2004.

CANSTATT, O. *Brasilien. Land und Leute*. Berlin: Verlag Ernst Siegfried Mittler und Sohn, 1877.

CARVALHO FILHO, I. de; COLISTETE, R. P. Education performance: was it all determined 100 years ago? Evidence from São Paulo, Brazil. *MPRA Working Paper*. Disponível em <[https://mpra.ub.uni-muenchen.de/24494/1/MPRA\\_paper\\_24494.pdf](https://mpra.ub.uni-muenchen.de/24494/1/MPRA_paper_24494.pdf)> (último acesso em 20 de novembro de 2024).

CARVALHO FILHO, I.; MONASTERIO, L. Immigration and the origins of regional inequality: government-sponsored European migration to southern Brazil before World War I. *Regional Science and Urban Economics*, v. 42, n. 5, p. 794-807, 2012.

CASSIDY, E. S. The ambivalence of slavery, the certainty of Germanness: representations of slave-holding and its impact among German settlers in Brazil, 1820–1889. *German History*, v. 33, n. 3, p. 367-384, 2015.

CHRISTILLINO, C. Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2004.

COHEN, I. S. Thomas Davatz revisitado: reflexões sobre a imigração germânica no século XIX. *Revista de História*, São Paulo, n. 144, p. 181-211, 2001.

COLISTETE, R. P. O atraso em meio à riqueza: uma história econômica da educação primária em São Paulo, 1835 a 1920. São Paulo: Universidade de São Paulo (Tese de Livre-Docência), 2016.

COLISTETE, R. P. Contando o atraso educacional: despesas e matrículas na educação primária de São Paulo, 1880-1920. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 62, n. 2, p. 1-37, 2019.

CORRÊA DO LAGO, L. A. *Da escravidão ao trabalho livre, 1550-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

DAVATZ, T. *Die Behandlung der Kolonisten in der Provinz St. Paulo in Brasilien und deren Erhebung gegen ihre Bedrücker. Ein Noth- und Hilfsruf an die Behörden und Menschenfreunde der Länder und Staaten, welchen die Kolonisten angehörten*. Chur: Druck von Leonh. Hitz, 1858.

DAVATZ, T. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1941.

DEAN, W. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DEDEKIND, M. *Brasilien, das Ziel deutscher Auswanderer und die Deutsche Evangelische Kirche in Brasilien. Zur Jahrhundertfeier deutscher Einwanderung in Brasilien*. Elberfeld: Evangelische Gesellschaft für die protestantischen Deutschen in Südamerika, 1924.

DIETRICH, A. M. *Caça às suásticas. O partido nazista em São Paulo sob a mira da polícia política*. Coleção Histórias da Repressão e da Resistência, v. 2. São Paulo: Editora Humanitas/FAPESP, 2007.

DIETRICH, A. M.; BISAN ALVES, E.; PERAZZO, P. F.; TUCCI CARNEIRO, M. L. *Inventário DEOPS, Módulo I – Alemanha*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 1997.

DOMSCHKE, R.; OBERMEIER, F.; WEVER, H. H.; HUSS, H.-P. *Deutschsprachige Brasilienliteratur. Publicações sobre o Brasil em língua ale-*

*mã. 1500-1900*. São Paulo/São Leopoldo: Instituto Martius-Staden/Oikos, 2011.

DREHER, M. N. *Igreja e Germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. 1ª ed. (português). São Leopoldo: Editora Sinodal, 1984.

DREHER, M. N. O desenvolvimento econômico do Vale do Rio dos Sinos. *Estudos Leopoldenses. Série História*, v. 3, n. 2, p. 49-70, 1999.

DREHER, M. N. Notas para uma história da educação protestante no Brasil. *Estudos Leopoldenses. Série Educação*, v. 4, n. 6, p.133-150, 2000.

DREHER, M. N. O suíço Johann Jakob von Tschudi (1818-1889) e suas leituras da América do Sul. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 38, supl., p. S50-S60, 2012.

DREHER, M. N. *Breve história das migrações alemãs para o Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2024.

DREHER, M. N.; MÜGGE, E. (Apres.). *Os primórdios da colônia alemã de São Leopoldo* [reprodução fac-similar da Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul, 1924]. São Leopoldo: Oikos, 2023.

EHRL, P.; MONASTERIO, L. Inherited cultural diversity and wages: surname-based evidence. *Journal of Economic Geography*, v. 24, n. 4, p. 595-614, 2020.

FESTSCHRIFT zur Jahrhundertfeier der ersten deutschen Einwanderung in Rio Grande do Sul: die Deutschen der Kolonie Serra Cadeado (1824-1924). Ijuí: Livraria Serrana, 1924.

FICKER, C. *História de Joinville. Crônica da Colônia Dona Francisca*. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1965.

FINGER, A.; KATHÖFER, G.; LARKOSH, C. *KulturConfusão – On German-Brazilian Interculturalities*. Berlin: De Gruyter, 2015.

FOUQUET, C. *O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil: 1808-1824-1074*. São Paulo: Instituto Hans Staden; São Leopoldo: Federação dos Centros Culturais 25 de Julho, 1974.

FREYREISS, G.-W. *Beiträge zur näheren Kenntnis des Kaiserthums Brasilien, nebst einer Schilderung der neuen Colonie Leopoldina u. der wichtigsten Erwerbszweige für europäische Ansiedler, sowie auch eine Darstellung der Ursachen, wodurch mehrere Ansiedlungen mißglückten*. Frankfurt: Sauerländer, 1824.

GANS, M. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

GERTZ, R. E. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GERTZ, R. E. (Org.) *Nós, os teuto-gaúchos*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1996.

GERTZ, R. E. *O Perigo Alemão*. 2ª ed. Síntese rio-grandense, 5. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.

GERTZ, R. E. (Org.). *Karl von Koseritz: seleção de textos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

GERTZ, R. E.; FOCHESSATTO, C. M. de; PORTELA, G. C.; RAMOS, R. C. R.; CERIOLI, A. de C.; LOPES, C. G. D. *Bibliografia sobre imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul, 2016/2024*. Disponível em <<https://renegertz.com/arquivos/Bibliogra2023.pdf>> (último acesso em 29 de outubro de 2024).

GOLDMAN, F. Aspectos das migrações norte-americanas após a Guerra Civil. In BUARQUE DE HOLANDA, S.; CAMPOS, P. M. (Orgs.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, v. 5: O Brasil Monárquico: Reações e transações. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 308-322, [1960] 2004.



GONÇALVES, P. C. Procuram-se braços para a lavoura: imigrantes e retirantes na economia cafeeira paulista no final do Oitocentos. *Revista Brasileira de História*, v. 34, n. 67, p. 283-308, 2014.

GONÇALVES, P. C. Escravos e imigrantes são o que importam: fornecimento e controle da mão de obra para a economia agroexportadora Oitocentista. *Almanack*, n. 17, p. 307-361, 2017.

GONÇALVES, P. C. *Mercadores de braços. Riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo*. São Paulo: Alameda, 2021.

GREGORY, J. L. As fazendas e colônias da Serra de Itaqueri: apropriação de terras, economia e direitos de propriedade (Rio Grande de São Pedro, século XIX). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS (Dissertação de mestrado), 2024.

GRININGER, V. (1991). Imigração suíça em São Paulo: a história da Colônia Helvetia. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Dissertação de mestrado), 1991.

GRÜTZMANN, I. Intelectuais de fala alemã no Brasil do século XIX: o caso Karl von Koseritz (1830-1890). *História UNISINOS*, São Leopoldo, v. 11, n. 1, p. 123-133, 2007.

GRÜTZMANN, I. Lehrer-Kalender: história de produção e publicidade de material didático (1923-1938). In ELY, N. H. (Ed.). *Dom Pedro de Alcântara – marcas do tempo*. Porto Alegre: EST, 2010.

GRÜTZMANN, I. Dr. Wilhelm Rotermund e a Evangelische Buchhandlung: opções de leitura em língua alemã de 1877 a 1879. In SANTOS, A. B.; VARGAS, J. M.; LEAL, E. da C. (Orgs.). *Fronteiras e identidades: reunião de artigos do II EIFI*, p. 519-528. Pelotas: UFPel, 2017.

GUENTHER, J. German migration to Brazil in global perspective: trends & new directions. *História Econômica & História de Empresas*, v. 27, n. 3, 2024.

HANDELMANN, H. *Geschichte von Brasilien*. Berlin: Verlag von Julius Springer, 1860.

HATTON, T.; WILLIAMSON, J. G. International migration and world development: a historical perspective”. *NBER Historical Paper* No. 41, 1992.

HATTON, T.; WILLIAMSON, J. G. Emigration in the long-run: evidence from two global centuries. *Asian Pacific Economic Literature*, v. 23, n. 2, p. 17-28, 2009.

HATTON, T. The economics of international migration: a short history of the debate. *Labour Economics*, v. 30, p. 43-50, 2014.

HEFLINGER JR., J. E. *Ibicaba: o berço da imigração alemã de cunho particular*. Limeira: Unigráfica, 2007.

HEFLINGER JR., J. E. *A Revolta dos Parceiros na Ibicaba*. Limeira: Unigráfica, 2009.

HERING, M. L. R. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: Editora da FURB, 1987.

HÖRMEYER, J. *O que Jorge conta sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, [1863] 1966.

HUNSCHE, C. H. *O biênio 1824/25 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*. 2ª ed. Porto Alegre: A Nação, 1975.

HUNSCHE, C. H. *O ano de 1826 da imigração alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*. Porto Alegre: Metrópole, 1977.

HUNSCHE, C. H.; ASTOLFI, M. *O quadriênio 1827-1830 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: G&W, 2004.

JAHN, A. *Wichtige Beiträge zur Einwanderung und Kolonisation in Brasilien*. Berlin: Verlag von J. Guttentag, 1874.

KAERGER, K. *Brasilianische Wirtschaftsbilder. Erlebnisse und Forschungen*. 2. Ed. Berlin: Verlag von Gergonne & Cie., [1889] 1892.

KAMPHOEFNER, W. *Südamerika als Alternative? Bestimmungsfaktoren der deutschen Überseewanderung im 19. Jahrhundert*. *Jahrbuch für Wirtschaftsgeschichte / Economic History Yearbook*, v. 41, n. 1, p. 199-216, 2000.

KARASTOJANOV, A. M. S. *Vir, viver e talvez morrer em Campinas: um estudo sobre a comunidade alemã residente na zona urbana durante o II Império*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Dissertação de mestrado), 1998.

KERST, S. G. *Die brasilianische Provinz Rio Grande do Sul. Ein Beitrag zur Länderkunde*. *Neues Magazin der neuesten Reisebeschreibungen in unterhaltenden Auszügen*. Berlin: Braunes, 1832.

KISLING, W. *German merchants, banks, and coffee in Belle Époque Brazil*. *História Econômica & História de Empresas*, v. 27, n. 3, 2024.

KREUTZ, L. *Escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul: perspectiva histórica*. In MAUCH, C.; VASCONCELLOS, N. (Orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história*, p. 149-161. Canoas: Editora da ULBRA, 1994.

KREUTZ, L. *Modelo de uma igreja imigrante: educação e escola*. In DREHER, M. N. (Org.). *Populações rio-grandenses e modelos de igreja*. Porto Alegre/São Leopoldo: Edições EST/Sinodal, 1998.

KUPFER, E. E. *Uma viagem pela imigração alemã para o Brasil no século XIX*. In WITZEL DE SOUZA, B. G.; SANTIN GARDENAL, L. A. (Orgs.). *Ibicaba (1817-2017). Entendendo, vivendo e construindo futuros*, p. 251-276. Campinas: Pontes Editora, 2021.

LAMBERG, M. *Brasilien. Land un Leute in ethischer, politischer un volkswirtschaftlicher Beziehung und Entwicklung*. Leipzig: Verlag von Hermann Zieger, 1899.

LAMOUNIER, M. L. Formas de transição da escravidão ao trabalho livre: a Lei de Locação de Serviços de 1879. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Dissertação de mestrado), 1986.

LANGE, H. *Südbrasilien: die Provinzen São Pedro do Rio Grande do Sul, Santa Catharina und Paraná, mit rücksicht auf die deutsche kolonisation*. 2. Ed. Leipzig: Verlag von Paul Froberg, [1882] 1885.

LANZA, A. L. *De braços para lavoura a proprietários rurais? Imigrantes e o acesso à terra em São Paulo, 1886-1920*. São Paulo: Universidade de São Paulo (Tese de doutorado), 2021a.

LANZA, A. L. 'E fizeram América?' Mobilidade socioeconômica dos primeiros colonos de Ibicaba. In WITZEL DE SOUZA, B. G.; SANTIN GARDENAL, L. A. (Orgs.). *Ibicaba (1817-2017). Entendendo, vivendo e construindo futuros*, p. 175-203. Campinas: Pontes Editora, 2021b.

LE MOS, J. S. *Os mercenários do Imperador*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2013.

LENZ, S. *Alemães no Rio de Janeiro: diplomacia e negócios, profissões e ócio (1815-1866)*. São Paulo: EDUSC, 2008.

LEVIEN, A. L. A. Histórias do Turnen na *Leopoldenser Turnverein* (Sociedade Ginástica de São Leopoldo). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas (Dissertação de mestrado), 2011.

LIMA, A. N. Os crimes de *Wursten & companhia*: empreendedores escravistas de língua alemã no Brasil (1808-1888). *História Econômica & História de Empresas*, v. 27, n. 3, 2024.

LISBOA, K. M. Da expedição científica à ficcionalização da viagem. Martius e seu romance indianista sobre o Brasil. *Acervo (Rio de Janeiro)*, v. 21, p. 115-132, 2008.

LISBOA, K. M. Imperialismo, missão e exotismo: narrativas de viajantes de língua alemã no Brasil nas primeiras décadas do século XX. *História. Questões e Debates*, v. 58, p. 63-88, 2013.

LISBOA, K. M. Memórias da migração e do trabalho: três mulheres alemãs no Brasil (1880-1920). *História Econômica & História de Empresas*, v. 27, n. 3, 2024.

LOPES, D. A. F.; SILVA FILHO, G. A.; MONASTERIO, L. From past to present: ancestry and student achievement in Brazil. *Empirical Economics*, 2024 (online pre-print).

MACHADO, C. da S. A família e o impacto da imigração (Curitiba, 1854-1991). *Revista Brasileira de História* [online], v. 17, n. 34, p. 75-100, 1997.

MAGALHÃES, D. R. F. Terras, senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale dos Sinos. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS (Tese de doutorado), 2003.

MAMIGONIAN, A. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 27, n. 3, p. 389-481, 1965.

MARSON, M. D. Origens dos empresários da indústria de máquinas e equipamentos em São Paulo, 1870-1900. *Nova Economia*, v. 22, n. 3, p. 481-511, 2012.

MARTINS, A. L.; COHEN, I. S. *O Brasil pelo olhar de Thomas Davatz*. São Paulo: Atual, 2000.

MIKI, Y. *Frontiers of citizenship: a black and indigenous history of postcolonial Brazil*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2018.

MONASTERIO, L.; LOPES D. A. F. Brasil sem imigrantes: estimativas de longo prazo baseadas em microdados. *IPEA – Texto para Discussão 2435*, 2018.

MONSMA, K. Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no Oeste Paulista. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 53, n. 3, p. 509-543, 2010.



MONSMA, K. (Org.). *Passado e presente de imigrantes alemães e descendentes no Brasil: historiografia, representações, atividades econômicas, participação política, religião e identidades*. Porto Alegre: Editora Fênix, 2022.

MONSMA, K.; WITT, M. A. Complementares e excludentes: diálogos sobre imigração alemã e escravidão (Rio Grande do Sul e São Paulo). *História Econômica & História de Empresas*, v. 27, n. 3, 2024.

MOTA, I. M. Cruzando caminhos em Ibicaba. Escravizados, imigrantes suíços e abolicionismo durante a *Revolta dos Parceiros* (São Paulo, 1856-1857). *Afro-Ásia*, n. 63, p. 291-326, 2021.

MÜGGE, M. H. Building an empire in the Age of Revolutions: independence and immigration in the Brazilian borderlands. *Topoi*, v.23, n. 51, p. 870-896, 2022.

MÜGGE, M. H. As origens militares da imigração alemã no Brasil. In DREHER, M.; MÜGGE, E. (Orgs.). *Colônia alemã de São Leopoldo: 200 anos de história*, p. 329-336. São Leopoldo: Oikos, 2024.

MÜLLER, T. L. *Colônia alemã: 160 anos de história*. Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

MUSACCHIO, A.; FRITSCHER, A. M.; VIARENGO, M. Colonial institutions, trade shocks, and the diffusion of elementary education in Brazil, 1889-1930. *The Journal of Economic History*, v. 74, n. 3, p. 730-766, 2014.

NADALIN, O. S. João, Hans, Johann, Johannes: dialética dos nomes de batismo numa comunidade imigrante. *História UNISINOS*, v. 11, n. 1, p. 14-27, 2007.

NEUMANN, G. R. O Brasil na literatura alemã do século XIX: Amalia Schoppe e Friedrich Gerstäcker. *Tópicos*, v. 3, p. 40-43, 2003.

NEUMANN, G. R. Dr. Wilhelm Rotermund – Leben und Werk. *Martius-Staden-Jahrbuch*, v. 57, p. 65-79, 2010.

NEUMANN, G. R. A literatura em língua alemã produzida no Brasil: imigração e literatura entre duas culturas. *Cadernos de Hipogrifo – Revista de Literatura Hispanoamericana y Comparada*, n. 8, p. 93-107, 2017.

NIEDERHUT, C. F. *100 Jahre deutsches Leben in Brasilien*. São Leopoldo: Rotermund, 1924.

NOGUERÓL, L. P. F. A transição para o trabalho livre no Brasil – hipóteses a partir da Nova Economia Institucional. *História Econômica & História de Empresas*, v. 19, n. 2, p. 265-294, 2016.

OBERACKER JR., C. H. Vestígios suíços na história do Brasil. *Revista de História*, v. 35, n. 72, p. 463-481, 1967.

OBERACKER JR., C. H. *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. Rio de Janeiro: Presença, 1968.

OBERACKER JR., C. H. *Jorge Antônio von Schaeffer, criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil*. Porto Alegre: Editora Metrópole, 1975.

OBERACKER JR., C. H. A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola. In BUARQUE DE HOLANDA, S.; CAMPOS, P. M. (Orgs.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, v. 5: O Brasil Monárquico: Reações e transações. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 260-288, [1960] 2004.

O'ROURKE, K. H.; TAYLOR, A. M.; WILLIAMSON, J. G. Factor price convergence in the late nineteenth century. *International Economic Review*, v. 37, n. 3, p. 499-530, 1996.

O'ROURKE, K. H.; WILLIAMSON, J. G. *Globalization and history: the evolution of a nineteenth-century Atlantic economy*. Cambridge, MA: MIT Press, 1999.

OLIVEIRA, D. A. F. de. Ocupação e resistência: Paredão – uma comunidade remanescente de quilombo em zona de colonização europeia.

Novo Hamburgo: FEEVALE (Dissertação de mestrado), 2018.

PENNY, H. G. German polycentrism and the writing of history. *German History*, v. 30, n. 2, p. 265-282, 2012.

PENNY, H. G. Historiographies in dialogue: beyond the categories of Germans and Brazilians. *German History*, v. 33, n. 3, p. 347-366, 2015.

PENNY, H. G. *German history unbound. From 1750 to the present*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2022.

PERAZZO, P. F. *O Perigo Alemão e a repressão policial no Estado Novo*. Coleção Teses e Monografias, v. 1. São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

PEREIRA DA SILVA, G. Estrangeiras e nacionais: as maiores casas exportadoras de café em Santos (1897-1930). *Estudos Econômicos*, v. 53, n. 2, p. 305-341, 2023.

PÉREZ MELÉNDEZ, J. J. *Peopling for profit in Imperial Brazil. Directed migrations and the business of nineteenth-century colonization*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2024a.

PÉREZ MELÉNDEZ, J. J. The Meanings of Restriction: The *Heydt Rescript* of 1859 and German Migrations to Brazil. *História Econômica & História de Empresas*, v. 27, n. 3, 2024b.

PONS AGNELLI, H. Vestindo a Wehrmacht: as exportações brasileiras de algodão para a Alemanha, 1934-1940. *História Econômica & História de Empresas*, v. 26, n. 1, p. 110-140, 2023.

RAMOS, E. H. C. da L. *O teatro da sociabilidade: clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras: São Leopoldo, 1850-1930*. São Leopoldo: Oikos, 2020.

RELLY, E. Imigração alemã ao Brasil (século XIX) e Prússia: fronteiras permeáveis e diálogos entre história global e micro-história. *História UNISINOS*, v. 20, n. 3, p. 273-286, 2016.

RELLY, E. A colonização agrária prussa-alemã no Brasil meridional: o *Urwald* e as mudanças socioecológicas na Mata Atlântica (século XIX). *História Econômica & História de Empresas*, v. 27, n. 3, 2024.

RINKE, S. *Latin America and the First World War*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2017.

ROCHA, R.; FERRAZ, C.; SOARES, R. R. Human capital persistence and development. *American Economic Journal: Applied Economics*, v. 9, n. 4, p. 105-136, 2017.

ROCHE, J. *A colonização alemã no Espírito Santo*. Corpo e Alma do Brasil, v. 28. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. V. I. Porto Alegre: Globo, 1969.

SANTOS NOBRE, S. A. dos. *Associação dos professores teuto-brasileiros do estado de São Paulo: uma reconstrução histórica da trajetória de um órgão associativo voltado à educação étnica no período de 1916 a 1938*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Dissertação de mestrado), 2004.

SCHADEN, E. Alguns problemas e aspectos do folclore teuto-brasileiro. *Revista de Antropologia*, v. 7, n. 1-2, p. 123-137, 1959.

SCHÄFFER, R. *Der deutsch-brasilianische Siedlungslehrer. Handbuch der deutsch-brasilianischen Siedlungsschulen*. Porto Alegre: H. Metzler, 1924.

SCHALLENMÜLLER, R. Um missionário suíço em Ibicaba: uma abordagem literária e sociocultural a Thomas Davatz. In WITZEL DE SOUZA, B. G.; SANTIN GARDENAL, L. A. (Orgs.): *Ibicaba (1817-2017): entendendo, vivendo e construindo futuros*, p. 135-155. Campinas: Pontes Editora, 2021.

SCHANZ, M. *Das heutige Brasilien. Land, Leute und wirtschaftliche Verhältnisse*. Hamburg: W. Maule Söhne, 1893.

SCHEFER CARDOSO, R. R. Capítulos de formação de um território negro: a escravidão rural no Vale do Caí (RS – 1870/1888). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS (Dissertação de mestrado), 2005.

SCHLICHTHORST, C. *Rio de Janeiro wie es ist. Beiträge zur Tages- und Sitten-Geschichte der Hauptstadt von Brasilien mit vorzüglicher Rücksicht auf die Lage des dortigen deutschen Militärs*. Hannover: Hah'schen Hofbuchhandlung, 1829.

SCHULZE, F. 'Auslandsdeutschtum' in Brazil (1914-1941): global discourses and local histories. *German History*, v. 33, n. 3, p. 405-422, 2015.

SEIDLER, C. *Zehn Jahre in Brasilien / während der Regierung Don Pedro's und nach dessen Entthronung. Mit besonderer Hinsicht auf das Schicksal der ausländischen Truppen und der deutschen Colonisten*. Quedlinburg/Leipzig: Gottfr. Basse, 1835.

SELLIN, A. W. *Das Kaiserreich Brasilien*. Leipzig/Prag: G. Freytag/F Tmpsky, 1885.

SEYFERTH, G. Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, n. 25, p. 3-55, 1988.

SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, v. 53, p. 117-149, 2002.

SEYFERTH, G. The slave plantation and foreign colonization in Imperial Brazil. *Review (Fernand Braudel Center)*, v. 34, n. 4, p. 339-387, 2011.

SILVA FERREIRA, L. M. da. Terra, trabalho e indústria na colônia de imigrantes Dona Francisca (Joinville), Santa Catarina, 1850-1920. São Paulo: Universidade de São Paulo (Tese de doutorado), 2019.

SILVA FERREIRA, L. M. da. Empresários alemães no sul do Brasil: a trajetória da *Kolonisations-Verein von 1849 in Hamburg* (1846-1855). *História Econômica e História de Empresas*, v. 23, n. 1, p. 165-196, 2020.



SILVA FERREIRA, L. M. da. Sistema de parceria e mercado de trabalho na colônia Dona Francisca: novas evidências sobre a colonização europeia no sul do Brasil na transição da escravidão, 1851-1876. *Estudos Econômicos*, v. 54, n. 1, p. 1-38, 2024.

SILVA FERREIRA, L. M. da. Parceiros, pequenos proprietários e diaristas: migrantes e imigrantes de língua alemã nas províncias de Santa Catarina e Espírito Santo (1840-1860). *História Econômica & História de Empresas*, v. 27, n. 3, 2024.

SILVA VAROLO, F. R.; RIBEIRO, A. I. M.; FÉLIX, J. L. *Trajetória educacional dos imigrantes alemães no interior do estado de São Paulo. Uma escola alemã na colônia Riograndense: 1922–1938 (Maracá/Cruzália-SP)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

SIRIANI, S. C. L. *Uma São Paulo alemã: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da Capital (1827-1889)*. Coleção Teses e Monografias, v. 6. São Paulo: Arquivo do Estado, 2003.

SIRIANI, S. C. L. Os descaminhos da imigração alemã para São Paulo no século XIX – aspectos políticos. *Almanack Braziliense*, n. 2, p. 91-100, 2005.

SOMMER, F. *Die Deutschen in São Paulo. I. Band: Deutsche in Portugal und Brasilien vor dem Jahre 1808. II. Band: Die Deutschen in São Paulo 1808-1840. III. Band: Die Deutschen in São Paulo 1840-1890*. São Paulo: Instituto Martius-Staden (Manuscrito não publicado), 1945.

SPINASSÉ, K. P. O hunsrückisch no Brasil: a língua como fator histórico da relação entre Brasil e Alemanha. *Espaço Plural*, v. 9, n. 19, p. 117-126, 2008.

STADEN, H. *Viagem ao Brasil*. Publicações da Academia Brasileira (Versão do texto de Marpurgo, de 1557, por Alberto Löfgren. Revista e anotada por Theodoro Sampaio). Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, [1557] 1930.

STAUDT MOREIRA, P. R.; MÜGGE, M. H. *Histórias de escravos e senhores em uma região de imigração europeia*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

STEIN, S. J. The historiography of Brazil 1808-1889. *The Hispanic American Historical Review*, v. 40, n. 2, p. 234-278, 1960.

STOLCKE, V.; HALL, M. H. The introduction of free labour on São Paulo coffee plantations. *The Journal of Peasant Studies*, v. 10, n. 2-3, p. 170-200, 1983.

STOLZ, Y.; BATEN, J.; BOTELHO, T. Growth effects of 19<sup>th</sup> century mass migrations: 'Fome Zero' for Brazil? *European Review of Economic History*, v. 17, n. 1, p. 95-121, 2013.

THISTLETHWAITE, F. Migration from Europe overseas in the nineteenth and twentieth centuries. *Rapport to XI International Congress of Historical Sciences*, 1960.

TRAMONTINI, M. J. *A organização social dos imigrantes*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2000.

TSCHUDI, J. J. von. ([1866]). *Reisen durch Südamerika*. Band III. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1867.

VIOTTI DA COSTA, E. O escravo na grande lavoura. In BUARQUE DE HOLANDA, S.; CAMPOS, P. M. (Orgs.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, v. 5: O Brasil Monárquico: Reações e transações. 8<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 165-225, [1960] 2004.

VIOTTI DA COSTA, E. *Da senzala à colônia*. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

VISCONDE DE ABRANTES. *Memoria sobre meios de promover a colonização*. Berlim: Typographia de Unger Irmãos, 1846.

WAPPÄUS, J. E. *Handbuch der Geographie und Statistik des Kaiserreichs Brasilien*. Leipzig: J. C. Hinrichs'schen Buchhandlung, 1871.

WEIZENMANN, T. “Sou, como sabem...”: Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Tese de doutorado), 2015.

FERENCZI, I.; WILLCOX, W. F. *International migrations, v. 1: Statistics*. Nova York: NBER Books, 1929.

WILLEMS, E. O desnivelamento econômico como fator de aculturação. *Revista de Imigração e Colonização*, v. II, n. 2/3, p. 799-811, 1941.

WILLEMS, E. A emancipação econômica das colônias germânicas no Brasil. *Revista de Imigração e Colonização*, v. III, n. 1, p. 71-84, 1942.

WILLEMS, E. Acculturation and the horse complex among German-Brazilians. *American Anthropologist*, New Series, v. 46, n. 2 – part 1, p. 153-161, 1944.

WILLEMS, E. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos emigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1946.

WITT, M. A. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas – Imigração alemã (Rio Grande do Sul, Século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

WITT, M. A. Sobre escravidão e imigração: relações interétnicas. *História: Debates e Tendências*, v. 14, n. 1, p. 21-35, 2014.

WITT, M. A. A historiografia das migrações alemãs no Bicentenário (1824-2024). In MONSMA, K. (Org.). *Passado e presente de imigrantes alemães e descendentes no Brasil: historiografia, representações, atividades econômicas, participação política, religião e identidades*, p. 23-59. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2022.

WITTER, J. S. Hormeyer, Joseph – O que Jorge conta sobre o Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 6, p. 150-151, 1969.

WITTER, J. S. *Ibicaba, uma experiência pioneira*. 2ª ed. *Coleção Monografias*, v. 5. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1982.

WITZEL DE SOUZA, B. G. Imigração alemã e mercado de trabalho na cafeicultura paulista – um estudo quantitativo dos contratos de parceria. *História Econômica & História de Empresas*, v. 15, n. 2, p. 81-109, 2012.

WITZEL DE SOUZA, B. G. Immigration and the path dependence of education: the case of German-speakers in São Paulo, Brazil (1840-1920). *The Economic History Review*, v. 71, n. 2, p. 506-539, 2018.

WITZEL DE SOUZA, B. G. Imaginando diferentes ‘São Paulos’ no Império Alemão: perspectivas sobre a imigração (1890-1905). *Prâksis*, v. A18, n. 1, p. 25-53, 2021.

WITZEL DE SOUZA, B. G. ‘The same contract that is suitable for your Excellency’: Immigration and emulation in the adoption of sharecropping-cum-debt arrangements in Brazil (1835–80). *The Economic History Review*, v. 77, n. 2, p. 612-643, 2024.

WITZEL DE SOUZA, B. G.; SANTIN GARDENAL, L. A. (Orgs.). *Ibicaba (1817-2017). Entendendo, vivendo e construindo futuros*. Campinas: Pontes Editora, 2021.

ZANTOP, S. *Colonial fantasies: conquest, family, and nation in precolonial Germany*. Durham: Duke University Press, 1977.

ZENHA, E. A colônia alemã de Santo Amaro, sua instalação em 1829. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, v. 16, p. 47-142, 1950.

# German migration to Brazil in global perspective: trends & new directions\*

## *Migrações alemãs para o Brasil em perspectiva global: tendências e novos caminhos*

Jack H. Guenther\*\*

**Abstract:** This essay elaborates the historiographical reasons to take stock of German migration to Brazil in this bicentennial year: It examines how global and transnational history have broken new ground in our understanding of these two nations and their interconnection. It suggests comparisons and contrasts with larger geographic subfields. And it draws out the themes that historians of far different times and spaces may find familiar in the history of Germans in Brazil, from race and empire to class, confession, and commerce. Recent research confirms that Germans abroad were overwhelmingly “unbound” from the dramas of nationalist politics. Yet the story of “unbound” Germans must be understood in light of changing schemes for binding national communities together. The history of Germans in Brazil thus provides an illuminating vista onto the tripartite problematic of nation, market, and state at local, regional, national and global scales – a problematic central to new directions in global and transnational history generally.

**Keywords:** German history “unbound”. Global history. Transnational history. Nation, Market, State.

**Resumo:** Este ensaio explora as razões historiográficas para fazer-se um balanço da imigração alemã para o Brasil neste ano do bicentenário: o ensaio examina como a história global e transnacional abriu novos caminhos para

\* Submissão: 10/09/2024 | Aprovação: 12/11/2024 | DOI: 10.29182/hehe.v27i3.1033

\*\* Postdoctoral fellow at the Yale Jackson School of Global Affairs, Yale University. Jack Guenther received his PhD in history from Princeton University in 2024. He is currently completing a book manuscript titled “Shaping an interconnected world: Hamburg, Germany, and the transformation of interdependence” | ORCID: 0000-0001-6784-6201 | E-mail: jack.guenther@yale.edu





nossa compreensão dessas duas nações e a interconexão entre elas. O ensaio sugere também comparações e contrastes com campos geográficos mais amplos. Além disso, destacam-se temas que historiadores de tempos e espaços muito diversos entre si podem considerar familiares na história dos alemães no Brasil: desde raça e império até classe, confissão religiosa e comércio. Pesquisas recentes confirmam que os alemães no exterior estiveram, em sua maioria, “desvinculados” (“unbound”) dos dramas da política nacionalista. Ainda assim, a história dos alemães “desvinculados” deve ser entendida à luz dos esquemas variáveis que vinculam comunidades nacionais. A história dos alemães no Brasil oferece, portanto, uma perspectiva iluminadora da problemática tripartite entre nação, mercado e Estado, em escalas local, regional, nacional e global – uma problemática central para os novos rumos da história global e transnacional, em geral.

**Palavras-chave:** História alemã “desvinculada”. História global. História transnacional. Nação. Mercado. Estado.

**JEL:** N43. N44. N46. N73. N74.

## Introduction

The history of Germans in Brazil has now reached its bicentennial. There is good reason to reflect on this two-hundred-year relationship. Across the migrations of the long nineteenth century, some 210,000 Germans emigrated to Brazil. This number was second only to the Germans who left Europe for the United States, and trailed only Portuguese, Italian, and Spanish immigrants to Brazil. Granted, the number of migrants from German Europe trailed these other regions significantly and followed different chronological patterns, but that has not stopped German migration to Brazil from generating a substantial historiography. Whether through sheer numbers or the volume of scholarly and commemorative literature, there are different ways to justify reflecting on two hundred years of Germans in Brazil or in the words of Frederik Schulze (2015a) “brazilianized Germans and German Brazilians”.

The aim of this article is to reflect on these different justifications, and to elaborate the historiographical reasons to take stock of German migration to Brazil in this bicentennial year. To examine how global and transnational history have broken new ground in our understanding of these two nations and their interconnection. To suggest comparisons and contrasts with larger geographic subfields, be they European or Latin America history. And to draw out the themes that historians of far different times and spaces may find familiar in the history of Germans in Brazil, from race and empire to class, confession, and commerce.

It is serendipitous time for a broader reflection. Whereas both German and Brazilian historiographies resisted engagement with the early, largely anglophone turn to global history, that resistance has spilled into valuable interventions. Certainly, global and transnational historians are inclined toward a sort of constant reassessment, drawing equally from the field’s discomfort with any type of historical normativity and from a self-consciousness to justify an approach so at odds with history’s founding national frameworks (Conrad, 2016). In general, however, global history is increasingly, albeit unevenly, accepted – from fad to full-fledged method. For historians of Germany, global and transnational approaches have become so ubiquitous that they are no longer a “turn” but instead seemingly *de rigueur*. Fault lines instead fall over how best to integrate German history into these larger narratives, not whether such an aim is worthwhile.

Even the fiercest debates over the flashpoints of Nazism and the Holocaust rarely feature rejections of global comparison and exchange in toto. What we have instead is a highly uneven, yet compelling, set of literature on Germany's engagement with the world that focuses above all on the period between 1871 and 1918.

Meanwhile, a florescence of new research has argued that consequential ideas and practices for ordering the world can be traced to Latin America's twentieth century.<sup>1</sup> Historians have also taken more seriously Latin American participation in, and ideas about, major global conjunctures that would seem to have left Latin American societies on the periphery, like the First World War (Katz, 1981; Dantan, 2017a; 2017b; Knight, 2017; Rinke, 2017). As with German historiography, similar concerns circumscribed Latin Americanists' embrace of the new global history. Latin America, as Jeremy Adelman has observed, can fit awkwardly into the "West-rest" axis that often dominates world and global history. Moreover, the vogue for global history that took hold in the 1990s frequently overlooked older research into Latin America's colonial and global connections, whether from world-systems theory, dependency theory, or other methodological perspectives. All these approaches had led scholars of the region to consider global interconnection well before anglophone historians began to consider themselves "global." (Adelman, 2004).

Painting in such broad strokes no doubt raises questions about Brazilian peculiarities within Latin American historiography, not unlike similar questions that have dogged historians of Germany. Yet as Frederick Schulze and Georg Fischer (2019) have recently argued, global history has much in common with the historiography of Brazil. That commonality includes the history of commerce and commodities, environmental history, or the history of hybrid identities, race, and racial discourse. Much the same can be said of German historiography, and even the largest sweeping surveys in the field have come to address questions that will look familiar to historians of a global or transnational inclination (Adam, 2021; Penny, 2022; Blackbourn, 2023).<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> See, for example, Brown (2015). Examples of the latter include Offner (2019), Fajardo (2022), Pryluka (2024), and Teixeira (2024).

<sup>2</sup> Smith (2020) is not explicitly global, but problematizes the relationship between "Germans" and "Germany".

There is no little coincidence to some of the similarities between these two fields – both relative latecomers to anglophone global history and both also conscious of protecting national specificity and the type of expert knowledge it endows. Moreover, long legacies of thought in both national traditions capture a tortured relationship with the liberal “West” often identified with its anglophone champions, Great Britain and the United States. To be sure, these legacies differ on key points and problems – for example, the centrality of Nazism and the Holocaust in the German historiography compared with slavery, race, and late-twentieth century dictatorship in the Brazilian. Yet both German and Brazilian history can be defined in part by not mapping easily onto the dichotomies that birthed global history and about which global history is in constant, critical self-reflection. In this sense, yoking the three fields together promises not only revelations about German in Brazil and German and Brazilian historiographies, but also the type of reflexivity essential to global history.

Thus, it is this global framework that holds the most promise for historians of German-Brazilian relations and especially German migration to Brazil. The sections that follow sketch out the promise and the corpus of recent work it builds on. They do so by focusing on three thematic problems: the nation, the market, and the state. Because my own work has been above all as a historian of Germany and Germans – albeit one who identifies as a global historian and who has written on Germans in Latin America – there will be an asymmetry to the reflections that follow. Yet my hope is that this is a relational asymmetry, the type made possible – and demanded – by a global approach (Conrad, 2016). In the same vein, it is my hope that detailing this new research does not amount to overlooking the long tradition of scholarship and local studies into the history of German communities in Brazil.

Across these sections unfolds the argument that new research in global and transnational history has provided new coordinates for understanding the bicentennial of German migration to Brazil, and that these coordinates offer a broader contribution to global history in general. This story provides a unique vista onto the tripartite problematic of nation, market, and state at local, regional, national and global scales. How did individuals and groups construct their identities and affiliations in a world of nationalizing and racializing states? How did increasing economic

interconnection change that construction and demand it anew? And how did states themselves respond: how did constituents make the case for more robust national ties amid transnational exchange? These are among the questions that guide new research on the German migration to Brazil. They afford an opportunity to reflect on a substantial existing literature and to imagine new ways this literature might address topics foundational for global and transnational history in general.

The balance of research confirms that Germans abroad were overwhelmingly “unbound” from the dramas of nationalist politics. Historians should, therefore, attend as much to local commemorative studies and to non-national affinities as they should to nationally-bounded histories. Even when Germans living out in the world did take an interest in national or imperial ambitions – for some did – they did so through their own lenses and interests. Yet the story of “unbound” Germans abroad must be understood in light of changing schemes for binding national communities together. Ample recent research has detailed Germany’s imperial ambitions which, far from a German pathology, resembled similar such schemes that echoed around the world and across the twentieth century.

## 1. The Nation and Beyond: Ties and Affinities

In the anglophone academy, graduate students working on German history will almost invariably encounter James Sheehan’s seminal 1981 essay “What is Germany History?” (Sheehan, 1981). Well before what one would call the “global turn” – and certainly before historians of Germany began to embrace it – Sheehan reflected on the challenges and likely pitfalls of identifying a historiography too closely with either national identity or a nation-state. Whither Austria, or Switzerland? What united Prussia and the Black Forest except historical contingency? Sheehan crystallized questions that were far older, dating to Germany’s embattled founding between 1866 and 1871. Doubtless, as Helmut Walser Smith has recently shown, the idea of the German nation is old and durable – but how this idea translated into different mental maps of Europe and the world was a fluid, unfinished project (Smith, 2020).

It is with reference to this essay that Glenn Penny opens a recent



volume on Germans around the world – but especially in the Americas. Penny has done as much as any historian to insist that German historiography globalize Sheehan’s call – that we look beyond the nation and the nation-state and embrace the polycentricity of Germans and German history (Penny; Rinke, 2015; Penny, 2017; 2022). One of the signal changes in the history of Germans abroad has been an urge to explore identity, ties, and affinities beyond the nation. Global and transnational approaches, after all, make it possible to tell the history of Germany and Germans without defaulting to the rise and fall of state-building projects. The instinct to upend normative national frameworks is of course one of the hallmarks of global history. As Penny has argued, during the years of migration and globalization that defined the nineteenth century, many Germans abroad were “unbound” from the nation-state. That is, migrants, merchants, and settlers from German Europe did not straightforwardly adopt the identities and interests pursued by the German nation-state. For all that they were German, they also – and often more frequently – adopted identities based on region, confession, class, or occupation.

Even the use of this phrase, “Germans abroad,” captures a historiographical shift. Drawn from the German “*Auslandsdeutsche*,” “Germans abroad” was once a highly charged nationalist category, a reference to a reservoir of potential Germans living throughout the world and one piece in a conceptual puzzle that tied blood, nation, and imperial ambition into a destructive bouquet. We now know, however, that significant flows of German people, goods and capital around the world did not automatically render “*Auslandsdeutsche*” agents of the empire (Manz, 2014; Conrad, 2016; Penny, 2017; 2022). Studies of transnational Germans reveal the multivalent character of German history – from the role of regional and confessional variation to the importance of other categories of identity and affiliation like gender, class, and even professional occupation. Renewed scholarly attention has built on a long tradition of locally produced studies to yield an enormous outgrowth of research into Germans abroad, living well beyond the borders of the *Reich*, from Romania to the American Midwest.<sup>3</sup> Groups of Germans outside the *Reich*’s boundaries

<sup>3</sup> This body of work is substantial. Some examples include Frotscher (2015), Schulze (2015b), Bindernagel (2018), Bryce (2018), and Cercel (2023), as well as many cases discussed in Penny (2022). Historians have also shown how imagined ideas of Brazil could construct idealized Germans abroad, just as those living abroad might deviate from this archetype (see Witzel de Souza, 2021).

were indeed “polycentric” in character, rather than tethered to a central point envisaged by state projects (Penny, 2012, p. 267; Penny; Rinke, 2015). Whether they were “German” at all is a matter of perspective. One need only refer to immigration records to recognize that such categories owed as much to bureaucratic haste as they did to a person’s deeply felt identity. Moreover, of course, there was no Germany as such across the first sixty years of the nineteenth century. When the North German Confederation established diplomatic outposts in Latin America, it did so by repurposing existing consulates of the Hanseatic cities, Hamburg, Bremen, and Lübeck.

For both Germany and Brazil, after all, regional variation numbers among the key ties that has interacted with, and continues to influence, national identification. Both countries’ contemporary federal structure highlights and reinforces this tendency. Historians of Germany have long examined the interplay between local, regional identities and nationalism – studies that date back even to the febrile political contests over *kleindeutsch* and *großdeutsch* visions for a German nation-state. Regional variation is a key topic in German historiography, stretching from what Mack Walker called the “third Germany” to the country’s federal structure today (Walker, 1971). Studies that recount the interplay between local and national identities have been essential to understanding how Germans viewed their nation (Applegate, 1990; Jenkins, 2003). Global and transnational studies, too, have underscored the regional variation and polycentrism integral to German history (Applegate, 1990; Blackbourn, 2015; 2023; Penny; Rinke, 2015; Penny, 2022). Consider, for example, the regional rivalries that marked German shipping companies in Argentina. The local German-Spanish commercial newspaper in Buenos Aires, the *Buenos Aires Handels-Zeitung*, followed with keen interest the shipping rivalry between the Hamburg-based Hamburg-America Line and its Bremen-based competitor, North German Lloyd. For the paper’s editor Enrique Kohn, this rivalry was centripetal: it advanced a German presence in the Southern Cone even as it relied on identifications beyond the nation (Guenther, 2025 forthcoming).

For Hamburg especially, the interplay between regional and national affiliation had a long history. Hamburg – a free republic city-state ruled by a tightly-knot cohort of merchant oligarchs – had signed trade

treaties with independent Latin American republics before Prussia had even begun to establish a Customs Union among German states. By 1845, a full seventy percent of German firms with business in South America had Hanseatic roots, and Holger Herwig has argued that before 1880 “it would be more accurate... to speak of Hamburg’s trade with Venezuela,” than of Germany’s. The same can surely be said of Latin America in general. Hamburg had negotiated trade agreements with recently independent South American republics, often to counter treaties signed by both Britain and the United States (Herwig, 1986, p. 17-24). These economic interests in Latin America developed without supervision from national government; most Hanseatic trading outposts predated the process of national unification that ended in 1871 (Forbes, 1978). Among the best-documented of these trading outposts belonged to the Hamburg-based Schramm family, which owned a sugar plantation and its enslaved workers in Bahia, northeastern Brazil (Schramm, 1963; Naranch, 2011).

Historians of Brazil, too, have attended to the interplay between regional and borderlands identities, global economic interconnection, and state formation. This attention has ranged across scales and includes studies of Brazilian integration in the 19<sup>th</sup>-century global economy, both as a Portuguese colony and as a continental empire in its own right.<sup>4</sup> Microhistories have also proven a fruitful way for historians of Brazil to write the country’s nineteenth century into a larger arc of imperial revolution and transformation (Mügge, 2022a; 2022b). This is an approach from which historians of Germany might borrow. During the crises in sovereignty occasioned by the Napoleonic Wars and Atlantic revolutions, ideas about Brazil’s place in the world – ideas that cropped up across broad sections of society, free and enslaved – entailed not only thinking about Brazil within a world of competing imperial powers, but also about the multiscalar problem posed by an internal, continental empire. Not just ideas: the concrete military problem of internal conquest sat at such a nexus, with 19<sup>th</sup>-century imperial military might a marker of international prestige, borderlands conquest a way to shore up and centralize power, and the German mercenaries who engaged in this conquest a reminder of the interplay between transnational entanglement and national self-definition (Mügge, 2022a).

<sup>4</sup> Wide-ranging samples might include Prado Júnior (1945) and Topik and Wells (1998).

This triangular relationship might prompt reflection on new directions for the history of “Germans abroad,” which have until now overwhelmingly emphasized their subjects’ detachment from the dramas and imaginaries of centralized nation-state building and destroying. This emphasis has been an essential tool for overcoming methodological nationalism and breathing nuance into a stale image of Germans as Berlin’s agents in waiting. Yet a central tension dogs such new studies. On the one hand, it is historians of “German abroad” who have done the most to elaborate the many non-national affinities that defined ostensibly German people living around the world. Not only was “Germanness” fluid and prone to be played up or down tactically, but also affinities and identifications from gender and class to profession and confession often took equal, if not higher, importance to national identity. On the other hand, the fundamental thrust of this literature has been to seek out “Germans” around the world and try to make sense of them. There is thus the danger that preconceptions about national characteristics become smuggled into even avowedly transnational work. As the contributions to this special issue show, getting out from under the specter of the nation-state means not only proposing alternative identities and affiliations, but also showing the fault lines among Germans abroad themselves. Class and profession seem two highly promising avenues, ones historians have begun to tread – not least relating to the history of German commerce and trade.

## 2. Commerce, Trade, and Travel

When it comes to the normative power of the nation, few changes have generated as much urgency, consternation, and opportunity as the economic interconnection that exploded across the middle of the nineteenth century. This interconnection neither led teleologically to the birth of newly robust nation-states (in, say, Germany, the United States, and Japan), nor was it essentially transnational and cosmopolitan. Empire, nation, and interconnection coexisted in an uneasy but mutually reinforcing triangle, in which travel, migration, and commercial connection prompted new questions about the meaning of an integrated world – not despite but precisely because this integration was so uneven.

There is a long tradition among Latin American historians and social

scientists to analyze the political causes and consequences of such uneven interconnection. Whereas in some analytic traditions the relationship between, say, political and economic liberalism seemed relatively clear, Latin American history turns this clarity on its head and has therefore been highly generative. The same is true for famous concepts – from “informal empire” to “dependency” – that attempt to describe political outcomes and possibilities of economic integration that map imperfectly onto the traditional categories of national, imperial, and international analysis. For Germany, too, given similar lessons from normative historical models and the very real fact of important but politically uncertain commercial connections. The case of Germans in Brazil, therefore, offers traction on the different ways of articulating political and economic power and interest in a global age. There was no *a priori* reason why German merchants and firms operating out in the world had to align with imperial designs crafted in Berlin.<sup>5</sup> The “lumpiness” of imperial sovereignty, the nature of “soft power,” and the basic polycentrism that characterized Germans abroad precluded any such certain alignment (Benton, 2010; Penny; Rinke, 2015).<sup>6</sup> But the very fact of competing commercial interest, fluid national and other affinities, and state-led schemes for binding it all together produced a spectrum with a variety of articulations. For Germans in Brazil, an instructive example comes from the contest over German naval armament and Anglo-German naval rivalry at the end of the nineteenth century.

---

<sup>5</sup> The relationship between overseas business and empire has received more attention in the historiography of the British Empire than the German – especially through debates over Britain’s “informal empire”. Historians of the British empire do not universally accept the informal empire concept. Central to scholarly disagreement has been the mechanism by which informal influence became formal control and the extent to which British firms aligned with Whitehall’s interests. Such pathways from imperial “bridgeheads” to formal empire do not concern this paper, however. For both sides of the British informal empire debate agree that the networks of trade, capital, and information established in the mid-Victorian period were essential to Britain’s geostrategic position and to the network effects made possible by the expansion of vast, violent colonial empires. Never perfectly aligned with governmental interests, these networks nonetheless buttressed Britain’s position at the turn of the twentieth century not only because they were British-led, but also because others needed them as well. There is a vast corpus of “informal empire” literature. Entry points include Gallagher and Robinson (1953), though they note that they did not invent the term, Platt (1968, p. 297), Porter (1986), Hopkins (1994), Darwin (1997, p. 617; 2009, p. 10-11, 112-143), Ferguson and Schularick (2006), and Winder (2010).

<sup>6</sup> On the problem of “*Auslandsdeutsche*” in general, see especially H. G. Penny (2017); see also Conrad (2010) and Manz (2014).



In the 1890s, Latin American coasts emerged as key figurative battlegrounds for the conflict over German naval armament (Böhm, 1972). The backdrop to these contests is well-trodden historiographical ground. Naval armament would become, of course, the centerpiece of German *Weltpolitik* (“world policy”). One key outcome of the recent global turn in German historiography has been to de-pathologize Germany’s pre-1914 imperial expansion and *Weltpolitik* (Grimmer-Solem, 2019).<sup>7</sup> In the formation of national identity, the grip of navalist politics, the practice of colonial rule, and the world-status aspirations of *Weltpolitik*, Imperial Germany was a thoroughgoing participant in the liberal imperialism of the fin-de-siècle.<sup>8</sup> Self-consciously modern, inspired by a racial “civilizing mission,” and bullish about the political opportunities of the new global economy – these were the hallmarks of liberal empire, and in these respects Germany was more similar to its fellows than different (Grimmer-Solem, 2019).<sup>9</sup> Following this turn, it is possible to investigate the different constituencies that drove *Weltpolitik*, the ways competing definitions of national prestige could associate under its aegis, and the many Germans abroad who were perfectly content to ignore it altogether.

Such was the case in the early 1890s in Brazil, where Germans had held business and settlement interests for decades (Forbes, 1978, p. 387-390). Hamburgers had been involved in this exchange with Brazil, and especially the southernmost state Rio Grande do Sul, for half a century. In 1893, monarchist elements in Rio Grande do Sul revolted against Brazil’s four-year-old republican government. Britain, no doubt influenced by the Brazilian navy’s quick action against the monarchists, sent two ships of war to Rio de Janeiro. Presumably recalling failures in Chile two years earlier, the German cruisers *SMS Arcona* and *SMS Alexandrine* joined their British counterparts on September 19 (Böhm, 1972, p. 51-55).

<sup>7</sup> *Weltpolitik*’s allegedly pathological features may be familiar to some readers and are central to explanations of the First World War that locate the war’s origins in German foreign policy; but its liberal features have been under-emphasized; this liberalism, too, led to a great deal of violence and instability. Cf. Clark (2021, p. 151), who describes *Weltpolitik* as little more than “the old policy of the ‘free hand’ with more menacing mood music”, and James (2021, Chapter 6). No doubt, as these authors suggest, *Weltpolitik* also drew on continuities in German foreign policy.

<sup>8</sup> See, on national identity, Conrad (2010); on navalism, Kelly (2011); on colonialism, Kundrus (2003) and the literature surveyed in Eley and Naranch (2014, p. 1-18) and in Press (2021); and, on liberal imperialism, Fitzpatrick (2008), Guettel (2012), and Grimmer-Solem (2019).

<sup>9</sup> For a provocative discussion of the similarities between Germany and the United States, not just Germany and the European empires, see Lahti (2021 ed.), especially Conrad (2021). Nor should Japan be left out of the conversation. Kim (2014).

There, however, German and British approaches diverged. The British Foreign Office drew up plans for the major European powers and the U.S.A. to intervene in Brazil. Hamburg's merchants, however much they desired a show of German naval force, contended that actual European military intervention could only hinder trade. Indeed, Britain's gradual interventions in the Brazilian conflict damaged its standing with both sides. Meanwhile, German ships continued only to protect German shipping, much to the satisfaction of Hamburg's Brazilian firms, who began regularly to praise the Imperial Navy for its much-needed support. From October 1893 to February 1894, that support protected all 95 German ships that called at Rio de Janeiro. It was put into stark relief by the British, as a cohort of merchants and shipping lines in both Rio and London began actively to protest the Foreign Office's more engaged Brazilian policy. The German navy became an example of preferable European intervention. Ships owned by Edward Johnston & Co., an English firm in Rio with strong ties to Hamburg, even attempted to sail under a German flag to secure safe passage (Böhm, 1972, p. 51-55).

This brief vignette has several revealing components, from the cooperation that allowed an English firm to fly for protection under the German flag to the Hamburg-based firms' identification with German naval efforts. Yet that identification followed only insofar as German gunboat diplomacy prioritized longstanding patterns of Hanseatic commercial activity, rather than some other imperial ambitions.

Similar was the case of the Hamburg-America Line, soon to become the largest shipping firm in the world and perhaps the private company most associated with the increasing presence of Germanness around the world. Yet here too that Germanness was circumscribed in ways Berlin could not necessarily dictate. From the 1890s onwards, the Hamburg-America Line's official yearly reports asserted the line's importance to German interests abroad – yet typically in ways defined by the HAPAG's own concerns. The report for 1897 praised imperial intervention in China and looked forward to business there, but gave few specifics. On January 3, 1898, however, the line established a monthly freight service to East Asia.<sup>10</sup> Several years later, it was not China but the Ottoman Empire, where regular service was established with 'the interests of the firm,

---

<sup>10</sup> Hamburg-Amerika Linie, *Jahresbericht 1897* (Hamburg: H.O. Persiehl, 1898), p. 4.

but no less the national interest' in mind.<sup>11</sup> By 1904, the destination in question was southern Brazil: 'We hope', by increasing service to southern Brazil, 'to be particularly conducive to the development of German settlement in Brazil.'<sup>12</sup> One of *Weltpolitik's* key innovations was to focus attention on economic spheres of influence beyond formal colonies. The three statements thus covered three of the principal desiderata for proponents of *Weltpolitik*: China, the Ottoman Empire and Latin America (see, in particular, Grimmer-Solem, 2019, p. 22).

Commercial ties both reflected and intensified the myriad political and personal affiliations held by Germans around the world, especially in areas of high migration like southern Brazil. And new scholarship on Imperial Germany has tended to see this story as one bounded firmly by the chronology of the First World War. Thus, one of the challenges in recent global and transnational histories of Germany has been to break through this chronological barrier. In this case the history of German migration to and interest in Brazil is highly generative. Migration actually increased during the Weimar years, and ample continuity bridged political ruptures (Rinke, 1996). Beyond the hardline nationalist goals of groups like the Nazi Party network in Brazil, there is here a way to follow forms of economic nationalism after the end of Germany's power-political designs (Dietrich, 2007).

After all, this through line of engagement with German firms and German commercial actors in Brazil did not end in 1914, nor even in 1945. And, as previously, this engagement opened fault-lines that raised questions about national identity, global interconnection, and economic prestige. Among the most striking examples is Brazil's relationship with West German car manufacturers, especially Volkswagen, during Brazil's period of import-substitution industrialization (ISI), especially under President Juscelino Kubitschek. Volkswagen's plant outside São Paulo was among the first of its kind in Brazil and represented West German foreign direct investment designed – from VW's perspective – to circumnavigate the tariff walls erected to protect Brazil's infant industry. From the perspective of Kubitschek's government, the VW plant was a welcome way to attract a firm with sufficient capital to undertake large-scale automobile

<sup>11</sup> Hamburg-Amerika Linie, *Jahresbericht 1901* (Hamburg: H.O. Persiehl, 1902), p. 5.

<sup>12</sup> Hamburg-Amerika Linie, *Jahresbericht 1904* (Hamburg: H.O. Persiehl, 1905), p. 5.

manufacturing and to do it on Brazilian soil with Brazilian workers. Given the associations between driving and middle-class lifestyle, not to mention the upward mobility entailed by a job on the VW line, the São Paulo plant of *Volkswagen do Brasil* became a site for the creation of Brazilian national identity even as it was tied to a West German firm (Wolfe, 2010).

Eventually VW made autos using up to 95% Brazilian manufactured content (Wolfe, 2010, p. 121). Ford, GM, and Mercedes followed similar steps. At the time, the entry of these multinationals received broad support among Brazilians. Per one historian, “The wages and benefits so outpaced anything else available to poor and working-class Brazilians that a position in the auto factories became nearly synonymous with social mobility” (Wolfe, 2010, p. 132). Auto factories delivered the highest working-class wages and benefits in the country, and factories defined themselves and their workers as modern. Not just modern: but Brazilian modern.

Among the chief challenges for global histories of Germany has been extending a global frame of reference forward in time to the postwar period. A potential through-line for German historians may exist in the lingering symbolic capital attached to German technological and commercial capacities. After all, West Germany would quickly leverage this capital to grease the wheels of its integration into post-war Atlantic order. Might this trend of economic prestige – economic nationalism even – provide ground for studying the continued relationship between West Germany and the wider world? How did the imperative to ascribe national character to commercial activity and goods – so common during the Age of Empire – change after 1945?

### 3. The Persistent Problem of State Power

Both Germany and Brazil, albeit in different ways, fit into the pattern of centralizing imperial formations that wove themselves into the economic interconnection and migrations of the nineteenth century. In both cases – again, albeit in different ways – a challenge of doing this type of global or transnational history is locating the place of the nation-state, or the imperial nation-state. How did the history of state aspirations

interact with an “unbound” history of Germans abroad, especially in places like the Brazilian borderlands?

Here, again, the history of Germans in Brazil sheds light on the persistent problem of state power. Brazil’s place in the nineteenth-century German imaginary is well-known (Conrad, 2010). Dreams of a German colony in Rio Grande do Sul captivated nationalists of all stripes across the century. Hamburg’s Colonial Society, for example, received support from the 1848 Frankfurt Parliament to request land concessions from the Brazilian government. This request followed an increase in both commerce and migration between Brazil and the German states (Washausen, 1968, p. 12-22). Historians have shown that even before Germany’s formal pursuit of colonies, such imperial aspirations embedded themselves in models of nation-hood, just as they found themselves buoyed by increasing migration (Fitzpatrick, 2008). Little surprise, then, that the new historiography of Imperial Germany showcases the thorny problem of state power – but also how to negotiate it.

After all, perhaps the most sustained recent trend among historians of Germany has been a thoroughgoing turn to global and transnational histories of Germans and Germany in the long nineteenth century. Especially for literature on the German Empire (1871-1918), and even more so especially for histories of the Wilhelmine period (1888-1918), historians have increasingly taken up problems familiar to global, transnational, and imperial histories. Indeed, not only did this time period see a continuation of trends toward German integration into the world – especially intellectual exchange and commerce – but also the years between 1871 and 1918 saw a transformation in Germany’s imperial ambitions, in the form both of traditional, formal colonial land grabs and more capacious aspirations. We know that some Germans abroad developed strongly held beliefs about national identity and politics associated with imperial encounters and aspirations (Manz, 2012; Guenther, 2025 forthcoming). At the same time, many had far more pressing concerns and more comfortable affiliations than to the identities imagined in Berlin.

In these decades, Germany and Germans found themselves thrust into the churn of unprecedented global economic integration and the spread of empires from Europe, the United States, and Japan. An earlier historiography of Imperial Germany had paid limited attention to its



global imperial ambitions and overseas colonial conquest.<sup>13</sup> More recently, historians have shown that global concerns, rather than domestic political problems, motivated Germany's imperial expansion before the First World War. Colonial dreams and international trends influenced policymakers in Berlin and the liberal, nationalist German middle classes.<sup>14</sup> These global interactions, in turn, shaped the construction of German national identity (Conrad, 2010). Globalization, transnational exchange and inter-imperial politics drove policymaking in Berlin, especially the *Weltpolitik* of Bernhard von Bülow, Kaiser Wilhelm II and Alfred Tirpitz (Kelly, 2011, p. 129-165; Bönker, 2013; Grimmer-Solem, 2019). Seen this way, *Weltpolitik* resembles the liberal imperialisms of Britain and France, as well as the imperial aspirations in the United States and Japan. For Steven Press, too, training a global lens on German colonial rule in Southwest Africa reveals dynamics that accorded with – and, in fact, borrowed from – other states (Press, 2021). So de-pathologized, *Weltpolitik* becomes yet another expression of imperial mimesis and rivalry – not simply a Germany deviation (Adelman, 2015).

We know, in other words, that the experiences of Germans out in the world – economists, colonial “adventurers” and missionaries, traders, and all manner of people who had affinities other than “German” – contributed to a matrix of imperial ambition that had broad public appeal, not despite but precisely because it was a variable matrix into which one could project one's own imagined futures. We know, for example, of the galvanizing effect had by German naval cruisers on enclaves around the world (Manz, 2012). So too with merchant steamers in the North Atlantic (Russel 2011; 2016; 2020).<sup>15</sup> In the Southern Cone of Latin America, as well, steamships appeared as gargantuan floating embassies of Germanness – but of a specific type of Germanness constructed as much on the

---

<sup>13</sup> “Imperial” in “Imperial Germany” refers to the emperor of the Germans, anointed after the Franco-Prussian War, when the Hohenzollern kings of Prussia were elevated to German *Kaisers*, presiding over a *Reich* of quasi-independent regional kingdoms, duchies, and city-states. The German original, “*Kaiserreich*”, is in this sense clearer than the English translation.

<sup>14</sup> For a summary of recent work on German colonialism, see Eley and Naranch (2014) and, among many others, Zantop (1997), Kundrus (2003), Steinmetz (2007), Press (2021), and Blackler (2022). On liberalism, imperialism and the German middle classes see Fitzpatrick (2008) and Guettel (2012). On inter- and transnational forces behind policy, see, for example, Kelly (2011) and Torp (2014).

<sup>15</sup> On battleship “naval theater”, see Rüger (2007).



Rio de la Plata as the Spree or (as was more likely) the Elbe (Guenther, 2025 forthcoming).

It is impossible to tell the story of global integration without the history of nineteenth and twentieth-century imperial expansion and rule. Indeed, to extend the metaphor, the very proliferation of unboundedness, interconnection, and polycentrism that attended late-nineteenth century globalization prompted new and varied attempts at binding. Inter-state competition obtained in the flow of people, ideas and political movements, information, and of course the economy, contributing to what we might call the discovery of “the global” (Conrad and Sachsenmaier, 2007; Winder, 2010; Bönker, 2012; Manz, 2014; Tworek, 2019; Grimmer-Solem, 2021; Slobodian, 2015).<sup>16</sup>

The history of Germans in Latin America, and in Brazil especially, might help us get to grips with this problem. Latin America was at once a key theater in the creation of *Weltpolitik* and a key site for research on transnational Germans beyond the nation-state. While historians have studied German imperial ambitions in Latin America, these studies have tended to operate either under the “informal empire” framework; or to emphasize high politics and inter-imperial diplomatic relations; or to highlight German deviation from other patterns of imperial aspirations (Fiebig von-Hase, 1986; Herwig, 1986; Mitchell, 1999).<sup>17</sup> Studies of “Germans abroad,” meanwhile, have tended to emphasize the political distance between German communities in the Americas and Berlin’s fantasies – and with good reason.

Yet, while it may be true that many Germans living in Brazil and across the Americas had little, if any, interest in goings-on “at home” – people for whom “German” was an idealized category, even a tactical one, that had limited bearing on one’s daily life and self-identification – it was not only the German state that imagined projects of binding “Germans abroad” to the imperial metropole. Occasionally, it was those Germans most cut off from the state who imagined the most violent forms of binding and clung to the most recalcitrant forms of national chauvinism. For the merchant-turned shipping magnate Emil Helfferich, for example, it was time spent in the Dutch East Indies during the First World War that

<sup>16</sup> The phenomenon is developed further in Slobodian (2018).

<sup>17</sup> Though concerning the interwar period, see also Rinke (1996).

became the most reliable rhetorical tool to justify his swift and fierce support for the National Socialists (Guenther, 2023). The contention here is certainly not that most Germans abroad thought this way, nor that we must re-center the nation-state or return to tightly nationally-bounded research, but instead to attend to the ways the transnational and the national were often co-constitutive (Adelman, 2017; 2021).

#### 4. Conclusion: Global Regimes and New Directions

This opening essay has wagered that the bicentennial of German migration to Brazil offers a moment to reflect on new trends in the historiography of this relationship. It has argued that pathbreaking working at the intersection of global, German, and Brazilian historiography offers broader lens for global- and transnationally-inclined historians. It has done so in rather schematic fashion, focusing on three interrelated thematic problems: national affiliation and identity, commercial ties, and state ambitions. In each case, the heuristic of an unbound-binding dynamic – to borrow from Glenn Penny – reveals a dialectic at the center of global history: the power of global integration and disintegration to produce unity in difference. This dialectic makes possible a broad sweep of studies into the history of German migration to Brazil and German-Brazilian relations that attends to entanglements, exchanges, and relationality, rather than simply comparison and the collision of two nationalities.

In the case of the nation and national affinities, historians have shown over the past decade how different forms of identification coexisted with and at times superseded national character. Brazilian historiography, in particular, offers a long history of work into both hybridity and the backlashes it frequently prompts: naturally, the history of race is here central. And in both historiographies, the power of regional and local affinities to both circumscribe and supercharge national feeling is well-established. In either sense, Germans in Brazil really were “unbound” from the nation-state.

Commercial ties – chief among other entanglements – did of course bind both the German slavers of Bahia and borderlands settlers of Rio Grande do Sul into an increasingly integrated world. These commercial ties often prompted political ones, and the nineteenth century saw a

proliferation of still-powerful liberal assumptions about the connection between the two. But the nature of these ties, and whether they existed at all, was an open question with many possible answers – answers that often cut across lines of class, occupation, and other forms of identification. The wealthy Schramm family on its plantation in Bahia and a more middle- or professional-class settler were far from the same.

Germany and Brazil, and especially Germans in Brazil, defied neat conclusions about how trade and finance interacted with both imperial ambitions and national sovereignty. The case of German shipping and naval activity off the coast of Rio de Janeiro is illustrative, but so might be later cases such as that of Volkswagen do Brazil. Globalization has a remarkable ability to demand that observers ascribe national character to ostensibly trans- or multinational enterprise. This is an enduring problem that historians might more extensively explore, just as the issue of informal empire and dependency has generated abundant research by Latin Americanists into the gray areas of political influence and rule.

For, indeed, both migration and commerce prompted newfound imperial ambitions – binding attempts, whether of a German empire with “world status” or a Brazil continental one. These attempts were neither monolithic nor the natural consequence of interconnection: they were instead the products of choices and political imaginaries. States projected them onto Germans abroad, but so too did some Germans dream up their own ways of getting the state involved. At the same time, however, the commercial and agricultural activities of German settlers in Brazil went far beyond these flashpoints of imperial interest. Berlin’s most ardent imperialists may have imagined such Germans abroad as agents of empire, but the overwhelming majority were not in any conscious way. There is too much research to ignore either side of this binding-unbinding paradox. What remains instead is for further studies, like the contributions that follow, to detail specific cases and expose general trends to help historians make sense of the interplay between national and transnational forces that defined the nineteenth century and remains foundational for contemporary political life.

## References

ADAM, T. *Deutschland in der Welt: Gesellschaft, Kultur und Politik seit 1815*. Frankfurt: Campus Verlag, 2021.

ADELMAN, J. Latin America and world histories: Old and new approaches to the *pluribus* and the *unum*. *Hispanic American Historical Review*, v. 84, n. 3, p. 399-409, 2004.

ADELMAN, J. Mimesis and rivalry: European empires and global regimes. *Journal of Global History*, v. 10, n. 1, p. 77-98, 2015.

ADELMAN, J. What is Global History Now? *Aeon*, March 2, 2017. Available at: <<https://aeon.co/essays/is-global-history-still-possible-or-has-it-had-its-moment>>. Accessed on: 11 nov. 2024.

ADELMAN, J. The Patriot Paradox. *Aeon*, April 29, 2021. Available at: <<https://aeon.co/essays/liberal-nationalism-is-back-it-must-start-to-think-globally>>. Accessed on: 11 nov. 2024.

APPLEGATE, C. *A nation of provincials: The German idea of Heimat*. Berkeley: University of California Press, 1990.

BENTON, L. *A search for sovereignty: Law and geography in European empires, 1400-1900*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2010.

BINDERNAGEL, F. *Deutschsprachige Migranten in Buenos Aires: Geteilte Erinnerung und umkämpfte Geschichtsbilder, 1910-1932*. Paderborn: Verlag Ferdinand Schöningh, 2018.

BLACKBOURN, D. Germans abroad and *Auslandsdeutsche*: Places, networks, and experiences from the sixteenth to the twentieth Century. *Geschichte und Gesellschaft*, v. 41, n. 2, p. 321-346, 2015.

BLACKBOURN, D. *Germany in the world: A global history, 1500-2000*. New York: Liveright, 2023.

BLACKLER, A. A. *An imperial homeland: Forging German identity in Southwest Africa*. Pennsylvania: Pennsylvania University Press, 2022.

BÖHM, E. *Überseehandel und Flottenbau. Hanseatische Kaufmannschaft und deutsche Seerüstung 1879-1902*. Düsseldorf: Bertelsmann Universitätsverlag, 1972.

BÖNKER, D. *Militarism in a global age: Naval ambitions in Germany and the United States before World War I*. Ithaca: Cornell University Press, 2012.

BÖNKER, D. Global politics and Germany's destiny 'from an East Asian perspective': Alfred von Tirpitz and the making of Wilhelmine navalism. *Central European History*, v. 46, n. 1, p. 61-96, 2013.

BROWN, M. The global history of Latin America. *Journal of Global History*, v. 10, p. 365-386, 2015.

BRYCE, B. *To belong in Buenos Aires: Germans, Argentines, and the rise of a pluralist society*. Stanford: Stanford University Press, 2018.

CERCEL, C. The persistence and malleability of settlerness: Danube Swabians in Entre Rios/Guarapuava (Paraná, Brazil). *Immigrants and Minorities*, v. 41, n. 1-3, p. 1-38, 2023.

CLARK, C. *The sleepwalkers: How Europe went to war in 1914*. London: Allen Lane Penguin, 2012.

CONRAD, S. *Globalisation and the nation in Imperial Germany*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CONRAD, S. *What is global history?* Princeton: Princeton University Press, 2016.

CONRAD, S. Settler colonialism and financial imperialism: The German and United States Empires in a global age. In: LAHTI, J. (Ed.). *German and United States colonialism in a connected world*. London: Palgrave Macmillan, p. 307-314, 2021.

CONRAD, S.; SACHSENMAIER, D. (Eds.). *Competing visions of world order: global moments and movements, 1880s-1930s*. New York: Palgrave, 2007.

DANTAN, J. G. (Ed.). *El mundo hispanoamericano y la Primera Guerra Mundial*. Ciudad de México: El Colegio de México, Jornadas 173, 2017a.

DANTAN, J. G. La Primera Guerra Mundial y la Revolución Mexicana: influencias recíprocas. In: DANTAN, J. G. (Ed.). *El mundo hispanoamericano y la Primera Guerra Mundial*. Ciudad de México: El Colegio de México, Jornadas 173, p. 31-68, 2017b.

DARWIN, J. Imperialism and the Victorians: The dynamics of territorial expansion. *English Historical Review*, v. 112, n. 447, p. 614-642, 1997.

DARWIN, J. *The empire project: The rise and fall of the British world-system, 1830-1970*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2009.

DIETRICH, A. M. *Nazismo tropical? O Partido Nazista no Brasil*. Ph.D thesis. São Paulo: Universidade de São Paulo. Sao Paulo, 2007.

ELEY, G.; NARANCH, B. (Eds.). *German colonialism in a global age*. Durham: Duke University Press, 2014.

FAJARDO, M. *The world Latin America created: The United Nations Economic Commission for Latin America in the development era*. Cambridge: Harvard University Press, 2022.

FERGUSON, N.; SCHULARICK, M. The empire effect: The determinants of country risk in the First Age of Globalization, 1800-1913. *Journal of Economic History*, v. 66, n. 2, p. 283-312, 2006.

FIEBIG VON-HASE, Ragnhild. *Lateinamerika als Konfliktherd der deutsch-amerikanischen Beziehungen 1890-1903*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1986.



FITZPATRICK, M. *Liberal imperialism in Germany: Expansionism and nationalism, 1848-1884*. New York: Berghahn, 2008.

FORBES, I. L. D. German informal imperialism in South America before 1914. *Economic History Review*, v. 31, n. 3, p. 384-398, 1978.

FROTSCHER, M. A lost homeland, a reinvented homeland: Diaspora and the 'culture of memory' in the colony of Danube Swabians of Entre Rios. *German History*, v. 33, n. 3, p. 439-461, 2015.

GALLAGHER, J.; ROBINSON, R. The imperialism of free trade. *The Economic History Review*, v. 6, n. 1, p.1-15, 1953.

GRIMMER-SOLEM, E. *Learning empire: Globalization and the German quest for world status, 1875-1919*. Cambridge, U.K./New York: Cambridge University Press, 2019.

GUENTHER, J. H. Hamburg free traders and the business of empire, 1897-1941. *Central European History*, v. 56, n. 4, p. 535-552, 2023.

GUENTHER, J. H. An empire of merchants? German shipping, commercial interests, and imperial ambitions from Latin America to Hamburg, 1888-1918". *German History*, forthcoming 2025.

GUETTEL, J.-U. *German expansionism, imperial liberalism, and the United States*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

HERWIG, H. H. *Germany's vision of empire in Venezuela, 1871-1914*. Princeton: Princeton University Press, 1986.

HOPKINGS, A. G. Informal empire in Argentina: An alternative view. *Journal of Latin American Studies*, v. 26, n. 2, p. 469-484, 1994.

JAMES, H. (Ed.). *The war of words: A glossary of globalization*. New Haven/London: Yale University Press, 2021.

JENKINS, J. *Provincial modernity: Local culture and liberal politics in fin-de-siècle Hamburg*. Ithaca: Cornell University Press, 2003.

KATZ, F. *The secret war in Mexico: Europe, the United States, and the Mexican Revolution*. Chicago/London: University of Chicago Press, 1981.

KELLY, P. J. *Tirpitz and the Imperial German Navy*. Bloomington/Indianapolis: University of Indiana Press, 2011.

KIM, H.-E. *Doctors of empire: Medical and cultural encounters between Imperial Germany and Meiji Japan*. Toronto: University of Toronto Press, 2014.

KNIGHT, A. La Revolución mexicana y la Primera Guerra Mundial: conexiones y comparaciones. In: DANTAN, J. G. (Ed.). *El mundo hispanoamericano y la Primera Guerra Mundial*. Ciudad de México: El Colegio de México, Jornadas 173, p. 69-82, 2017.

KUNDRUS, B. *Moderne Imperialisten: das Kaiserreich im Spiegel seiner Kolonien*. Cologne: Böhlau, 2003.

LAHTI, J. (Ed.). *German and United States colonialism in a connected world*. London: Palgrave Macmillan, 2021.

MANZ, S. Nationalism gone global: The *Hauptverband Deutscher Flottenvereine im Auslande* 1898-1918, *German History*, v. 30, n. 2, p. 199-221, 2012.

MANZ, S. *Constructing a German diaspora: The 'Greater German Empire,' 1871-1914*. New York: Routledge, 2014.

MITCHELL, N. *The danger of dreams: German and American imperialism in Latin America*. Chapel Hill/London: University of North Carolina Press, 1999.

MÜGGE, M. H. Building an empire in the Age of Revolutions: Independence and immigration in the Brazilian borderlands. *Topoi*, v. 23, n. 51, p. 870-896, 2022a.

MÜGGE, M. H. *A trajetória de uma escritora imigrante: Josefina Wiersch entre três mundos*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2022b.

NARANCH, Bradley. Between cosmopolitanism and German colonialism: Nineteenth-century Hanseatic networks in emerging tropical markets. In: GESTRICH, A.; SCHULTE BEERBÜHL, M. (Orgs.). *Cosmopolitan networks in commerce and society 1660-1914*. London: German Historical Institute, p. 99-132, 2011.

OFFNER, A. C. *Sorting out the mixed economy: The rise and fall of welfare and developmental states in the Americas*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2019.

PLATT, D. C. M. The imperialism of free trade: Some reservations. *The Economic History Review*, v. 21, n. 2, p. 296-306, 1968.

PENNY, H. G. German polycentrism and the writing of history. *German History*, v. 30, n. 2, p. 265-282, 2012.

PENNY, H. G. Material connections: German schools, things, and soft power in Argentina and Chile from the 1880s to the Interwar Period. *Comparative Studies in Society and History*, v. 59, n. 3, p. 519-549, 2017.

PENNY, H. G. *German history unbound: From 1750 to the present*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2022.

PENNY, H. G.; RINKE, S. Germans abroad: Respatializing historical narrative. *Geschichte und Gesellschaft*, v. 41, n. 2, p. 173-196, 2015.

PORTER, A. *Victorian shipping, business, and imperial policy: Donald Currie, the Castle Line, and Southern Africa*. New York: St. Martin's Press, 1986.

PRADO JUNIOR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1945.

PRESS, S. *Blood and diamonds: Germany's imperial ambitions in Africa*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2021.

PRYLUKA, P. Developing consumers: A history of wants and needs in

postwar South America. Ph.D. thesis (History). Princeton University. Princeton, 2024.

RINKE, S. *'Der letzte freie Kontinent': deutsche Lateinamerikapolitik im Zeichen transnationaler Beziehungen, 1918-1933*. Stuttgart: Heinz, 1996.

RINKE, S. *Latin America and the First World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

RÜGER, J. *The great naval game: Britain and Germany in the Age of Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

RUSSELL, M. A. Picturing the *Imperator*: Passenger shipping as art and national symbol in the German Empire. *Central European History*, v. 44, n. 2, p. 227-256, 2011.

RUSSELL, M. A. Steamship nationalism: Transatlantic passenger liners as symbols of the German Empire. *International Journal of Maritime History*, v. 28, n. 2, p. 313-334, 2016.

RUSSELL, M. A. *Steamship nationalism: Ocean liners and national identity in Imperial Germany and the Atlantic World*. Abingdon, Oxon: Routledge, 2020.

SCHULZE, F. Von verbrasilianisierten Deutschen und deutschen Brasilianern: 'Deutschsein' in Rio Grande do Sul, Brasilien, 1870-1945. *Geschichte und Gesellschaft*, vol. 41, p. 197-227, 2015a.

SCHULZE, F. 'Auslandsdeutschtum' in Brazil (1919-1941): Global discourses and local histories. *German History*, v. 33, n. 3, p. 405-422, 2015b.

SCHULZE, F.; FISCHER, G. Brazilian history as global history. *Bulletin of Latin American Research*, v. 38, n. 4, p. 408-422, 2019.

SCHRAMM, P. E. *Neun Generationen*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1963.

SHEEHAN, J. J. What is German history? Reflections on the role of the nation in German history and historiography. *Journal of Modern History*, v. 53, n. 1, p. 2-23, 1981.

SLOBODIAN, Q. How to see the world economy: statistics, maps and Schumpeter's camera in the first age of globalization. *Journal of Global History*, v. 10, n. 2, p. 307-332, 2015.

SLOBODIAN, Q. *Globalists: The end of empire and the birth of neoliberalism*. Cambridge: Harvard University Press, 2018.

SMITH, H. W. *Germany, a nation in its time: Before, during, and after nationalism, 1500-2000*. New York: Liveright, 2020.

STEINMETZ, G. *The devil's handwriting: Precoloniality and the German colonial state in Qingdao, Samoa and Southwest Africa*. Chicago/London: University of Chicago Press, 2007.

TEIXEIRA, M. *A third path: Corporatism in Brazil and Portugal*. Princeton: Princeton University Press, 2024, forthcoming.

TOPIK, S.; WELLS, A. (Eds.). *The second conquest of Latin America: Coffee henequen and oil during the export boom 1850-1930*. Austin: University of Texas Press, 1998.

TORP, C. *The challenges of globalization. Economy and politics in Germany, 1860-1914*. New York/Oxford: Berghahn, 2014.

TWOREK, H. J. S. *News from Germany: The competition to control world communications, 1900-1945*. Cambridge: Harvard University Press, 2019.

WALKER, M. *German hometowns: Community, state, and general estate, 1648-1871*. Ithaca: Cornell University Press, 1971.

WASHAUSEN, H. *Hamburg und die Kolonialpolitik des Deutschen Reiches: 1880 bis 1890*. Hamburg: H. Christians, 1968.

WINDER, G. M. London's global reach? Reuters news and network, 1865, 1881, and 1914. *Journal of World History*, v. 21, n. 2, p. 271-296, 2010.

WITZEL DE SOUZA, B. G. Imaginando diferentes 'São Paulos' no Império Alemão: Perspectivas sobre a imigração (1890-1905). *Revista Prâksis*, v. 18, n. 1, p. 25-53, 2021.

WOLFE, J. *Autos and progress. The Brazilian search for modernity*. New York/Oxford: Oxford University Press, 2010.

ZANTOP, S. *Colonial fantasies: Conquest, family, and nation in precolonial Germany, 1770-1870*. Durham: Duke University Press, 1997.



# The meanings of restriction: the *Heydt Rescript* of 1859 and German migrations to Brazil\*

*Os significados da restrição: o Rescrito de Heydt de 1859 e as migrações alemãs para o Brasil*

José Juan Pérez Meléndez\*\*

**Abstract:** On 3 November 1859, the Kingdom of Prussia decreed the so-called Heydt Rescript, a circular that curtailed propaganda and private emigration drives from Prussian lands to Brazil. In line with the assessment of nineteenth-century observers, scholars have long understood the Rescript as a singularly restrictive measure that directly responded to reports of abuse against German *colonos* culminating in the sharecroppers' rebellion (*revolta dos parceiros*) of 1856-1857. However, a number of factors suggest that, beyond Brazil, other Prussian concerns of both a domestic and international political nature motivated the Heydt Rescript. Beginning with the life trajectory of the decree's author, trade minister August von der Heydt, this article surveys the context that preceded and underpinned the Heydt Rescript in order to show how Prussian military imperatives, economic overtures in Asia, and government changes dovetailed into a multifaceted migration restriction that remained in place until the end of the nineteenth century.

**Keywords:** Heydt Rescript. August von der Heydt. Kingdom of Prussia. sharecroppers' rebellion.

**Resumo:** Em 3 de novembro de 1859, o Reino da Prússia decretou o chamado *Rescrito de Heydt*, uma circular que restringiu a propaganda e as ini-

\* Submissão: 13/09/2024 | Aprovação: 14/11/2024 | DOI: 10.29182/hehe.v27i3.1025

\*\* Associate Professor at the History Department, University of California, Davis | ORCID: 0000-0003-1173-1856 | E-mail: jjperdez@ucdavis.edu



ciativas privadas de emigração de regiões prussianas para o Brasil. Em linha com a avaliação de observadores no século XIX, a pesquisa acadêmica há muito encara o *Rescrito* como uma medida singularmente restritiva, que respondia diretamente às denúncias de abuso contra colonos alemães, motivadoras da revolta dos parceiros de 1856-1857. Contudo, diversos fatores sugerem que, além do Brasil, outras preocupações prussianas, de natureza política nacional e internacional, motivaram o *Rescrito de Heydt*. Começando com a trajetória de vida do autor do decreto – o ministro do comércio August von der Heydt –, este artigo examina o contexto que precedeu e fundamentou o *Rescrito de Heydt*, de modo a mostrar como imperativos militares prussianos, oportunidades econômicas na Ásia e mudanças governamentais imiscuíram-se naquela restrição migratória multifacetada, que permaneceu em vigor até o final do século XIX.

**Palavras-chave:** Rescrito de Heydt. August von der Heydt. Reino da Prússia. Revolta dos parceiros.

**JEL:** F54. F66. N43. K37. N36.

## Introduction

In one of many study sketches carried out by the artist Adolph Menzel in 1860 for a commissioned painting, August von der Heydt's semblance conveys an air of enigma, to say the least (Figure 1). His left shoulder at twenty degrees from the center, his back to the viewer, close-cropped hair and ceremonial epaulets—here is not so much a draft portrait but a suggestive relief of the Prussian minister of trade in the act of witnessing a signal event casting a dim light over his visage. The event in question is the 1861 coronation of Wilhelm I, who rose to the Prussian crown after serving as prince regent for his ailing brother for three years in an ostensible “new era” that ushered in his accession. Positioned sideways, von der Heydt's image suggests the complexities involved, the transitions and transactions that characterized this momentous political change. As a conservative businessman and longtime minister, von der Heydt had enjoyed the previous monarch's sympathies and graces, but his relationship with the new head of state remained untested. Hence the minister's appearance as if in expectation, a patient onlooker waiting on the wings of change, and no less a deft politician in suspended animation, caught in the middle of one monarch's passing and the rise of another. Turned away from the spectator, the rendering also serves as a fitting allegory for how historians of Brazil have contemplated von der Heydt as the author of the Brazil-bound migration restriction known as the Heydt Rescript of 1859: focusing on the deed itself, nineteenth century histories of migration regard the man and his context elliptically if at all, as with a similar side glance.



Figure 1 – Adolph Menzel, “Minister of State von der Heydt. Study for the painting ‘Coronation of Wilhelm I in Königsberg’” (1864), *Kupferstichkabinett* (Museum of Prints and Drawings), *Staatliche Museen zu Berlin* (State Museums in Berlin).

Yet, a closer and more frontal consideration of von der Heydt and his political world may throw new light on the circular he decreed on 3 Nov. 1859, which presumably put a damper on emigration to Brazil, at that point one of the top receiving societies for German migrations (*Königlich Preussischer Staats-Anzeiger*, 1859, p. 2059-2060). Scholars assume that the Heydt Rescript, as the circular was known, resulted directly from longstanding claims of abuses suffered by German *colonos* in Brazil, which is the most plausible, but by no means only, explanation. The egregious treatment suffered by German-speaking migrants in Brazil, particularly in São Paulo, came to a head in a quickly defused local mobilization of sharecroppers at Ibicaba in 1856-1857 later known as the sharecroppers' rebellion (*revolta dos parceiros*). Although relatively minor, the event rose to prominence due to the numerous paper trails it incited. On the one hand, the Vergueiro family, who owned the plantations where the sharecroppers lived and worked, wrote incessantly to provincial and central government authorities to request military aid, justifying such a petition with dire warnings of a massive communist rebellion allegedly also involving the enslaved.<sup>1</sup> On the other hand, Swiss federal authorities organized an inquest into the event, with its envoy, Dr. Jakob Heusser, traveling around *paulista fazendas* to conduct interviews and inspections before producing a final report in 1858. Above and beyond these official paper trails, the sharecroppers' rebellion became widely known mostly thanks to the firsthand account written by its protagonist, a schoolteacher from Fanas named Thomas Davatz who was initially commissioned by Swiss cantonal authorities to gather information about the state of emigrant sharecroppers in São Paulo. As Bruno Witzel de Souza (2022) recently discussed, Davatz's published account may have circulated widely, and its estimated cost put it within the reach of Swiss industrial workers. The account also fed the flames of propagandists who lambasted emigration to Brazil as they favored and had interests vested in other destinations. And perhaps most importantly, Davatz's story was read by governmental figures both in Brazil and in German territories, including in Prussia

---

<sup>1</sup> There is room for debate about whether the enslaved were involved or allusion to their participation pertained to a strategy by the Vergueiros to obtain armed support from the government. For a view on the former, see Mota (2021); and for the latter Pérez Meléndez (2024, p. 210), as well as Santin Gardenal and Witzel de Souza (2021).

(Heflinger Jr., 2009, p. 66-70, 89; Witzel de Souza, 2022; Pérez Meléndez, 2024, p. 209-212).<sup>2</sup>

Following these evidentiary traces, scholars largely abide by an understanding that the sharecroppers' revolt of 1856-1857 triggered the Heydt Rescript (Fouquet, 1966; Blackbourn, 2023, p. 259-265). And indeed, the text of the circular itself seems to confirm this, as it opened with a reference to the abuses that gave rise to *colono* unrest. "The reports and complaints about the sad and hopeless situation of the German emigrants in Brazil," the decree began, "have recently become more and more numerous and, upon further investigation, have largely proven to be justified. Measures should thus be taken to remedy the situation..." (*Königlich Preussischer Staats-Anzeiger*, 1859, p. 2059-2060). But, however tenable this literal view, two problems remain unsolved: first, that the Rescript remains the object of overly vague historical accounting to date beyond mechanistic explanations that portray it as an episodic reflex reaction on the part of Prussia, if with a two-year delay after the sharecroppers' rebellion. Scholars and essayists in Brazil have long explained away the circular and its motivation with general and often unsubstantiated claims, including one that went as far as arguing that colonization entrepreneur Herman Blumenau was its primary target (Jamundá, 1993).

Secondly, part of the challenge in historicizing the Heydt Rescript hinges on the fact that its initial interpretations from the moment of occurrence appears to have been shaped without direct consultation to the original text of the decree itself. In the thirty-seven years during which the Heydt Rescript remained in full effect, Brazilian newspapers only referred to it succinctly as an emigration ban, while, according to one historian, Brazilian statesmen who cited it in parliamentary debates bemoaned its consequences without having read it—an issue some scholars tried to remedy by reproducing the text in full (Fouquet, 1966; Soares, 1992). Vague understandings have also pervaded the work of historians of German colonialism who understand the Heydt Rescript as heavily impacting Brazil but having little weight in Prussian affairs. Recent

---

<sup>2</sup> It bears mention that Davatz's account also acquired an outsized importance in the historiography of Brazil both on account of its nature as an extensive firsthand account by a *colono* and of its modern-day translation and curation by Sérgio Buarque de Holanda as part of Editora Itatiaia's "Reconquista do Brasil" series: see Davatz (1980).

global approaches to German history either omit any reference to the Heydt Rescript or allude to it strictly in relation to *colono* abuses (Conrad, 2010; Blackbourn, 2023, p. 259-265). Present understandings of this trend-setting restriction, then, tend to obscure its author, its context, and its possible meanings beyond face value. A more grounded and historically informed understanding of this pivotal decree may thus open the way for more far-reaching studies. After all, lingering questions abound. Why, for instance, did Brazil-oriented migration markets in Hamburg and Bremen suddenly shutter the private emigration agents that served as their engine of growth? How was it that a trade rather than the foreign affairs minister issued a migration-related statute? And, as will be discussed in the following pages, what role did historical processes and Prussian politics play in issuing the Heydt Rescript?

In the spirit of contributing to critical inquiries, this article offers an examination of the Heydt Rescript within and beyond the Brazilian context. I contend that doing so redefines the history around this decree in two significant ways. First, as a major migration restriction, this circular interrogates common understandings of the nineteenth century as an era of receding migration interdictions. As migration historians discuss, emergent passport technologies and “exit revolutions” coupled with new mobility options and liberal values to bolster unprecedented migratory movements across the Atlantic during the 1800s (Moya, 1998, p. 13-44; Torpey, 2000; Zolberg, 2007). In many ways, both Brazil and Prussia reflected these changes, each in their own way. Brazil, for example, had begun instituting passport controls as early as the 1820s. Whereas Prussia experienced centralization of mobility controls somewhat later, it evinced a politically adaptable rather than principled approach to migration controls and surveillance up to mid-century (Torpey, 2000, p. 63-66; Schubert, 2021; Farias, 2022).<sup>3</sup> At the tail end of these developments and still preceding the era of mass migrations (c.1870-1920) and the “age of migration restriction” (c.1920s-1940s) (Cook-Martín and FitzGerald,

---

<sup>3</sup> In Prussia, an 1817 law liberalized entries but required provincial or higher authorities to authorize exit passports. Harsh penalties arose three years later when a new regulation threatened prison time to anyone inducing Prussians to emigrate. By the early 1830s, Prussia devised special transit permits for Polish rebels in lieu of residence permits and continued to carry out expulsions of unhoused persons in an increasingly centralized mechanism formalized across German Confederation through the Gotha Convention of 1851, which enticed the poor to emigrate.



2014), the Heydt Rescript exemplifies an early, muscular restrictionism, one uncharacteristically adopted by a “sending” rather than “receiving” state, and enacted in the service of myriad concerns.

The Heydt Rescript, I argue, was a restrictive decree that responded to several Prussian political and geopolitical imperatives, crystallizing policy concerns beyond the suffering of Prussian migrants in Brazilian lands. As such, the circular epitomized Prussian shrewdness by responding to numerous needs much closer to home at a time in which the Prussian state found itself in the throes of a transition to a new regime and on the verge of an era of large-scale regional conflagrations already set afoot by the Crimean war (1854-1856) (Bright and Geyer, 1996). In this context, the Heydt Rescript emerges as a quite versatile and multi-modal policy expedient. It preemptively set the stage for a much needed a military reform that would require higher conscription levels. It forced Brazil to reconsider past failures in its negotiations for a treaty with the Zollverein headed by Prussia. It interdicted private emigration agencies and in doing so sent a strong signal that sought to bring von der Heydt’s liberal foes to heel. And it served as a sanitary prophylactic against reported bouts of cholera and other fevers across the Atlantic, most immediately in Brazilian ports. Hence, the Heydt Rescript actively addressed concerns about overseas epidemics, bilateral commercial accords, internal politics and military demands at a time of heightened regional tensions in Europe and across the globe. Notably, it also foreshadowed a bold Prussian statism that exploited exit requirements as a means to extend the reach of its migration policies beyond its own territorial confines, thus internalizing what Aristide Zolberg (2007) referred to as “remote control,” that is, the ability of modern states to stem migrations at points of departure beyond their own borders.

Seeing the Heydt Rescript under new light invites to think with but also beyond the most obvious cause-and-effect explanation as the most adequate one, namely that a “revolt” by Swiss sharecroppers in one plantation elicited such a strong policy response from Prussia. Expanding the context of the decree also calls into question the normative power attributed to law as a structuring principle of social and political processes by showing instead that legal statutes such as the Rescript were conjunctural products of a long list of inter-state and intra-state dynamics. In this

vein, the following pages bring the Heydt Rescript into historical relief by briefly profiling its author and then contextualizing the decree in a continuum of four overlapping processes: the peddling of German overseas expansionism in 1848 even after the failure of Brazilian efforts to secure an accord with the Zollverein; the articulation of restrictive attitudes toward emigration on the coattails of the 1848 revolutions; the internal economic pressures generated by the 1857 financial crisis; and Prussian military needs congealing in 1859 and reaching a peak only with German unification in 1871.

## 1. Who's Afraid of von der Heydt? Biographical Portrait of a Bourgeois Monarchist

Although August von der Heydt has but a spectral presence in the study of migrations to Brazil, he was in fact of flesh and blood. Born in 1801, August grew up the eldest of three sons in a wealthy banking family from Elberfeld, just east of Dusseldorf. Barely fourteen at the end of the Napoleonic wars and the establishment of the German Confederation, young August began apprenticing in London and Le Havre before joining his father's bank, Heydt, Kerstens & Sons (*Heydt, Kerstens und Söhne*), in 1824. Back in Elberfeld, he rapidly rose through public-service ranks. Starting in 1831, he served as commercial-court judge in Elberfeld and other surrounding districts and a year later joined the recently founded Chamber of Commerce of Elberfeld and Barmen.

Meanwhile, he started to make a name for himself as an ambitious businessman humble enough to learn from past errors and sufficiently savvy to redirect his efforts to more munificent opportunities. He became board member and accountant of the German-American Mining Company (*Deutsch-amerikanischer Bergwerks-Verein*, est. 1824), which dashed into markets among an early cohort of about sixteen Prussian *Aktiengesellschaften* (joint-stock companies) founded up to 1825 in the mold of the pioneering Rhenish-West Indian Company of 1821 (Bergengrün, 1908, p. 26-27; Fohlin, 2005). The German-American Mining Company banked its high hopes on silver and gold for minting. Indeed, as the enterprise leased properties from the British-owned United Mexican Mining Association in El Chico (*Mineral del Chico*), in the present-day Mexican

state of Hidalgo, von der Heydt gifted the young Prussian prince, future Friedrich Wilhelm III, with a commemorative coin that read “the first fruits of our mining in Mexico” (United Mexican Mining Association, 1830; Bergengrün, 1908, p. 26). But the gift soon became ill-timed memorabilia. With the catastrophic loss of two million thalers, the German-American Mining Company folded in the early 1830s, leaving von der Heydt free to pursue more secure endeavors closer to home, for which he turned his attention to rail construction.

As Heydt, Kersten & Sons began issuing railway securities, von der Heydt got directly involved in a number of rail companies, working as a key, and quite successful, mediator in local subscriber drives, as much as conversations with government ministers in Berlin. By 1836 he secured a royal permit to proceed with plans for a major line connecting Düsseldorf and Witten via Elberfeld. Concurrently, he floated proposals to wrest the monopoly from a Dutch steam packet company over navigation on the Rhine, succeeding in capitalizing a company that later launched and was ultimately presided over by von der Heydt’s brother in 1850. Surely, the road to obtaining such concessions and ensuring they were adequately capitalized necessitated continuous jockeying, negotiations, and wealth. Few men were as adept or well-endowed for the tasks as von der Heydt. By 1843, he himself went on to chair the board of a major rail company that resulted from the merger of some of the lines he had organized in the previous decade and had come together gradually into an aspirational infrastructural network intended to transport and market the coal produced in the Ruhr valley (Bergengrün, 1908, p. 26, 40-56; Reden, 1844, p. 835-839, 893; Köllmann, 1972, p. 74-76).

Von der Heydt’s business exploits ran parallel to his rapid ascent from local government to political office. As a contemporary journal would later describe von der Heydt, “raised as a banker and employed for years, he became a bureaucrat almost from the very first moment of his official duties” (Steger, 1859, p. 353). He succeeded his father in the Elberfeld municipal council in 1833 and became district council member a year later, proving his mettle as an efficient administrator and earning public trust through a spirited advocacy for a local school. As a town notable, he not only gained greater regional notoriety, but also got the chance to participate in formal events welcoming the Prussian royals to

Elberfeld. By 1839, he was elected to represent his hometown in the Rhenish provincial parliament, where he remained through successive elections until 1848, when he was elected to the Prussian National Assembly (Bergengrün, 1908, p. 36-40). By year's end, however, he received and accepted an offer from Friedrich Wilhelm Graf von Brandenburg (the illegitimate half-brother of the Prussian king) to take the Trade, Industry and Public Works portfolio in his cabinet.

Politically speaking, von der Heydt cut a rare figure in Prussian politics. Although a seasoned businessman and financier, he did not subscribe to the free-trade movement or the more adamant liberal tenets of the time once his career got on the move. As a native of the North Rhine-Westphalia region that only came under Prussia's oversight during his childhood, he nonetheless espoused a profound fealty for the Prussian Crown. His biographers have underlined how he incited reservations from more traditional conservatives who took issue with his defense of parliamentary rights as much as the rage of liberals who felt betrayed by his monarchism. Puzzlingly, the literature refers to him as a liberal-conservative. A more helpful and recent study identifies him as a "moderate, statist conservative." In fact, von der Heydt began his political career as a liberal, but quickly swayed to more conservative views after 1848, although he maintained a strong bureaucratic and statist streak that defied corporatist and anti-industrial conservatives such as those grouped around the weekly *Berliner Politisches Wochenblatt* or the *Neue Preussische Zeitung*. In the end, as historian John Breuilly (1996, p. 17) remarked, von der Heydt represented the bourgeois liberals who remained "loyal servants of their monarch" (see also Steger, 1859, p. 353-356; Beck, 1993; Barclay, 1995, p. 171-174; Weaver, 2024, p. 140).

In some regards, then, von der Heydt's closest analog in the Brazilian context would be Irineu Evangelista de Sousa, barão de Mauá, a liberal banker also trained in London who believed in protectionism for his enterprises but was predisposed to transact with conservatives when they were in power. Mauá the entrepreneur also turned away from the business of migration when his Amazon Navigation Company purposely rid itself of the onus of migrant settlement activities to exclusively dedicate itself to transport and commercial freight (Sousa, 1857; Merchant, 1965; Caldeira, 1995). At the same time, von der Heydt's political temperament

evoked that of another Brazilian contemporary, the marquês de Paraná of the conciliation period, who tried to balance infrastructural improvement imperatives with a balanced style of governance that sidestepped partisan animosities (Estefanes, 2013). Like Paraná, von der Heydt saw the monarchy not as a client nor as a source of subsidies necessary for private endeavors, but as a beacon of state-led development that could, with adequate budget rules, lay down the rails of progress on its own initiative, an ideal von der Heydt had already enacted as the architect of state-controlled railways (Brophy, 1998). It was a similarly calculated reasoning that would guide von der Heydt in considering the matters relative to emigration and to Brazil that would eventually lead him to issue his 1859 circular. Yet, to illuminate that incidence it is necessary to situate von der Heydt's political trajectory in a broader context.

## **2. To the 1848 Frankfurt Parliament: From the *Vormärz* to the *Vereine***

Prussia and the Brazilian Empire remained mutual strangers for most of the early nineteenth century. However, after Brazilian independence in 1822, the commerce between Brazilian ports and Hamburg, one of the main outlays for Prussian goods, began to pick up, especially after the Hanseatic cities' trade agreement with Brazil in 1827. On that same year, the establishment of the Bremerhaven harbor, downriver from Bremen on the Weser, further bolstered commerce between Brazil and the German Confederacy through what would soon become a major emigration port. Merchants, especially those based in Hamburg and involved in its senate, thus played a major intermediary role in launching German-Brazilian commercial exchange as much as directed migration activities that included Brazil among other destinations in the Americas (Turk, 1989; Hoerder, 1993; Weber, 2008; Naranch, 2011).

In addition, the gradual consolidation of the Prussian-led Zollverein customs union in the 1830s called the attention of Brazilian diplomats, to the point that, when the Anglo-Brazilian preferential accords expired in the early 1840s, Prussia emerged as the next best candidate to become the Brazilian empire's commercial partner. Thus, in 1844 Brazil's first plenipotentiary to Prussia arrived in the dead of Berlin's winter to try to



negotiate a preferential treaty with the Zollverein. The Brazilian envoy, Miguel Calmon du Pin e Almeida, had a long government service record as much as extensive experience in private business endeavors that included his foray into the business of directed migrations (Pérez Meléndez, 2024, p. 120-151). As such, when the Prussian foreign minister complained that Brazil had never reached out despite knowing that Prussia lacked its own colonies and therefore much coveted tropical commodities, Calmon understood how to utilize a then resurgent German emigration wave to his favor. Emigration came to play a dual role in these negotiations, as both a stick and a carrot used respectively by Prussia and Brazil to compel each other to favorable terms.

Ultimately, Calmon's diplomatic mission to Berlin proved unsuccessful, if only relatively so. Despite falling short of a formal treaty, Calmon issued a pamphlet to stoke migrations to Brazil that fed directly into the growing expansionist chorus of the *Vormärz*, a period of liberal effervescence that preceded the 1848 revolutions and that featured notorious emigration expansionists like Johann Jakob Sturz, who also happened to serve as Brazil's consul in Berlin. At the same time, Calmon's tract fed into Prussian protectionists' expectations that a strong regulatory state should oversee migratory processes. By playing both fields, Calmon signaled that Brazil was open for emigration business and quickly joined a group of Hamburg merchants in trying to launch a new colonization enterprise (Silva Ferreira, 2020; Pérez Meléndez, 2024, p. 81-119). In short then, Calmon's tract and the simultaneous founding of an emigration association focused on sending emigrants to Brazil added momentum to liberal drives to instrumentalize migrations as tools for a German expansionism, drives that reached a high point with the 1848 revolutions (Almeida, 1846; Walker, 1964; Fitzpatrick, 2008).<sup>4</sup>

A medley of associations across German lands had already robustly peddled emigration as a desirable pursuit to peasants and artisans alike. From 1833 to 1846, at least six such organizations assembled in Giessen, Dusseldorf, Mainz, Berlin and Leipzig with the aim of promoting Texas, Guatemala or Nicaragua as main destinations. Yet the 1848 revolutions

---

<sup>4</sup> For background on the pre-revolutionary period of the *Vormärz* (the “pre-March” 1848 period) and the events during and after 1848, see Barclay (2004). For a classic general account of 1848, Sperber (1994).



ushered in a surge of variously named emigration associations. On that year alone, eight new associations appeared, including in cities such as Frankfurt, Darmstadt, Stuttgart, and even in Breslau (in present-day Poland). Another seven emigration societies followed in 1849 and six more in 1850. However, the profile and function of each association (*Verein*) differed (Marschalck, 1973, p. 21-22; Bickelmann, 1991). Some associations took their name from their primary emigrant catchment grounds – the Silesian mountains or the Kingdom of Saxony, for instance – as a way of signaling their dedication to promote exits from there specifically. Others were christened depending on their target destinations, which included Australia, Central America more broadly, and Chile from 1848 on. Also, new associations, especially those that sprang from 1850 on, increasingly evinced two new tendencies: they aggregated local or regional emigration societies, and they did so by claiming to serve as a purportedly “national” German crucible for them. In all, the growing number of associations represented an unexpected coalition of conservative and liberal businessmen, scholars and government figures.

By bringing together the 1848 revolutionary spirit and the cause of German unification, the Frankfurt Parliament also became the standard-bearer for German overseas expansionism (Fitzpatrick, 2008). On 16 Oct. 1848, regional emigration associations came together in Frankfurt and laid the groundwork for founding the Berlin-based *Verein zur Zentralisation deutscher Auswanderung und Kolonisation* (Society for Centralization of German Emigration and Colonization) in 1849, which later became the *Zentral-Verein für deutsche Auswanderungs- und Kolonisations-Angelegenheiten* (Central Association for German Emigration and Colonization Matters) (CM, 1853; Bickelmann, 1991). In the interim, responding to the liberal upsurge within his kingdom, in December the Prussian king dissolved the Berlin constitutional assembly then in session and appointed August von der Heydt minister of trade, as newspapers in Brazil took care to report (CM, 1849). This was doubtless a time of crisis. And, by the same token, this was also a time of opportunity. Contrary to the Vergueiros’ preferences and their attempts to monopolize *colono* recruitment and distribution services beyond São Paulo, a parallel migration boosterism unfolded in Brazil starting in 1848 targeting precisely and explicitly the subjects fleeing political unrest in Europe. Bahian deputy

Francisco Gonçalves Martins, for example, referred to the “disorder threatening all of Europe” as a way to call Brazilian authorities’ attention to the opportune timing of his own proposal to import European *colonos* (Martins, 1848; Pérez Meléndez, 2024, p. 172-173). In an ironic twist, the shuttering of the Frankfurt assembly and liberals’ ensuing disbandment generated a wave of exiles composed of the very same champions of emigration schemes, some of whom, like Herman Blumenau, soon joined Brazilian entrepreneurs and politicians trying, like them, to take advantage of migrations from Europe (Tóth, 2014).

Discussions around emigration survived the reaction to the 1848 revolutions. The *Zentral-Verein* carried on with its meetings, if with diminishing intensity, throughout the early years of the following decade. Concurrently, Brazilian entrepreneurs began to cash in on directed migrations as epitomized by the family business of Nicolau Vergueiro, whose colonization pursuits fed coffee planters’ wishful thinking that *parceria*, a kind of sharecropping agreement, would herald a new labor system alternative to slavery. The years ahead, however, demonstrated the misplaced hopes on *parceria*, as the migrant *colonos* who partook in it began to flag egregious abuses. Such allegations not only led to the Ibicaba’s sharecroppers’ revolt of 1856, which many scholars take as the origin point of the Heydt Rescript, but more importantly signaled the interpenetration of migration-related dynamics in Brazil and a rising tide of global conflicts.

### 3. The Troubled 1850s and the War of Words

The 1850s brought signs of trouble. From its outset, the decade marked the start of halfhearted settlements, tardy reforms, and faulty preemption strategies. In Prussia, a scathing defeat in the Schleswig-Holstein war against Denmark (1848-1850) coincided with the royal imposition of a moderate constitution in 1849-1850 that bolstered state bureaucratization under prime minister Otto von Manteuffel, a conservative educated at the University of Halle who kept von der Heydt in the Trade portfolio he had taken up in 1848. In addition, the Zollverein continued to expand with the accession of Hanover and Oldenburg in 1851 and 1852 (Blackbourn, 1998, p. 225-242). Meanwhile in Brazil,

legislative debates revived both the question of the illegal slave trade and the need for codified land regulations to benefit colonization/emigration companies such as the one set up in Hamburg in 1849. As a result, 1850 saw the approval of a definitive slave trade ban as well as the Brazilian Empire's first land law (Bethell, 1970; Silva, 1996).

Other late-coming and gradualist reformisms sprang elsewhere. In the US, the compromise of 1850 attempted to forestall a sectional conflict between north and south, for instance. In the Ottoman Empire the ongoing *Tanzimat* reforms reached an inflection point in 1856, when a new edict opened the door to new rights for non-Muslim confessional communities that foreign powers quickly instrumentalized in self-serving proxy wars. In other contexts, evidence of trouble ahead was closer to the surface, as when the coup of 1851 in France paved the way for the ascension of Napoléon III. These profound if often scaffolded political shifts gave way to a period of protracted, large-scale regional conflicts that began with two notorious conflagrations (Bright; Geyer, 1996). In China, millenarian religious rebels informed by Christian teachings rose in the south against the Qing emperor in 1850, launching an all-out war in the name of their newly christened "Heavenly Kingdom." The Taiping rebellion, as this massive civil war of attrition became known, lasted until these rebels' demise in 1864 (Platt, 2012; Meyer-Fong, 2013). Secondly, the Crimean War put a damper on Russian bluster and crowned Ottomans with a victory that nonetheless obligated them to make major concessions, as exemplified in that edict of 1856, to the British and French. In many ways, then, these years of compromise and conflict portended even more tumultuous times ahead.

Brazil joined these gathering clouds by leading a regional campaign against the Argentinian caudillo Juan Manuel de Rosas in 1851-1852. To do so, it sent its own emissary, Pernambucan politician Sebastião do Rego Barros to conscribe decommissioned Prussian soldiers from the Schleswig-Holstein War. The Brazilian press praised Rego Barros's efforts and surmised that any Prussian obstacle to his recruitment campaign would cede to the "good fortune" that this enlistment represented for these otherwise idle fighters (DRJ, 1851; Piassini, 2021). Once in Brazil, however, these conscripts' performance countered the high expectations placed upon them. As the Platine war unfolded, these recruits both suffered from and

partook in the collapse of the chain of command and poor logistics on the Brazilian side. The travails of the *Brummers*, as these repurposed Prussian veterans were called, came to the attention of the *Zentral-Verein* in Berlin in 1852. Interestingly, it was precisely because of this exchange of information on the fate of Prussian emigrants that some Prussian veterans themselves transited from the war field to a war of words and a war for German emigrants between Brazil and other potential destinations.

Samuel Gottfried Kerst emerged as one of the leading saboteurs of emigration to Brazil during these years. A Prussian mercenary who served Brazilian Emperor Pedro I in the Cisplatina War (1826-1828), Kerst had a checkered political past in Brazil. After his service, he participated in a republican conspiracy in Porto Alegre in 1830 and was later imprisoned for protesting Pedro I's abdication. Twenty years later, he found himself in the employ of the Prussian Navy and in the heat of debate at the *Zentral-Verein*, in whose discussions he energetically peddled Uruguay as a fertile horizon for a German expansion free from US and British influence while badmouthing Brazilian colonization recruitment as an effort to replace enslaved Africans (Kerst, 1851; 1853; Fitzpatrick, 2008, p. 137-139). These discussions left a broader political imprint beyond the discursive by aggregating a robust series of grievances against the treatment of German migrants to Brazil on the floor of the *Zentral-Verein*, whose membership included Hamburg merchants such as Robert Sloman, owner of some leading steam lines to the Americas, and at least three Prussian ministers, including August von der Heydt himself (JC, 1853). For this distinguished audience a character like Kerst personified the disillusionment of many German subjects who had at some point served or worked in Brazil and who by the 1850s warned others contemplating emigration to Brazilian lands. Consular employees and appointees in Hamburg, Berlin and other important urban centers in the German Confederacy tried as they could to counter such propaganda while Brazilian periodicals preempted domestic critics by publishing testimonials that portrayed *colono* experiences in positive light. However, the sharecroppers' revolt of 24 Dec. 1856 which arose on account of the fraudulent and abusive practices suffered by *colonos* working for the Vergueiro house, called into question these edulcorated portrayals. As Swiss authorities published the findings of their inquest into the Vergueiros in 1858, Bra-

zilian authorities resorted to a more aggressive publicity strategy by hiring Joseph Hörmeyer as an emigration propagandist. Austrian-born Hörmeyer was the perfect hack. Having served Brazil as a Brummer in the war against Rosas, in his new position he published an emigrant handbook and launched an emigration-focused journal that remained in circulation until 1861 (Hörmeyer, 1857; 1858; 1859).<sup>5</sup>

At the same time as this war of words entered its high point, however, exogenous well beyond opinion pieces began to weigh on and therefore shape the profile of migratory movements to Brazil. The panic of 1857 unleashed a financial crisis across most Atlantic economies. Ongoing colonization enterprises generously bankrolled or supported by the Brazilian government began to feel the effects of a tightening budgets and liquidity constraints. On top of those challenges, the reports on the occurrences at Ibicaba commissioned by the Swiss Confederacy finally came to light, which lent consistency to otherwise anecdotal claims of abuse against German-speaking *colonos* in Brazil. Meanwhile, the panic of 1857 also led to commercial houses in Hamburg failing or at the very least shoring up their operations under duress, as occurred also with the prominent banking house of Mauá in Brazil and other firms sucked into and then directly contributing to the financial crisis. As historian Carlos Gabriel Guimarães reminds us, even Karl Marx noted the impact of Brazilian coffee firms' overdue payments to Hamburg houses (Villela, 2020, p. 25-46; Calomiris and Schweikart, 1991; Huston, 1999; Guimarães, 2012, p. 188-194).

In the midst of these clipped changes, Prussia seemed at first to do well. The kingdom recovered quickly from the economic impact of the panic, but other concerns of far greater weight arose at a speed that matched its recovery. In 1859, the Kingdom of Piedmont-Sardinia obtained a defense pledge from Napoléon III, after which Austria descended upon the former in defense of Habsburg-controlled Lombardy and Venetia. Austria fell in the battles of Magenta and Solferino between 10 and 24 June 1859, which not only marked the victory of the Franco-Sardinian alliance, but also bolstered Napoléon III's extraterritorial ambi-

---

<sup>5</sup> IHGB, Coleção Olinda, Lata 208, doc. 58, Josef Hörmeyer to the marquês de Olinda (1 Jan. 1859); Arquivo Nacional do Brasil, Série Agricultura, IA<sup>6</sup>8, Manoel Felizardo to Joseph Hörmeyer (23 Oct. 1861).



tions, including those targeting the Rhine which placed Prussia in their crosshairs.

#### 4. Competing Concerns? Colonization Abuses vs. Military Mobilization

Belligerence hung in the air in the German Confederacy, and more so Prussia, in 1859. As the Armistice of Villafranca signed in July ceded Austrian Lombardy to France and fed Napoléon III's expansionist tendencies, Prussian ministers contemplated a looming threat while acknowledging that their military forces remained ill-prepared for any French movement on the Rhine. From within, a newly created civil association, the *Deutscher Nationalverein* (German National Association), vociferously raised alarms over the imminence of war and advocated for arming gymnast societies if not the wider populace in preparation for that event. The liberal-conservative Prussian cabinet, however, saw this kind of calling as a threat to the centralized, bureaucratic statism so meticulously nursed by the Manteuffel cabinet (Dec. 1850-Nov. 1858) for the good part of the decade (Müller, 2007). Of course, there was also the issue of the "New Era": with the Prussian king in his deathbed, his brother Wilhelm became Prince Regent in October 1858 and opened the way for a new, liberal-conservative cabinet headed by a German prince, Karl Anton von Hohenzollern-Sigmaringen, which kept von der Heydt as Trade minister as the one hold-over from the preceding conservative era (Barclay, 1995, p. 280-281). Nevertheless, in his continuing ministerial role von der Heydt had now to temper his liberal-leaning support for parliamentary rights and prerogatives with the more conservative, pro-monarchical expectations of the Prince Regent himself and conservative ministers like Albrecht von Roon, who held the War portfolio.

During this time, certainly, reports about and reasons for concern over abuses in Brazil did not relent, but quite the contrary. Brazilian consul Sturz resigned from his post in Berlin, after enduring a long-running neglect and even mistreatment on the part of higher authorities in Brazil's Foreign ministry for years. The loss for Brazilian statesmen and colonization entrepreneurs was incalculable, as Sturz had long served both as a leading defender of Brazil's record and as a savvy emigration pro-



moter that provided Brazilian counterparts with a vast trove of new ideas and readings on directed migrations and settlement in the hopes of systematizing colonization pursuits. Although Sturz had publicly confronted Kerst and others in Brazil's defense, once he relieved himself of his position, he left for the US and began publishing tracts that caustically upbraided Brazilian imperial officials and businessmen for their abuses against *colonos*.

In addition, in the late months of 1859, Sturz was taken to court by the old president of the *Zentral-Verein* for calumny and defamation. Although the *Zentral-Verein* had ceased operations in 1855, Sturz had published a couple of newspaper articles critical of it in May and June of 1859. The *Zentral-Verein's* old president, Ernst Gäbler, who by then worked under the Prussian admiralty, took issue with Sturz's claims that he had terminated the association's operations without issuing a report on its finances and Sturz's suggestion that some individuals, which Gäbler took to mean him, had benefited from negotiations for privileges with the Brazilian government in exchange for their role in stoking migrations to Brazil. In his defense, Gäbler acknowledged having conferred with the Brazilian minister in Hamburg and obtaining a distinction from the Brazilian minister but purely as an appreciation on the part of Brazil for attending to some inquiries about the Prussian navy. Sturz then conceded, in his defense, that he was referring to the Brazilian minister in Hamburg and not to Gäbler when he mentioned illicit gains and unseemly favors obtained from organizing emigration drives (CM, 1860; Sturz, 1862). Because the case was seen by criminal courts in Berlin on 15 Nov. 1859, that is, twelve days after the Heydt Rescript was issued, it stands to reason that it may have come to the attention of minister von der Heydt, whose decree could then be taken as a way of taking Sturz's accusations seriously and considering Hamburg emigration networks as essentially corrupted by profiteering, or as a way of responding to Sturz's and other Brazilian officials' activities in Hamburg itself.

At any rate, notwithstanding such ongoing reminders of abuse allegations and accusations of self-dealing, by 1859 Prussian statesmen were comparatively less interested in Brazil than they had been a decade earlier. Brazil had lost its allure not only because of the perceived relative advantages for emigrants offered by some of its neighbors, but because

entirely new horizons in Asia had opened up for the expansion of Prussian interests. With the Chinese Celestial Empire still ensconced in an uphill battle against the Heavenly Kingdom rebels, British and French troops brought the Qing to heel during the Second Opium War (1856-1860), particularly with their successful taking of Canton in 1858 and following up with the devastating British march into Beijing two years later. The conflict plied the Qing to foreign demands for commercial treaties and foisted Chinese markets to the attention of Prussian men of trade. In addition, the Austrian overseas expedition of the *Novara* headed by prince Maximilian (1857-1859) and the initiative of Hamburg merchants interested in Chinese commercial overtures convinced von der Heydt himself of the importance of pursuing such opportunities. In consequence, von der Heydt advocated for an expedition before the Prince Regent, who granted approval for it in order to allow Prussia a foothold into Asian markets in August 1859 (Naranch, 2010; Becker, 2021, p. 35-42).

Within months, the expedition left from Stettin toward China, where, after aggressive wrangling in the aftermath of the siege of Beijing, Prussian envoys secure a Sino-German treaty in 1861 that conferred benefits similar to those conceded to France and Great Britain, and recognized Prussia as legitimate representative for the Zollverein, the Hanse cities, and the Grand Duchies of Mecklenburg-Schwerin and Mecklenburg-Strelitz (Becker, 2021). Moreover, the Chinese empire's diminished influence in southeast Asia due to its ongoing conflicts also provided an opening for Prussia to consider satellite polities ripe for an approach.<sup>6</sup> The French intervention of 1861 in the Kingdom of Vietnam further allowed Prussia to obtain a commercial treaty from the Vietnamese emperor before moving on to also secure a treaty with the Kingdom of Siam in early 1862. In short, then, during the course of the ideation and frenzied execution of this treaty-seeking expedition, Brazil ceased to be a coveted target of German imperial expansionism.

Von der Heydt issued his rescript on 3 Nov. 1859, long after the events at Ibicaba and a year following the publication of the findings by

---

<sup>6</sup> I am here advancing this point in the wake of similar arguments made by Bayly (1989) for British incursions into domains under the Mughal, Safavid and Ottoman empires during profound political crises. For the case of Chinese-Prussian relations, the interpretive analogy I propose would require more specialized research. See Bayly (1989).

the Swiss inquest. Invectives against Brazil as an emigration destination raged on, as did the Brazilian government's international effort to publicize itself as a migrant destination, with a particular focus on São Paulo from the 1870s on (Witzel de Souza, 2023). Moreover, in addition to negative propaganda, von der Heydt may have been increasingly worried about the epidemic surge that had recently and notoriously besieged Brazilian ports, particularly the rising cases of cholera after 1856, which had contributed to a kind of rebranding of Brazil as a dangerously pestilential land, as historian Ian Read has discussed (Cooper, 1986; Read, 2022). Yet, Brazil-related worries may have also been eclipsed by geopolitical concerns in the Prussian homeland and new commercial opportunities overseas. These concerns and opportunities may have called von der Heydt to greater circumspection toward emigration than he may have exhibited as a supporter of the *Zentral-Verein* in the late 1840s and early 50s, as well as to a more interventionist approach to force Hamburg and Bremen shipping magnates to consider commercial expansions besides or beyond Brazil. In addition, the question of military preparedness lingered on, with the Hohenzollern cabinet insisting it should remain under the purview of centralized state attributions and specifically under the authority of the monarch himself. Plans for a military organization unfolded from 1858 to 1859, powered along, according to Dierk Walter, by a legion of desk officers and then by the new war minister Albrecht von Roon and Prince Regent Wilhelm, who aimed to override the old Service Law of 1814 in order to ease recruitment and rein in the *Landwehr*, an elite and largely useless national-guard-like militia established in 1815. However, these plans became embroiled in struggles with the liberal-dominated lower house of the Prussian parliament over the extent of the monarch's authority to control the military budget. Von der Heydt had already faced, and lost, similar struggles with liberals in the lower house over the financing of state-developed railways, but he also believed in constitutional principles that would ultimately see him quit his ministry as the conflict over who controlled military expenditures reached its peak in 1862 (after this, von der Heydt took up the Trade portfolio once more, though briefly, in 1866-1867) (Bergengrün, 1908, p. 190-191; Grenville, 1976, p. 164-168; Walter, 2009).

Although previous squabbles with liberal lawmakers had already

disabused him of any positive expectations in the negotiations over the recruitment reforms, von der Heydt aided the ongoing military overhaul with his rescript. By forbidding direct financial support and propaganda for emigration to Brazil, von der Heydt in fact contributed to cutting the exit of potential conscripts at a time of great military need. Two additional details support an understanding that by curtailing emigration von der Heydt may have helped prepare the way for the military reform to make possible effective troop build-up once it was completed. First, the abolition of the special militia known as the *Landwehr*, which according to historian Dierk Walter was already a perfunctory military institution, demoted the elites who previously enjoyed the privilege of reduced training times and service in higher posts than regular army conscripts. Under the projected military reform, these elites were expected to serve and be promoted according to new, more uniformly applied rules, which may have hastened their desire to avoid conscription and opt to migrate instead, as occurred in other European countries at the time. Secondly, assuming that intercontinental travel fares maintained the price trends studied by Raymond Cohn and Simone Wegge (2017) for the period from 1846-1857, then it stands to reason, according to these scholars' conclusions, that most German emigrants at the time had to possess at the very least a lower middle-class income to be able to afford even steerage. Blocking emigration to Brazil, whose fare was 50 to a 100% greater than the fare from Hamburg to New York, signified holding back a middle-class and at times elite sector of the population possessing a presumed class-bound discipline which would engross the files of the military (Cohn; Wegge, 2017).

Significantly, however, whether or not bolstering conscription was von der Heydt's primary objective, his Rescript represented a policy incursion beyond the bounds of the Trade portfolio. Technically, a government decision of the kind that so weighed on international relations technically pertained to Foreign Affairs. However, several factors hint at ulterior motives in the form of commercial designs that may serve to further explain why or how other interests besides curtailing abuses against German sharecroppers lay at the heart of the Heydt Rescript. The decree directly and unequivocally targeted specific steamship magnates and brokers from Hamburg and Bremen who had obtained special dispensations

to partake in the business of emigration by function of the Prussian law on emigration transports of 7 May 1853 approved by the Manteuffel cabinet (including von der Heydt), which had green-lighted private carriers and agents to pursue the business of recruiting and transporting migrants across the Atlantic under specific rules of conduct (Rendschmidt, 1855, p. 233-234).

Six years after opening the floodgates of the business of migration, the Heydt Rescript of 1859 categorically shuttered prominent private agents' and firms' activities but only exclusively as those pertaining to Brazil. And, rather than in blanket fashion, it did so by name, specifically calling out nine individuals with firms in Hamburg (Robert Miles Sloman; Louis Knorr and Carl Adolph Holtermann; Theodor August Behn Jr. and Valentin Lorenz-Meyer) and Bremen (Carl Pokranz and a Lebrecht Hoffmann; August Bolten and H.W. Böhme). More research into these individuals and firms, and their operations to that date (which long preceded the emergence of the Hamburg-South America Line in 1871) could help ascertain why they were targeted by von der Heydt and to what end. For now, it suffices to note that some of these businessmen were well known to von der Heydt. Robert Sloman, for instance, sat as a member of the *Zentral-Verein* together with him. In addition, it serves to underline a strange discrepancy, namely that these entrepreneurs ran businesses in and navigation lines to places other than Brazil. Notoriously, Sloman possessed a near-monopoly of the passage from Hamburg to New York. *Knorr & Holtermann*, in turn, had broken off from Sloman's emporium to run a new Quebec line by the 1850s (Wagner, 2006, p. 42; Hessel, 2020, p. 79). And perhaps most surprisingly, Gustav Heinrich Behn was the brother of Theodor August Behn, who together with the Valentin Lorenz-Meyer mentioned in the Rescript had launched the firm *Behn, Meyer & Co.* in 1840 in Singapore, which by 1857 had a London branch with Hamburg connections that helped it run an already successful import-export business of European manufactures and Malayan products (Yacob, 2018).

Hypothetically, then, by shuttering Prussian expansion into Brazilian markets, the Heydt Rescript may have helped to consolidate the already immensely profitable flows of emigrants and goods between Hamburg/Bremen and New York, and also strengthening Asia-oriented linkages in



accordance with the opportunities projected by the Prussian expedition to China and Mainland Southeast Asia launched but a month before von der Heydt issued his Rescript. The decree, then, may have had multiple economic motivations that transcended concern with *colono* abuses, including forcing some of the steam liners involved not only to redirect their attention to other markets in Asia, but also to abide by greater central state controls. Because von der Heydt had been unable to accomplish the same for railroads after the budgetary confrontations of 1859, this was his chance to bring liberal free traders to heel if not under state control at least under a strong, statist brand of regulatory oversight.

And, yet, for all these possibilities, it would be important to also highlight von der Heydt's dwindling ministerial powers during the New Era (1858-1862) and especially following the accession of Wilhelm I. In 1860, von der Heydt initiated the construction of a sumptuous villa along the southern edge of Berlin's *Tiergarten* and retired there when he resigned from the ministry in 1862 after disagreements with the new premier, Otto von Bismarck. He did have another quite brief stint as Trade minister in 1866 before retiring again to his villa until his passing in 1874. By then, the state centralization he long advocated for had contributed not only to successive Prussian military victories, but ultimately to the emergence of a unified and indeed bullish German state that upheld his decree for close to three more decades.

## 5. Conclusion

In 1863, Prussia once again took up the Schleswig-Holstein issue and went to war with Denmark, except this time, in contrast to 1851, it emerged victorious, much to the appeasement of Prussian liberal nationalists who had been rallying for such an outcome (Müller, 2007). Then, in 1866, Prussia went on to defeat Austria in war and repeated the feat against France in 1870-1871. Even as these Prussian military achievements accrued, the German Confederation abrogated the requisite of documents authorizing travel in 1867, which hinted that perhaps emigration no longer threatened conscription in the eyes of leading statesmen (Torpey, 2000, p. 58). And yet the Heydt Rescript remained in full force. Twenty-five years after its issue, in fact, a new civil organization in Brazil, the



*Sociedade Central de Imigração*, made it a point to periodically refer to von der Heydt's decree as one of the "gravest facts exerting a pernicious influence on German emigration to Brazil, which would be so convenient and has already rendered such beautiful results in various regions of the country" (JC, 1884). Despite a recent consular convention between Germany and Brazil, the Heydt Rescript remained in force until 1896, when it was lifted exclusively for the states of Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul in the recently founded Brazilian republic, and finally abolished altogether in 1898 (República, 1896).

A broad contextual survey of the years that preceded the Heydt Rescript and the moment itself in which it came to light reveals that this decree couched itself in a longer chronology of entangled processes that, while not entirely canceling received scholarly interpretations, interrogate and correct them in ways that can open new and generative pathways of historical inquiry. The decree, for instance, initially applied to Prussian emigrants rather than to any German-speaking colono irrespective of their country of provenance, and only after 1871 did it also encompass all German nationals. In addition, the decree was not the first of its kind, as two smaller German polities, Baden and Wurttemberg, had adopted a similar restriction before Prussia (Piazza, 1975, p. 115). Furthermore, the decree singled out top shipping firms in Hamburg, one of the epicenters of the free trade movement, which suggests further avenues of analysis regarding von der Heydt's potential antagonisms with these magnates and other Hamburg merchants, and/or his larger vision for instrumentalizing emigration regulations toward state-led economic and commercial ends. And finally, it is worth noting that the Heydt Rescript did not entirely stem migrations from German lands, which carried on in lesser numbers even after German unification extended the decree's application across territories to which it had not applied upon its original issue.

Ultimately, August von der Heydt's circular gestured toward illiberal and politically motivated migration policies that fed into state-making processes during pivotal nineteenth-century transitions. Surely, constants remained. Negative perceptions of Brazil, for instance, carried on from their heyday in the early 1850s, when the German version of the "white slavery" trope gathered strength following Brazil's illegal slave trade ban. Such views pervaded German public opinion well into the 1890s

and early 1900s, when some writers in Germany sought to make sense of the experience of abused sharecroppers in São Paulo half a century earlier (Witzel de Souza, 2021). Yet in that precise mid-century era crisis remained the foremost certainty. Prussia found itself in the midst of a monarchical succession. The Brazilian Empire traversed the rocky post-conciliation years (1853-1856) with its ministers trying to navigate the challenging diplomacy of defending Brazilian planters from serious claims of *colono* abuses. And, more globally, the supposed *pax* of the post-Napoleonic period began to unravel, in a trend that included Prussia on the cusp of renewed regional tensions with Napoléon III that would eventually lead to the Franco-Prussian War, as well as Brazil, which would soon become embroiled in the Paraguayan War or War of the Triple Alliance (1864-1870), a massive and protracted regional conflict in which it held the largest army. In lockstep with martial build-ups, economic crises ramped up in terms of their capacity to inflict international damage. The panic of 1857 thus became a trial run for financial meltdowns that would only exacerbate with the panic of 1873 (Guimarães, 2012, p. 188-189). But, despite these economic shocks, transatlantic steamship lines only strengthened their operations. The gradual elimination of brokerage and agents, which the Heydt Rescript hastened, also contributed to the consolidation of major companies such as the *Hamburg-Amerikanische Packetfahrt Actiengesellschaft* and the *Bremen-based Norddeutscher Lloyd*, which, as Dirk Hoerder (1993) has discussed, transformed the role of Bremen and Hamburg from emigrant ports to corporate-driven global shipping hubs.

Figure 2 – Adolph Menzel, “The Coronation of King Wilhelm I in Königsberg in 1861” (c.1861-1865), Sanssouci Palace, Potsdam, Stiftung Preußische Schlösser und Gärten Berlin-Brandenburg (Image sourced from Wikiart, <<https://www.wikiart.org/>>).



If historians continue to latch the Heydt Rescript and its possible meanings to a nationally and often regionally bound causality centered on the Ibicaba sharecroppers’ revolt, it would be important for them to carry out due diligence in addressing and further exploring the wider contextual meanings laid out or hypothesized here. Indeed, looking more frontally at von der Heydt himself and the overlapping processes that fed into his adamant emigration restriction helps to shine a light on a rich if analytically fractured backdrop that rightfully places the occurrences in Brazil, and more particularly in São Paulo, in the broader global interplay of shifting historical variables. To be sure, such a contextual perspective necessitates a broad panoramic view or perhaps a series of group portraits of the actors involved rather than a relief perspective in the style of Menzel’s study sketch. Perhaps it would be fitting, then, to refer back to Menzel’s completed oil painting (Figure 2), which also offered a fitting interpretive key to understand the Heydt Rescript anew: in the bottom

corner, to the right, there stands August von der Heydt, his posture, dignified and stately, anchoring the painting's darkest edge. His unobstructed back almost connotes a readiness to exit, as if at any time he could turn around and leave the canvas. One is reminded of his precarious standing upon the rise of Wilhelm I yet also of his deep-seated conviction in monarchical authority, which made him back even ill-fated reforms against a liberal parliament while at the same time upholding constitutional principles. It is therefore tempting then to consider whether the Heydt Rescript represented not so much a diplomatic battle cry or a reprimand against Brazil, but rather an expression of its author's loyalty to ministerial duty, or perhaps a final act on his way out.

## References

- ALMEIDA, M. C. du P. e. *Memória sobre meios de promover a colonização*. Berlim: Typographia de Unger Irmãos, 1846.
- BARCLAY, D. E. *Frederick William IV and the Prussian monarchy, 1840-1861*. Oxford: Clarendon Press, 1995.
- BARCLAY, D. E. Political trends and movements, 1830-1850: The *Vormärz* and the revolutions of 1848-1849. In: SPERBER, J. (Org.). *Germany, 1800-1870*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- BAYLY, C. A. *Imperial Meridian: The British Empire and the world 1780-1830*. London: Longman, 1989.
- BECK, H. Conservatives and the Social Question in nineteenth-century Prussia. In: JONES, L. E.; RETALLACK, J. (Orgs.). *Between reform, reaction, and resistance: studies in the history of German conservatism from 1789 to 1945*. Providence: Berg, 1993.
- BECKER, B. *France and Germany in the South China Sea, c.1840-1930: Maritime competition and imperial power*. Cham: Palgrave Macmillan, 2021.
- BERGENGRÜN, A. *Staatsminister August Freiherr von der Heydt. Mit einem Bildnis von der Heydts*. Leipzig: S. Hirzel, 1908.



BETHELL, L. *The abolition of the Brazilian slave trade: Britain, Brazil and the slave trade question, 1807-1869*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

BICKELMANN, H. Auswanderungsvereine, Auswandererverkehr und Auswandererfürsorge in Deutschland 1815-1930. In: BICKELMANN, H; BRETTING, A. (Orgs.). *Auswanderungsagenturen und Auswanderungsvereine im 19. und 20. Jahrhundert*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1991.

BLACKBOURN, D. *The long nineteenth century: A history of Germany, 1780-1918*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

BLACKBOURN, D. *Germany in the world: A global history, 1500-2000*. London: Liveright, 2023.

BREUILLY, J. *The formation of the first German Nation-State, 1800-1871*. Houndsmills: Macmillan, 1996.

BRIGHT, C.; GEYER, M. Global violence and nationalizing wars in Eurasia and America: The geopolitics of war in the mid-nineteenth century. *Comparative Studies in Society and History*, v. 38, n. 4, p. 619-657, 1996.

BROPHY, J. *Capitalism, politics, and railroads in Prussia, 1830-1870*. Athens: Ohio University Press, 1998.

CALDEIRA, J. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CALOMIRIS, C. W.; SCHWEIKART, L. The Panic of 1857: Origins, transmission, and containment. *The Journal of Economic History*, v. 51 n. 4, p. 807-834, 1991.

CORREIO MERCANTIL (CM). 29 January 1849.

CORREIO MERCANTIL (CM). O Brasil e a Alemanha em relação à colonização. 13 November 1853.

CORREIO MERCANTIL (CM). 10 January 1860.

KÖNIGLICH PREUßISCHER STAATS-ANZEIGER. *Cirkular Erlaß vom 3 November 1859 betreffend den Widerruf der seither auf Grund des Gefeges vom 7 Mai 1853 an Auswanderungs Unternehmer mit oder ohne Beschränkung erteilten Erlaubniß zur Beförderung von Auswanderern nach Brasilien*, n. 266, p. 2059-2060, 10 November 1859.

COHN, R. L.; WEGGE, S. A. Overseas passenger fares and emigration from Germany in the mid-nineteenth century. *Social Science History*, v. 41, n. 3, p. 393-413, 2017.

COOK-MARTÍN, D.; FITZGERALD, D. S. *Culling the masses: The democratic origins of racist immigration policy in the Americas*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

COOPER, D. The new 'Black Death': Cholera in Brazil, 1855-1856. *Social Science History*, v. 10, n. 4, p. 467-488, 1986.

DAVATZ, T. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. São Paulo: Itatiaia, 1980.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO (DRJ). 7 April 1851.

ESTEFANES, B. F. *Conciliar o império: o marquês de Paraná e a política imperial*. São Paulo: Annablume, 2013.

FARIAS, R. de S. Deslocamentos e construção estatal: o uso de passaportes e a evolução administrativa do estado joanino no Brasil (1808-1822). *Revista Brasileira de História*, v. 42, n. 91, p. 287-310, 2022.

FITZPATRICK, M. *Liberal imperialism in Germany: Expansionism and nationalism, 1848-1884*. New York: Berghahn Books, 2008.

FOHLIN, C. The history of corporate ownership and control in Germany. In: MORCK, R. K. (Org.). *A history of corporate governance around the world: Family business groups to professional managers*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.



FOUQUET, K. Der von der Heydt'sche Erlass vom Jahre 1859. *Staden-Jahrbuch. Beiträge zur Brasilkunde und zum brasilianisch-deutschen Kulturaustausch*, v. 14, p. 71-81, 1966.

GRENVILLE, J. A. S. *Europe reshaped, 1848-1878*. Hassocks: Harvester Press, 1976.

GUIMARÃES, C. G. *A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia. (1808-1840)*. São Paulo: Alameda, 2012.

HEFLINGER JUNIOR, J. E. *A Revolta dos Parceiros na Ibicaba*. Limeira: Unigráfica, 2009.

HESSEL, P. *Ziel: Ottawa Valley. Deutsche Auswanderer in Kanada*. Wiesbaden: Springer VS, 2020.

HOERDER, D. The traffic of emigration via Bremen/Bremerhaven: Merchants' interests, protective legislation, and migrants' experiences. *Journal of American Ethnic History*, v. 13, n. 1, p. 68-101, 1993.

HÖRMEYER, J. *Südbrasilien. Ein Handbuch zur Belehrung für Jedermann, insbesondere für Auswanderer*. Hamburg: Gustav Carl Bürger, 1857.

HÖRMEYER, J. *Die Mucury-Colonien*. Hamburg: Gustav Carl Bürger, 1858.

HÖRMEYER, J. *Actenstücke brasilischer Seite, betreffend die Kolonisation des Kaiserreiches*. Periodische Zeitschrift in zwanglosen Heften. Vol. 1. Leipzig: Franz Wagner, 1859.

HUSTON, J. L. *The Panic of 1857 and the coming of the Civil War*. Baton Rouge: Louisiana. State University Press, 1999.

JAMUNDÁ, T. C. Ao redor do Dr. Blumenau. *Blumenau em Cadernos*. v. 34, n. 4, p. 110-112, 1993.

JORNAL DO COMMÉRCIO (JC). O Brazil e a Allemanha relativamente à colonização. 26, 31 January 1853; 3, 7, 22, 27 February 1853; 4, 5 March 1853.

JORNAL DO COMMÉRCIO (JC). 22 February 1884.

KERST, S. G. *Die Länder am Uruguay: Vortrag gehalten in der Sitzung des Berliner Vereins zur Centralisation deutscher Auswanderung und Colonisation am 8 October 1851*. Berlin: J. Sittenfeld, 1851.

KERST, S. G. *Ueber brasilianische Zustände der Gegenwart, mit Bezug auf die deutsche Auswanderung nach Brasilien und das System der brasilianischen Pflanze, den Mangel an afrikanischen Sklaven durch deutsche Proletarier zu ersetzen*. Berlin: Beit und Comp., 1853.

KÖLLMANN, W. *Heydt, August Freiherr von der. Neue Deutsche Biographie*, v. 9, p. 74-76, 1972. Online-Version: <<https://www.deutsche-biographie.de/pnd118774344.html#ndbcontent>>. Accessed on: 12 nov. 2024.

MARSCHALCK, P. *Deutsche Überseewanderung im 19. Jahrhundert: ein Beitrag zur soziologischen Theorie der Bevölkerung*. Stuttgart: Ernst Klett, 1973.

MARTINS, F. G. Algumas observações (...) sobre a importação de trabalhadores europeus para a província da Bahia [c.1848-52]. IHGB, Coleção Olinda, Lata 824, pasta 15.

MERCHANT, A. *Viscount Mauá and the empire of Brazil: A biography of Irineu Evangelista de Sousa, 1813-1889*. Berkeley: University of California Press, 1965.

MEYER-FONG, T. *What remains: Coming to terms with Civil War in 19<sup>th</sup> century China*. Stanford: Stanford University Press, 2013.

MOTA, I. M. Cruzando caminhos em Ibicaba: escravizados, imigrantes suíços e abolicionismo durante a Revolta dos Parceiros (São Paulo, 1856-1857). *Afro-Ásia*, v. 63, p. 291-326, 2021.

MOYA, J. C. *Cousins and strangers: Spanish immigrants in Buenos Aires, 1850-1930*. Berkeley: University of California Press, 1998.

MÜLLER, F. L. The spectre of a people in arms: The Prussian government and the militarisation of German nationalism, 1859-1864. *The English Historical Review*, v. 122, n. 495, p. 82-104, 2007.

NARANCH, B. Made in China: Austro-Prussian overseas rivalry and the global unification of the German Nation. *Australian Journal of Politics and History*, v. 56, n. 3, p. 366-380, 2010.

NARANCH, B. Between cosmopolitanism and German colonialism: Nineteenth-century Hanseatic networks in emerging tropical markets. *Bulletin of the German Historical Institute-London*. v. 2, p. 99-132, 2011.

PÉREZ MELÉNDEZ, J. J. *Peopling for profit in imperial Brazil: directed migrations and the business of nineteenth-century colonization*. New York: Cambridge University Press, 2024.

PIASSINI, C. E. Immigration, naturalization and political participation. In PADOIN, Maria Medianeira (Org.). *Platinean history: Border, immigration and patrimony*. São Leopoldo: Oikos, 2021.

PIAZZA, W. F. A 'modernização' e as elites emergentes: a contribuição alemã. *Blumenau em cadernos*, v. 16, n. 4, p. 109-118, 1975.

PLATT, S. *Autumn in the Heavenly Kingdom: China, the West, and the epic story of the Taiping Civil War*. New York: Knopf 2012.

READ, I. A change very perceptible and very oppressive: Climate, epidemics, and race in Brazil. *Luso-Brazilian Review*, v. 58, n. 2, p. 81-117, 2022.

REDEN, F. W. O. L. F. von. *Die Eisenbahnen Deutschlands. Statistisch-geschichtliche Darstellung ihrer Entstehung, ihres Verhältnisses zu der Staatsgewalt, so wie ihrer Verwaltungs- und Betriebs-Einrichtungen*. Vol. 2. Berlin: Ernst Siegfried Mittler, 1844.

RENDSCHMIDT, F. *Systematisches Repertorium der in der Gesetz Sammlung für die Königlichen Preussischen Staaten enthaltenen und noch geltenden Berordnungen welche das Allgemeine Landrecht die Allgemeine Gerichts Ordnung die Criminal Depositall und Hypotheken Ordnung abändern oder ergänzen*. Breslau [Wrocław]: Georg Philipp Uberholz, 1855.

REPÚBLICA (Santa Catarina). Imigração. 2 September 1896.

SANTIN GARDENAL, L. A.; WITZEL DE SOUZA, B. G. *Ibicaba (1817-2017): entendendo, vivendo e construindo futuros*. Campinas: Pontes Editores, 2021.

SCHUBERT, M. The creation of illegal migration in the German Confederation, 1815-1866. In: FAUSER, M.; FRIEDRICH, A.; HARDERS, L. (Orgs.). *Migrations and border processes: Practices and politics of belonging and exclusion in Europe from the nineteenth to the twenty-first century*. New York: Routledge, 2021.

SILVA, L. O. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

SILVA FERREIRA, L. Empresários alemães no sul do Brasil: a trajetória da *Kolonisations-Verein von 1849 in Hamburg (1846-1855)*. *História Econômica & História de Empresas*, v. 23, n. 1, p. 165-196, 2020.

SOARES, D. Falação sobre a portaria de von der Heydt, 1859. *Boletim da Comissão Catarinense de Folclore* v. 3-4, p. 40-42, 1992.

SOUSA, I. E. de. *Relatório da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas apresentado á assembléa geral dos accionistas em 21 de Outubro de 1857*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1857.

SPERBER, J. *The European revolutions, 1848-1851*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

STEGER, F. (Ed.). *Ergänzungs Conversationslexikon der neuesten Beit auf das Jahr 1858/59*. Leipzig: Ergänzungsblätter Verlag, 1859.

STURZ, J. J. *Brasilianische Zustände und Aussichten im Jahre 1861. Mit Belegen nebst einem Vorschlag zur Aushebung der Sklaverei und Entfernung der Schwarzen aus Nord-Amerika*. Berlin: Nicolai, 1862.

TORPEY, J. *The invention of the passport: Surveillance, citizenship, and the State*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

TÓTH, H. *An exiled generation: German and Hungarian refugees of revolution, 1848-1871*. New York: Cambridge University Press, 2014.

TURK, E. L. The business of emigration: The role of the Hamburg Senate Commission on Emigration, 1850-1900. *Yearbook of German-American Studies*, v. 24, p. 27-40, 1989.

UNITED MEXICAN MINING ASSOCIATION. *Report of proceedings at a General Meeting of Proprietors, 17th March, 1830*. London: Baynes and Harris, 1830.

VILLELA, A. A. *The political economy of money and banking in imperial Brazil, 1850-1889*. Cham: Palgrave Macmillan, 2020.

WALKER, M. *Germany and the emigration, 1816-1885*. Cambridge: Harvard University Press, 1964.

WALTER, D. Roon, the Prussian *Landwehr*, and the reorganization of 1859-1860. *War in History*, v. 16, n. 3, p. 269-297, 2009.

WAGNER, J. *A history of migration from Germany to Canada, 1850-1939*. Vancouver: UBC Press, 2006.

WEAVER, M. *Political friendship: Liberal notables, networks, and the pursuit of the German Nation State, 1848-1866*. New York: Berghahn Books, 2024.

WEBER, A. *Relações comerciais e acumulação mercantil: Portugal, Hamburgo e Brasil entre a colônia e a nação*. PhD Thesis. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.



WITZEL DE SOUZA, B. G. Imaginando diferentes ‘São Paulos’ no Império Alemão: Perspectivas sobre a imigração (1890-1905). *Revista Práxis*, v. 18, n. 1, p. 25-53, 2021.

WITZEL DE SOUZA, B. G. A enormidade de um ‘livrinho’: Primeira edição e público-alvo de *Os colonos na província [de] St. Paulo, no Brasil*, de Thomas Davatz (1858). *Anais do Museu Paulista*, v. 30, p. 1-31, 2022.

WITZEL DE SOUZA, B. G. Like the swing of the pendulum: The history of government-sponsored rural settlements in São Paulo, Brazil (1820s-1920s). *Economic History of Developing Regions*, v. 38, n. 3, p. 305-334, 2023.

YACOB, S. Rising of the Phoenix: Mitigating political risk through knowledge management – Behn, Meyer & Co., 1840-1959. *Enterprise & Society*, v. 19, n. 4, p. 953-960, 2018.

ZOLBERG, A. The exit revolution. In: GREEN, N.; WEIL, F. (Orgs.). *Citizenship and those who leave: The politics of emigration and expatriation*. Urbana: University of Illinois Press, 2007.

# German merchants, banks, and coffee in *Belle Époque* Brazil\*

*Comerciantes alemães, bancos e café no Brasil da Belle Époque*

Wilfried Kisling\*\*

**Abstract:** This paper explores the critical role of German merchants and banks in Brazil's coffee industry during the *Belle Époque*. By 1913, Brazil supplied 80% of the world's coffee, thanks to strategic foreign involvement, particularly from Germany. German banks, notably the *Brasilianische Bank für Deutschland*, provided essential financing and market stability. Key findings highlight that German merchants, like Theodor Wille, established robust trading networks, while German banks outpaced their British counterparts in long-term engagement and trade finance.

**Keywords:** Coffee exports. International trade and finance. *Brasilianische Bank für Deutschland*. *Theodor Wille & Co*. *Belle Époque*.

**Resumo:** Este artigo explora o papel central exercido por comerciantes e bancos alemães na indústria cafeeira brasileira durante a *Belle Époque*. Em 1913, a oferta brasileira correspondia a 80% do café mundial, graças ao envolvimento estrangeiro, especialmente da Alemanha. Bancos alemães, notadamente o *Brasilianische Bank für Deutschland*, forneceram financiamento e estabilidade de mercados essenciais. Os resultados principais da pesquisa salientam que mercadores alemães, como Theodor Wille, estabeleceram redes comerciais robustas; ao mesmo tempo, bancos alemães ultrapassaram suas contrapartes britânicas nas relações e finanças comerciais de longo-prazo.

\* Submissão: 15/09/2024 | Aprovação: 11/11/2024 | DOI: 10.29182/hehe.v27i3.1032

\*\* Assistant Professor in Economic and Social History at the Vienna University of Economics and Business; Associate Researcher at the Faculty of History, University of Oxford | ORCID: 0000-0003-4571-9142 | E-mail: wilfried.kisling@wu.ac.at



**Palavras-chave:** Exportação de café. Comércio e finanças internacional. *Brasilianische Bank für Deutschland. Theodor Wille & Co. Belle Époque.*

**JEL:** N70. N76. N20. N56.

## Introduction

During the *Belle Époque*, Brazil emerged as the world's leading coffee producer, with coffee constituting, on average, 57% of its export economy between 1870 and 1919 (Abreu and Bevilaqua, 1996, p. 9). By 1913, Brazil supplied 80% of the world's coffee, driven by favorable demand conditions, fertile lands, and cheap labor—a system underpinned by a complex and long-standing relationship between the massive importation of slave labor, European immigration, and efforts to mobilize a free workforce scattered across the country (Topik, 2003).

Brazilian coffee found its biggest markets in the USA, Germany, and the Netherlands. By 1912, 52% of Brazil's coffee exports were heading to the USA, with Germany taking 15% and the Netherlands 10%.<sup>1</sup> The demand for coffee in Germany had been steadily increasing since the 1870s, and Brazil was its main provider. Rising incomes, the middle class's desire to emulate the upper class, and coffee's stimulant effects and hunger suppression significantly boosted its popularity, particularly among the working-class during Germany's rapid industrialization. Within just a few years, Germans were consuming more coffee than any other nation in Europe. Investigations dating back to the 1840s reveal that spending on coffee accounted for 9.7% of weavers' and other working families' annual income (Fenner, 2013).

Foreign financial institutions were crucial to Brazil's coffee exports, with British banks initially dominating trade finance. The entry of German banks shifted this balance, reducing German export houses' reliance on British banks and promoting exports to Germany. This study aims to provide a granular comparison of German and British financial strategies within Brazil's coffee sector, focusing on the period from 1880 to 1913. Key questions include: How did German merchants and banks shape Brazil's coffee trade during this period? What were the economic impacts on both Brazil and Germany? And how did the strategies of German banks differ from those of other foreign financial institutions in Brazil?

The critical role of coffee in driving Brazil's export economy between 1880 and 1930 is extensively documented. Abreu and Bevilaqua (2000) explore coffee's substantial contribution to São Paulo's economic growth,

---

<sup>1</sup> Author's own calculations based on Brasil (1917, p. 120-121).

while Marquese (2020) emphasizes its significance in shaping Brazil's modern economic landscape. The monocultural dominance of coffee had far-reaching consequences. It reshaped Brazil's economic structure, influencing various sectors, particularly infrastructure development. Mattoon Jr. (1977) and Kühn (2021) notes its profound impact on the expansion of railroads in São Paulo, highlighting how the coffee trade fueled broader economic modernization.

Foreign merchants and financial institutions played a critical role in securing Brazil's position as a global coffee leader. Wierling (2018) details how German merchants established strategic networks that integrated Brazil into the global coffee trade, while Kisling (2020) highlights the essential role of German banks in easing credit constraints and stabilizing the coffee sector. The involvement of German banks extended beyond providing capital; they introduced new financial practices and innovations vital for the industry's growth (Sweigart, 1987). Triner (2000) emphasizes that these banks were key in modernizing the coffee industry by facilitating investments in infrastructure and technology.

The export of Brazilian coffee was dominated by foreign export houses, with trade finance, primarily sourced from foreign banks, proving crucial in securing a competitive advantage. These banks provided the necessary capital, hedged against exchange rate risks, and covered shipping costs (Hurley, 1911; Sweigart, 1987; Pereira de Melo, 2003). The dominance of British and German export houses, particularly from key ports like Santos, is critically examined by Pereira da Silva (2015) and Guimarães and Greenhill (2021). Their analyses, along with those by Hanley (2004) and Sweigart (1987), illustrate the financial strategies employed by these firms and demonstrate how sustained financial engagement and innovation were crucial in maintaining Brazil's competitive position in the global coffee market. Guenther (2004) investigates the cultural and commercial interactions of British merchants in Brazil's foreign trade, while Souza (2020) provides historical context for their early business practices. Alam and Dalla-Costa (2022) highlight the increasing importance of German investments in Brazil manufacturing and trade sector by turn of the century and Forbes (1978) underscores the pivotal role of German merchants in establishing trade networks for Brazilian coffee exports to Europe. Within this narrative, German merchants and banks played a



crucial role, establishing their initial presence in Brazil and leveraging Hamburg's position as a major European port for coffee imports.

This study extends the existing literature by providing a detailed comparison of German and British financial strategies within Brazil's coffee sector, focusing specifically on the interaction between German merchants, banks, and the Brazilian coffee industry from 1880 to 1913. The findings reveal that German banks, particularly the *Brasilianische Bank für Deutschland*, were instrumental in financing the Brazilian coffee trade. They provided crucial credit facilities and played a key role in stabilizing the market during economic turbulence. German merchants, such as Theodor Wille, established robust trading networks that significantly boosted coffee exports. Furthermore, the study finds that German banks outperformed their British counterparts in long-term business engagement, especially in maintaining fixed maturity deposits and providing trade credits.

The remainder of this paper is organized as follows: Section II examines the role of German merchants in the Brazilian coffee trade. Section III analyzes the involvement of foreign banks, focusing on the comparative strategies of German and British banks. Section IV discusses the specific contributions of the *Brasilianische Bank für Deutschland* to the coffee trade. Section V concludes.

## 1. German merchants and Brazilian coffee

The world's coffee consumption experienced an exceptional surge in the nineteenth century, driven by robust demand and Brazil's capacity for affordable production, followed by other regions in Spanish America and Asia (Topik, 2003). Table 01 illustrates the coffee consumption of the three largest economies during the first globalization.<sup>2</sup> While the USA led with 1.8 pounds per capita in 1870, followed by France (1.2), Germany (1.0), and the UK (0.8), these figures more than doubled for the UK, tripled for France, and nearly quadrupled for the USA and Germany by 1913.

---

<sup>2</sup> In terms of GDP in 1912 international-\$ at 2011 prices: USA: 954.787.396, Germany: 362.054.969, UK: 361.318.404. See Bolt and van Zanden (2023).

Throughout that period, Brazil emerged as the principal supplier of the international coffee markets. While Cuba, Haiti, and Java were early suppliers, Brazil's leading position started in the mid-19th century. By the early 1900s, Brazil controlled over 75% of world coffee production. Table Appendix 01 (in the appendix) illustrates the share of coffee producing countries in the total world production between 1823 and 1910. Rio de Janeiro and Santos were Brazil's primary coffee export harbors. Figure 01 shows coffee export volumes from the two ports and Brazil's overall coffee exports between 1880 and 1912. While Rio de Janeiro dominated coffee exports from the 1820s until the late 1880s, Santos overtook it as the primary export port in the 1890s.<sup>3</sup>

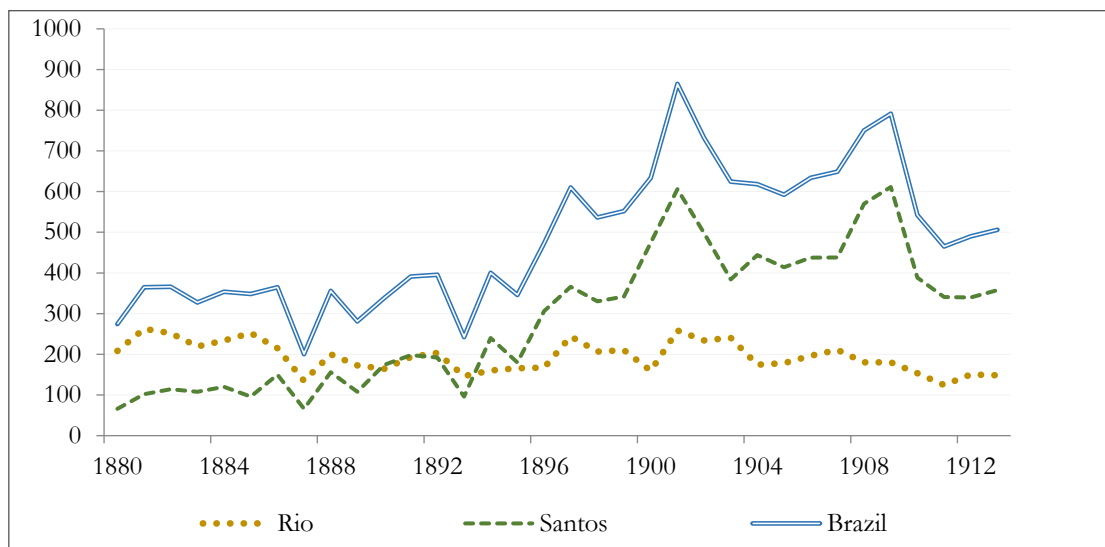
**Table 01 – Coffee per capita consumption (in Pounds (Ibs)),  
1870-1913**

Year	USA	Germany	UK
1870	1.8	1	0.8
1880	3	1.4	1.2
1890	4.5	2.1	1.8
1900	5.8	3	2
1910	7.5	4	2.2
1913	8.8	4.8	2.5

Source: Author's own calculations based on Absell (2022).

<sup>3</sup> From the 1820s to the late 1880s, Rio de Janeiro was the center of Brazil's coffee export trade. But by the 1890s, Santos had taken over as the leading port. Prior to the abolition of slavery in 1888 and the Republic's establishment in 1889, Rio de Janeiro was the top coffee-producing region. The abolition of slavery dealt a heavy blow to Rio's planters, who lost substantial capital. While Santos producers faced similar setbacks, their better soil quality helped them adapt more effectively to free labor. Rio's land, exhausted from years of intensive cultivation, was more fragmented and limited in space compared to the fertile expanses of Santos. As a result, Santos emerged as the dominant port for coffee exports (see Greenhill, 1977, p. 198-199; Sweigart, 1987, p. 5-6; Pereira de Melo, 2003, p. 363-365).

**Figure 01 – Coffee exports in the Brazil, Rio de Janeiro, and Santos (thousands of metric tons) – 1880-1913**



Source: Kisling (2020).

The export of Brazilian coffee was dominated by foreign export houses, with domestic capital confined to that of a middleman — “*comissários*” connecting with farmers and selling their coffee to the big-time exporters. These international players, few in number, leveraged their monopoly to drive down coffee purchase prices in Brazil. Once the coffee shipped from Brazilian ports hit the consumer markets, the export houses, from their warehouses in Europe and the U.S., managed the supply and sales timing. This dominance implied rigidity in U.S. and European retail coffee prices, ensuring a high marketing margin (the difference between the average import price of coffee and its average retail price) fueling the importance of the exporting house (Pereira da Silva, 2015).

Between 1880 and 1913, Rio de Janeiro accommodated 389 distinct export houses, while Santos hosted 152 between 1893 and 1913.<sup>4</sup> Market concentration within this sector intensified over time. Rio experienced a contraction in the number of export houses from 117 in 1881 to 48 by 1900, partially attributable to the growing prominence of Santos. Nevertheless, the overall proportion of exporters relative to the volume of coffee traded in both cities remained relatively stable post-1900.

<sup>4</sup> The years with information on export firms in Santos are limited according to the available data. See Kisling (2020).

Table 02 presents the twenty largest coffee exporting companies in Rio de Janeiro and Santos, along with their corresponding shares of coffee exports. The data underscores the concentration of market power within a small group of firms. Between 1880 and 1913, the top ten exporters accounted for more than half of Rio de Janeiro's total exports, while in Santos, this figure reached 63% between 1893 and 1913. Foreign ownership was a salient feature of this sector. Of the twenty largest export houses in Rio de Janeiro, approximately one-third were American, one-quarter British, and one-quarter German, with the remainder comprising Brazilian, French, and Austrian firms. The distribution in Santos exhibited a similar pattern, with German companies holding the largest share, followed by British and American firms.

**Table 02 – 20 largest coffee exporting companies in Rio de Janeiro and Santos: Shares of exports (percentage of total), 1880-1913**

Rio de Janeiro			Santos		
Company	Share of exports*	Nationality	Company	Share of exports*	Nationality
Arbuckle Irmãos & Co	9,89	USA	Naumann, Gepp & Co	12,69	UK
Ornstein & Co	7,30	Austria	Theodor Wille	12,65	Germany
Theodor Wille	6,62	Germany	Prado Chaves	8,87	Brazil
Ed. Johnston & Co	6,02	UK	Ed. Johnston & Co	7,01	UK
Hard Rand & Co	5,88	USA	Hard Rand & Co	4,77	USA
J.W. Doane	5,03	USA	Michaelsen Wright & Co	4,58	USA
Norton Megaw & Co	3,31	USA	Arbuckle Irmãos & Co	3,37	USA
Gustavo Trinks & Co	2,97	Germany	Societe F. Bresilienne	3,28	Swiss
Eugen Urban	2,88	Germany	Carl Hellwig	3,09	Germany
W.F. Mac Laughlin & Co	2,72	USA	Nossack & Co	2,61	Germany
Phipps Irmãos & Co	2,66	UK	Cia. Krische	2,52	Germany
Pinto & Co	2,63	-	Baldwin & Co	2,46	-
John Bradshaw & Co	2,24	USA	Zerrenner Bülow & Co	2,32	Germany
Karl Valais & Co	2,23	France	J.W. Doane	1,73	USA
Levering & Co	2,16	USA	Barbosa & Co	1,68	-

(continue)

**Table 02 – 20 largest coffee exporting companies in Rio de Janeiro and Santos: Shares of exports (percentage of total), 1880-1913**

Rio de Janeiro			Santos		
Company	Share of exports*	Nationality	Company	Share of exports*	Nationality
Wille Schmilinsky & Co	2,11	Germany	A. Trommel	1,57	Germany
Zenha Ramos & Co	1,61	Brazil	Holworthy, Ellis & Co	1,34	UK
Carlos Pareto	1,49	Brazil	Roxo & Co	1,23	-
Mac Kinnell & Co	1,45	UK	Schmidt Trost & Co	1,16	Germany
E. Pecher & Co	1,38	UK	Rose & Knowles	1,10	UK
<b>Total</b>	<b>72,58</b>			<b>80,05</b>	

Source: Kisling (2020).

Notes: \*The share of exports is a company's average share in quantities (*sacas*) of total exports: (i) 389 export companies operating in Rio de Janeiro between 1880 and 1913, and (ii) 152 companies operating in Santos between 1893 and 1913, respectively.

Theodor Wille stands as a prominent figure among German merchants in Brazil. Prior to World War I, he was Brazil's foremost coffee exporter, a prominent merchant in Hamburg actively promoting the trade network between Germany and Brazil, and a key figure in establishing the first German banks in Brazil. Born as the son of a German merchant in Kiel, in 1818, he moved to Brazil at the age of twenty after having completed a commercial apprenticeship in Hamburg. In 1844, he established his first export company *Theodor Wille & Co.* in Santos, which soon became the largest export house in the city, with branches in Rio de Janeiro and São Paulo (Zimmermann, 1969; Fenner, 2013).

Figure 02 provides evidence of Wille's dominance in both Rio de Janeiro and Santos, illustrating the export shares of German merchants in the two ports. In Rio de Janeiro, the company's coffee exports peaked at an astonishing 1.6 million *sacas* around 1906/7, far outpacing competitors such as Eugen Urban, whose exports never exceeded 400,000 *sacas*, and *Karl Kische & Co.* and *Gustavo Trinks & Co.*, both below 220,000 *sacas* during the same period.

The late 19<sup>th</sup> and early 20<sup>th</sup> centuries saw significant volatility in Brazil's coffee market, driven by chronic overproduction, which led to a sharp price decline around 1898 (Absell; Tena-Junguito, 2016). This

downturn was further exacerbated by deflationary policies, including a drastic contraction of the money supply and the physical destruction of banknotes, leading to rapid currency appreciation, trade disruption, and a broader financial crisis. In response, the Brazilian government, in collaboration with key coffee-producing states – São Paulo, Rio de Janeiro, and Minas Gerais – formulated the *Taubaté Agreement* in 1906. *Theodor Wille & Co.* played a pivotal role in this process, negotiating directly with the Brazilian government alongside Hamburg's *Peimann, Ziegler & Co.* and New York's *Arbuckle & Co.* and *Crossmann & Sielcken*. This agreement constituted a pillar of Brazil's coffee valorization policy, which aimed to artificially control supply and stabilize prices by withholding significant coffee quantities from the market, preventing an anticipated price collapse. A minimum coffee price was established, with the Brazilian government intervening as a buyer of surplus production. The plan included a profit-generating resale phase to recoup investment, contingent upon market prices reaching a predetermined level through sufficient coffee purchases. Additionally, the *Caixa de Conversão* was established to stabilize the Brazilian currency. The scheme's success was heavily reliant on securing adequate capital, rendering financing a critical challenge (Kurth, 1909; Becker, 2002, p. 157 ff; Topik, 2003; Krieger, 2011, p. 220, Rischbieter, 2011, p. 305-306).

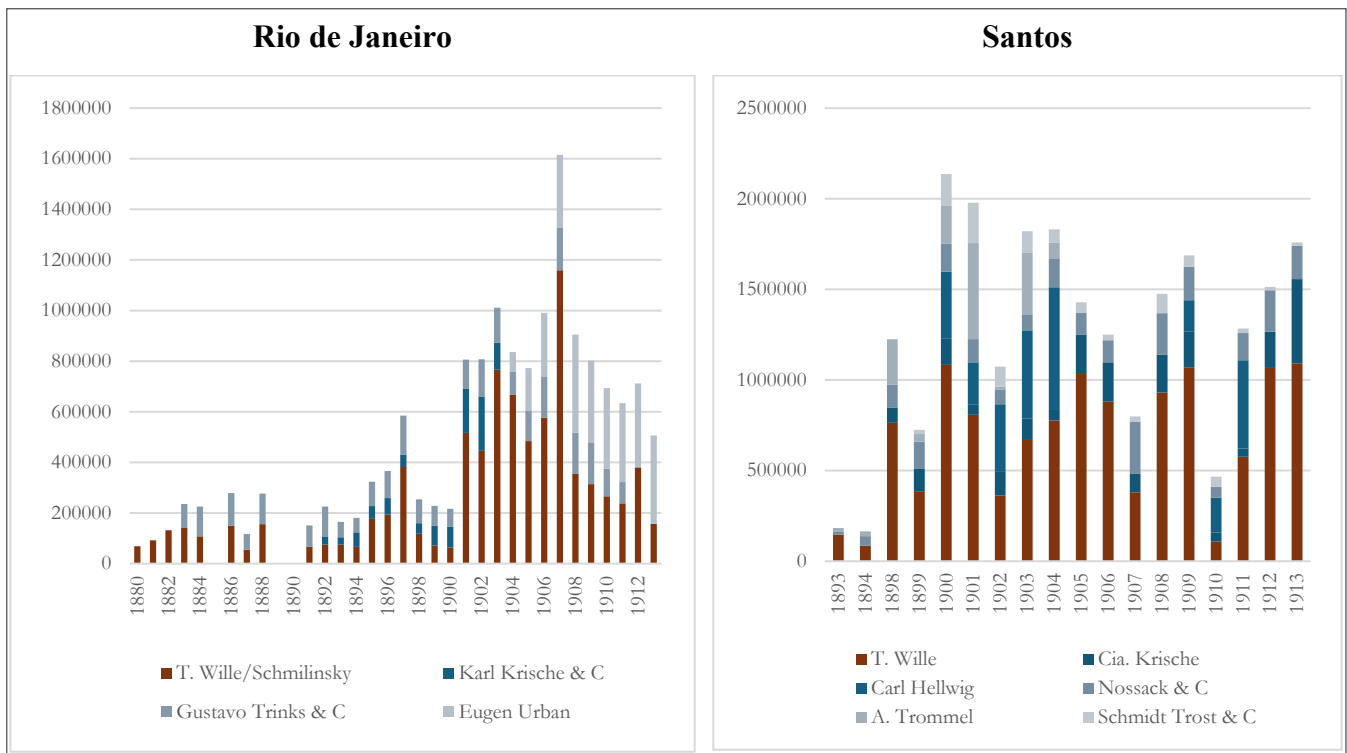
The Brazilian federal government's subsequent withdrawal of a promised £15 million bond guarantee, coupled with its demand for the removal of exchange rate stabilization, compelled São Paulo to proceed independently in securing financing. In August 1906, the state secured a £1 million loan from the *Brasilianische Bank* through twelve-month treasury notes. Additionally, a consortium including *Theodor Wille & Co.* (Hamburg, Rio, and Santos), *J. Henry Schroeder & Co.* (London), the *City Bank of New York*, and Le Havre/New York importers agreed to advance 80% of the official value for coffee shipments from São Paulo's warehouses, while simultaneously establishing a minimum coffee price. The coffee firms committed to purchasing 120 thousand tons of coffee for over 4 million pounds sterling. Theodor Wille, representing São Paulo, bought 504 thousand tons of coffee by June 1907, storing it in Antwerp, Le Havre, Hamburg, and New York. The stored coffee served as security for trading houses to obtain necessary credits, transformed into



state-issued bonds exceeding 3 million pounds sterling. The coffee was held until at least 1907 to ensure loan stability. A surcharge tax of 3 francs per coffee sack was imposed for interest coverage and loan amortization (Becker, 2002, p. 157 ff; Rischbieter, 2011, p. 308 ff).

Despite these challenges, Brazil demonstrated remarkable resilience, recovering to supply 80% of global coffee demand by 1913 (Topik, 2003). *Theodor Wille & Co.* maintained its preeminent position as the leading German exporter in Santos throughout this period. The company's exports exhibited pronounced volatility, mirroring the fluctuations of the broader market. After reaching a peak of 1,083,850 *sacas* in 1900, exports declined sharply to 263,500 *sacas* in 1902 before recovering to previous levels. The termination of the government's valorization scheme in 1910 precipitated another decline, followed by a subsequent record-breaking export volume of 1,092,250 *sacas* in 1913. Other Santos-based merchants, such as Carl Hellwig and A. Trommel, experienced comparable fluctuations, albeit on a smaller scale, typically exporting less than 500,000 *sacas*.

**Figure 02 – Share of Theodor Wille & Co.'s on coffee exports of German merchants in Rio and Santos (*sacas*), 1880-1913 (Rio de Janeiro) & 1893-1913 (Santos)**



Sources: Author's own elaboration based on The Brazilian Review, O Commercio de São Paulo, Jornal do Comercio Retrospecto, The Rio News, various years.

Notes: (1) Missing years are due to missing information in the original data; (2) One saca equals 60kg.

Wille's decision to establish operations in Santos proved remarkably prescient. Initially a minor player, Santos rapidly transformed into the preeminent coffee export harbor by the early 1890s. *Wille & Co.* played a pivotal role in this transformation by pioneering the direct shipment of coffee from São Paulo to Hamburg, bypassing the less efficient route through Rio de Janeiro (Fenner, 2013; Bues, 2017, p. 64).

Hamburg served as Germany's primary port for both manufactured goods exports and raw material imports during this period, subsequently emerging as the principal entry point for European coffee imports. This prominence emerged from two key developments: the establishment of a coffee exchange in 1887 and its designation as a free port. These strategic advantages transformed Hamburg into a global hub for commodities, including coffee. As a result, coffee imports from South America tripled within a decade, aligning with Germany's growing coffee consumption (Krause, 2004, p. 144 ff; Rischbieter, 2011, p. 42 ff; Fenner, 2013; Bues, 2017, p. 64).

Upon returning to Hamburg in 1847, Theodor Wille became a central figure in the city's commercial and financial spheres. The company's influence expanded significantly with the establishment of *Wille, Lübbes & Co.* in Rio de Janeiro in 1856. A partnership with fellow Hamburgers, Wilhelm Lübbes and Johann Georg Schmilinsky, enabled vertical integration, encompassing coffee plantations, a fleet of sailing ships, and investments in prominent shipping lines. As a co-founder of *Commerz- und Disconto-Bank* and a key figure in the creation of Hamburg's coffee futures market, Wille played a pivotal role in developing financial tools for managing commodity trade risks. From this strategic base, Wille established a comprehensive network of correspondents and agents in major European coffee ports. Additionally, the company oversaw national and continental coffee marketing, utilizing its extensive retail network, including *Kaiser's Kaffeegeschäft*, which operated over 1,600 stores in Germany and Switzerland by 1939. This strategic partnership commenced around the turn of the century (Albers, 1978; Krause, 2004; Fenner, 2013; Bues, 2017).

## 2. Foreign banks in Brazil: Germany and Great Britain

In the 19th century, the Brazilian coffee commodity chain exemplified the critical role of banks in the export economy. Producers (*fazendeiros*) transported coffee to harbors or train stations, where it was sent to major export ports like Rio de Janeiro and Santos. There, factors (*comissários*) managed storage, while packers sorted coffee to meet international standards. Exporters then coordinated overseas shipments on behalf of foreign importers. Initially, *comissários* also provided credit to producers, bridging income gaps between harvests. However, the expansion of railways in the 1870s and 1880s, which connected the hinterlands to the coast, transformed this setup. Market integration intensified competition, leading to the rise of export houses by the century's end. Public institutions and banks became essential, providing the significant capital needed by export houses to purchase coffee, hedge against exchange rate risks, and cover shipping costs. Without this financial support, the Brazilian coffee trade would have been severely disrupted, demonstrating the indispensable role of banks in ensuring the global distribution of Brazilian coffee (Sweigart, 1987; Pereira de Melo, 2003).

Foreign capital dominated the final stages of the coffee trade. The late development of a domestic banking and credit system—evidenced by São Paulo's modest growth from nine bank branches in 1873 to nineteen by 1889—combined with Brazilian businessmen's preference for safer, domestic investments, limited the capacity of national capital to compete in the coffee export market (Pereira da Silva, 2015).

The most prominent foreign financial institutions in 19th-century Brazil were British and German, notably the British *London and Brazilian Bank* and the German *Brasilianische Bank für Deutschland* (Hurley, 1911, p. 38). Although British banks initially led in size and capital, the *Brasilianische Bank* swiftly captured a significant portion of the domestic market, focusing on trade finance and long-term business relationships. Over time, it became increasingly influential, surpassing its British rivals in deposits and credit provision to the trade sector. Table 03 compares the size and market share of foreign banks in Brazil in terms of capital, deposits, and involvement in trade finance, bills discounted, for the years 1889, 1901, and 1910.

**Table 03 – Foreign banks in Brazil 1889, 1901, 1910: Capital, Deposits, and Bills Discounted**

	Capital	Deposits	Bills Discounted
		<b>1889</b>	
London and River Plate	1 500 000	16 165 079	1 541 958
London and Brazilian	5 556 000	11 456 318	2 799 922
British Bank of South America	8 888 888	5 635 104	2 613 633
Brasilianische Bank	10 000 000	10 590 936	11 776 519
Banque Francaise du Bresil	10 000 000	8 680 189	6 962 560
		<b>1901</b>	
London and River Plate	1 500 000	19 392 547	2 533 749
London and Brazilian	13 333 333	18 649 007	2 327 366
British Bank of South America	8 888 888	6 094 977	1 916 335
Brasilianische Bank	10 000 000	21 454 138	9 114 453
Banque Francaise du Bresil	10 000 000	1 790 977	363 578
		<b>1910</b>	
London and River Plate	3 500 000	15 405 812	3 369 147
London and Brazilian	17 777 777	34 205 170	11 120 537
British Bank of South America	11 555 555	18 640 415	9 447 134
Brasilianische Bank	10 000 000	25 955 159	19 248 171
Banco Commercial Italo Brasileiro	5 000 000	15 296 916	9 538 434
Banco Hespanhia Rio de la Plata	800 000	196 172	388 982

Sources: Author's own elaboration based on *The Brazilian Review*.

Notes: (1) Data sourced from the banks' balance sheets for January of each year; (2) For 1889, information pertains to the bank branches in Rio de Janeiro, while for 1901 and 1910 it covers all bank branches across Brazil; (3) All values are presented in *milréis*; (4) Deposits include both interest-bearing and non-interest-bearing current accounts.

The British have played an integral role in Brazil's financial development since its independence, a role that deepened as Brazil integrated into global markets. This integration necessitated significant infrastructure expansion, particularly in harbors and railways, to support the burgeoning coffee export industry. Rothschild & Sons were central to these efforts, extending loans to the Brazilian government shortly after independence in 1822. By 1855, they had been appointed as the Brazilian government's

financial agent in London, where they managed Brazil's financial operations on the London capital market and cultivated a close relationship with the country's financial policies. From 1858 onward, Rothschilds secured substantial loans for major railway projects, further entrenching British financial interests in Brazil (Shaw, 1973). The establishment of the British *London and Brazilian Bank* in 1863, the first foreign bank to open in Brazil, marked a significant milestone, with its Rio de Janeiro branch positioned to capitalize on the expanding opportunities in capital markets and infrastructure. British banking activity in Brazil throughout the latter half of the 19th century was thus largely driven by these burgeoning investment prospects (Hurley, 1911).

The Germans were relatively late to establish a banking presence in Brazil, with their first, ultimately unsuccessful, attempt occurring in 1872. The *Deutsch-Brasilianische Bank* was founded in Hamburg, backed by key shareholders such as International Bank, *Berenberg Gosslar & Co.*, and *Norddeutsche Bank*. However, this venture was short-lived, collapsing within three years due to mismanagement, excessive credit issuance by the Rio de Janeiro branch, and significant losses during the Brazilian financial crisis of 1875 (Burhop, 2004, p. 193-194).

In the 1880s, Theodor Wille, revisited the idea of establishing a German bank in Rio de Janeiro. Wille recognized the necessity of financial support to secure the future of German export companies in Brazil (Miller, 2012, p. 139 ff). Despite Wille's efforts, the plan failed to materialize, largely due to *Commerzbank's* limited resources compared to major German banks like *Deutsche Bank* and *Disconto-Gesellschaft*. Establishing a bank in Brazil was projected to cost 10 million Marks, a sum representing a third of *Commerzbank's* capital but only a fraction of the capital held by its larger competitors. Additionally, other institutions may have moved more swiftly to establish their financial influence in Brazil (Albers, 1978, p. 611; Krause, 2004, p. 144 ff).

The first successful German banking venture in Brazil was the *Brasilianische Bank für Deutschland*, founded in 1887 through a collaboration between Berlin's *Diskonto-Gesellschaft* and Hamburg's *Norddeutsche Bank*. By 1889, the bank had opened its first branch in Rio de Janeiro. *Diskonto-Gesellschaft* aimed to penetrate Brazil's infrastructure and railway sectors, while *Norddeutsche Bank* had already established a strong presence in the



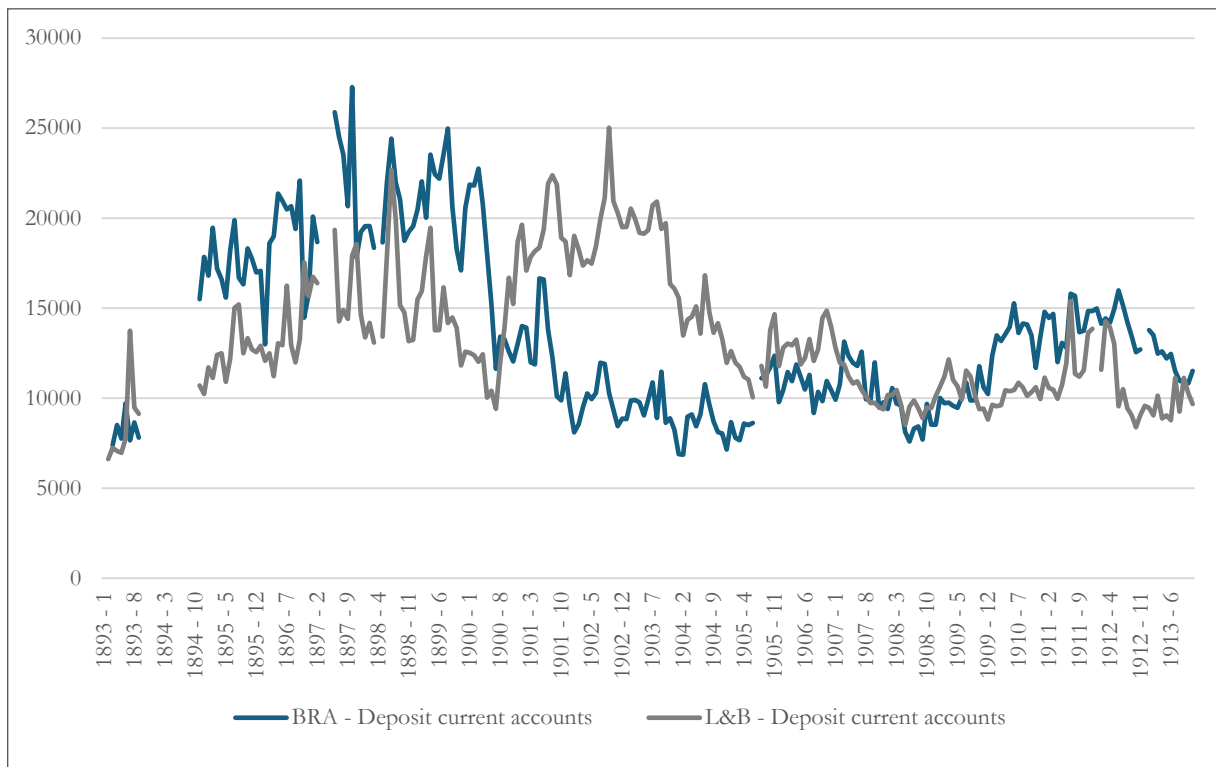
import-export business with Brazil (*Brasilianische Bank für Deutschland*, 1912, p. 4). Until 1911, the *Brasilianische Bank für Deutschland* remained the sole German bank in Brazil, when *Deutsche Überseeische Bank* and *Deutsch-Südamerikanische Bank* opened branches in Rio de Janeiro. By 1913, these three banks operated nine branches across Brazil. Unlike its competitors, the *Brasilianische Bank* focused exclusively on the Brazilian market. In contrast, three British banks – the *London and Brazilian Bank*, the *London and River Plate Bank*, and the *British Bank of South America* – were operating twenty-two branches throughout Brazil during the same period (Hurley, 1911, p. 12-22, 36 ff; Kisling, 2017; 2020).

While British banks held a dominant position in terms of size, German banks adeptly captured a significant share of the domestic banking market in Brazil. As Table 03 illustrates, the *Brasilianische Bank* initially entered the market with relatively high capital, signaling the German ambition to compete with more established institutions. However, this early advantage was eroded over time, with the *London and Brazilian Bank* eventually surpassing it. In 1901, the capital of the *London and Brazilian Bank* was approximately one-third larger than that of the *Brasilianische Bank*, and by 1913, it had grown to 1.78 times larger. At the same time, Table 03 highlights the *Brasilianische Bank's* leadership in attracting local domestic business, with their deposits consistently outperforming other foreign banks in Brazil. In 1889, the bank's deposits were over 10 million *milréis*, comparable to the *Banque Française du Brésil*. By 1910, deposits had surged to over 25 million *milréis*.

This trend is further highlighted in Figure 03, which tracks the monthly deposits in current accounts for both the *Brasilianische Bank* and the *London and Brazilian Bank* over the period from 1893 to 1913. In the years between 1895 and 1900, both banks experienced significant growth, with the *London and Brazilian* on annual average showing higher growth rates in their deposits in current accounts. Nevertheless, the *Brasilianische* got continuously involved in the local business, challenging the *London and Brazilian bank* in its dominance.



**Figure 03 – *Brasiliense Bank für Deutschland's* and *London and Brazilian Bank's* monthly deposit, current accounts (in *Conto de Réis*), 1893-1913**



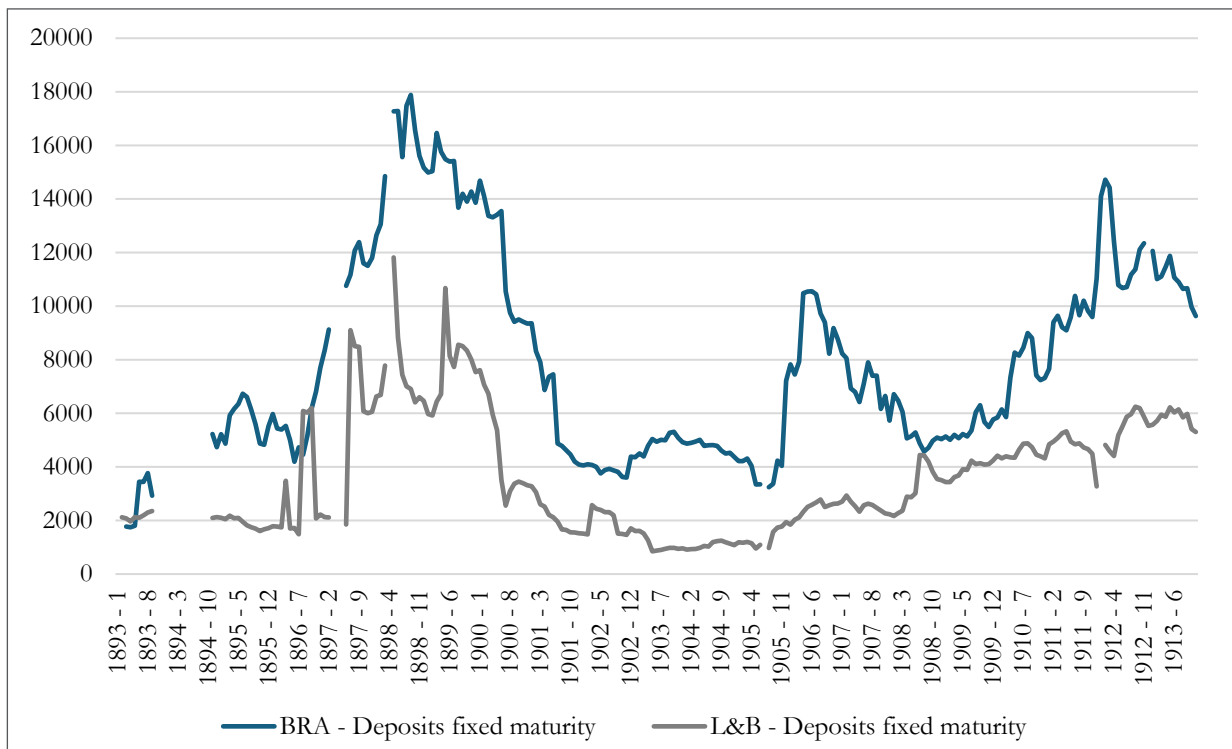
Sources: Author's own elaboration based on *The Brazilian Review*, *O Commercio de São Paulo*, *Jornal do Commercio Retrospecto*, *The Rio News*, various years.

Notes: (1) Numbers are for Rio de Janeiro branches of the two banks; (2) Missing years are due to missing information in the original data.

With the Brazilian export-sector and financial market entering a period of severe drawback by the turn of the century, equally the performance of the two banks experienced an intensive drop down. Yet, the two banks show significant differences in their development and behavior. Firstly, one can observe an opposite dynamic between the bank's involvements in short- and long-term local business. While the deposits in current accounts of the *Brasiliense* were diminishing constantly since 1900, in the case of the *London and Brazilian* they were in fact increasing in the years from 1900 to 1902. In 1902, the latter had, on average, 50 percent more deposits in current accounts per month. At the same time the *Brasiliense* disposed of over nearly three times more fixed maturity deposits. Figure 04 shows the monthly deposits current accounts with fixed maturity. The latter has to be understood as a long-term financial instrument, with comparatively higher interest rate payments to the owner of the

deposit, but with the restriction that the money paid it cannot be withdrawn before maturity, that is a certain moment to be after the disclosure of the deposit defined by the bank. Between 1900 and 1905, the *Brasilianische* disposed on a monthly average over more than twice as much fixed maturity deposits. That may indicate that German banks were more successful in maintaining their long-term involvement in the Brazilian market than the British banks, even in times of crisis. Secondly, the *Brasilianische* continued to provide more credit to the trade sector than the *London and Brazilian Bank*.

**Figure 04 – *Brasilianische Bank für Deutschland's* and *London and Brazilian Bank's* monthly deposits fixed maturity (in *Conto de Réis*), 1893-1913**



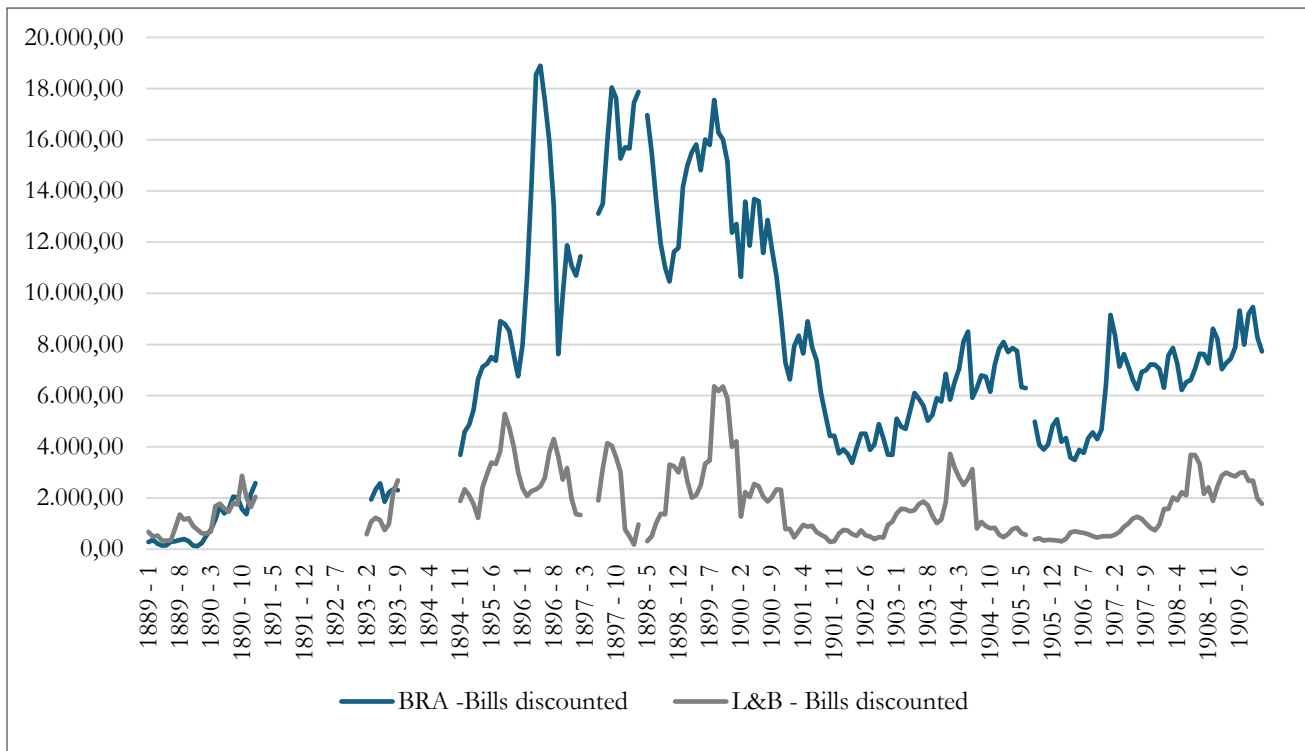
Sources: Author's own elaboration based on *The Brazilian Review*, *O Commercio de São Paulo*, *Jornal do Commercio Retrospecto*, *The Rio News*, various years.

Notes: (1) Numbers are for Rio de Janeiro branches of the two banks; (2) Missing years are due to missing information in the original data.

Most significantly, the German bank directed more of its resources towards the financing of trade. Figure 05 captures the evolving dynamics in trade finance between the *Brasilianische Bank* and the *London and Brazilian Bank* from 1889 to 1913. Not surprisingly, initially, the *London*

and *Brazilian Bank* led the market, reflected in its higher monthly average of discounted bills in 1893 – 6,611 *contos de réis* compared to the *Brasilianische Bank's* 5,137 *contos de réis*. However, from the 1890s onward, the *Brasilianische Bank* increasingly redirected its focus towards trade finance, gradually surpassing its British counterpart, and by the early 1900s, began to outpace the *London and Brazilian* in the volume of discounted bills. This strategic emphasis on trade finance not only solidified the *Brasilianische Bank's* position in the Brazilian market but also reflected the broader German ambition to challenge British financial preeminence in Brazil.

**Figure 05 – *Brasilianische Bank für Deutschland's* and *London and Brazilian Bank's* monthly bills discounted (in *Conto de Réis*), 1889-1913**



Sources: Author's own elaboration based on *The Brazilian Review*, *O Commercio de São Paulo*, *Jornal do Comercio Retrospecto*, *The Rio News*, various years.

Notes: (1) Numbers are for Rio de Janeiro branches of the two banks; (2) Missing years are due to missing information in the original data.

### 3. The *Brasilianische Bank für Deutschland* and coffee trade

The *Brasilianische Bank für Deutschland* was established with a dual mandate: to fulfil its specific banking objectives and to advance Germany's broader economic interests. There was optimism that the bank would significantly boost German trade. Its creation was aimed at providing German nationals in Brazil with the same advantages that English merchants enjoyed, thanks to well-established English banks. The bank's core functions—handling international payments, trading freight bills, discounting bills of exchange, and providing advances on securities – were all designed with this goal in mind.

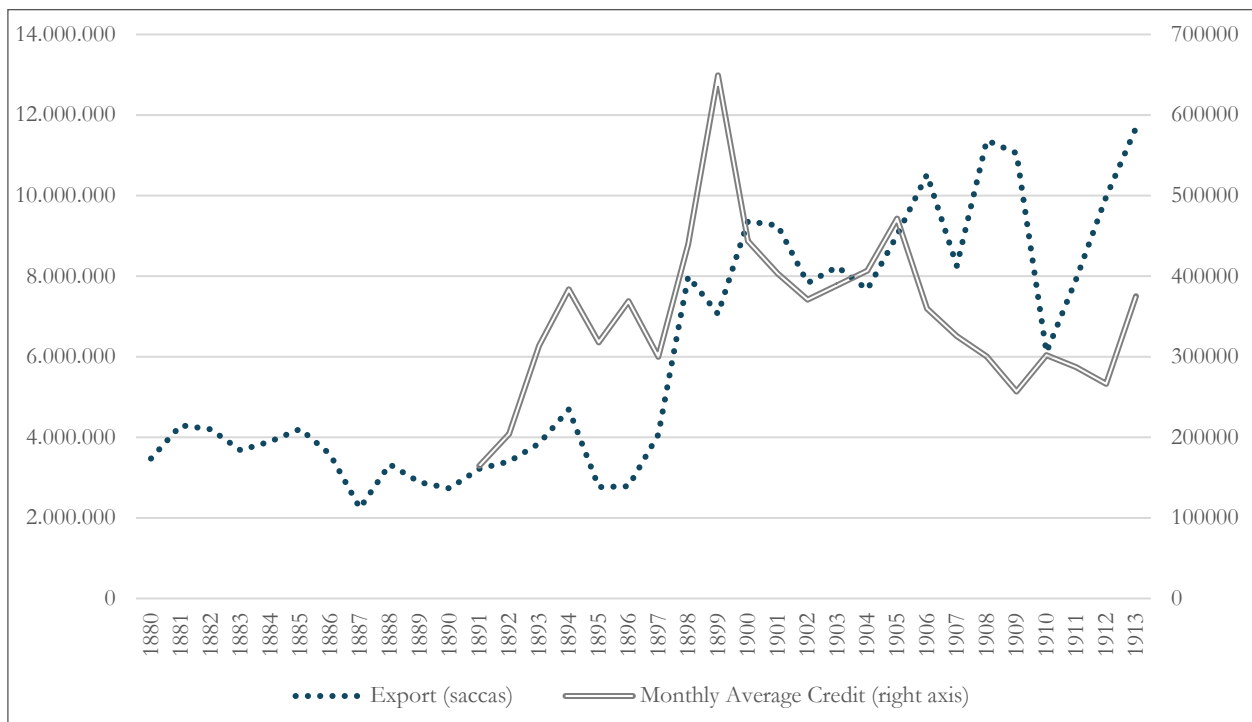
In just a decade following the establishment of the *Brasilianische*, trade with German merchants in Brazil nearly doubled. This surge in commerce not only invigorated Germany's economy, but also propelled the bank's own success, as it was founded precisely to capitalize on this burgeoning trade. The economic gains were mutual, with Germany also benefiting from the bank's strategic operations. A German consular report from Brazil vividly illustrates the shifting landscape: transactions once dominated by English banks in Rio de Janeiro were now increasingly handled by the German bank. This shift didn't go unnoticed—major Hamburg firms, the *Länderbank* of Vienna, and even French companies began relying on the Brazilian Bank for their financial dealings, underscoring the bank's expanding global reach and influence:

“The economic relations between Germany and Austria-Hungary on one side, and Brazil on the other; especially those that were established with Rio, Santos, and São Paulo through the intermediary of English banks in Rio, are now made through the intermediary of the German bank (...)” (Diouritch, 1909, p. 561).

Central to this strategy was the financing of Brazilian coffee exports to Germany by providing essential financing to both established and emerging coffee exporters. Empirical data presented in Figure 06 reveals a strong correlation between the bank's financial activities and the volume of coffee exports (measured in *sacas*) from 1880 to 1913. Figure 06 also illustrates the bank's responsiveness to market demands. Despite fluctua-

tions in the coffee market, the monthly average credit extended by the bank remained substantial, particularly after 1905, when loans to companies in Santos began to exceed those in Rio de Janeiro. This shift indicates the bank's strategic realignment towards Santos.

**Figure 06 – Coffee exports (*Sacas*) and monthly average credit (in Pounds) provided by the *Brasilianische Bank für Deutschland* to companies in Rio and Santos, 1880-1913**



Sources: Author's own elaboration based on *The Brazilian Review*, *O Commercio de São Paulo*, *Jornal do Comercio Retrospecto*, *The Rio News*, various years.

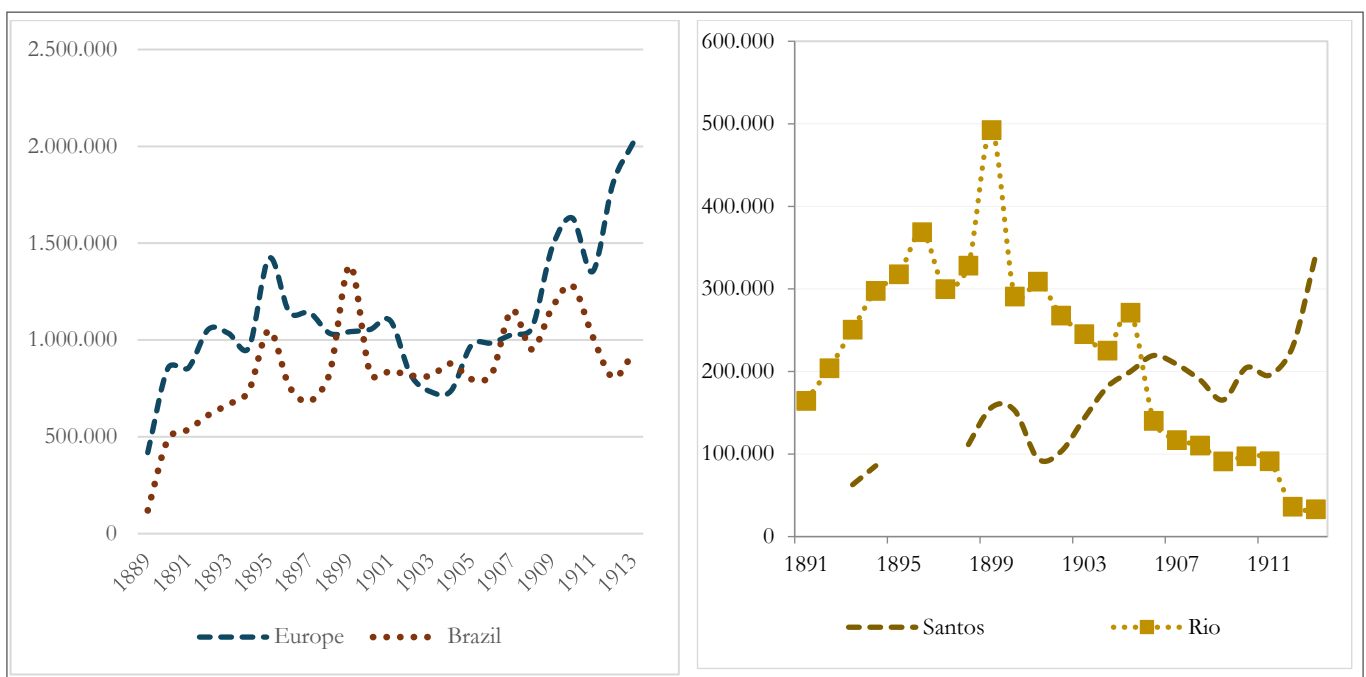
Notes: (1) Numbers are for Rio de Janeiro branches of the two banks; (2) Missing years are due to missing information in the original data; (3) Exports: Quantities of coffee exported (*sacas* in 60Kg) by 389 export companies in Rio and 152 in Santos; (4) Credit: Sum of monthly average of the bills discounted and credit provided to the 41 and 42 coffee exporting houses in Rio and Santos, respectively; (5) Missing years are due to missing information in the original data.

The *Brasilianische* Bank financed both Brazilian and European companies.<sup>5</sup> Initially, in 1889/90, approximately 72% of the bank's financing was allocated to European companies. However, as the bank adapted to market conditions and expanded its operations within Brazil, the proportion of capital available to Brazilian companies steadily increased. By the

<sup>5</sup> The information on the nationality of the exporting houses was collected from Rischbieter (2011, p. 130-131), Pereira da Silva (2015), and Dejung (2018, Chapter 13).

turn of the century, the financing provided to Brazilian firms was on par with that of European firms (see Figure 07). The primary financial instrument used by the bank was the discounting of bills, which made up over 92% of all loans granted between 1888 and 1913. Additionally, direct loans, exclusively in the Brazilian currency *milréis*, became increasingly significant, effectively minimizing exchange rate risks. Between 1889 and 1912, the share of direct loans to Brazilian companies rose from 13% to 40.7%. The British pound was the dominant currency for bills, comprising 81% of all discounted bills, followed by the German mark, the French franc, and the *milréis* (Kisling, 2020).

**Figure 07 – Monthly average credit provided by *Brasilianische Bank für Deutschland* (in Pounds) in Brazil & Europe, and to the coffee exporting companies in Rio & Santos, 1889-1913**



Source: Kisling (2020).

Note: (1) Numbers are for Rio de Janeiro branches of the two banks; (2) Monthly average of credit provided for Europe includes credit supplied and bills of exchange discounted (*Wechsel*) of all companies located in Europe; (3) The total is the equivalent average for all companies from Brazil; (4) For Rio and Santos, it is the monthly average of the bills discounted and credit supplied to the 41 and 42 coffee exporting houses in Rio and Santos, respectively; (5) Missing years are due to missing information in the original data.

Among the Brazilian companies financed by the *Brasilianische Bank*, 41 were coffee exporters in Rio de Janeiro and 42 in Santos. These exporters received 38.6% of the total loans granted by the bank to Brazilian com-



panies between 1888 and 1913. Around the turn of the century, the distribution of credit shifted towards Santos, with the number of financed companies in Rio de Janeiro decreasing and those in Santos increasing. This trend is also reflected in the monthly average credit granted to exporters. From 1888 to 1913, companies in Rio de Janeiro received more credit on average than those in Santos (£210,762 per month *versus* £169,266 per month). After peaking in 1898, loans to companies in Rio de Janeiro declined, while loans to companies in Santos increased, surpassing Rio de Janeiro in 1905.

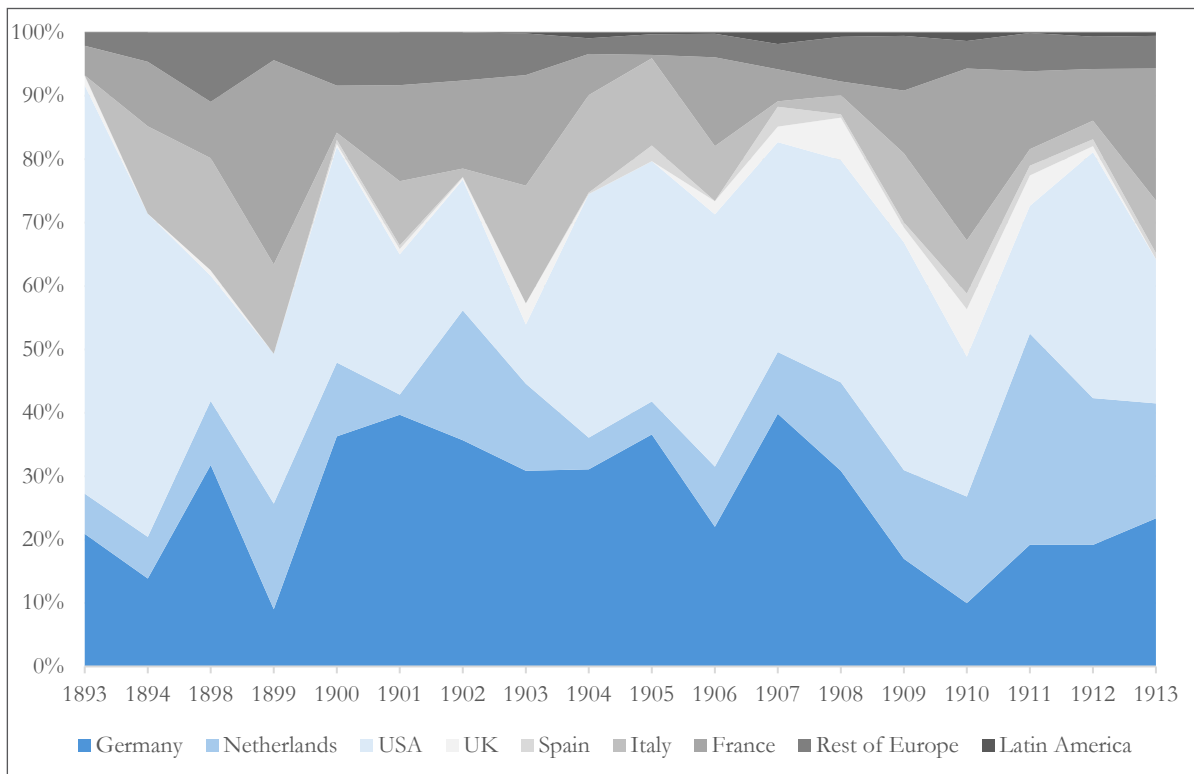
By 1913, the concentration of export activities in a few large houses, predominantly foreign (89 percent),<sup>6</sup> highlights the bank's pivotal role in nurturing key market players. German companies received the largest share of credit, with 32% of loans directed to coffee exporters in Rio and Santos between 1888 and 1913. American and British companies followed, securing 25% and 20% of the loans, respectively. Both large export companies and newcomers benefited from the bank's financial support. Notably, 19% of the companies financed in Rio were among the top twenty export houses when the bank entered the market in 1888, while 48% of the financed export houses had not been actively exporting before that year. Nonetheless, the support extended to Brazilian companies ensured that local exporters could compete on the global stage (Kisling, 2020).

Figure 08 depicts the geographical distribution of coffee exports from Santos, financed by the *Brasilianische*, between 1893 and 1913. Throughout this period, Germany consistently dominated as a primary destination, reflecting the bank's strategic efforts to finance German exports. By directing substantial credit to German companies, the bank secured their leading position in the coffee trade. The United States also emerged as a significant market, particularly in the early 1900s, which was indicative of rising American coffee consumption. Other notable destinations included the Netherlands, the United Kingdom, and Italy. These fluctuations underscore the bank's adaptive financing strategies, enabling exporters to tap into diverse markets. By facilitating access to a broad range of international destinations, with a pronounced focus on Germany, the bank was instrumental in stabilizing and expanding Brazil's

<sup>6</sup> German, American, and British firms, accounting for 41%, 26%, and 10%, respectively.

coffee trade globally. This strategic financing reinforced Brazil's role as a crucial player in the international coffee market.

**Figure 08 – Coffee export destinations: Share on total coffee exports from Santos financed by the *Brasilianische Bank für Deutschland* (percent), 1893-1913**



Sources: Author's own elaboration based on *The Brazilian Review*, *O Commercio de São Paulo*, *Jornal do Comercio Retrospecto*, *The Rio News*, various years.

## 4. Conclusion

The relationship between German merchants, banks, and Brazil's coffee industry during the *Belle Époque* period is a masterclass in early globalization. This study has illustrated how Brazil's dominance in the global coffee market was significantly supported by strategic foreign involvement, particularly from Germany. The role of German banks, especially the *Brasilianische Bank für Deutschland*, was instrumental in financing and stabilizing Brazil's coffee trade, ensuring the continuity of coffee exports even during economic downturns.

Key findings highlight that German companies, by providing substantial credit and developing robust trading networks, significantly in-

fluenced the market dynamics. The concentration of export activities, with a few large houses dominating the market, underscores the strategic importance of foreign investment and the role of financial institutions in shaping trade patterns. The shift in credit distribution towards Santos around the turn of the century also indicates how geographical and infrastructural developments can impact economic activities.

The comparative analysis of German and British banks' involvement shows that German banks were more successful in maintaining long-term business engagements, particularly through fixed maturity deposits and trade credits. This long-term focus not only supported the immediate needs of the coffee trade but also contributed to a more stable economic environment in Brazil.

## References

- ABREU, M. de P.; BEVILAQUA, A. S. Brazil as an export economy, 1880-1930. *Texto para discussão*, n. 363. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1996.
- ABREU, M. de P.; BEVILAQUA, A. S. Brazil as an export economy, 1880-1930. In CÁRDENAS, Enrique; OCAMPO, José Antonio; THORP, Rosemary (Eds.). *An economic history of twentieth-century Latin America*. London: Palgrave Macmillan, St. Antony's Series, p. 32-54, 2000.
- ABSELL, C. D.; TENA-JUNGUITO, A. Brazilian export growth and divergence in the tropics during the nineteenth century, *Journal of Latin American Studies*, v. 48, n. 4, p. 677-706, 2016.
- ALAM, N. A. El; DALLA-COSTA, A. J. Foreign direct investment and multinationals in Brazil (1860-1913). *América Latina en la Historia Económica*, v. 29, n. 2, p. 1-18, 2022.
- ALBERS, W. (Ed.). *Handwörterbuch der Wirtschaftswissenschaften – Bd. 4*. Stuttgart: Fischer Verlag, 1978.
- BECKER, U. *Kaffeekonzentration. Zur Entwicklung und Organisation des hanseatischen Kaffeehandels*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2002.

BÉRTOLA, L.; OCAMPO, J. A. Globalización, fortalecimiento institucional y desarrollo primario-exportador, c. 1870-1929. In: BÉRTOLA, L.; OCAMPO, J. A. (Eds.). *Desarrollo, vaivenes y desigualdad: una historia económica de América Latina desde la independencia*. Madrid: Secretaría General Iberoamericana (SEGIB), p. 93-150, 2010.

BOLT, J.; VAN ZANDEN, J. L. *Maddison Project Database 2023*. DataVerseNL, v. 1. Available at: <<https://doi.org/10.34894/INZBF2>>. Accessed on: 8 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Anuario estatístico do Brasil. Anno I (1908-1912). Economia e finanças*. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 2, 1917.

BRASILIANISCHE BANK FÜR DEUTSCHLAND. *Brasilianische Bank für Deutschland. Hamburg – Brasilien. 1887-1912*. Hamburg, 1912.

BRIONES, I.; VILLELA, A. A. European bank penetration during the first wave of globalization: Lessons from Brazil and Chile, 1878-191. *European Review of Economic History*, v. 10, n. 3, p. 329-359, 2006.

BUES, M.-C. *Hamburg zwischen Globalisierung und Nation*. Munich: Herbert Utz Verlag, 2017.

BURHOP, C. *Die Kreditbanken in der Gründerzeit*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2004.

DEJUNG, C. *Commodity trading, globalization and the colonial world: Spinning the web of the global market*. Abingdon: Routledge, 2018.

DIOURITCH, G. *L'expansion des banques allemandes à l'étranger*. Berlin: Puttkammer & Mühlbrech, 1909.

FENNER, J. Shaping the coffee commodity chain: Hamburg merchants and consumption of Guatemalan coffee in Germany, 1889-1929. *América Latina en la Historia Económica*, v. 20, n. 3, p. 28-55, 2013.

FORBES, I. L. D. German informal imperialism in South America before 1914. *Economic History Review*, v. 31, n. 3, p. 384-398, 1978.

GREENHILL, R. G. The Brazilian coffee trade. In: PLATT, D. C. M. (Ed.). *Business imperialism 1840-1930: An inquiry based on British experience in Latin America*. Oxford: Clarendon Press, p. 198-231, 1977.

GUENTHER, L. H. British merchants in nineteenth-century Brazil: Business, culture and identity in Bahia, 1808-1850. New York: Oxford University Press, Centre for Brazilian Studies, 2004.

GUIMARÃES, C. G.; GREENHILL, R. Trading in an emerging market: E. Johnston & Co. and the Brazilian coffee trade, 1840-1880, *Revista de Historia Económica/Journal of Iberian and Latin American Economic History*, v. 39, n. 1, p. 157-190, 2021.

HALSEY, F. M. Investments in Latin America and the British West Indies. *Department of Commerce, Bureau of Foreign and Domestic Commerce, Special Agents Series*, n. 109. Washington: Government Printing Office, 1918.

HANLEY, A. G. Is it who you know? Entrepreneurs and bankers in São Paulo, Brazil, at the turn of the twentieth Century. *Enterprise & Society*, v. 5, n. 2, p. 187-225, 2004.

HURLEY, E. N. Banking and credit in Argentina, Brazil, Chile and Peru. Washington: *U.S. Department of Commerce, Special Agents Series*, n. 90, 1911.

KISLING, W. La financiación del comercio: bancos alemanes y británicos en el Brasil del siglo XIX. In: FUENTES, D. D.; APARICIO, A. H.; MARICHAL, C. (Orgs.). *Orígenes de la globalización bancaria: Experiencias de España y América Latina*. Ciudad de México: El Colegio de México, Genuve Ediciones, p. 179-204, 2017.

KISLING, W. A microanalysis of trade finance: German bank entry and coffee exports in Brazil, 1880-1913. *European Review of Economic History*, v. 24, n. 2, p. 356-389, 2020.

KRAUSE, D. *Die Commerz- und Disconto-Bank 1870-1920/23: Bankgeschichte als Systemgeschichte*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2004.

KRIEGER, M. *Kaffee: Geschichte eines Genussmittels: Anbau, Handel und globale Genusskulturen*. Cologne: Böhlau Verlag GmbH & Cie, Köln Weimar Wien, 2011.

KURTH, H. *Die Lage des Kaffeemarktes und die Kaffeewertung*. Jena: Gustav Fischer, 1909.

KÜHL, B. M. Railways in São Paulo, Brazil: Impacts on construction culture and on the transformation of the territory (1860-1940). *Construction History*, v. 36, n. 2, p. 123-144, 2021.

LUEBKE, F. C. A prelude to conflict: the German ethnic group in Brazilian society, 1890-1917. *Ethnic and Racial Studies*, v. 6, n. 1, p. 1-17, 1983.

LUEBKE, F. C. *Germans in Brazil: A comparative history of cultural conflict during World War I*. Baton Rouge/London: Louisiana State University Press, 1987.

MARQUESE, R. de B. Coffee and the formation of modern Brazil, 1860-1914. *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*, 2020.

MATTOON JUNIOR, R. H. Railroads, coffee, and the growth of big business in São Paulo, Brazil. *Hispanic American Historical Review*, v. 57, n. 2, p. 273-295, 1977.

MILLER, M. *Europe and the maritime world: A twentieth century history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

PEREIRA DA SILVA, G. O predomínio das casas estrangeiras sobre a exportação cafeeira em Santos no século XIX. *América Latina en la Historia Económica*, v. 22, n. 3, p. 213-246, 2015.



PEREIRA DE MELO, H. Coffee and the Rio de Janeiro economy. In: CLARENCE-SMITH, W. G.; TOPIK, S. (Orgs.). *The global coffee economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 360-384, 2003.

RISCHBIETER, J. L. *Mikro-Ökonomie der Globalisierung: Kaffee, Kaufleute und Konsumenten im Kaiserreich 1870–1914*. Vienna: Böhlau, 2011.

SHAW, E. S. *Financial deepening in economic development*. New York: Oxford University Press, 1973.

SOUZA, G. F. C. de. Traders in Colonial Brazil: Origins, strategies, and networks. *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*, 2020.

SWEIGART, J. E. *Coffee factorage and the emergence of a Brazilian capital market, 1850-1888*. New York/London: Garland Publishing, 1987.

TOPIK, S. The integration of the world coffee market. In: CLARENCE-SMITH, W. G.; TOPIK, S. (Orgs.). *The global coffee economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 21-49, 2003.

TRINER, G. D. *Banking and economic development: Brazil, 1880-1930*. New York/London: Palgrave Macmillan, 2000.

WIERLING, D. *Mit Rohkaffee handeln: Hamburger Kaffeeimporteure im 20. Jahrhundert*. Hamburg: Dölling und Galitz Verlag, 2018.

ZIMMERMANN, S. *Theodor Wille 1844-1969*. Hamburg: Hanseatischer Merkur, Hamburg, 1969.

## APPENDIX 01

Table A1 – Brazilian coffee export & global market shares (percent),  
1823-1910

	Cuba	Guadeloupe	Haiti	Jamaica	Martinique	Brazil	Surinam	Indonesia (Java)
1823/25	12	1	20	11	1	15	3	18
1825/30	15	1	16	8	1	20	2	18
1830/35	13	0	13	4	0	32	1	16
1835/40	10	0	10	2	0	35	1	22
1840/45	6	0	8	1	0	37	0	26
1845/50	3	0	7	1	0	48	0	20
1850/55	2	0	8	1	0	54	0	25
1855/60	1	0	8	1	0	54	0	23
1860/65	1	0	8	1	0	43	0	21
1865/70	0	0	5	1	0	52	0	18
1870/75	0	0	6	1	0	48	0	11
1875/80	0	0	6	1	0	47	0	7
1880/85	0	0	5	1	0	57	0	15
1885/90	0	0	6	1	0	49	0	11
1890/95	0	0	5	1	0	58	0	9
1895/00	0	0	4	1	0	67	0	7
1900/05	0	0	3	0	0	75	0	4
1905/10	0	0	3	0	0	78	0	2

Sources: Author's own calculations based on (1) SAMPER, Mario; RADIN, Fernando. Appendix: Historical statistics of coffee production and trade from 1700 to 1960. In CLARENCE-SMITH, William Gervase; TOPIK, Steven (Eds.). *The global coffee economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500–1989*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2004, p. 411-463; and (2) *The Rio News*, various years.

# Os crimes de *Wursten & Companhia*: empreendedores escravistas de língua alemã no Brasil (1808-1888)\*

*The crimes of Wursten & Company: German-speaking  
slaveholding entrepreneurs in Brazil (1808-1888)*

André Nicacio Lima\*\*

**Resumo:** O artigo discute os grandes negócios escravistas de imigrantes de língua alemã no Brasil do século XIX, particularmente o caso do suíço-alemão Rodolpho Wursten. Estabelecido primeiramente no Rio de Janeiro como negociante, em seguida como senhor de engenho em Paraty e por fim como grande exportador de café em Santos, sua trajetória ilumina aspectos relevantes das relações entre a escravidão brasileira, os portos hanseáticos e a Suíça. Também são apresentados e debatidos casos de indivíduos de língua alemã envolvidos em grandes negócios nas províncias do Rio de Janeiro e da Bahia, procurando destacar as regularidades e as conexões que existiam entre imigração de língua alemã e empreendedorismo escravista no Brasil imperial.

**Palavras-chave:** Escravidão. Tráfico de escravos. Colonialismo. Suíça. História Global.

**Abstract:** The article discusses the large slave businesses of German-speaking immigrants in 19<sup>th</sup> century Brazil, particularly the case of the Swiss-German Rodolpho Wursten. First established in Rio de Janeiro as a merchant, then as plantation owner in Paraty, and, finally, as a major coffee exporter in Santos, his life trajectory sheds light onto relevant aspects of the relationship

\* Submissão: 17/09/2024 | Aprovação: 13/11/2024 | DOI: 10.29182/hehe.v27i3.1029

\*\* Pesquisador associado sênior do projeto “Moral and economic entrepreneurship: A collaborative history of global Switzerland (1800-1900)” da Universidade de Lausanne | E-mail: andrenicacio@gmail.com



between Brazilian slavery, the Hanseatic ports and Switzerland. Cases of German-speaking individuals involved in big business in the provinces of Rio de Janeiro and Bahia are also presented and discussed, seeking to highlight the regularities and connections that existed between German-speaking immigration and slave entrepreneurship in imperial Brazil.

**Keywords:** Slavery. Slave trade. Colonialism. Switzerland. Global History.

**JEL:** N76. F54. N36. N56.

## Introdução

Na noite de 18 de fevereiro de 1877, o porto de Santos, em São Paulo, foi cenário de um dos maiores roubos da história do Brasil. Agindo segundo um plano complexo e bem-executado, ladrões levaram 180 contos de réis que estavam guardados no cofre da Alfândega para envio ao governo. Esse dinheiro era fruto da arrecadação fiscal portuária, num montante então suficiente para comprar mais de cem pessoas escravizadas. Na manhã seguinte, o tesoureiro-geral da Alfândega, major Antonio Eustachio Largacha, foi preso como principal suspeito, dando início a uma investigação cheia de reviravoltas e trocas de acusações. O advogado de defesa do major Largacha foi o célebre abolicionista Luiz Gama, conhecido por ter atuado em centenas de casos em favor da liberdade de africanos ilegalmente introduzidos no Brasil após 1831, quando o tráfico transatlântico havia sido proibido por lei nacional. Na versão do advogado, e também na de grande parte dos jornais, os autores do roubo eram o empreiteiro Luiz Manoel de Albuquerque Galvão, responsável por obras que eram então realizadas no prédio da Alfândega, e seu sócio Rodolpho Wursten, negociante suíço-alemão e correspondente, na cidade de Santos, do *Jornal do Commercio*, um dos principais da capital do Império. A mala com o dinheiro roubado teria sido embarcada para o Rio de Janeiro numa bagagem em nome do alemão Guilherme Kroulein, procurado pessoalmente por Luiz Gama em Rio Claro (SP) por ser considerado testemunha-chave no processo. Porém, apesar de terem sido ouvidas mais de 190 testemunhas, o crime nunca foi solucionado pela justiça. Wursten chegou a ser indiciado pelo roubo em 1878 e pronunciado no ano seguinte, mas o processo foi encerrado em 1881 sem que fossem estabelecidos os culpados.<sup>1</sup>

Caso a trajetória de Rodolpho Wursten no Brasil se resumisse à suspeita de ter praticado um dos maiores roubos do século, ela poderia ser muito instigante, mas interessaria pouco ao entendimento da história da imigração alemã no Brasil, que é objeto desta publicação. Afinal, trata-se de evento idiossincrático, ponto fora da curva em trajetórias coletivas teuto-brasileiras nas quais predominam famílias de pequenos proprietários rurais e de trabalhadores assalariados ou submetidos ao sistema de parceria,

---

<sup>1</sup> Sobre o roubo da Alfândega de Santos, ver Gama (2021). O processo foi amplamente noticiado pela imprensa brasileira, incluindo os veículos redigidos em idiomas estrangeiros publicados no país.

muito distantes dos holofotes da crônica policial e do acúmulo de imensas fortunas.

Porém, observado ao longo de três décadas, o caminho ascendente de Wursten no Brasil possui também regularidades com relação a outras trajetórias. Como veremos neste artigo, a fortuna desse e de outros grandes negociantes de língua alemã no Brasil estava relacionada a crimes ainda maiores que o roubo da Alfândega. Crimes nos quais eram cúmplices tanto o Estado brasileiro quanto Estados europeus dotados de projetos coloniais, incluindo a insuspeita Suíça, de onde vinha Wursten.

O primeiro desses crimes, tipificado enquanto tal pelo tratado anglo-português de 1818 e por lei nacional em 1831, era o tráfico transatlântico de pessoas escravizadas, praticado massivamente pelas elites do Sudeste brasileiro ao longo de duas décadas. Trata-se, nas palavras de Luiz Felipe de Alencastro, do “pecado original da sociedade e da ordem jurídica brasileira”, dado o caráter sistemático do crime e da conivência das autoridades, que produziram resultados estruturais no país (Alencastro, 2010, p. 5-11). O segundo crime era a própria escravidão, que apesar de estritamente legal no Brasil imperial teve sua legitimidade questionada pelo parlamento da Suíça Federal em 1864. Naquela ocasião foi proposta a perda de cidadania pelos emigrados que haviam se tornado senhores de escravos no Brasil – proposta esta recusada pelo governo suíço, que coerentemente persistiu defendendo os interesses escravistas de seus cidadãos de além-mar (Bundesblatt, 1864).<sup>2</sup>

Rodolpho Wursten, que possuiu dezenas de indivíduos escravizados – sendo ao menos metade deles ilegalmente traficados da África após 1831 – já era um rico empreendedor escravista quando acusado pelo roubo da Alfândega. Como veremos, sua trajetória no Brasil teve início no lugar de simples funcionário contábil de uma firma teuto-portuguesa de comércio internacional, mas ele rapidamente ascendeu a sócio da firma, senhor de engenho em Paraty e a grande exportador de café em Santos, no exato momento em que a produção do Oeste paulista e a construção de ferrovias transformaram esse porto, até então muito modesto, num porto global.

<sup>2</sup> Bundesblatt Nr. 53; BB |1864 | 230 Bericht des Bundesrates an den h. Nationalrat, betreffend Strafbestimmungen gegen Schweizer in Brasilien, welche Sklaven halten. (Vom 2. Dezember 1864.) Disponível em <[https://www.fedlex.admin.ch/eli/fga/1864/3\\_230\\_/de](https://www.fedlex.admin.ch/eli/fga/1864/3_230_/de)> (último acesso em 25 de fevereiro de 2023).



Não se trata de uma trajetória isolada. Assim como Wursten, empreenderam grandes negócios sustentados em mão de obra escrava no Brasil nomes como Frohlich, Precht, von Steiger, von May, Jezler, Trümpy, Keller, entre outros. Além destes, muitos foram os pequenos e médios senhores, incluindo muitos colonos. Geralmente encarados como fundamentais à superação do regime escravista, os colonos pioneiros de Nova Friburgo (RJ) e de Leopoldina (BA) também foram agentes importantes de sua reprodução e ampliação.

A pesquisa documental que fundamenta esta análise dialoga com uma sólida bibliografia, desenvolvida desde o início dos anos 1970, focada na história “colonial” suíça (Nicoulin, 1973; Ziegler, 1985; 1988; Veyrassat, 1994; Schneider, 1997; Fluck, 2004; Fässler, 2005; David, Etemad e Schaufelbuehl, 2005; Purtschert e Fischer-Tiné, 2015; Barros e Lima, 2021; Bartoletti, 2023; Barros, 2025 – no prelo). Essa historiografia examina o envolvimento de personalidades, oficiais militares, negociantes, proprietários de plantações, colonos, agentes do Estado e naturalistas suíços com o comércio de produtos coloniais, a exploração da força de trabalho de pessoas escravizadas e a perpetuação e expansão do colonialismo europeu. A investigação é parte do projeto *Moral and economic entrepreneurship: a collaborative history of global Switzerland (1800-1900)*, coordenado por Bernhard Schär e sediado na Universidade de Lausanne. O projeto coloca em colaboração pesquisadores de quatro continentes, que aprofundam e conectam os conhecimentos acerca da atuação transimperial da Suíça durante o século XIX, em espaços como Mangalore, na Índia Britânica; Lesotho, no Sul da África; Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, no Império do Brasil. Este artigo foi elaborado no âmbito desse projeto mais amplo, inserido no subprojeto dedicado ao estudo das relações comerciais, sociais e políticas entre o Brasil, a Suíça e suas redes continentais europeias no século XIX.

A estratégia de investigação seguiu um planejamento em diferentes etapas. Primeiramente, foi realizado um mapeamento da presença demográfica e comercial dos suíços no Brasil a partir de fontes seriadas (censo, relações de imigrantes, matrículas de comerciantes, hemeroteca digital) e bibliografia, resultando na elaboração de instrumentos de pesquisa como relações nominais, tabelas, gráficos e mapas. Com base nesse levantamento inicial, pude situar as áreas onde indivíduos, famílias e firmas suíças se

envolveram com maior sucesso em grandes negócios escravistas. Foram delimitadas como áreas de maior interesse a cafeeicultura do Vale do Paraíba, a produção de açúcar, café e cacau no Sul da Bahia, a agroindústria tabagista de Salvador e Recôncavo Baiano e a cafeeicultura da província de São Paulo. Em seguida, pude consultar, digitalizar e compartilhar com os parceiros do projeto um volumoso *corpus* documental disponível em instituições de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, incluindo fontes de natureza variada. Simultaneamente, esses membros do projeto têm compartilhado resultados de suas pesquisas em arquivos de diversos países, possibilitando traçar as trajetórias de indivíduos, famílias, empresas e instituições que mantinham conexões para além das fronteiras nacionais. Por fim, a última etapa da investigação consistirá no aprofundamento da investigação nas trajetórias de dois suíços estabelecidos em Santos durante o século XIX e que acumularam imensas fortunas em negócios escravistas: o negociante e industrial franco-suíço Henrique Porchat, e o senhor de engenho e grande exportador de café suíço-alemão Rodolfo Wursten.

Este artigo propõe algumas conexões entre colonialismo, escravidão e imigração de língua alemã no Brasil escravista, a partir da trajetória de Rodolpho Wursten. Incluo no escopo do artigo algumas outras trajetórias de imigrantes de língua alemã envolvidos em grandes negócios nas províncias do Rio de Janeiro e da Bahia, procurando destacar as regularidades e as conexões que haviam entre imigração e empreendedorismo escravista.

Na primeira parte do artigo são estabelecidas as conexões entre o Brasil e projetos coloniais “marginais” na Europa, contextualizando o início das relações comerciais, diplomáticas e migratórias entre o Brasil e os poderes estatais dos povos de língua alemã – Suíça, Áustria, Prússia e cidades-Estado hanseáticas. Em seguida, apresento alguns casos de grandes negócios escravistas de imigrantes de língua alemã na Bahia e no Rio de Janeiro, articulados com os projetos de colonização que tiveram início a partir de 1818 nessas regiões. Na parte final, retomo a trajetória de Rodolpho Wursten e de sua ascensão até se tornar, no início da década de 1880, o maior exportador de café do porto de Santos e uma das principais lideranças no associativismo comercial da florescente economia agroexportadora paulista.

## 1. Concorrência e colaboração: colonialismo transimperial e os povos de língua alemã no Brasil

Dentre as perspectivas analíticas possíveis para o estudo da imigração alemã no Brasil, aquela com a qual minha investigação trabalha é a do estudo do colonialismo moderno como processo de expansão global a partir da Europa. Iniciada na época das navegações, essa expansão formou o mundo moderno como espaço organizado para produção de mercadorias de interesse para os poderes metropolitanos. Além de combaterem, firmarem alianças e submeterem povos de todos os continentes, esses poderes se confrontaram entre si numa dinâmica concorrencial durante toda a expansão, com guerras cada vez mais destrutivas e mundializadas por mercados e territórios. No século XIX, essa dinâmica já tinha passado por diferentes hegemonias e tinha como grande potência a Grã-Bretanha. Contudo, seria equivocado considerar esse sistema apenas em sua dinâmica concorrencial ou observar a atuação de cada metrópole isoladamente. Mais do que um colonialismo português, espanhol, holandês, francês ou britânico, trata-se de uma expansão que envolveu, de diferentes maneiras, toda a Europa Ocidental (Barth; Cvetkovski, 2015).

Exemplar quanto a isso é a pequena e insuspeita nação de onde veio Rodolpho Wursten. Ainda que a Suíça não tenha possuído formalmente colônias, a atuação desse país no colonialismo europeu foi sistemática e fundamental para sua história econômica, social, política e cultural. Nesse sentido, importa ressaltar que a Suíça forneceu, desde o século XVIII, cerca de 7,6 mil mercenários às Índias Orientais holandesas, que alguns de seis empresários lucraram imensamente com o tráfico transatlântico e com diversos grandes negócios escravistas nas Américas, e que organizações suíças exerceram poder em espaços coloniais do Império Britânico na Ásia e na África durante o século XIX (Schär, 2015).

Evidentemente, nem todos os poderes que organizavam a espoliação colonial do mundo se encontravam na Europa. Enquanto a Suíça do século XIX é um caso de colonialismo sem colônias, o Brasil da mesma época é um caso de internalização de práticas coloniais por um Estado independente. Desde 1808, o poder que organizava a exploração econômica, dominação política e imposição cultural sobre povos colonizados e escravizados nessa parte da América não era mais exercido desde Portugal. A partir da Independência e da fundação do Império do Brasil, em 1822,

o colonialismo europeu transimperial atuou diretamente em associação com um Estado nacional em formação, dotado de um regime político liberal, governado por elites que aspiravam à integração ao “mundo civilizado”, europeu, branco e cristão. Um Estado imperial que garantiu segurança jurídica ao regime escravista por mais tempo que qualquer outra nação do continente (Mattos, 2005).

Nesse contexto, para os poderes estabelecidos na Europa de língua alemã, o Brasil não foi apenas destino migratório, mas também espaço de ampliação de negócios coloniais que por muito tempo não estiveram a seu alcance. Afinal, até 1808 o Brasil era quase inacessível aos europeus não portugueses, tanto em termos migratórios quanto de comércio direto. Restavam as relações mediadas por agentes estabelecidos em Portugal, que no caso da Suíça eram significativas desde o século XVIII por meio de grandes negociantes como David de Pury (1709-1786). Essa situação foi alterada radicalmente com o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro, a Abertura dos Portos e a transmigração para o Brasil de agentes diplomáticos e comerciais das “nações amigas”. Nessa nova conjuntura, as conexões entre partes do Brasil e poderes da Europa de língua alemã se deram por diversas vias, especialmente após o fim do domínio napoleônico da Europa continental, em 1814.

No caso da Áustria, o casamento entre o príncipe Dom Pedro e a princesa Leopoldina atraiu para a antiga colônia portuguesa interesses oficiais e particulares de uma ampla área de língua alemã. Nesse sentido, importa destacar a atuação do Império Austríaco em projetos de mineração em Minas Gerais na primeira metade do século XIX, que eram parte de uma rede cada vez mais global de interesses coloniais dos Habsburgo (Bartoletti, 2023). No caso suíço, em 1818 tiveram início as experiências oficiais de estabelecimento de colônias de imigrantes não portugueses, primeiramente em Nova Friburgo e na Colônia Leopoldina, levando ao estreitamento de relações diplomáticas desde antes da Independência (posteriormente abaladas pela experiência de Ibicaba) (Davatz, 1941). Nos casos da Prússia e das cidades hanseáticas, tratados comerciais ligados ao reconhecimento da Independência assinados em 1827 consolidaram as conexões comerciais entre a agroexportação escravista do Brasil e os Estados alemães, que passavam pelo processo de industrialização. Havia interesse em acessar os produtos coloniais e escoar manufaturados, em-

bora entre as aspirações e a prática se interpusesse o pesado domínio britânico do comércio marítimo. Ainda assim, vale destacar que de 1835 a 1840 as exportações do Brasil para a Liga Alemã, via Hamburgo, Bremen, Trieste e Fiume ultrapassavam o montante das exportações para a Inglaterra (Lenz, 2014).

Não eram apenas os empreendimentos econômicos que aproximavam o Brasil aos povos de língua alemã. Na década de 1820, a Guerra de Independência e os conflitos no Prata levaram ao engajamento de militares estrangeiros, incluindo soldados e oficiais alemães, prática que foi reiterada em conflitos posteriores. Na mesma época, indivíduos de língua alemã exerceram influência significativa na vida cultural do país, como é o caso do naturalista bávaro Carl Friedrich Philipp von Martius, do botânico berlinense Ludwig Riedel e do editor suíço-alemão Georges Leuzinger.<sup>3</sup> Portanto, é num quadro complexo e dinâmico de relações comerciais, diplomáticas, militares, científicas e culturais que são fundadas as primeiras colônias de imigrantes de língua alemã no Brasil. Um quadro marcado por conexões transimperiais visando a participação de poderes europeus na expansão colonialista ao redor do mundo. Trata-se, evidentemente, de poderes marginais diante dos vigorosos projetos coloniais das grandes potências, mas nem por isso menos relevantes na formação de um mundo violentamente organizado a partir da Europa.

Após a Independência, o Brasil se manteve direta e permanentemente conectado com os mais diversos Estados europeus. Podemos observar a multiplicidade dessas conexões tanto em termos migratórios quanto na atuação econômica de indivíduos e empresas que investiram e financiaram grandes e pequenos empreendimentos no país. Quanto à população, o primeiro Censo nacional do Brasil, de 1872, registrou a presença de 40 mil alemães, 8,2 mil italianos, 6,8 mil franceses, 4 mil espanhóis, 3,3 mil ingleses, 2,4 mil suíços, 814 austríacos, 569 holandeses, 486 belgas, 223 dinamarqueses, 179 suecos, 134 gregos, 98 russos e 24 húngaros (Brasil, 1874).

---

<sup>3</sup> O primeiro produziu, além das contribuições fundamentais às ciências naturais, a mais influente proposta de escrita de uma história nacional no Brasil do século XIX, num texto fundador dos debates acerca da categoria “raça” no país; o segundo foi diretor da seção de botânica do Museu Nacional, e Chefe das Matas e Jardins da Corte Imperial, além de membro da Expedição Langsdorff; o terceiro foi um dos mais importantes pioneiros dos mercados de impressões e de fotografias.

No que diz respeito aos negócios, uma listagem de comerciantes matriculados em diversos portos do Brasil entre 1868 e 1888 incluiu indivíduos e firmas de 12 nacionalidades europeias, que atuavam nos mais diversos setores (APEB, 1868-1888).<sup>4</sup> Assim como nos dados populacionais do Censo, os alemães ocupavam o segundo lugar entre os europeus no registro de comerciantes, perdendo apenas para os portugueses (que, nesse caso, superam até mesmo os brasileiros). Percebe-se, nessa fonte, a presença alemã em negócios diversificados nas várias regiões do Brasil, de São Luiz a Pelotas, de Recife a Corumbá.

Nesta investigação, foi o trabalho com a matrícula que permitiu um primeiro mapeamento de comerciantes suíços estabelecidos no Brasil na segunda metade do século XIX. A partir do cruzamento dessa listagem com outras fontes foi possível descobrir os negócios de Rodolpho Wurs-ten, matriculado em Santos, em 1870, com “comércio de comissões”, anos antes de ser acusado pelo roubo da Alfândega.<sup>5</sup> Ainda que não seja possível, nos limites da investigação, aprofundar da mesma maneira o estudo dos demais comerciantes de língua alemã, vale fazer alguns apontamentos sobre como aparecem na matrícula.

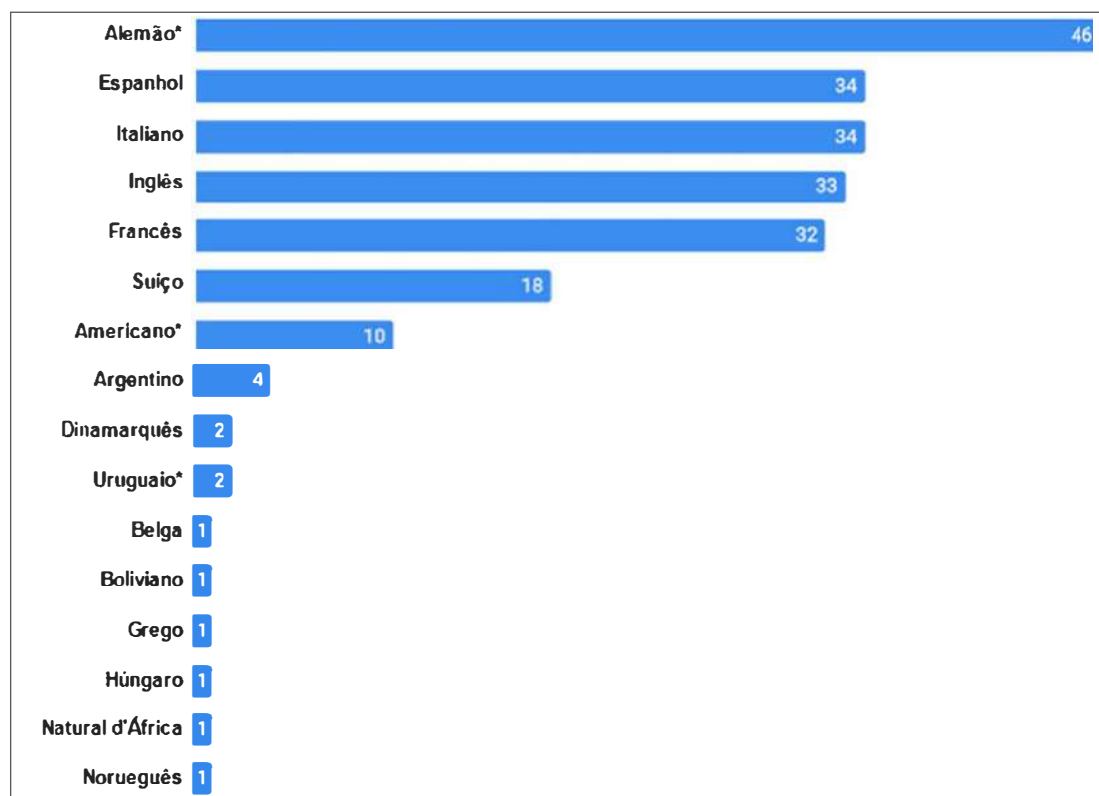
---

<sup>4</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) – Acervo Colonial/Provincial, Junta Comercial, Registro de Comércio (1868-1888), Livro 31. 80/43. O livro manuscrito tinha a finalidade de listar os comerciantes autorizados a negociar em portos marítimos brasileiros, fornecendo dados básicos sobre indivíduos e firmas.

<sup>5</sup> As fontes utilizadas no cruzamento diferem no caso de cada comerciante analisado, incluindo acervos físicos e digitais brasileiros. Destes, o que mais trouxe resultados foi a pesquisa por verbetes na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.



**Gráfico 1 – Origem dos comerciantes estrangeiros estabelecidos no Brasil, segundo a matrícula, 1868-1888 (exceto portugueses)**



Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) – Acervo Colonial/Provincial – Junta Comercial – Registro de Comércio (1868-1888) Livro 31. 80/43.

(\*) Alemão inclui “Alemão”, “Hamburguês” e “Prussiano”; Americano inclui “Americano” e “Nor-te-Americano”; Uruguaio inclui “Uruguaio” e “Oriental”.

O documento lista 44 “alemães”, além de um “prussiano” e um “hamburguês”, ambos com matrícula em 1868, portanto antes da unificação. As cidades de registro dos alemães estavam no Rio Grande do Sul (18), na Corte (15), em São Paulo (6), no Paraná (2), no Mato Grosso (2), em Santa Catarina (1) e no Ceará (1), além de um indivíduo sem informação de local. O comércio de importação e exportação predominava como ramo de negócio, seguido pelo comércio no atacado e varejo de tecidos e de outros manufaturados. Consta da listagem também uma fábrica de vinagre e bebidas de propriedade de Ludwig Mack.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Anos depois, em 1888, em sociedade com um suíço e um alemão naturalizado, ele se tornaria fundador da Cervejaria Brahma, uma das maiores do Brasil ao longo do século XX e que atualmente é uma das marcas da multinacional Anheuser-Busch InBev, que controla cerca de 20% do mercado mundial de cervejas.

Já entre os 18 suíços, 5 eram proprietários de fábricas, incluindo grandes indústrias escravistas dos setores tabagista e de curtumes. Os negócios suíços estavam na Corte (9) e nas províncias de São Paulo (2), Pernambuco (2), Ceará (2), Piauí (1), Maranhão (1) e Rio Grande do Sul (1).

A diferença na distribuição dos comerciantes alemães e suíços tem correlação com a distribuição dos imigrantes, que é muito diferente para as duas nacionalidades. Segundo o Censo de 1872, 69% dos imigrantes alemães do país estavam nas províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, enquanto 70% dos suíços estavam no Rio de Janeiro ou em São Paulo.

A partir de fontes seriadas como a matrícula de comerciantes, é possível realizar o cruzamento nominativo com outros documentos. Essa etapa foi realizada ao longo dos anos de investigação para os suíços, mas apenas preliminarmente, no decorrer da escrita deste artigo, para os demais imigrantes de língua alemã. Observe-se que era muito comum que um mesmo indivíduo fosse referido em diferentes documentos ora como suíço, ora como alemão ou francês, a depender do idioma nativo. Mais do que um erro de quem produziu as fontes, trata-se de identidades que podiam coexistir e que estavam em construção nos próprios territórios de origem desses imigrantes.

Um caso interessante nesse sentido é o do suíço-alemão George Jacob Brunnschweiler, estabelecido no porto de Aracaty, no Ceará, e matriculado no porto de Recife nos anos de 1869 e 1870. Natural do Cantão da Turgóvia, na fronteira entre Suíça e Alemanha, ele atuou como vice-cônsul de diferentes países europeus no Ceará ao longo dos anos, incluindo a Grã-Bretanha, a Suécia e a Noruega. Calvinista seguidor de Zwinglio, no Brasil se converteu ao catolicismo em cerimônia pública no ano de 1868, tendo como paraninfo da cerimônia o vice-presidente da província do Ceará. Em 1871 recebeu o título de cavaleiro da Ordem da Rosa e naturalizou-se brasileiro dez anos depois (Santos, 1917; Bezerra, 2013). Como se percebe, trata-se de uma trajetória perpassada por diferentes identidades políticas e religiosas, e também por conexões transimperiais que envolvem diversos poderes estatais, irredutíveis ao par Suíça-Brasil.

Mais do que isso, uma notícia publicada no periódico *O Cearense*, de 14 de março de 1871, permite conhecer a identificação de Brunnschweiler

com a Alemanha recém-unificada. No contexto da derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana, o redator do jornal afirma que, no Ceará,

O fato da rendição de Paris causou uma dolorosa impressão, na maior parte da população, que tem uma grande predileção pela nobre nação francesa. Nesse dia o suíço G. Jacob Brunnschweiler fez subir ao ar algumas dúzias de foguetes. Na ocasião justamente em que se ouvia estourar as bombas, lia eu um jornal, que na Suíça produzira geral indignação a notícia do bombardeio de Paris, e que alguns jornais de maior importância pediam ao governo para mandar um exército em auxílio da França. É que os suíços de lá não pensam como os de cá. (*O Cearense*, 14 de março de 1871)

Apesar do juízo enviesado do redator sobre os posicionamentos dos suíços “de lá e de cá”, na prática eles estavam divididos e frequentemente polarizados tanto lá quanto cá. Ao soltar fogos de artifício para comemorar a queda de Paris, o suíço-alemão podia estar expressando valores políticos, identificação com o projeto de um Império Alemão ou simplesmente desprezo pela França, no contexto de uma elite cearense que tinha “predileção pela nobre nação francesa”. Seja como for, Brunnschweiler exemplifica bem a articulação entre diferentes poderes políticos, interesses comerciais e identidades nacionais e religiosas. Importa ressaltar que a atuação de agentes consulares naquele contexto era indissociável da atividade como agente comercial, sendo ele um empresário com comércio de produtos manufaturados europeus e investidor na navegação a vapor e na modernização do porto de Aracaty (Bezerra, 2013). Por outro lado, a obtenção de título nobiliárquico brasileiro, a conversão ao catolicismo, a naturalização e a atuação em associações comerciais e filantrópicas brasileiras apontam para a adesão e integração desse imigrante abastado a valores e práticas das elites do país onde se estabeleceu.

Nesse caso, seu principal negócio era a importação de manufaturados europeus. Quanto a isso, observe-se que o comércio colonial tem um papel de produção e reprodução de elites sociais dos dois lados do Atlântico. De um lado, a europeização dos costumes via importação de manufaturados foi central para a afirmação do lugar social das elites brasileiras. De outro lado, na Alemanha e na Suíça “as práticas de distinção cultural

e o *habitus* aristocrático-patriarcal permanecem irreconhecíveis se negligenciarmos o consumo conspícuo de produtos ‘exóticos’, como açúcar, chocolate ou laranjas.” (Barros e Schär, 2024).

Apesar da importância do comércio internacional entre os negócios alemães e suíços no Brasil, o aspecto que mais nos interessa no mapeamento de seus empreendimentos é sua vinculação direta à reprodução do regime escravista. Nesse sentido, começemos por observar que as duas principais áreas onde negócios escravistas desses imigrantes prosperaram foram também aquelas onde se desenvolveram os primeiros projetos de estabelecimento de colônias de imigrantes estrangeiros no Brasil.

## 2. Colonialismo e colonização em Leopoldina e Nova Friburgo

Em sua etimologia de origem latina, “colônia” tem o sentido de povoação agrícola que se estabelece em nova terra, “descoberta ou conquistada”, nos termos de um dicionário português do início do século XVIII (Bluteau, 1712-1728). Contudo, a crise e desagregação dos impérios europeus nas Américas (1776-1825) foi acompanhada por uma ressignificação crítica do termo, que passou a designar também um processo de exploração econômica e dominação política de uma “metrópole” sobre suas “colônias”. É assim que na época da Independência do Brasil havia “uma tensão entre uma concepção antiga, baseada na noção de povoamento, e uma concepção moderna, caracterizada pela exploração comercial dos territórios colonizados” (Fanni, 2015, p. 32). Essa ambiguidade semântica fazia com que os mesmos dirigentes políticos que lideraram a ruptura do Brasil com o “triste estado de colônia” de Portugal fossem simultaneamente entusiastas da criação de “colônias” de imigrantes europeus no país e formuladores de políticas que receberam, ao longo do período imperial, o nome de “colonização”.

Ainda que se trate de sentidos distintos, é preciso observar que as colônias de imigrantes não estavam alheias ao colonialismo enquanto processo de expansão das relações capitalistas desde a Europa.

Para os poderes que organizaram a fundação de colônias de imigrantes europeus durante o século XIX, tratava-se não apenas de estabelecer povoação em “nova terra”, ou seja, à margem das áreas já ocupadas e or-

ganizadas por luso-brasileiros. O sentido dessa “colonização” era também o de valorização comercial e, em diversos casos, imposição política e cultural sobre populações racializadas que já habitavam esses territórios, tendo como objetivo a reprodução de uma sociedade voltada à produção de mercadorias para o mercado internacional. Esse sentido colonialista também se fazia presente em outras aplicações do vocábulo, ligadas à generalização das instituições disciplinares. Seja no Brasil imperial, seja na Europa e em seus domínios ultramarinos, surgiram ao longo do século XIX colônias penais, colônias agrícolas para os miseráveis, colônias militares, entre outras.

O estabelecimento de colônias de imigrantes ocorreu nesse contexto de interesses voltados para a valorização comercial do território, a expansão da área sob controle do Estado, a imposição de um projeto civilizatório com tendências europeizantes e embranquecedoras, e a disciplinarização das classes trabalhadoras. Já durante a formulação do primeiro projeto imigratório de europeus não portugueses, o de Nova Friburgo, as elites luso-brasileiras o pensaram tanto como alternativa para o tráfico transatlântico de pessoas escravizadas, que era alvo da pressão britânica, quanto como projeto de europeização e embranquecimento da sociedade. Na Assembleia Constituinte de 1823, a comissão parlamentar de colonização que discutiu a criação de uma colônia alemã em Ilhéus, Bahia, pensava sua função como sendo a de elaborar “um plano que satisfizesse ao fim do aumento da população de homens brancos e civilização e catequização dos índios selvagens” (Pozo, 2010, p. 41). Como se percebe, a resignificação crítica da colonização na época da Independência não implicou uma ruptura com os mecanismos de expansão colonialista, mas sua internalização. Como demonstrou Giralda Seyferth, ainda que o vocabulário e as ideologias do chamado “racismo científico” não tivessem se firmado na cultura das elites brasileiras, a questão racial estava subjacente ao imigrantismo nessas experiências pioneiras (Seyferth, 2002).<sup>7</sup>

A política de criação de colônias agrícolas de imigrantes europeus foi primeiramente prevista por Dom João VI quando da transferência da Corte para o Rio de Janeiro, em 1808. Ela se baseava na concessão de sesmarias e foi complementada com decretos e regulamentações que vi-

<sup>7</sup> Sobre a defesa do “branqueamento” em épocas anteriores à do “racismo científico”, ver Hofbauer (2007).

savam a uma colonização dirigida e subsidiada pela monarquia portuguesa, mas só foi realmente aplicada dez anos depois. Assim, em 1818, foram criadas as primeiras colônias na Bahia simultaneamente à formulação do projeto que resultou na fundação de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, efetivada dois anos depois (Lyra, 1982).

A primeira e mais duradoura experiência da Bahia foi a Colônia Leopoldina, fundada em Vila Viçosa em 1818, por iniciativa do cônsul hamburguês e de dois naturalistas de Frankfurt, tendo como primeiro administrador um naturalista suíço-alemão. Apesar de inicialmente o projeto da Colônia Leopoldina prever estabelecimentos agrícolas sem mão de obra escrava, já na década de 1820 ela se transformou num conjunto de lotes particulares voltados para a agroexportação escravista, principalmente de café.<sup>8</sup> Os colonos/colonizadores eram alemães, suíços e franceses, incluindo indivíduos que já estavam estabelecidos como produtores escravistas na Bahia na época da fundação, como Henri Borel, sócio de uma poderosa firma com amplos negócios coloniais no mundo atlântico: a Meuron & Cia.

A trajetória das famílias Borel e de Meuron na Bahia definitivamente não é a de colonos, mas a de colonizadores cujas origens encontramos em patriciados suíços com negócios transimperiais desde o século XVIII (Barros e Schär, 2024). Trata-se de famílias poderosas, com boas relações com os altos círculos de poder da monarquia luso-brasileira, em particular com o aristocrata Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta, que desde os primeiros anos do século XIX estabeleceu diversas grandes propriedades em Ilhéus, casando-se com a filha do maior traficante de escravos da Bahia, Antônio Cardoso dos Santos. Caldeira Brant teve um papel fundamental na colonização de língua alemã, atraindo para a região de Ilhéus investimentos e técnicos especializados de diferentes países europeus. Em 1813, importou os dois primeiros motores a vapor da Bahia e mandou construir uma estrada entre Ilhéus e Vitória da Conquista, que conectou a região às Minas Gerais. Desde 1817, possibilitou a aquisição de grandes fazendas por proprietários de Neuchâtel e de Berna, cidades cujos patriciados já atuavam em negócios coloniais a partir de agentes em Lisboa desde antes da Abertura dos Portos.

---

<sup>8</sup> À experiência da Colônia Leopoldina sucederam-se diversas outras na província da Bahia nas décadas seguintes, a maioria de existência efêmera (Carmo, 2010).



Primeiramente, Auguste Frédéric de Meuron, de Neuchâtel, e Gabriel von May, de Berna, fundaram na Bahia a fábrica de rapé *Arêa Preta*, que chegou a controlar dois terços da produção sul-americana do produto. Depois, em 1823, von May adquiriu a fazenda Victoria, em Ilhéus, dando início aos grandes negócios suíços de produção de cana-de-açúcar, café e cacau na região. A fazenda passou, em 1847, à propriedade de Ferdinand von Steiger, sobrinho de von May, ex-oficial do exército prussiano e membro de família patriciana de Berna, que se tornou também o maior senhor de terras de Ilhéus, após o casamento com a filha de outra família poderosa do Brasil, os Sá Bittencourt (Barros e Schär, 2024).

A fazenda Victoria teve um papel relevante no surgimento daquela que se tornaria uma indústria símbolo da Suíça até os dias atuais: o chocolate. Em seu princípio, as incipientes importações europeias de cacau provinham de produções coloniais do Caribe francês, da Venezuela e do Equador espanhol, do Suriname holandês e da Amazônia portuguesa (Pinoja, 2024). Já no século XIX, parte desse cacau passou a ser adquirido diretamente em propriedades de grandes senhores de escravos suíços e alemães estabelecidos no Sul da Bahia, incluindo antigos colonos da Colônia Leopoldina. Além de von May e de Steiger, foram cruciais nessas articulações as fazendas e empresas de outros senhores de escravos e negociantes suíços como Ferdinand Jezler, Jean Rodolphe Trümpy e Johann J. Keller. Ao deixar a Bahia, o cacau ingressava na Europa principalmente via Hamburgo, onde a partir de 1842 foi estabelecida a firma Jezler & Trümpy, sendo então encaminhado, por terra e pela navegação do Reno, até a Basileia, onde alimentava a nascente indústria suíça de chocolate (Pinoja, 2024).

Assim, as áreas agroexportadoras do Sul da Bahia, entre Ilhéus e Nova Viçosa, onde estava a Colônia Leopoldina, não foram apenas lugares onde colonos acabaram por se tornar senhores de escravos, desviando-se de seu papel de agentes da superação do regime escravista. Foram, isso sim, áreas onde o colonialismo transimperial organizado em conexão com cidades como Berna, Neuchâtel e Hamburgo produziu novos negócios escravistas de cacau e café, de grande escala, em conexão com a experiência imigratória da Colônia Leopoldina. Segundo Lucelinda Schramm Correa (2010), em 1848 a Colônia Leopoldina exportava 70 mil arrobas de café e tinha uma população de 130 pessoas livres, entre europeus e luso-brasileiros, e mais de 1000 pessoas escravizadas, entre africanos e afrodescendentes.

Também ligada a investimentos de imigrantes alemães e suíços, outra região da Bahia viu surgir imensos negócios agroindustriais ao longo do século XIX. Trata-se da produção tabageira do Recôncavo Baiano e de Salvador. Apesar de se manter numa posição secundária entre as mercadorias exportadas pelo Brasil, o tabaco foi um ramo bastante lucrativo, central para a economia da região, e passou pela industrialização e concentração de capitais ao longo do século. Segundo Jean Baptiste Nardi (2011), no final do século XIX a exportação era dominada pelo capital alemão, ao passo que a participação de suíços e alemães na indústria do tabaco passou de 28,9 % em 1857 para 50 % em 1900 e 74,6 % pouco depois de 1910. Famílias como Meuron, Borel, Poock, Dannemann e Suerdieck estiveram à frente dessas transformações, liderando a produção de tabaco e promovendo sua industrialização.

Deslocando agora a análise da Bahia para o Rio de Janeiro, observamos sobreposições semelhantes entre projeto de colonização europeia e grandes negócios escravistas articulados com os mercados do centro e norte da Europa, em especial dos povos de língua alemã. Além de concentrar, na Corte, a maior parte dos agentes comerciais e diplomáticos estrangeiros, o Rio de Janeiro foi a província onde se desenvolveu com mais força o principal ramo da agroexportação escravista do Brasil do século XIX. Como demonstraram Rafael Marquese e Dale Tomich (2009), na época da Independência o café era pouco mais que “uma aposta para o futuro”, mas rapidamente o avanço das plantações no Vale do Paraíba transformou profundamente a economia, a sociedade e a política do Império.

Em 1828, o Brasil já era o maior exportador mundial de café, condição que mantém até hoje. Principal riqueza comercial do Império, expandiu-se também, na segunda metade do século XIX, para o Oeste Paulista. Tornou-se o mais determinante setor da economia por um século. Com base nesse setor agroexportador, a elite senhorial sudestina – os *barões do café* – e os negociantes, políticos, burocratas, jornalistas e intelectuais a eles ligados foram a principal força política do país desde a primeira metade do século XIX até o início do século XX. Essas forças políticas foram determinantes, entre outras coisas, para a continuidade do regime escravista até 1888 e para a organização de uma política imigratória que fornecesse mão de obra barata diante da queda do regime escravista, política esta influenciada por teses eugênicas visando ao bran-

queamento da população, principalmente no período da Primeira República (1889-1930). A produção de café consumiu parte substantiva da mão de obra estrangeira em grande escala, primeiro ao ser a principal compradora dos 1,2 milhão de africanos traficados e escravizados no Brasil nos trinta anos que se sucederam à Independência; segundo, ao ser o mais importante destino dos cerca de 2,5 milhões de europeus que imigraram para o Brasil entre 1890 e 1914.

Segundo o censo de 1872, 70% dos 2243 suíços que viviam no Brasil naquele momento estavam no Rio de Janeiro (1098) ou em São Paulo (489). Os municípios em que eles estavam concentrados estavam diretamente ligados à expansão do café. Cantagalo no Rio de Janeiro, foi um dos mais importantes núcleos de expansão cafeeira no Vale do Paraíba, e concentrava sozinha 29% dos suíços residentes no Brasil. Enquanto isso, Nova Friburgo, que recebeu os primeiros suíços e se orgulha até hoje de ser, supostamente, a “Suíça brasileira”, representava apenas 3% desse total. A explicação para isso é simples: Nova Friburgo, ao contrário de Cantagalo, não era farta em terras propícias para a cafeeira. Para compreender esse processo, acompanhemos a trajetória inicial da colônia pioneira.

No contexto da monarquia luso-brasileira sediada no Rio de Janeiro desde 1808, a proposta partiu do negociante e diplomata, representante do cantão de Friburgo, Sébastien-Nicolas Gachet, e foi bem recebida pelo rei Dom João VI. Inicialmente, Gachet pediu ao rei que concedesse terras e apoio para a fundação de uma colônia de suíços em Santa Catarina, mas as terras foram concedidas na região serrana do Rio de Janeiro, conhecida como Morro Queimado. Em 1818, mesmo sem contar ainda com seus colonos, a Vila de Nova Friburgo foi fundada oficialmente por meio de um decreto real conhecido como Tratado de Colonização (Oliveira, 1816, p. 24). A região era mais próxima da Corte, pouco povoada e facilitaria o trânsito entre o núcleo cafeeiro que então surgia em Cantagalo e o porto de Macacu, onde o café era embarcado para o Rio (Marreto, 2014, p. 2). A questão racial está implícita no Decreto Real que autorizou o estabelecimento dos imigrantes, que alude à civilização e, principalmente, no artigo 18, que cria uma milícia de 150 suíços, capazes de empunhar armas, colaborando na manutenção dos regimentos portugueses de cor branca (Seyferth, 2002).

Gachet não foi inteiramente correto no seu compromisso. O convênio previa a instalação de 100 famílias, mas foram recrutadas 206, desequilibrando os recursos e acolhimento reservados aos novos colonos. Além dos poucos recursos que tiveram que ser divididos entre as famílias, o solo era pobre, íngreme e o clima era demasiado frio para certas culturas. Independentemente do perfil desses colonos suíços, que não vamos tratar aqui, o motor da sua empresa foi expresso por eles próprios no canto que compuseram ao deixar a Suíça: a “vantagem de ser burgueses para sempre” (Nicoulin, 1996, p. 13).

Segundo Rodrigo Marretto (2014), até o ano de 1831 esses colonos viveram sob um regime legal específico, que incluía o fornecimento, pelas autoridades locais, de sementes, animais e de um soldo durante os dois primeiros anos de estabelecimento dos estrangeiros. Ao chegarem ao Brasil, os primeiros colonos já encontraram construídos, além das casas, moinhos d’água, fornos, açougues e pontes. As cem primeiras casas de Nova Friburgo foram construídas especialmente para abrigar os colonos, por indígenas que viviam em aldeias controladas por autoridades coloniais na região. Ao visitar e retratar a colônia suíça de Cantagalo, próxima de Nova Friburgo, Debret comentou que “o governo tivera também o cuidado de mandar para aí certo número de escravos de ambos os sexos, destinados a serem repartidos entre as famílias suíças” (Marretto, 2014, p. 24). Evidentemente, tudo isso foi acessado com sucesso variável, no caso de cada família imigrante. As desigualdades entre eles eram imensas e a maioria não atingiu altas posições de riqueza, prestígio e poder. Contudo, mesmo os mais desprivilegiados estavam amparados da miséria por associações beneficentes suíças fundadas tanto em Nova Friburgo quanto no Rio de Janeiro, atuantes com financiamento internacional desde o início desta experiência pioneira.

O envolvimento dos colonos com a expansão da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba foi rápido. Os que tiveram condições deixaram Nova Friburgo e se dispersaram em três eixos: para a Corte; para a região de Cantagalo, onde o café já prosperava; e em direção a Macaé. Estes últimos instalaram-se em terras que lhes foram atribuídas pelo diretor da colônia, em 1821. Segundo a documentação dos arquivos da província e de uma carta escrita por Antoine Cretton de Martigny, essa atribuição houvera sido conferida aos colonos suíços que, ao ficarem sabendo da

existência de um quilombo na região, foram ao seu encontro. Os suíços denunciaram a sua existência e apropriaram-se das terras dos quilombolas, condenando seus habitantes a todo tipo de crueldades nas mãos das autoridades (Lima, 2013).

No Vale do Paraíba, os colonos rapidamente integraram o *ethos* senhorial e muitas famílias converteram-se em importantes cafeicultores e senhores de escravos. Na própria vila de Nova Friburgo, apesar da pobreza anunciada por Nicoulin, mais da metade da população era composta de escravizados. O padre suíço Jacob Joye, ao desembarcar no Rio, escreveu no seu diário: “Durante o dia não vimos senão negros, eles fazem todo trabalho. A maneira como são tratados me causou uma impressão extremamente sensível, tanto que não podia esperar o momento para voltar a bordo” (Joye, 1819, p. 26). A sensibilidade expressa pelo pároco aparentemente não durou. Dez anos depois, ele batizaria Filisbina Crioula, filha de Pedro e Maria, duas pessoas escravizadas pertencentes a ele.<sup>9</sup> A escravidão fazia parte do cotidiano de Nova Friburgo, inclusive os “escravizados de ganho” no espaço urbano.

Segundo Marretto (2014, p. 29), “a partir da década de 1830, os colonos estavam plenamente integrados à sociedade imperial, procuravam terras para o café, utilizavam o trabalho escravo e ocupavam cargos na administração da Vila”. Contudo, no que diz respeito à escala de seus negócios, a maioria dos suíços do Vale do Paraíba não se destacou entre os grandes fazendeiros ou entre os maiores exportadores de café. Seus concorrentes luso-brasileiro, mais bem integrados na sociedade colonial, tiveram mais sucesso. Nesse contexto, a maioria dos colonos do Vale do Paraíba tornou-se pequeno ou médio proprietário escravista, além de integrar as práticas de comércio e investimentos ligados à economia exportadora, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Foram os descendentes das famílias pioneiras, já articulados às elites luso-brasileiras dominantes, que colheram os maiores frutos desses negócios. Tornaram-se não apenas agentes econômicos de expansão da cafeicultura escravista, mas também seus defensores políticos.

A identificação de famílias pioneiras de Nova Friburgo com a defesa do regime escravista é perceptível numa petição de 1871, meio século

<sup>9</sup> Arquivo da Igreja de São João Batista de Nova Friburgo. Livro I de Batismo Fl. 192.



após a fundação da colônia, no contexto da discussão do projeto de Lei do Ventre Livre (IHGB, 1871).<sup>10</sup>

Entre os signatários estão dezenas de descendentes de colonos suíços e alemães de Nova Friburgo, incluindo Heinrich Dietrich, proprietário rural natural de Zurique que atuou como vice-cônsul da Suíça em Cantagalo e fundou uma Sociedade Filantrópica Suíça na cidade em 1857. Na lista, encontram-se famílias suíças como os Roth, os Cosandey e os Rimes de Fribourg, os Wermelinger e os Ludolf de Lucerna, os Dietrich de Zürich, os Lengruher da Argóvia, os Monnerat de Jura, os Chevrand de Genebra, os Jevaux de Valais, além de famílias alemãs como os Beauclair e os Kropf da Renânia, os Sauerbronn e os Beauclair de Hesse, os Scheiner e os Oberlander da Saxônia. Famílias de origem francesa, italiana e holandesa também aparecem no documento, ainda que em menor número (IHGB, 1871).

Argumentando em defesa de uma solução “parcial, cautelosa, sensata” e “dentro dos limites do maior respeito para com a propriedade existente”, os signatários pediam que a proposta fosse modificada “em suas bases fundamentais”. Protestavam principalmente contra a “intervenção da autoridade pública” no domínio dos senhores.

O que seria da independência dos agricultores, da tranquilidade das famílias, se a cada passo estivessem a ver entrar-lhes o recinto inviolável dos seus estabelecimentos agentes tantas vezes ignorantes e malévolos, sob o pretexto de proteção aos libertos da lei, e em nome de uma sindicância desmoralizadora para os senhores, e acoroçadora das mais absurdas pretensões para os escravos? (IGHB, 1871, p. 2)

As propostas de alteração na lei iam no sentido de não declarar os filhos de ventre escravo oficialmente livres desde o nascimento, mas apenas a partir dos 7 anos de idade, podendo então o senhor optar por indenização ou por receber os serviços do liberto até os 21 anos. Evitaria-se, assim, ao menos de imediato, “uma intervenção vexatória e desmoralizadora da autoridade” nos domínios senhoriais. Também era repudiada a possibili-

<sup>10</sup> Representação da comarca do Cantagallo contra a proposta do governo, relativo ao elemento servil, apresentada na câmara dos Srs, deputados pelo digno representante do 2º distrito da província do Rio de Janeiro, o Exm. Sr. Dr. Francisco Belizario Soares de Sousa.”. Arquivo do IHGB, coleção Senador Nabuco. DL 374.28



dade de o escravizado ter direito a acumular pecúlio para a compra da própria liberdade, pois, segundo os signatários, “o pecúlio do escravo deve ser pura e simplesmente uma liberalidade do senhor”. Além desses pontos, diversos artigos são recusados total ou parcialmente, pois “é necessário afastar toda intervenção da autoridade e dar toda força moral ao senhor ou patrono”. Por fim, os senhores de Cantagalo concluíam sua exposição afirmando que “a reforma do elemento servil – só e isolada – é uma dificuldade suprema em nossa ordem social”, e que, portanto, “é necessário promover a colonização”.

Abram-se todas as correntes de uma emigração larga, e espontânea, que se torne o mais cedo possível um elemento nacional, e uma vivificação ampla e forte de todas as energias da nossa sociedade, a emulação, o engrandecimento, e a maior produtividade do trabalho (IHGB, 1871, p. 2).

Considerando as leis emancipatórias um “inevitável, mas temeroso golpe” na lavoura, e apresentando-se como homens “acostumados ao mais profundo respeito às instituições de seu país”, os senhores de Cantagalo que assinaram o documento estavam, na realidade, entre os responsáveis pelo verdadeiro crime do século. O tráfico transatlântico clandestino praticado massivamente no Vale do Paraíba entre 1831 e 1850. Naquele período, nem todos os negócios alemães e suíços no Vale do Paraíba escravista foram de pequena escala. É justamente aí que reencontramos a trajetória de Wursten e companhia.

### 3. Rodolpho Wursten e o crime do século

Ao que tudo indica, Rodolpho Wursten se estabeleceu no Brasil em meados do século XIX como funcionário contábil a serviço da firma Precht & Ribeiro, da qual se tornou sócio em 1856. A firma, que pertencia ao alemão Guilherme Luiz Precht e ao português Victorino Rodrigues Ribeiro, tinha como principal negócio a exportação de café para diversos portos do Atlântico, do Mar do Norte, do Báltico e do Mediterrâneo.

Tratava-se de uma vigorosa rede de negócios, que se estendia de Nova Iorque à Cidade do Cabo, do Rio de Janeiro a Estocolmo, incluindo o trato com mercadorias diversas – até mesmo leões foram trazidos por essa

firma, do Sul da África para a Corte Imperial. Mas o café era, sem dúvida, o grosso de suas transações. Para se ter uma ideia das dimensões dessa rede, apenas no ano em que Wursten assumiu o negócio, 1857, foram registradas em periódicos da Corte exportações de café por essa firma utilizando navios de bandeira francesa, hamburguesa, sueca, inglesa, oldemburguesa, sarda, holandesa, belga, dinamarquesa, prussiana e bremense para exportar café para Havre, Cidade do Cabo, Gotemburgo, Londres, Canal, Hamburgo, Gênova, Amsterdam, Copenhagen e Bremen.<sup>11</sup>

Natural de Bremen, Precht chegou ao Rio de Janeiro em 1848, constando como exportador de café nesse porto de 1852 a 1856, quando retornou à Europa, deixando o negócio para seu ex-funcionário, Rodolpho Wursten. Contudo, para compreender a origem de sua ampla rede de negócios, é preciso situar que Precht havia herdado o empreendimento de seu sogro, o imigrante hanoveriano Frederico Frohlich, grande cafeicultor escravista desde o início da avassaladora expansão no Vale do Paraíba.

Segundo relato do viajante Ernst Ebel, Frohlich chegou ao Rio em 1812 e foi um dos pioneiros da cafeicultura na região, tornando-se, em 1824, quem “faz os maiores negócios” na crescente produção exportadora. Ebel, que era natural de Riga, atual capital da Letônia, e publicou seu relato em alemão, descreve que Frohlich morava numa casa “nova e magnífica” nas cercanias do palácio de São Cristóvão, onde residia a família imperial. Na casa, também descrita como palacete, Ebel (1942, p. 86, 137), afirma ter passado “as horas agradavelmente, junto de quase todos os alemães atualmente no Rio”.

Frohlich foi simultaneamente grande produtor escravista de café e grande exportador que ligou o Vale do Paraíba escravista a mais de uma dezena de portos do mundo. Quando ele vendeu sua fazenda Aldeia, em Cantagalo, em 1837, a propriedade incluía 130 pessoas escravizadas. Cinco anos depois de adquirida por três imigrantes franceses, a propriedade foi descrita em relato do príncipe Adalberto da Prússia como um estabelecimento exemplar. A visita havia sido a ele recomendada como “altamente interessante no que concernia á cultura do café”. Confirmando a fama da fazenda Aldeia, o príncipe descreveu uma *plantation* exportadora em rápida expansão, já contando com 170 escravizados produtivos, “sem

<sup>11</sup> Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal; Jornal do Commercio; Diário do Rio de Janeiro. 1857. (Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional).

contar os filhos”, e 250 mil pés de café. Segundo esse relato, o valor pago a Frohlich, em 1837, pela fazenda e por seus 130 escravos já havia sido recuperado em cinco anos graças aos imensos lucros da produção de café (Adalberto, 2002). Principal região compradora dos mais de 700 mil pessoas ilegalmente traficadas para o Brasil após a lei de 1831, o Vale do Paraíba descrito no relato de 1842 era o espaço onde a maioria dos colonos suíços e alemães estabelecidos pioneiramente a partir de 1820 em Nova Friburgo vinha se tornando senhor de cafezais e de cativos.

Os lucros eram exorbitantes à medida da devastação e da superexploração da mão de obra escravizada, como é possível observar no relato da visita do príncipe à fazenda Aldeia. Interessado em registrar a “cultura e manipulação do café”, o príncipe descreveu a constante queimada de florestas e abandono das terras antigas pelos cafezais nessa propriedade. Em sua visita, observou “máquinas a vapor para secagem do café”, bem como “algumas instalações necessárias para a manutenção dos negros, que quase não se podem separar do conceito de fazenda”. Quanto ao grau de exploração desses trabalhadores, estimou, nas propriedades da região de Cantagalo, um escravizado para cada 1.000 a 1.500 pés de café, sendo que na fazenda Aldeia o índice beirava o teto: um para 1470. Importa notar que ao longo do tempo, esses índices aumentaram espantosamente na região. Menos de duas décadas depois, o diplomata suíço Johann Jakob von Tschudi estimava cerca de 3.800 pés por escravo de roça, na mesma Cantagalo. A tese de medicina do Reinhold Teuscher, *Algumas observações sobre a estadística sanitária dos escravos nas fazendas de café*, de 1853, estimou entre 5 mil e 6 mil pés de café por escravo (Marquese e Tomich, 2009). Imigrante alemão, o médico era responsável pelo atendimento a 900 escravizados das propriedades cafeicultoras do barão de Nova Friburgo, também localizadas em Cantagalo.

Ao visitar a enfermaria dos escravizados, um dos membros da comitiva do príncipe Adalberto, o Conde Bismark, notou a presença de uma mulher que acabara de dar à luz. Ouviu então de um dos proprietários da fazenda, que era também médico: “Dentro de dois dias voltará ao trabalho”. Os demais proprietários, ambos franceses, eram um “negociante de vinhos” e um “negociante de modas”. Tornados grandes empreendedores no principal espaço de expansão da escravidão nas Américas naquele contexto, os imigrantes se integraram à classe senhorial do Vale do Paraíba.

Durante a visita, o príncipe prussiano descreveu a sede da fazenda Aldeia como uma “espaçosa habitação” com um “bonito jardim”, onde se deparou com um círculo social “verdadeiramente francês”, conjunto que formava “um verdadeiro contraste com as selvas em volta”, causando uma impressão de “muito elegante”. Em suas palavras, “somente os negros e alguns negrinhos que brincavam com as crianças logo nos lembraram que não estávamos na Europa”. Na conversa com as senhoras francesas da fazenda, ele definiu o olhar que se tinha ali sobre os escravizados como “um ser intermediário entre o homem e os animais”. Segundo suas anfitriãs, “*Ils ne sont pas à la hauteur du mariage*”<sup>12</sup> e, portanto, “na Fazenda não deixavam nenhum negro casar!” (Adalberto, 2002, p. 128).

A passagem do príncipe Adalberto da Prússia à fazenda Aldeia nos revela, assim, um Vale do Paraíba escravista atravessado por empreendimentos escravistas de imigrantes de língua alemã e francesa.<sup>13</sup> Em especial, a trajetória que liga Frohlich, Precht e Wursten, além daquela dos três empreendedores franceses que adquiriram a propriedade.

Após a venda da fazenda Aldeia, os negócios internacionais de Frohlich não foram menores que seus investimentos na plantação escravista de café. Como vimos, em meados do século essa firma conectava portos da Europa, América e África. Em 1852, seu genro, Frederico Precht, tornou-se sócio de sua firma e, dois anos depois, com a morte de Frohlich, foi fundada a Precht & Ribeiro. Em 1859, essa firma encerrou suas atividades, deixando para Rodolpho Wursten sua ampla rede de negócios. Listado entre os negociantes estrangeiros da Corte desde 1857, Wursten se tornou conselheiro da Sociedade Philantrópica Suíça no ano seguinte. Em 1860, tornou-se também senhor de engenho de açúcar e aguardente em Paraty, com uma propriedade que adquiriu já produtiva, com 51 escravizados.

Um processo cível encontrado no Arquivo Nacional durante pesquisa em 2023 permite conhecer em detalhes a fazenda e engenho de Rodolpho Wursten adquirida em 1860. O trabalho com esse processo, que contém por exemplo a descrição dos 51 escravizados, com nome, sexo, idade, origem e ocupação, permitirá uma análise detalhada, tanto da

<sup>12</sup> Em tradução livre, “Eles não estão à altura do desafio do casamento”.

<sup>13</sup> Após concluir sua viagem, o autor do relato foi responsável pela organização e pelo comando da Marinha prussiana, fato que o celebrou muito mais que suas viagens.

atuação de Wursten como senhor de engenho quanto sobre quem eram as pessoas que viviam sob seu domínio senhorial. Por ora, é possível afirmar que ao menos metade dos escravizados haviam sido traficados clandestinamente após 1831 e pertenciam à nação Inhambane, da África Oriental (AN, 1864).<sup>14</sup>

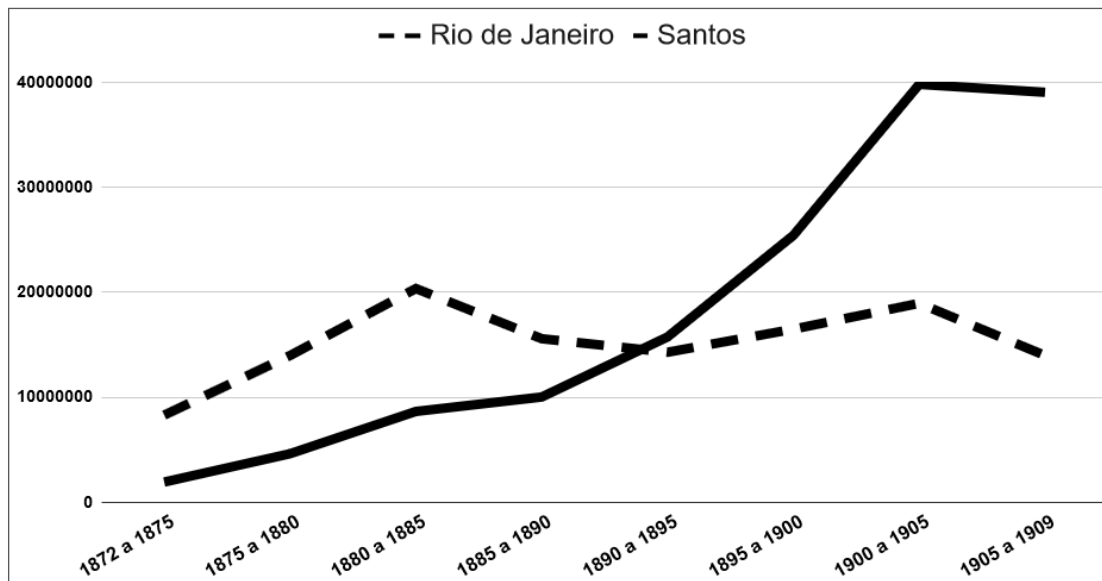
Presente em Santos desde pelo menos 1869, em 1870 Wursten fez viagem acompanhado pela mulher e seis escravos. Trata-se da única referência encontrada em que os escravizados o acompanharam, o que pode indicar uma mudança de residência, do Rio de Janeiro (com fazenda em Paraty) para o florescente porto paulista.

Durante a primeira metade do século XIX, Santos foi um porto de pouquíssima importância no contexto brasileiro. Até aquele momento, predominavam os portos do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Luiz e Belém como os mais movimentados do país. Porém, a partir de 1850 e, de maneira mais acentuada, entre as décadas de 1880 e 1900, o rápido crescimento da *plantation* escravista de café no Oeste de São Paulo levou Santos a se tornar o segundo porto mais movimentado do Brasil, atrás apenas do Rio de Janeiro. Como podemos observar no gráfico a seguir, Santos ultrapassou o Rio de Janeiro nas exportações de café por volta de 1890 (vide o gráfico abaixo). O crescimento se deu num ritmo vertiginoso, considerando-se que até 1870 Santos não tinha praça comercial; até 1874 não tinha Associação Comercial; até 1884 não tinha associação de exportadores de café. Wursten não foi apenas um grande exportador, mas também protagonista nesses três momentos que marcam a transformação de Santos num porto global.

---

<sup>14</sup> Arquivo Nacional – Processo – Ano 1864, N. 51, Maço 1723 – José Cardoso de Menezes e Rodolfo Wursten.

Gráfico 2 – Exportação de café no Rio de Janeiro e em Santos, 1872-1909 – safras anuais (de julho a junho), sacas de 60k



Em 1870, Wursten foi um dos comerciantes que se organizaram para criar a praça do comércio em Santos. Contudo, ele manteve seus negócios no Rio de Janeiro, onde, também em 1870, abriu com Sebastião José Rodrigues de Azevedo a firma Azevedo e Comp., de comércio de comissões de exportação e de importação. Uma filial da firma Azevedo e Comp. foi aberta em Santos no mesmo ano.

Na década de 1870, seus negócios cresceram e se diversificaram na província de São Paulo. Em 1871, era acionista da Companhia Sorocabana, responsável por importante ferrovia de escoamento do café do Oeste da província para Santos. Em 1872, foi criada a Companhia de Seguros União Paulista, com sede em São Paulo, capital, sendo ele um dos diretores e responsável pela agência de Santos. Em 1874, foi fundador e um dos diretores eleitos da Associação Comercial de Santos. Nesse contexto, diversos negociantes estrangeiros descontentes com o resultado das eleições se retiraram de seu processo de fundação. Em 1875, fez propostas à Assembleia Geral da Companhia de Seguros União Paulista. A partir de 1876, foi mencionado como acionista do Banco Mercantil de Santos. Em 1877, atuava como correspondente comercial, em Santos, do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro.

Em 1877, foi um dos principais acusados pelo roubo da Alfândega de Santos, crime célebre que gerou grande impacto na época mas que



acabou sem que os culpados fossem estabelecidos. No mesmo ano, Wursten foi membro da “Comissão de socorros às vítimas das inundações em Portugal”, entrando em conflito com o cônsul português, que reprovou a iniciativa. A partir de 1879, além de permanecer na direção Companhia de Seguros União Paulista, ser acionista do Banco Mercantil de Santos e atuar em casa de Importação e Exportação, a firma R. Wursten & C. passou a ser listada entre as Casas de Comissão de Café e Algodão. As exportações de café de Santos para a Europa por essa firma cresceram ao longo dos anos seguintes, de maneira que entre 1881 e 1883 ele despontou como o maior exportador de café do porto de Santos. Essas exportações foram direcionadas, em mais de 89% dos casos, ao Norte da Europa, dividindo-se a fração restante entre Lisboa e portos do Mediterrâneo. As embarcações eram francesas (31,6%), alemãs (21,4%), norueguesas (20,1%), inglesas (16,5%), austríacas (4,6%) e italianas (4,5%).

Wursten foi também líder da criação de um sindicato em defesa dos interesses de fazendeiros e exportadores de café, em 1884, entre outras iniciativas. Nesse período, ele e sua esposa prosseguiram circulando entre Santos e Rio de Janeiro. Em 1881, foi mencionado como tendo sido elevado de grau na maçonaria.

Contudo, logo após chegar ao topo das exportações de café de Santos, Wursten parece ter deixado o Brasil. Em 1882 ele já havia embarcado com a esposa para a Europa, mas voltou a estar presente em Santos nos anos seguintes, na assembleia do Banco Mercantil de Santos em 1883 e na criação do “Sindicato do café”, em 1884.<sup>15</sup> Nas assembleias de 1884 e 1885, ele foi representado por procuradores, sendo que o último, Thiebaut, gerente de sua casa exportadora, faleceu em 1885. Em 1886, a firma Wursten e C. estava em processo de falência e, desde então, desaparecem da imprensa as referências a Rodolpho Wursten.

#### 4. O trabalho (escravo) tudo vence

Ainda há muito o que investigar sobre a trajetória e as conexões locais, regionais e transimperiais que fizeram os grandes negócios de Frohlich, Precht e Wursten. Em especial, pretendo desenvolver uma análise pormenorizada das fazendas de Frohlich em Cantagalo e de Wursten

<sup>15</sup> *O Auxiliador da Indústria Nacional*, n. 1, 1884.

em Paraty, bem como do processo de construção da rede global de negócios que esses sujeitos manejaram. O exame da trajetória de Wursten traçado neste artigo aponta para diferentes aspectos da atuação de empreendedores escravistas de língua alemã no Brasil. Em primeiro lugar, a articulação de redes de negócios coloniais longamente construídas a partir de firmas, relações familiares e agentes consulares, das quais o ex-contador era em alguma medida herdeiro. Em segundo lugar, sua incansável atividade associativa em solo brasileiro, desde a Sociedade Filantrópica Suíça do Rio de Janeiro, passando pelas associações de caráter comercial e pela maçonaria em Santos, sendo Wursten um dos protagonistas da modernização desse porto e da organização de seus negociantes. Em terceiro lugar, as grandes e variadas oportunidades que a expansão da agricultura escravista no Brasil, sustentada em grande medida no tráfico clandestino, propiciou a empreendedores ativos e bem-articulados como Rodolpho Wursten.

Liberalismo econômico, ideal de progresso, empreendedorismo e associativismo eram a explicação do próprio Wursten para os tempos em que viveu – tempos gloriosos, ao menos de sua perspectiva. Em 1874, mesmo ano em que foi um dos fundadores da Associação Comercial de Santos, o empresário suíço-alemão discursou numa cerimônia em homenagem ao Visconde de Mauá naquele porto. A seu lado, além de negociantes brasileiros e estrangeiros, estava presente o comendador Nicolau Vergueiro, filho do célebre senador e pioneiro da imigração particular para as fazendas de café em São Paulo, que foi o primeiro a discursar. Wursten foi escolhido para falar em nome do “comércio estrangeiro” presente na cerimônia. Brindando ao lema latino *Labor omnia vincit*, “o trabalho tudo vence”, o empreendedor escravista destacou o passado do recém-agraciado Visconde de Mauá como simples funcionário de firma estrangeira de comércio exterior. Como vimos, essa trajetória de ascensão era também a do orador (Jornal do Commercio, 04 de julho de 1874).

Em sua narrativa sobre a ascensão de Irineu Evangelista de Souza, o agora Visconde de Mauá, Wursten destacou “seu espírito atilado e seu amor ao trabalho”. Tratava-se, como logo reconheceu o proprietário da firma inglesa que primeiro o empregou, de “uma destas naturezas dispostas à incessante luta de trabalho”.

Trabalhosa, porém rápida, foi sua carreira na referida casa, e ao mesmo tempo que se esforçava para desenvolver sua

instrução comercial, naquele tempo tão difícil, distinguiu-se por tal modo no árduo cumprimento de seus deveres, que em breve tempo galgou uma posição tão honrosa quanto lucrativa. Mais tarde, estabelecendo-se, foi ele um dos primeiros que conheceu a tendência social da nossa época em transformar os usos e costumes comerciais por meio de ASSOCIAÇÕES DOS CAPITAIS (Jornal do Commercio, 04 de julho de 1874; caixa alta no original).

Dentre os negócios que destacou na carreira do homenageado estavam a primeira ferrovia do país, um estabelecimento metalúrgico, o Banco do Brasil, a companhia de Iluminação a Gás na corte, a criação do estabelecimento bancário Mauá, Mac Gregor & C. com filiais no Rio da Prata, a empresa de navegação e colonização do Alto Amazonas e “a organização da empresa do cabo submarino”. Assim como Mauá, Wursten vinha investindo numa ampla gama de negócios ligados à expansão do complexo exportador do Sudeste, incluindo bancos, ferrovias, companhias de seguro, além da própria modernização do porto de Santos.

No discurso triunfante, feito num porto que se tornava global, Wursten afirmou que a vida do Visconde de Mauá “representa a LUTA CONSTANTE DA INICIATIVA INDIVIDUAL EM PROL DO PROGRESSO, E A PERSEVERANÇA E TINO EM VENCER OS OBSTÁCULOS”. Afinal, o empreendedor “FEZ-SE POR SI SÓ, e deu à mocidade um exemplo que o homem inteligente, constante e ativo pode aspirar as mais elevadas posições”. Assim, “com estas breves frases”, concluiu justificando o adágio em que firmou seu brinde: “*Labor omnia vincit*” (Jornal do Commercio, 04 de julho de 1874, caixa alta no original).

Promovendo ideias de livre iniciativa, trabalho e progresso, Wursten não deixava de coroar seu próprio triunfo. A acusação, três anos depois, de ter executado um dos maiores roubos da história do Brasil não necessariamente era verídica, mas os crimes muito maiores que fizeram sua trajetória estão sendo aos poucos demonstrados e compreendidos, em sua dimensão transimperial. Era o trabalho de gerações de pessoas escravizadas por Frohlich, Precht, Wursten e tantos outros empreendedores brasileiros e estrangeiros o segredo de suas gloriosas vitórias.

## Referências

ADALBERTO, P. da P. Viagem para as margens do Paraíba do Sul. In *Brasil: Amazônia-Xingu*. Brasília: Senado Federal, p. 103-174, 2002.

ALENCASTRO, L. F. de. O pecado original da sociedade e da ordem jurídica brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 87, jul. 2010.

ARQUIVO DA IGREJA DE SÃO JOÃO BATISTA DE NOVA FRIBURGO. Livro I de Batismo.

ARQUIVO NACIONAL (AN). Processo, ano 1864, n. 51, maço 1723. José Cardoso de Menezes e Rodolfo Wursten.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (APEB). Acervo Colonial/Provincial, Junta Comercial, Registro de Comércio (1868-1888). Livro 31. 80/43.

BARROS, I. *Incentivizing births and female slave agency on a Swiss-owned plantation in Brazil from 1836 to 1851*. 2025 (no prelo).

BARROS, I.; SCHÄR, B. C. *Un Patriciat impérial. Esclavage et réforme scolaire au 19ème siècle entre Bahia et Bern*. Traverse, édition thématique sur le Patriciat. Ed. Chronos. Submitted to the publisher 2024.

BARROS, I.; LIMA, A. N. Geschichte dekolonisieren. Ein kritischer Beitrag zu einer globalen Schweizer Geschichte. In: *Handbuch Neue Schweiz*. [s. l]: Institut Neue Schweiz, 2021.

BARTH, V.; CVETKOVSKI, R. (Orgs.). *Imperial co-operation and transfer, 1870-1930: empires and encounters*. Londres: Bloomsbury, 2015.

BARTOLETTI, T. Global territorialization and mining frontiers in nineteenth century Brazil: Capitalist anxieties and the circulation of knowledge between British and Habsburgian imperial spaces, ca. 1820-1850. *Comparative Studies in Society and History*, v. 65, n. 1, p. 81-114, 2023.

BEZERRA, A. P. G. Da Europa à Aracati: as casas comerciais aracatienses na segunda metade do século XIX e a inserção de mercadorias estrangeiras na cultura local (1850 - 1910). XI SEMANA DE HISTÓRIA DA FECLESC – MEMÓRIAS E INSTITUIÇÕES: 30 ANOS DA FECLESC. Quixadá, 2013.

BRASIL. Biblioteca IBGE Recenseamento do Brazil em 1872. Rio de Janeiro, Typ. G. Leuzinger, 1874. 12 vols. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>>, último acesso em 12 de novembro de 2023.

BLUTEAU, R. Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. Joaó V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Oficina de Pascoal da Sylva, 1712-1728.

BUNDESBLETT. Nr. 53; BB 1864, 230. Bericht des Bundesrates an den h. Nationalrat, betreffend Strafbestimmungen gegen Schweizer in Brasilien, welche Sklaven halten. V. 2, dez. 1864. Disponível em: <[https://www.fedlex.admin.ch/eli/fga/1864/3\\_230\\_\\_/\\_de](https://www.fedlex.admin.ch/eli/fga/1864/3_230__/_de)>. Acesso em: 25 fev. 2023.

CARMO, A. F. do. *Colonização e escravidão na Bahia: a Colônia Leopoldina (1850-1888)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

DAVATZ, T. *Memórias de um colono no Brasil: 1850*. São Paulo: Livraria Martins, 1941.

EBEL, E. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

DAVID, T.; ETEMAD, B.; SCHAUFELBUEHL, J. M. *Schwarze Geschäfte. Die Beteiligung von Schweizern an Sklaverei und Sklavenhandel im 18. Und 19. Jahrhundert*. Zürich: Limmat Verlag, 2005.

FANNI, R. Temporalização dos discursos políticos no processo de independência do Brasil (1820-1822). Tese de doutorado (História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

FÄSSLER, H. *Reise in Schwarz-Weiss: Schweizer Ortstermine in Sachen Sklaverei*, Zürich: Rotpunktverlag, 2005.

FLUCK, M. R. Basler Missionare in Brasilien: Auswanderung, Erweckung und Kirchenwerdung im 19. Jahrhundert. Bern: Peter Lang, 2004.

GAMA, L. *Obras completas de Luiz Gama*. Parte 4: O roubo. V. 7: Crime (1877-1879). São Paulo: Editora Hedra, 2021.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL (HDBN). *Jornal do Commercio*, 183, 4 de julho de 1874.

HOFBAUER, A. Branqueamento e democracia racial: sobre as entranhas do racismo no Brasil. In: ZANINI, M. C. C. (Org.). *Por que 'raça'? Breves reflexões sobre a questão racial no cinema e na antropologia*. Santa Maria: EDUFSM, p. 151-188, 2007.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIROS (IHGB). Representação da comarca do Cantagallo contra a proposta do governo, relativo ao elemento servil, apresentada na câmara dos Srs. deputados pelo digno representante do 2º distrito da província do Rio de Janeiro, o Exm. Sr. Dr. Francisco Belizario Soares de Sousa. Arquivo do IHGB, coleção Senador Nabuco. DL 374.28. 1871.

JOYE, J. Anotações sobre a viagem dos migrantes suíços em 1819. Arquivado nos Arquivos de l'Etat, Fribourg-Suíça por Vera de Siqueira Jaccoud, 1819.

LENZ, S. E. As relações consulares da Prússia e das cidades hanseáticas com o Brasil negociadas no Rio de Janeiro, em 1827. *Revista Maracanan*, v. 2, n. 2, p. 57-87, 2014.

LIMA, A. N. Escravidão e liberdade nas experiências do colonialismo



suiço nas regiões de Nova Viçosa (BA), Nova Friburgo (RJ) e Campinas (SP) durante o século XIX. *Anais do 11º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, 2023.

LIMA, R. Conflitos de terra e quilombos na colonização do Rio de Janeiro (1808-1831). Tese de doutorado (História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

LYRA, H. J. B. Colonos e colônias: uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX. Dissertação de mestrado (História). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1982.

MARQUESE, R. B.; TOMICH, D. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, K.; SALLES, R. (Orgs.). *O Brasil Imperial*. V. 2: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 339-384, 2009.

MARRETTO, R. M. A escravidão velada: a formação de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX. Dissertação de mestrado (História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.

MATTOS, I. R. de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses da construção da unidade política. *Almanack Braziliense*, n. 1, p. 8-26, 2005.

NARDI, J. B. A (des)montagem da indústria brasileira do fumo: o caso da Bahia (1808-1913). *IV Congresso Brasileiro de História Econômica e 5ª Conferência internacional de História de Empresas*. São Paulo, 2001.

NICOULIN, M. *La genèse de Nova Friburgo: émigration et colonisation suisse au Brésil 1817-1827*. Fribourg: Imprimerie Saint-Paul – Études et Recherches d'histoire Contemporaine. Série Historique-Éditions universitaires, 1973.

OLIVEIRA, V. A. de. Reflexões sobre a instituição das Forças Armadas da Capitania do Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1816. BNRJ Ms. I-33,50,35.

PINOJA, L. G. Chocolonialism: a colonial history of Swiss chocolate. Dissertação de mestrado (História). Geneva Graduate Institute. Geneva, 2024.

POZO, G. de P. dos S. Imigrantes irlandeses no Rio de Janeiro: cotidiano e revolta no primeiro reinado. Dissertação de mestrado (História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

PURTSCHERT, P.; FISCHER-TINÉ, H. (Orgs.). *Colonial Switzerland: Rethinking colonialism from the margins*. Basingstoke: Palgrave Macmillan/Cambridge Imperial and Post-Colonial Studies Series, 2015.

SALOMÃO, S. J. *Pretos, prussianos, índios e caipiras: culturas e invisibilidades históricas nos arredores da cidade de São Paulo: séculos XVIII e XIX: Biotrajatória*. Itapeverica da Serra: Edição do autor, 2021.

SANGLARD, G. *Nova Friburgo: entre o iluminismo português e a gênese bíblica*. PUC-RJ Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, B. A Capella do Senhor do Bonfim erecta em Aracaty. *Revista do Instituto do Ceará*, ano 31, 1917.

SCHÄR, B. C. *Les naturalistes: a la découverte de la suisse et du monde (1800-2015)*. Baden: Hier und Jetzt, 2015.

SCHÄR, B. C. *Tropenliebe: Schweizer Naturforscher undniederländischer Imperialismus in Südostasien um 1900*. Frankfurt am Main: Campus Verlag, 2015.

SCHNEIDER, L. *Die Politik des Bundes gegenüber projektierten Kolonisationsunternehmen in Argentinien und Brasilien: Ein Beitrag zur organisierten Auswanderung aus der Schweiz (1880-1939)*. Zürich: Geist und werk der Zeiten: Arbeiten aus dem Hist. Seminar Der Universität Zürich, 1997.

SCHRAMM CORREA, L. O resgate de um esquecimento: a colônia de Leopoldina. *GEOgraphia*, v. 7, n. 13, p. 87-111, 2010.

SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, v. 53, p. 117-149, 2002.

VEYRASSAT, B. *Réseaux d'affaires internationaux, émigrations et exportations en Amérique Latine au XIXe siècle: le commerce suisse aux Amériques*. Genève: Librairie Droz – Publications du Centre d'histoire Économique Internationale de l'Université de Genève, 1994.

ZIEGLER, B. *Schweizer statt Sklaven: Schweizerische Auswanderer in den Kaffee-Plantagen von São Paulo (1852-1866)*. Stuttgart: Steiner-Verlag-Wiesbaden, 1985.

ZIEGLER, B. Schweizerische Kaufleute in Brasilien im 19. Jahrhundert. *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*, v. 25, n. 1, p. 141-167, 1988.

# Complementares e excludentes: diálogos sobre imigração alemã e escravidão (Rio Grande do Sul e São Paulo)\*

*Complementary and exclusionary: dialogues on German immigration and slavery (Rio Grande do Sul and São Paulo)*

Karl Monsma e Marcos Antônio Witt\*\*

**Resumo:** Imigrantes alemães no Rio Grande do Sul imperial geralmente se assentavam em colônias agrícolas, ao passo que alemães em São Paulo geralmente trabalhavam nas fazendas ou em obras públicas. Nos dois contextos, alemães prósperos compravam negros escravizados, e os trabalhadores e agricultores alemães encontravam escravizados regularmente. Burlavam-se facilmente as restrições à escravidão nas colônias do RS. Em SP, alemães e escravizados podiam trabalhar nas mesmas projetos de infraestrutura, mas integravam turmas separadas. Os colonos nas fazendas de SP trabalhavam nas mesmas propriedades que negros escravizados, mas os colonos eram contratados, moravam em colônias, separados, e geralmente eram punidos por multas em vez de castigos corporais. Mesmo assim, muitos colonos comparavam sua situação à escravidão porque sofriam o autoritarismo dos fazendeiros e eram proibidos de se demitir sem pagar suas dívidas. Os colonos do RS reclamavam dos empresários das colônias particulares, mas raramente se comparavam com escravos.

**Palavras-chave:** Imigrantes alemães. Escravidão. Colonização. Fazendas de café. Rio Grande do Sul. São Paulo

\* Submissão: 20/09/2024 | Aprovação: 15/11/2024 | DOI: 10.29182/hehe.v27i3.1028

Este trabalho recebe o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq a Karl Monsma (Bolsa Produtividade e Bolsa Pós-Doutorado Sênior).

\*\* Respectivamente: (1) Professor titular do Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil | ORCID: 0000-0001-9568-1774 | E-mail: karlmonsma@hotmail.com | (2) Professor do Departamento de História, Universidade de Caxias do Sul, Brasil | ORCID: 0000-0002-7593-177X | E-mail: wittmarcos1969@gmail.com



Esta publicação está licenciada sob os termos de  
Creative Commons Atribuição-Não Comercial  
4.0 Internacional

**Abstract:** Most 19<sup>th</sup> century German immigrants to Rio Grande do Sul (RS) settled in agricultural colonies, whereas most Germans in São Paulo (SP) worked on plantations or public works. In both contexts, prosperous Germans purchased enslaved people, and German workers and farmers regularly encountered captive black people. Restrictions on slavery in the colonies of RS were easily circumvented. In SP, Germans and the enslaved could work on the same infrastructure projects, but did so in separate gangs. In SP, immigrants worked on the same plantations with enslaved workers, but the immigrants had work contracts, lived in separate colonies and were penalized with fines rather than corporal punishment. However, many of these immigrants compared their situation to slavery because they suffered authoritarian rules and could not quit their jobs without paying their debts. The settlers in RS complained about the entrepreneurs who founded private colonies, but rarely compared themselves to slaves.

**Keywords:** German immigrants. Slavery. Colonization. Coffee plantations. Rio Grande do Sul. São Paulo.

**JEL:** N3. N5. N8. N9.

## Introdução

Os imigrantes “alemães” no Império do Brasil – incluindo nessa categoria todos os que falavam variantes da língua alemã<sup>1</sup> – chegaram em um contexto marcado pela escravidão. Ao contrário de estereótipos de isolamento e da formação de “cistos étnicos”, especialmente na região Sul do Brasil, muitos, senão a maioria, tiveram algum grau de contato com africanos ou descendentes escravizados. Até o final da Regência, não havia restrições à posse de negros escravizados por imigrantes e, como veremos a seguir, os alemães mais abastados compraram trabalhadores escravizados com a mesma apetência das elites brasileiras. De fato, a aquisição de escravos é um bom indício do grau de integração da elite imigrante no Brasil. Desde a época colonial, a elite brasileira nutria o ideal aristocrático de viver do trabalho de outros, e de controlar grande número de dependentes (Fragoso; Florentino 2001; Fragoso, 2015), o que conferia prestígio social e abria possibilidades de alianças matrimoniais e políticas vantajosas, os quais, por sua vez, podiam facilitar o acúmulo de mais capital econômico (Bourdieu, 1980; França, 2009). Entretanto, é razoável pensar que a compra de escravos tenha se tornado um investimento mais puramente econômico depois do fim efetivo do tráfico para o Brasil a partir de 1850, o conseqüente aumento no custo dos cativos e a concentração destes nas grandes fazendas (Mello, 1978).

A tendência de os colonos mais bem-sucedidos comprarem negros escravizados provavelmente é o que motivou o governo imperial, na lei orçamentária para 1849-1850, a proibir o uso de cativos para lavrar a terra nas novas colônias de imigrantes,<sup>2</sup> que, além do seu papel na produção de bens de subsistência para as cidades e fazendas, eram idealizadas como o princípio de uma sociedade rural alternativa, baseada na agricul-

<sup>1</sup> O termo “alemão” será usado neste artigo de forma genérica para representar os agentes históricos que falavam os inúmeros dialetos dos reinos e principados que mais tarde, em 1871, formariam a Alemanha. Ellen Woortmann (2000, p. 218) resume: “Aqueles que chegaram eram bávaros, renanos, frísios, saxões, ou mesmo austríacos, franceses e dinamarqueses, todos rotulados como ‘alemães’. [...] nas ‘picadas’ organizadas pelo governo brasileiro foram assentados renanos vizinhos de bávaros ou de austríacos, embora em alguns lugares pudessem ter prevalecido migrantes de uma região específica. Essa heterogeneidade resultou numa espécie de ‘reinvenção das tradições’ sob forma de uma negociação que resultou numa ‘tradição teuto-brasileira’: dialeto de uma região; hábitos alimentares de outra; religião de uma terceira”.

<sup>2</sup> “Art. 16º A cada huma das Provincias do Imperio ficão concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu territorio, seis leguas em quadra de terras devolutas, as quaes serão exclusivamente destinadas á colonisação, e não poderão ser roteadas por braços escravos” (Brasil, 1848).



tura familiar e não na escravidão. Leis subsequentes da província do Rio Grande do Sul proibiram a introdução de mais cativos nas áreas coloniais, o uso deles na agricultura e a posse de escravos por colonos rurais, mas não proibiram a posse dos cativos já existentes nos núcleos urbanos das colônias (Iotti, 2001, p. 603-604, 610-611).

Os colonos comuns geralmente não tinham recursos suficientes para comprar escravizados, mas, muitas vezes, eles os encontravam na vida cotidiana. Isso era mais provável nos nascentes núcleos urbanos das colônias, onde a elite comercial se concentrava. As colônias iniciais também se expandiram para áreas onde a escravidão já estava bem estabelecida, aumentando as chances de contato entre colonos e cativos. No caso dos trabalhadores alemães nas fazendas de café de São Paulo, por sua vez, quase sempre havia trabalhadores escravizados nas mesmas fazendas, que os colonos encontravam com frequência. Há, no caso paulista, ampla discussão sobre as colônias de parceria nas fazendas de café, principalmente por sua importância como um dos primeiros experimentos com mão de obra livre, mas a elite alemã urbana da província de São Paulo tem recebido relativamente pouca atenção dos historiadores. Sabemos mais sobre esse tema no caso do Rio Grande do Sul, provavelmente porque a elite alemã dessa província surgiu inicialmente dentro das colônias alemãs, com menos simbiose econômica com a elite luso-brasileira, sendo mais facilmente identificável pelos historiadores como elite étnica, ao passo que a elite alemã da província de São Paulo se tornou parte integral da elite paulista. Também há mais historiadores dos imigrantes alemães e descendentes no Sul do Brasil, em boa parte porque muitas das colônias continuam até hoje com forte identidade étnica alemã.

Como no Rio Grande do Sul, os alemães de São Paulo no Império eram imigrantes de vários principados ou reinos que falavam dialetos de alemão, ou línguas parecidas, e constituíam o primeiro grupo de imigrantes europeus não portugueses a chegar em certo número, o que lhes conferiu vantagens com relação a grupos imigrantes que chegaram depois. Portanto, alguns passaram por um processo de ascensão social durante o Império e adquiriram capital econômico o suficiente para a compra de negros escravizados.

Nas cidades de ambas as províncias, tanto a elite alemã quanto os trabalhadores da mesma origem conviviam mais com a população brasi-

leira e de outras origens, inclusive grande número de africanos e afrodescendentes, alguns deles escravizados, outros não. Para a elite imigrante, a posse de cativos, além dos benefícios econômicos da sua exploração, significava a integração na classe dominante local. Para os trabalhadores imigrantes, os cativos e, mais ainda, os libertos e negros nascidos livres, eram às vezes colegas de trabalho, às vezes competidores ou rivais, às vezes amigos ou amantes. Acima de tudo, tanto nas fazendas quanto nas cidades, a presença dos cativos e sua subjugação violenta evocava nos trabalhadores imigrantes o medo de que eles também pudessem sofrer a subordinação violenta aos seus empregadores, mesmo sem serem legalmente escravizados.

A seguir, discutimos as relações entre alemães e a escravidão nas províncias do Rio Grande do Sul e de São Paulo, que se contrastam de algumas maneiras interessantes, discutidas na conclusão comparativa.

## 1. Escravidão e imigração “alemã” no Rio Grande do Sul

Tschudi ao ver a pretinha com a bandeja do *lunch*, voltou-se para o companheiro e disse em alemão, supondo não ser entendido pela menina: – será que essa negrinha não colocou as suas mãos sujas nessas broas que está nos oferecendo? A rapariguinha, num alemão tão puro e escorregado como o do Cônsul, retrucou-lhe, de pronto: – pode comer tranquilo que nesta casa há muito asseio e as minhas mãos estão sempre limpas. O suíço, todo vermelho e enfiado, ficou de boca aberta, sem saber o que dizer. E quando João Guilherme [Hoppe] voltou à sala, o incidente foi comentado com boas risadas, explicando-lhe o comerciante a história da ex-escrava, a razão de exprimir-se ela em alemão com a perfeição que surpreendeu Tschudi (Campos, 1980, p. 23).<sup>3</sup>

De modo a traçar as relações de complementaridade e/ou substitutibilidade entre alemães e negros para o Rio Grande do Sul, este artigo

<sup>3</sup> “Em 1860, visitou Capivari, a serviço do Governo Suíço, o Barão de Tschudi, incumbido de verificar, na Província de São Paulo, o tratamento que estava sendo dispensado aos imigrantes procedentes de seu país. Como em Capivari não havia hotel, Tschudi e seu acompanhante foram encaminhados à casa de João Guilherme [Hoppe], com a solicitação de acolhê-lo como hóspede durante a sua permanência na cidade” (Campos, 1980, p. 23).

faz uso inicialmente do *Registros da presença negra no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul* (Fernandes *et al.*, 2023). O *Registros* (RPNRS) é uma iniciativa do próprio Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul em parceria com a Unisinos, UFPel e Furg. Contendo 784 páginas, o seu volume atesta não somente a importância do tema, mas, também, a existência de fontes que dão suporte às pesquisas vinculadas ao período da escravidão no Rio Grande do Sul. O catálogo reúne fontes do “Fundo Polícia – documentação avulsa” do período de 1826 a 1888. Os organizadores executaram a pesquisa e a organização da obra que, sem dúvida, é de extrema importância para futuras investigações acerca da história do Rio Grande do Sul, mas, também, do Brasil como um todo.

Folheando o RPNRS, o leitor encontrará documentos que vinculam duas grandes temáticas: escravidão e imigração. Assim, na página 195 consta que no ano de 1858 o pardo Manoel de Tal cometeu suicídio na localidade de Padre Eterno, 4º. Distrito da Colônia alemã de São Leopoldo, na casa de negócios (venda) de Ambrósio Lenk. Os demais envolvidos no caso foram o subdelegado João Lourenço Torres, os peritos Nicolau Schmitt e Nicolau Schuaitecer (*sic*), o cabo Carlos Mayer, os guardas Pedro Schmitt, Pedro Martins e Clemente Honorato, entre outros. Como se percebe, sobrenomes nacionais e alemães estavam inseridos no cenário investigado pela delegacia de polícia da Vila de São Leopoldo,<sup>4</sup> comprovando, desse modo, que em 1858 a colônia havia se expandido para as direções Norte e Nordeste. Nessas áreas – antes e depois da colonização alemã –, fazia-se uso de mão de obra escravizada.<sup>5</sup>

A fim de reforçar essa hipótese, na página 205 do RPNRS, encontra-se o “mapa da população do 7º. Quarteirão do 1º. distrito de São Leopoldo”, de 1868, no qual consta o nome de Matheus Daudt, de profissão curtidor, de sua esposa Maria Bárbara, ambos de nacionalidade alemã, e de seus cinco filhos. Na sequência, foram listados os nomes de seus escravizados: João, de 47 anos; Manoel, de 32 anos; Francisca, de 45 anos; e José, de 15 anos. O próximo registro, do mesmo ano de 1868, na página

<sup>4</sup> No ano de 1846, a Colônia alemã de São Leopoldo foi elevada à categoria de Vila, condição que lhe permitiu usufruir de câmara municipal, justiça, polícia e aparatos vinculados a essas instituições. Sobre as mudanças que tocaram a antiga Colônia a partir de 1846, ver Mühlen (2017).

<sup>5</sup> O documento que narra o suicídio de Manoel de Tal não permite afirmar se ele era escravizado ou liberto. Contudo, a sua existência naquela localidade confirma a presença de trabalhadores cativos e/ou alforriados.

206, é o de Carolina Bastião, de profissão curtidora, viúva, de nacionalidade alemã, e de seus quatro filhos. De igual modo, foram registrados os nomes de seus escravizados: Severino, de 38 anos; Antônio, de 44 anos; e Maria, de 45 anos. O mapa da população da colônia alemã de São Leopoldo evidencia a posse de escravizados por imigrantes alemães, nesse caso de profissão curtidores, demonstrando que recursos foram destinados a compra e manutenção desse tipo de mão de obra nos negócios de determinadas famílias de imigrantes.

No entanto, o contato de escravizados e/ou libertos com imigrantes alemães e seus descendentes não se dava, apenas, por meio da compra e venda dos primeiros. A população africana e afrodescendente, escravizada ou liberta, também circulava pelos rincões da província do Rio Grande do Sul. Na página 176 do RPNRS encontra-se a descrição de crime “horroroso” ocorrido na Freguesia de Cima da Serra, no ano de 1866. “Trata-se do incêndio ocorrido na casa do preto Florêncio José Pereira. Naquela residência morava Florêncio (que ontem seguira com cargueiro para as Três Forquilhas)”. Para além dos detalhes que descrevem o crime, interessa de forma significativa a informação de que Florêncio se dirigiu à colônia alemã do Vale do rio Três Forquilhas<sup>6</sup> com cargueiro, isto é, com mercadorias que seriam negociadas com os colonos alemães ali estabelecidos e/ou com os nacionais que igualmente habitavam a região. Essa colônia integrava o projeto imperial de 1826, que previa a instalação de um núcleo com agricultores, artesãos e soldados alemães junto à Ponta das Torres, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul (LNRS). A comprovação de que havia trânsito entre a colônia e os Campos de Cima da Serra empalidece a ideia de que os núcleos coloniais estiveram isolados ao longo dos séculos XIX e XX.

O recurso imagético salvaguardado pelo Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL) auxilia na compreensão de que os imigrantes alemães e seus descendentes aprenderam e apreenderam as regras do jogo sócio-político-econômico da sociedade brasileira do século XIX. A fotografia do escravizado da família Bier, da colônia alemã de São Leopoldo,

<sup>6</sup> A partir de 1826, colonos alemães ocuparam parte do Litoral Norte do Rio Grande do Sul (LNRS), sendo que os católicos se fixaram nas terras mais próximas do pequeno vilarejo das Torres, onde havia um assentamento militar. Já os protestantes (evangélico-luteranos) foram enviados ao Vale do rio Três Forquilhas, um pouco mais distante das Torres, pois um pastor e um médico acompanhavam esse grupo de agricultores, artesãos e soldados. Sobre os motivos que levaram à divisão da Colônia alemã das Torres em dois núcleos, ver Ruschel (2000).

vendendo doces ou quitutes semelhantes em seu tabuleiro, não somente explicita a posse do escravizado, mas, sem dúvida, faz pensar sobre as interações que ele próprio vivenciou pelas ruas do centro da colônia (pequeno vilarejo central que congregava igrejas, escolas, comércios e instituições políticas, jurídicas e afins).

### Figura 1 – Escravizado da família Bier, São Leopoldo



Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, São Leopoldo – RS

Para além da venda diária de seus quitutes, é possível indagar com quem o escravizado da família Bier teria mantido contato, trocado ideias, conversado. A pesquisa recente de Camille Chies Baldasso (2023) sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Pretos e Pardos de São Leopoldo redimensiona os espaços nos quais os múltiplos agentes da colônia alemã de São Leopoldo circularam. Em meio à população imigrante e nacional, no seio da colônia, escravizados e “forros” (libertos) conviveram, viram e foram vistos ao frequentar a Irmandade que criaram e mantiveram no século XIX. Ao estudar o Compromisso e



os Livros de Atas da Irmandade, Baldasso constatou que sociabilidades, agências, negociações e conflitos perpassavam o dia a dia dos membros da instituição religiosa, étnica e racializada.

Ao concluir sua pesquisa, Baldasso (2023, p. 9) constatou que “por meio destes fragmentos do cotidiano dos devotos do Rosário foi possível pensar nas interdependências e relações interétnicas entre escravizados e egressos do cativeiro com seus senhores, densificando a presença negra em uma zona de imigração europeia”. Se Baldasso tomou a colônia alemã de São Leopoldo como *locus* de investigação, a pesquisa de Fernanda Chemin Schmitt (2021) aponta para outra região de colonização alemã, o Vale do Taquari.<sup>7</sup> A autora fez uso de processos-crime, contratos de compra e venda, inventários e reportagens do jornal *O Taquaryense*, objetivando compreender os crimes cometidos por e contra os trabalhadores escravizados na região analisada. Em sua pesquisa, Schmitt se deparou com o imigrante prussiano Pedro Michel, comerciante (vendeiro), o qual se instalou no Vale do Taquari na década de 1860. De acordo com os dados levantados, ele também atuava como comprador e vendedor de escravizados, atividade lucrativa que o colocava em destaque junto aos demais imigrantes e descendentes, bem como em relação aos nacionais. Schmitt (2021, p. 71-77) constatou que Michel “transacionou” 44 pessoas, realizando esse tipo de negócio com indivíduos de sobrenome germânico e nacional.

De igual modo, Karen Daniela Pires (2016) constatou que imigrantes alemães e seus descendentes do Vale do Taquari fizeram uso de mão de obra escravizada em suas propriedades. Ao analisar cartas de alforria, encontrou nomes de famílias germânicas em meio a esses documentos, como os de Carolina Catarina Hoch, Pedro e Catarina Christ, Adam e Catarina Mallmann, os quais alforriaram seus escravizados mediante cláusulas de prestação de serviço (Pires, 2016, p. 167). Indo ao encontro dos trabalhos de Fernanda Chemin Schmitt e Karen Daniela Pires, Gabriela Schmitt (2023) também investigou a presença de escravizados entre a população alemã e descendente do Vale do Taquari. Ao focar na

<sup>7</sup> O Vale do Taquari é composto por dezenas de municípios, praticamente todos perpassados pela imigração açoriana, alemã e/ou italiana. Algumas cidades que integram o Vale: Arroio do Meio, Cruzeiro do Sul, Encantado, Estrela, Forquetinha, Imigrante, Lajeado, Roca Sales, Taquari, Teutônia e Westfália. O Vale do Taquari também é conhecido pelo rio homônimo que liga a região a Porto Alegre. Sobre a navegação nas áreas de imigração alemã, ver Reinheimer (1999; 2010).



questão de gênero, a autora percebeu que o cotidiano imigrante estava inserido no todo maior que o circundava, isto é, a posse de escravizados permeava a vida e os negócios de determinadas famílias de sobrenome germânico. A análise de mais de duzentos inventários permitiu que Gabriela Schmitt vislumbrasse entre os bens inventariados a presença de escravizados.

As pesquisas mencionadas no presente subcapítulo complexificam a existência e as experiências vivenciadas entre escravizados e a população alemã e descendente nas regiões de colonização. Diferente da província de São Paulo, a imigração no Sul não foi pensada para substituir a mão de obra escravizada; ao contrário, os imigrantes e seus descendentes deveriam criar uma camada socioeconômica intermediária, capaz de produzir alimentos em seus minifúndios e produtos via artesanato, tanto na zona rural, quanto na urbana. No contexto geral da província rio-grandense, de acordo com Melina Kleinert Perussatto (2010, p. 52), os números apontam para 70.597 escravizados no ano de 1859 e 62.231 escravizados em 1884. Portanto, não cabe mais a afirmação de que o Rio Grande do Sul recebeu parcela pouco significativa de escravizados e de que a imigração e a colonização europeia teriam se mantido à parte das leis e normas que regiam o mundo escravista do século XIX.

No que se refere à posse de escravizados, imigrantes alemães e seus descendentes investiram e mantiveram pequenos e médios plantéis, os quais foram destinados, sobretudo, à agricultura, ao artesanato e ao comércio, não havendo distinção entre os espaços rurais e urbanos. Isso significa que colonos alemães (agricultores) e “estrangeiros” de outras profissões e atividades laborais de igual modo incrementaram seus investimentos mediante o uso de trabalhadores cativos. Os inventários de colonos alemães do Vale do rio Três Forquilhas demonstram que Nicolau Mittmann possuía três escravizados em 1865; Maria Catarina Kellermann, dois escravizados em 1867; Felipe Pedro Schmitt e Elisabeth Schmitt, um escravizado em 1867; Matias Grassmann, três escravizados em 1873; Adolpho Felipe Voges, cinco escravizados em 1880 (Witt, 1998). Em relação a este último proprietário, Witt (2015) investigou a trajetória da família Voges ao longo do século XIX, especialmente seus investimentos econômicos e políticos, quando rompeu os limites do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, ampliando suas atividades a outras áreas de colonização alemã, como São

Leopoldo e Taquari. Outros componentes da família Voges possuíam escravizados em suas propriedades, inclusive o pioneiro, Carlos Leopoldo Voges (Witt, 2015).

Verifica-se, portanto, que é evidente a presença de escravizados nas áreas de imigração e colonização alemã. As inúmeras e variadas fontes hoje disponíveis à pesquisa histórica trazem à tona um tema que não é novo em si, pois Margaret Marchiori Bakos (1987) e Helga Iracema Landgraf Piccolo (1989a; 1989b) já escreveram sobre ele na década de 1980, porém ainda é um tema relativamente pouco explorado. Estudos recentes reforçam que a relação entre escravizados e/ou libertos e a população que os circundava extrapolava a clássica versão de “casa grande e senzala”, isto é, interesses, sentimentos e oportunidades compunham o quadro de relações estabelecido entre os diversos agentes que se colocavam em contato. Isso incluía escravizados, libertos, imigrantes alemães e seus descendentes.<sup>8</sup>

Sobre as fontes, cartas de alforria, censos demográficos, doações, escrituras de compra e venda, fotografias, inventários, processos-crime, registros paroquiais, relatórios governamentais, testamentos, entre outros documentos, comprovam que a província do Rio Grande do Sul estava inserida no contexto escravocrata do Brasil colonial e imperial. Essas mesmas fontes confirmam, ainda, que possuir um escravizado era sinal de riqueza e de inserção política para os imigrantes alemães e seus descendentes. O impedimento imposto pelas leis provinciais 183, de 18 de outubro de 1850, e 304, de 30 de novembro de 1854, que proibiram a introdução de mais escravos nas regiões coloniais, exigindo a matrícula daqueles já presentes, e proibiram a posse de escravizados por colonos dedicados à agricultura, surtiu pouco efeito no que se refere ao acesso à mão de obra cativa pelas elites das colônias.<sup>9</sup> Assim, a ascensão social dos imigrantes e dos seus descendentes sobrepôs-se à restrição de adentrar o mundo escravocrata

<sup>8</sup> Sobre a complexidade das relações e das redes criadas e mantidas por escravizados e libertos, ver Matheus (2021), Pinto (2018) e Weimer (2013).

<sup>9</sup> Lei nº 183 de 18 de outubro de 1850: “Art. 1º. É proibido a introdução de escravos no território marcado para as colônias existentes, e para as que para o futuro se formarem na Província. Art. 2º. Os escravos, que atualmente existem no território das colônias, serão matriculados pelo Diretor, os seus Agentes, em livro próprio [...]”. Lei n. 304 de 30 de novembro de 1854, “Art. 8º. Os colonos poderão cultivar suas terras por si mesmos, ou por meio de pessoas assalariadas: não poderão porém fazê-lo por meio de escravos seus, ou alheios, nem possuí-los nas terras das colônias sob qualquer pretexto que seja” (Iotti, 2001, p. 603-604, 610-611).

vigente, à época. Por outro lado, Marcos Justo Tramontini (2000) chamou a atenção para o fato de que os imigrantes e mesmo as gerações nascidas no Brasil seriam “brasileiros na hora de pagar impostos, de serem recrutados, de obedecerem às leis, mas estrangeiros ou semibrasileiros na hora de usufruírem do direito de posse, de votarem e serem votados, de possuírem escravos” (Tramontini, 2000, p. 372).

Na impossibilidade de se apresentar toda a produção acerca do tema, optou-se por obras que exemplificam determinados aspectos da pesquisa histórica que conjuga escravidão e imigração. Ainda sobre a colônia alemã de São Leopoldo, Paulo Roberto Staudt Moreira e Miquéias Mügge (2014) deram continuidade aos trabalhos que investigam o modo como imigrantes alemães e descendentes compraram, mantiveram e usufruíram de mão de obra cativa. Fontes inéditas ou muito pouco exploradas ganharam vez e voz na pesquisa de Staudt Moreira e Mügge. Já sobre a cidade vizinha, Novo Hamburgo, que se emancipou de São Leopoldo, Magna Lima Magalhães (2012) investigou a relação entre a “preteza e a brancura” através do clube Cruzeiro do Sul. A autora centrou sua análise no associativismo negro “em uma localidade teuto-brasileira”.

No que se refere à presença de escravizados entre imigrantes e descendentes que se fixaram no espaço urbano, Magda Gans (2014) mapeou endereços residenciais e profissionais de alemães e descendentes em Porto Alegre. Por meio da análise minuciosa de Gans, é possível reconstruir a “presença teuta em Porto Alegre no século XIX”. Porém, mais do que isso, a autora expôs as relações que imigrantes alemães e descendentes mantiveram com a população nacional, livre, mas também com a escravizada, em um espaço urbano significativo no Brasil do século XIX. Em se tratando de províncias, as do Rio de Janeiro e Minas Gerais também receberam imigrantes alemães com praticamente o mesmo objetivo, ou seja, residir e plantar em minifúndios e produzir via artesanato. Assim, Roland Spliesgart (2006) lançou lupas sobre o modo de viver e de se relacionar dos alemães que se fixaram nessas duas províncias. Em ambas, mantiveram contato com a mão de obra escravizada, sendo que algumas famílias fizeram uso do trabalhador cativo em suas propriedades. Segundo o autor, 15% das famílias da comunidade de Nova Friburgo (RJ) possuíam escravos em suas propriedades.

O fio condutor que permeia as obras antes mencionadas demonstra

complexidade nas relações estabelecidas entre os agentes históricos do século XIX no Brasil. As relações e as redes construídas no cotidiano extrapolam a figura clássica de “casa grande e senzala” e desenham um dia a dia muito mais plural, diverso e dinâmico do que as pesquisas apontavam até poucas décadas atrás. Não é de todo estranho, portanto, que escravizados e libertos falassem os dialetos alemães, por exemplo. Na interpretação de Telmo Lauro Müller,

[...] em vez de os colonos aprenderem a falar melhor o português, foram os negros que passaram a falar alemão. Deveria ser uma figura inesquecível um negro retinto dizer a conhecida frase a ele atribuída: “Mie Daitche Buwe misse sesame halle!”, em dialeto, e que significa: “nós jovens alemães temos de ficar unidos!” (Müller, 1996, p. 239).

Há diversas versões para a cena descrita por Müller. O certo é que houve intercâmbio cultural, mesmo que pautado pela violência e submissão de um (escravizado) em relação ao outro (imigrante ou descendente). Quanto à identidade e performance social, outra frase atribuída “a um negro”, “*Wenn du mol so lang in Brasilje bist wie ich, wäste aach schwatz!*” – “Quando tu estiveres tanto tempo no Brasil como eu, também vais ficar preto!” (Müller, 1996, p. 239), relativiza certezas identitárias. A partir da frase veiculada por Müller, questões relevantes podem ser discutidas, como branqueamento, identidade, língua/linguística, racialização, sensibilidade, sociabilidade, entre outras. É lícito pensar que tudo isso era “dito” nas reuniões da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Pretos e Pardos de São Leopoldo, resultando em acaloradas discussões entre os membros frequentadores e assíduos. Muito provavelmente, determinados assuntos reverberavam nos ambientes residenciais e profissionais para os quais eles se dirigiam após o fim de mais um encontro da Irmandade. Ou, então, não é de todo impossível imaginar que o escravizado da família Bier, de São Leopoldo, contava aos seus pares, mas também aos seus proprietários, o que havia visto e conversado ao longo do dia quando se empenhava para vender os quitutes do seu tabuleiro.

Apesar desses inúmeros avanços historiográficos, o acesso e a consulta à listagem bibliográfica organizada e disponibilizada por René Ernaini Gertz em seu site, a qual reproduz títulos de publicações que versam sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul, comprovam que as pes-

quisas sobre escravidão e imigração ainda podem ser ampliadas, do ponto de vista quantitativo. Segundo a busca realizada nos títulos que se encontram no site de Gertz, os seguintes termos aparecem listados:

**Tabela 1 – Referências à população negra e/ou escravizada em títulos de obras sobre a imigração alemã no RS (baseado na compilação de R. Gertz)**

Termo	Frequência
Negro	43
Negra	27
Africano	5
Africana	1
Afro	26
Negritude	1
Escravo(s)	28
Escrava(s)	4
Escravidão	20
Escravatura	1
Abolição/ Pós-abolição	4

Nota: praticamente todas as menções ao termo “afro” relacionam-se a “afro-brasileiros” e “afrodescendentes”.

Fonte: elaborado pelos autores a partir da compilação bibliográfica de René Gertz, disponível em: <[www.renegertz.com/arquivos/Bibliogra2022.pdf](http://www.renegertz.com/arquivos/Bibliogra2022.pdf)>.

Não se localizou referência para os termos “escravizado” e “cativo”, comprovando que o uso da variante “escravizado” é mais recente. A quantidade de obras listadas por Gertz reúne quase seis mil títulos, fato que evidencia a pouca expressão dos trabalhos que relacionam escravidão e imigração. Ressalte-se que a pesquisa foi realizada nos títulos das obras e não contempla o seu conteúdo; ou seja, é possível que os termos selecionados para a busca sejam identificados no interior de algumas obras. Ainda assim, a amostragem é importante para instigar novas pesquisas que complexifiquem a relação estabelecida entre imigrantes e descendentes com escravizados/libertos.

## 2. Escravidão e imigração alemã na província de São Paulo

### 2.1 A elite alemã da província de São Paulo e a compra de cativos

Na literatura pertinente, existem poucas discussões sobre a posse de escravizados pela elite alemã da província de São Paulo, provavelmente porque estava bem integrada com a elite luso-brasileira e tinha mais ou menos o mesmo estilo de vida, inclusive a posse de cativos para fins econômicos e sociais. Existem algumas referências a essa questão, principalmente em livros sobre alemães nas regiões metropolitanas, como no livro de Karastojanov (1999) sobre Campinas e no de Siriani (2003) sobre a cidade de São Paulo e as colônias próximas de Santo Amaro e Itapeçerica da Serra. Essas autoras salientam a diferenciação econômica entre os imigrantes, dependendo de quando chegaram ao Brasil, do capital econômico e das habilidades que já possuíam antes de migrar, do grau de empreendedorismo e da sorte. A literatura sugere que a elite alemã mantinha sua identidade étnica – cultivada em clubes, associações, escolas e igrejas – ao mesmo tempo que gozava de boa aceitação entre a elite luso-brasileira.

De maneira geral, podemos distinguir entre os alemães que chegaram já com algum capital e aqueles que chegaram como trabalhadores rurais ou urbanos e depois conseguiram enriquecer. Entretanto, a distinção nem sempre é fácil, porque muitos dos parceiros nas fazendas de café ou trabalhadores urbanos eram artesãos no país de origem, com habilidades em demanda nas cidades crescentes da economia do café. Superadas as dificuldades iniciais, poderiam estabelecer-se nas cidades, trabalhando na indústria de construção ou com oficinas produzindo bens e serviços para a elite local.

Alguns dos alemães mais bem-sucedidos em São Paulo chegaram à província com capital econômico. João Bierrembach chegou em 1829 e se estabeleceu em Pelotas (RS) por um tempo, antes de se mudar para Campinas na década de 1840, onde fundou uma fábrica de chapéus. Depois se mudou para a cidade de São Paulo, onde estabeleceu outra fábrica de chapéus em 1848, reinvestindo os lucros no seu negócio e na compra de negros escravizados (Siriani, 2003, p. 110-111). Um imigrante que chegou com capital e enriqueceu bem mais em São Paulo foi o mé-



dico prussiano Theodoro Reichert, filho de uma família burguesa, que chegou àquela cidade na década de 1850. Além de praticar a medicina, Reichert virou banqueiro e atuava na compra e venda de negros escravizados, especializando-se na compra por preços reduzidos de cativos doentes, que ele curava e vendia por valores maiores, assim usando seu conhecimento médico para se estabelecer em um nicho lucrativo do comércio escravista (Siriani, 2003, p. 126-127). Tal como a elite brasileira, a elite imigrante alemã em meados do século XIX considerava a compra de cativos um bom investimento. O casal Luis Carlos Fuchs e Catharina Nicolau Bachs, casado em 1847, prosperou com uma bem-localizada loja de secos e molhados e reinvestiu uma parte do lucro na compra de trabalhadores escravizados (Siriani, 2003, p. 149-150).

A plena integração na classe dominante passava pelo casamento com a elite local – o que geralmente pressupunha a conversão ao catolicismo, se fossem protestantes –, pela compra de fazendas e pela compra de negros escravizados. Se esse nível de integração era reservado a poucos abastados ou de origem aristocrática na Europa, muitos outros enriqueceram com o comércio ou oficinas urbanas e, tal como seus pares brasileiros, devem ter comprado alguns cativos para ajudar nas suas casas ou nas suas lojas ou oficinas, ou ainda para servir como escravos de aluguel, uma tendência que provavelmente diminuiu com o aumento dos preços dos cativos depois de 1850. Constam escravizados em aproximadamente 20% dos inventários realizados entre 1840 e 1889 de alemães residentes nos municípios de São Paulo, Santo Amaro e Itapeverica da Serra e que Siriani (2003, p. 172) consultou. Isso não quer dizer que 20% dos alemães que morreram no período possuíam cativos; provavelmente não foram realizados inventários daqueles que morreram com poucos bens. Mas certamente um bom número dos alemães mais abastados comprava pessoas escravizadas, tal como seus congêneres brasileiros. Nos livros de escrituras consultados desses municípios, do período de 1827 a 1889, alemães eram aproximadamente 28% dos compradores e vendedores de escravos (Siriani, 2003, p. 173).

Outros grupos de língua alemã relativamente pouco pesquisados são os imigrantes assentados em colônias agrícolas perto da cidade de São Paulo e os trabalhadores alemães importados pelo governo nacional ou provincial em alguns momentos do Império para a construção de estradas,

pontes e outras obras públicas. A seguir, abordamos essas duas categorias de imigrantes e suas relações com a escravidão e com as pessoas escravizadas.

## 2.2 As colônias agrícolas alemãs na província de São Paulo

As primeiras colônias alemãs no atual território do estado de São Paulo eram Santo Amaro e Itapecerica da Serra, fundadas com imigrantes que chegaram a São Paulo em várias levas entre 1827 e 1829, acrescidos de mercenários alemães desmobilizados. Os imigrantes só foram assentados depois de longo período de dúvidas e conflitos sobre onde estabelecer a colônia. Finalmente, em 1829, foram distribuídos terrenos em Santo Amaro aos alemães que queriam ali se estabelecer. Outros decidiram continuar em Itapecerica, local proposto anteriormente para a colônia e onde boa parte dos imigrantes havia sido alojada por um tempo (Zenha, 1950; Siriani, 2005; Baldin, 2012).

O projeto do governo era assentar todos esses imigrantes como agricultores familiares. Entretanto, vários provinham de cidades da Europa e trabalhavam em ofícios. Como havia demanda para suas habilidades, muitos acabaram se mudando para a cidade de São Paulo ou para outras cidades da província. Com o tempo, várias dessas famílias passaram por processos de mobilidade social, a exemplo dos Schunck, que viraram proprietários de 500 alqueires paulistas de terra (1210 hectares), com trabalhadores escravizados e livres (Baldin, 2012, p. 51). Como a comunicação entre a capital e as colônias era difícil, vários dos colonos venderam seus lotes iniciais e se estabeleceram com chácaras na periferia da cidade de São Paulo. Foi o caso de Leonardo Loskiell, que recebeu um lote em Santo Amaro, mas logo o vendeu, comprando uma grande chácara no Brás, e enriqueceu por meio do abastecimento da capital. Quando morreu na década de 1860, deixou para seus filhos a chácara, dívidas ativas, seis escravos e seis casas de aluguel (Siriani, 2003, p. 165).

Várias outras famílias estabeleceram oficinas ou casas de comércio e ingressaram na crescente classe média urbana ou até na elite. Essas famílias também provavelmente tinham alguns cativos, como era comum na classe média das primeiras décadas do século XIX. Entre os colonos alemães que ficaram em Santo Amaro ou Itapecerica, muitos empobreceram e

passaram por um processo de acaboclamento, caracterizado pela agricultura de subsistência e trocas com a população cabocla local, inclusive o intercasamento, atenuando a identidade alemã (Zenha, 1950; Siriani, 2003, p. 81-91). De maneira geral, essa população não tinha recursos suficientes para comprar cativos.

### 2.3 Trabalhadores alemães para obras públicas

Em 1836, a província de São Paulo contratou 27 alemães do Rio de Janeiro para trabalhar na construção da estrada de Santos (Baldin, 2012, p. 54). Em 1838, chegaram 227 imigrantes de territórios alemães, incluindo mulheres e filhos, contratados pelo administrador alemão da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, nas proximidades de Sorocaba, para trabalhar nessa siderúrgica ou para construir estradas. Em 1854, o governo contratou a empresa do senador Nicolau Vergueiro, já empenhado em trazer colonos para as fazendas de café, para a introdução de 350 imigrantes para trabalhar em obras públicas da capital e na construção de estradas (Baldin, 2012, p.78-95). O contrato especificava que dois terços dos trabalhadores deviam ser da Alemanha ou da Suíça. Os 350 chegaram a São Paulo em 1855, entre eles 204 alemães, que eram apreciados por seu conhecimento técnico.

Os alemães trabalhavam em obras públicas junto com portugueses e negros livres e escravizados (Siriani, 2003, p. 140). Sabemos pouco sobre a natureza das relações entre alemães e escravos que trabalhavam nas mesmas obras. Existe alguma evidência, discutida a seguir, de que os empreiteiros e administradores de obras separavam os trabalhadores livres e cativos, provavelmente para não igualar as duas categorias e para coibir a possível resistência conjunta delas. Siriani (2003, p. 104) encontrou o caso de um alemão que foi demitido da Real Fábrica de Ipanema por se aproximar demais dos negros escravizados da mesma fábrica, mas o fato de que ela só encontrou um caso assim pode significar que tal amizade não era comum.

A coerção não estava de todo ausente das relações de trabalho dos imigrantes. A grande maioria chegou com passagens pagas pelo governo federal ou provincial e precisava repagar essa dívida, que, em muitos casos, aumentava com sucessivas multas impostas pelos empregadores. Para forçar o pagamento, a lei de locação de serviços de 1830, proposta pelo

senador Vergueiro, permitia a prisão dos trabalhadores que abandonavam o serviço sem saldar suas dívidas (Brasil, 1830). A mesma lei proibiu a contratação dos “africanos bárbaros”, que aparentemente só podiam trabalhar no Brasil se fossem escravizados. Essa lei foi substituída em 1837 por uma nova lei que se aplicava somente aos imigrantes. Pela nova lei, aqueles que abandonavam o trabalho seriam obrigados a pagar o dobro de tudo que ainda deviam ao empregador, ou a servir esse empregador de graça por todo o tempo restante do contrato (Brasil, 1837; Mendonça, 2012). Se ainda se recusassem a continuar no serviço ou reincidissem na fuga, podiam ser presos com trabalho forçado, e o empregador receberia o valor do trabalho até os imigrantes saldarem suas dívidas.

No “Regulamento Policial” que o empreiteiro João Bloem escreveu em 1838 para os trabalhadores imigrantes da estrada de Cubatão e outras estradas, consta que os trabalhadores eram divididos em seções com tarefas específicas, e cada seção seria liderada e controlada por um “mestre de seção”. Depois de escrever esse termo pela primeira vez, Bloem colocou entre parênteses a palavra “feitor”. Ou seja, o empreiteiro pensava os mestres como feitores, mas mudou o termo para o cargo, provavelmente para salientar a distinção entre imigrantes e cativos. As principais penas por violações do regulamento eram a perda de jornais ou multas, não castigos físicos. Se cativos trabalhassem na construção das mesmas estradas, eles obviamente integrariam turmas separadas, porque não tinham como pagar multas ou perder jornais. Os trabalhadores imigrantes eram obrigados a trabalhar por cinco anos na construção de estradas e proibidos de se afastar mais de um quarto de légua do local de trabalho sem a permissão escrita de Bloem, sob pena de perder os vencimentos de um ano. Se o trabalhador se recusasse a continuar trabalhando nessas condições, seria entregue à polícia para trabalhos forçados (Bloem, 1838). Houve várias “fugas” dos imigrantes que trabalhavam em estradas ou outras obras públicas, e os empregadores publicavam anúncios procurando “alemães fugidos” parecidos com os anúncios dos escravistas que procuravam negros fugidos (Siriani, 2003, p. 135-137).

O tempo de trabalho obrigatório foi reduzido a três anos para os imigrantes contratados em 1854 para as obras de estradas, mas a quinta parte de todos seus vencimentos seria descontada automaticamente para pagar o custo das passagens, adiantamentos e outras despesas, e eles con-

tinuavam sujeitos às cláusulas da lei de 1837, inclusive a possibilidade de prisão com trabalho forçado (Baldin, 2012). Ainda há muito a descobrir sobre os trabalhadores imigrantes nas obras públicas porque essa categoria é relativamente pouco pesquisada.

Depois do vencimento de seu contrato inicial de três anos, muitos desses trabalhadores qualificados continuavam a se empregar por conta própria em São Paulo. Houve oportunidades atraentes para trabalhadores especializados na cidade de São Paulo ou nas cidades no interior. A alta demanda pelas habilidades dos artesãos alemães pode ser consequência de uma economia centrada na escravidão, em que a atividade mais lucrativa era o tráfico de escravos. A maior parte dos trabalhadores nas atividades produtivas mais importantes era escravizada e os plantéis de cativos constituíam a forma de capital mais valiosa da maioria da classe dominante (Reis, 2017). Como o Brasil da primeira metade do século XIX dependia da importação continuada de africanos cativos, que geralmente não viviam muito tempo porque eram, na maioria das vezes, explorados até a morte, havia pouco incentivo para ensinar aos escravizados ofícios que exigiam períodos maiores de treinamento. Certamente havia cativos com habilidades artesanais relacionadas ao seu trabalho, como competências agrícolas ou no trato de animais. Outros sem dúvida tinham experiência na construção de casas ou estradas, e alguns deles foram aproveitados nas obras públicas, como anotado anteriormente, mas o número disponível para tais empreendimentos era limitado, de modo que o governo precisava importar pedreiros e outros artesãos da Europa para a construção de estradas e pontes. Sempre havia casos excepcionais, mas tudo indica que era menor ainda o número de escravizados com as habilidades necessárias para produzir os itens de luxo que os fazendeiros e comerciantes endinheirados demandavam. Portanto, muitos imigrantes alemães que inicialmente nutriam a expectativa de ganhar terras acabaram encontrando oportunidades mais lucrativas atuando nos ofícios que eles haviam aprendido na Europa.

Mesmo ingressando na classe média local pelas suas habilidades demandadas e bem-remuneradas na economia paulista, a maior parte dos trabalhadores e artesãos alemães que chegaram em 1855 provavelmente nunca comprou gente escravizada. O aumento dos preços dos cativos depois da Lei Eusébio de Queirós, de 1850, que efetivamente acabou com

a importação de africanos escravizados, significava que a compra deles ficou fora do alcance de boa parte da classe média e os trabalhadores cativos ficavam cada vez mais concentrados nas fazendas de café (Mello, 1978).

Essas primeiras levas de imigrantes alemães tiveram várias vantagens por chegarem antes da grande imigração de outros grupos europeus, com a exceção dos portugueses, cujas qualificações profissionais eram geralmente menores. Muitos dos italianos que migrariam à província/estado de São Paulo a partir da época da abolição também tinham habilidades especializadas para a construção civil ou a fabricação de objetos de madeira ou metal semelhantes às qualificações dos alemães que chegaram uma geração antes, mas até os italianos chegarem, esses nichos econômicos já estavam ocupados pelos alemães. Certamente muitos artesãos italianos trabalhavam na construção ou nas oficinas da capital ou das cidades crescentes do interior paulista, mas não podiam exigir a remuneração tão alta como a que os alemães recebiam enquanto essas habilidades ainda eram raras. De fato, é provável que um bom número dos artesãos italianos tenha encontrado emprego nas empresas fundadas anteriormente por imigrantes alemães.

## 2.4 Colonos alemães nas fazendas de café

A maior parte da bibliografia sobre a imigração alemã na província de São Paulo durante o Império aborda os colonos de parceria, uma forma de meação associada com o nome do senador Nicolau de Campos Vergueiro. No início da década de 1840, Vergueiro trouxe um grupo de colonos portugueses para trabalhar nas suas fazendas com contratos de parceria, mas a grande maioria deles se dispersou, ou fugiu, poucos anos depois (Dean, 1976, p. 89-90; Mendes, 2017). Ao final dessa década, trouxe um grupo maior de suíços e alemães para trabalhar sob o mesmo sistema. Na década de 1850, um consórcio do senador e seus filhos, a Vergueiro & Cia., contratou com a província o recrutamento e transporte de grande número de colonos, para serem distribuídos a fazendeiros, principalmente da região do oeste próximo, ou depressão periférica, abarcando municípios como Jundiaí, Campinas, Limeira, Rio Claro e Constituição (posteriormente Piracicaba), onde nesse momento a cafeicultura estava em rápida expansão. Em 1855, o vice-presidente da província relatou que havia sete colônias de parceria em Campinas, cinco em



Limeira, quatro em Rio Claro, quatro em Jundiaí, duas em Bragança e uma em Constituição, além de quatro em Ubatuba, uma em Taubaté e uma em Paraibuna, totalizando 3.217 colonos, sem contar os colonos de Ubatuba, sobre os quais não havia informações (Viotti da Costa, 1998, p. 125).

Certamente, no pensamento de Vergueiro e de outros fazendeiros, a importação de europeus estava relacionada com a escravidão. Os imigrantes eram vistos como substitutos dos trabalhadores escravizados, em um contexto de crescentes pressões inglesas pelo fim do tráfico internacional e, depois de 1850, medidas vigorosas e geralmente eficazes contra o tráfico por parte do governo brasileiro, o que resultou em preços crescentes pelos cativos. Com seu grande poder aquisitivo, muitos fazendeiros de São Paulo conseguiram comprar trabalhadores escravizados de outras províncias, mas era claro que o tráfico interprovincial só podia suprir as necessidades de São Paulo por certo período (Faleiros, 2000-2001; Gonçalves, 2017). O número relativamente grande de colonos que Vergueiro transferiu para outros fazendeiros mostra que, nesse primeiro momento, muitos deles compartilhavam o otimismo de Vergueiro sobre os trabalhadores imigrantes (Dean, 1976, p. 88-97; Viotti da Costa, 1998, p. 121-126).

Nas décadas de 1840 e 1850, a grande maioria dos colonos imigrantes nas fazendas de café recebia contratos de parceria, especificando que o fazendeiro adiantaria aos colonos as passagens, além de dinheiro e mantimentos para o primeiro ano. Os parceiros precisavam repagar suas dívidas com juros antes de deixar as fazendas e receberiam a metade do valor do café colhido dos cafezais sob seus cuidados, depois de descontados os custos de beneficiamento e transporte, além de poder plantar culturas de subsistência em terras reservadas para isso.

A historiografia estabelecida tende a salientar os defeitos dos incentivos dos contratos de parceria, enfatizando a dificuldade de os colonos saldarem suas dívidas, além da desconfiança gerada pela falta de transparência sobre os custos de beneficiamento e transporte do produto (Stolcke e Hall, 1983; Viotti da Costa, 1998). Os colonos suspeitavam que os fazendeiros exageravam tais custos e fraudavam os pesos e medidas usados para conferir a colheita (Ziegler, 2003). Também alegavam que os fazendeiros entregavam os cafezais menos produtivos aos seus cuidados e colocavam os cativos para tratar dos mais produtivos, porque não teriam de

dividir os lucros destes (Viotti da Costa, 1998, p. 128). Além do mais, os colonos reclamavam de atitudes autoritárias dos fazendeiros, acostumados ao trato com trabalhadores escravizados, por exemplo, a exigência de autorização para sair da fazenda ou para receber visitas, e a interceptação das cartas dos colonos (Buarque de Holanda, 1987, p. 255; Gonçalves, 2017; Mendes, 2017). Witzel de Souza (2012) salienta as expectativas divergentes dos fazendeiros e colonos, ademais exacerbadas pela propaganda enganosa das agências de emigração na Europa (Ziegler, 2003).

As possibilidades de se livrar das dívidas dependiam muito da composição familiar e da sorte de não sofrer doenças graves. Famílias com vários filhos chegavam com dívidas maiores pelas passagens, e se os filhos não estavam em idade de trabalhar, dificilmente podiam saldar as dívidas. As dívidas não eram perdoadas por doenças que impediam vários integrantes da família de trabalhar nem pela morte do pai da família, e passavam para os sobreviventes. Por outro lado, as famílias com vários integrantes em idade de trabalhar e a sorte de não contrair doenças graves tinham maior probabilidade de pagar as dívidas, especialmente se tivessem as habilidades necessárias para fabricar objetos em demanda nos centros urbanos próximos, o que em alguns casos constituía uma fonte importante de renda complementar (Dean, 1976, p. 104-108; Witzel de Souza, 2012).

Perdendo a esperança de saldar suas dívidas, que muitas vezes continuavam subindo pelos juros cobrados e sucessivas multas por violações dos regulamentos das fazendas, muitos colonos teriam minimizado seu trabalho nos cafezais e desviado os esforços para as plantações de subsistência, onde podiam pelo menos produzir comida para suas famílias sem dividir o produto com os fazendeiros. A família Lahaye, de Oldenburg, na Baixa Saxônia, assinou em agosto de 1856 um contrato de parceria com os representantes de Vergueiro & Companhia em Antuérpia. Em novembro desse ano Vergueiro transferiu o contrato ao fazendeiro Luciano Teixeira Nogueira, de Campinas. Dez anos depois, os colonos ainda não haviam quitado sua dívida e Teixeira os acusou de passar a maior parte do tempo tratando suas plantações de feijão, milho e batatas, negligenciando o cafezal. Alegou ainda que os Lahaye se embriagavam e provocavam desordens com o intuito de forçar Nogueira a expulsá-los da fazenda (CMU, 1867).

Como as outras fazendas que receberam colonos parceiros, Ibicaba,

do senador Vergueiro, tinha também um bom número de trabalhadores escravizados. Na década de 1870, Vergueiro & Companhia ainda tinha o maior plantel de cativos de Limeira, com 419 pessoas escravizadas (Marcondes, 2005, p. 168). Vergueiro se empenhava em manter a distinção entre colonos e escravizados, sempre destacando a natureza contratual da sua relação com os parceiros imigrantes. Para salientar ainda mais a condição livre dos imigrantes, ele estabeleceu as colônias em lugar afastado das senzalas e da sede da fazenda e interferia pouco na vida cotidiana dos colonos (Mendes, 2017). Os fazendeiros também queriam manter a separação entre colonos e cativos para inibir a colaboração entre eles e a possibilidade de revoltas conjuntas. Alguns dos contratos explicitamente proibiam qualquer negócio entre colonos e escravos.<sup>10</sup>

Além das questões econômicas salientadas acima, os parceiros reclamavam dos aspectos coercitivos de seus contratos, que os lembravam da escravidão. Sem dúvida a principal restrição à liberdade dos colonos era a obrigação de continuar trabalhando até saldar suas dívidas com o fazendeiro. Pela lei de locação de serviços de 1830, modificada pela nova lei de 1837 (Brasil, 1830; 1837), os trabalhadores livres que não cumpriam suas obrigações podiam ser presos e forçados a trabalhar em obras públicas até pagar toda sua dívida com o valor dos seus salários (Gonçalves, 2017). O sistema se aproximava à servidão por dívidas (*indentured servitude*), sistema comum entre imigrantes britânicos e irlandeses na América do Norte colonial, e entre trabalhadores indianos no Caribe depois da abolição da escravidão.

Houve algumas questões jurídicas, discutidas a seguir, sobre a aplicabilidade da lei de locação de serviços aos contratos de parceria, mas os fazendeiros presumiam que os parceiros fossem locadores de serviços e regularmente usavam essa lei contra eles, inclusive pedindo a prisão dos colonos que não cumpriam os contratos. Os colonos que se retiravam das fazendas sem saldar suas dívidas eram perseguidos de maneira parecida a escravos fugidos, com anúncios nos jornais oferecendo recompensas aos que os capturavam (Buarque de Holanda, 1987). Nas décadas de 1850 e 1860, a Casa de Correição de São Paulo registrava a presença de colonos suíços, além de pelo menos um belga e um português, condenados à prisão com trabalho para pagar suas dívidas aos fazendeiros (Salla, 1999, p. 93-97).

<sup>10</sup> Por exemplo, o contrato anexado a CMU (1866).

Observa-se uma tendência de as autoridades se curvarem à vontade dos fazendeiros, prendendo os colonos primeiro e só depois avaliando a legalidade da prisão.<sup>11</sup>

Os colonos, e provavelmente mais ainda os vários representantes estrangeiros que visitaram as fazendas, comparavam sua situação à dos cativos, alegando que fossem “escravos brancos”. A comparação com a escravidão e termos como “escravos brancos” eram frequentes no livro sobre a *Revolta dos Parceiros* de Ibicaba, escrito por Thomas Davatz (1941), o mestre-escola na colônia e líder da revolta. Além das dívidas, da falta de transparência das contas e das suspeitas de fraudes nos pesos e medidas, Davatz (1941, p. 79) salientou as restrições à liberdade dos colonos.

Outra parte do regulamento consta das limitações, por assim dizer, à liberdade pessoal dos colonos. Sem autorização por escrito do diretor, nenhum colono em dia útil, pode ausentar-se da fazenda, a não ser para local muito próximo e quando a viagem – ida e volta – seja possível em um só dia. Nesse caso costuma ser concedida uma permissão verbal [...]. Também é necessária permissão verbal para receber ou hospedar um amigo, ainda quando se trate de parente próximo. E é claro que tais autorizações ficam inteiramente ao arbítrio do diretor, que as pode conceder ou recusar.

Também reclamou da intercepção, abertura e retenção da correspondência dos colonos (p. 178) e da arbitrariedade das multas, que muitas vezes eram impostas somente para reforçar a autoridade do diretor ou administrador. “A desobediência a qualquer regulamento ou ordem do diretor, por mais arbitrários que sejam, importa em multas. A simples queixa de um colono sobre uma injustiça que contra ele praticarem os chefes pode resultar em multa para o queixoso” (Davatz, 1941, p. 80). Às vezes, segundo Davatz, colonos eram remetidos à prisão e colocados em grilhões simplesmente por desobedecerem ou por se oporem a uma injustiça (p. 81). Em 1865, o vice-cônsul da Suíça reclamou ao presidente da província que os colonos de Ibicaba sofriam prisões arbitrárias, castigos

<sup>11</sup> Siriani (2003) encontrou dois casos de colonos alemães presos como vadios e levados a julgamento na cidade de São Paulo por questionar cláusulas dos seus contratos.

corporais e por vezes eram colocados no tronco (Viotti da Costa, 1998, p. 146).

A lei de 1830 permitia a transferência do contrato de locação de serviços a outro locatário e a lei de 1837 silencia sobre essa questão, o que sugere que a transferência pelo fazendeiro ainda era permitida. O contrato usado por Vergueiro na década de 1850 explicitava, no Artigo 10, que a Vergueiro & Companhia podia transferir o contrato a outro fazendeiro (Davatz, 1941, Anexo 1, p. 236). Tal transferência contratual, mediante o pagamento de uma comissão, levou Davatz a reclamar que os colonos eram “postos à venda apenas chegados, como se fossem mercadorias” (Davatz, 1941, p. 177).

Davatz argumentou que as multas e prisões arbitrárias eram equivalentes aos açoites sofridos por escravizados porque os colonos provinham de “países civilizados” (p. 122). Ou seja, como eram “civilizados”, em contraste com os negros, os alemães não deviam sofrer a privação de liberdade ou castigos arbitrários. As posturas de Davatz e dos outros colonos refletiam o racismo da época, amplamente difundido na Europa e no Brasil, o que provavelmente impedia a resistência conjunta dos colonos e escravos contra a dominação dos fazendeiros.

Existem outras evidências da falta de solidariedade entre colonos e negros, como o uso de negros escravizados para reprimir colonos. Em uma briga de 1859 entre um colono belga e um diretor alemão na fazenda Angélica, outra propriedade do senador Nicolau Vergueiro,<sup>12</sup> em Rio Claro (SP), o diretor chamou dois negros carreiros para desarmar o colono (AHRC, 1859).

Em outro conflito, quinze anos depois, na fazenda Angélica, que havia sido vendido ao *London and Brazilian Bank*, o agricultor alemão João Hilsdorf, que morava em terras próprias perto da fazenda, parou para conversar com um colono alemão recém-chegado. A conversa foi interrompida pelo norte-americano José Meriwether, aparentemente diretor da colônia, que disse que visitas não eram permitidas e mandou Hilsdorf ir embora. Hilsdorf respondeu “que estava em um país livre, e que seu dialogo era entre homens livres, e finalmente que não conhecia n’ele José, autoridade para dar semelhante ordem”. Segundo sua decla-

<sup>12</sup> O senador Vergueiro faleceu nesse mesmo ano.

ração, Meriwether relatou o ocorrido ao administrador da fazenda, o escocês Alexandre Scott Blacklaw, que mandou Meriwether e o escocês James Diners dar em Hilsdorf uma surra com chicotes, “para que elle queixoso ficasse sabendo que devia obedecer as ordens que recebesse n’aquella colônia” (AHRC, 1874b). Nesse caso, a afirmação de ser homem livre era uma tentativa de traçar uma distinção nítida entre Hilsdorf e seus compatriotas, por um lado, e os cativos, por outro. Chicotar Hilsdorf negava essa distinção e sugere que algumas autoridades das fazendas rebai-xavam imigrantes insubmissos intencionalmente com métodos parecidos àqueles usados para controlar negros escravizados.

A fazenda Ibicaba, do senador Vergueiro, concentrava grande número de colonos de parceria, totalizando, em seu ápice, mais de 800, entre alemães, suíços e portugueses (Viotti da Costa, 1998, p. 126). Talvez fosse por isso, e por Vergueiro ser o pioneiro na introdução de trabalhadores imigrantes, que a *Revolta dos Parceiros* teve grande repercussão entre os fazendeiros. Nessa revolta, um grande número de colonos suíços e alemães<sup>13</sup> armados, sob a liderança de Davatz, exigiu um inquérito independente sobre suas condições de trabalho e o que eles percebiam como violações do contrato. O movimento resultou em um inquérito pelo governo de São Paulo e outro por representantes do governo suíço.

José Vergueiro, filho do senador Nicolau, e o delegado de Pindamonhangaba alegaram que escravizados e colonos se preparavam para se rebelar em conjunto (Mota, 2021), mas não é claro se os Vergueiro realmente sentiam tanto medo ou só exageravam o perigo para estimular as autoridades provinciais a enviarem mais policiais. Não há evidências de que colonos e escravizados realmente articulavam a rebelião conjunta. No seu relatório depois de investigar os eventos de Ibicaba, o chefe de Polícia da província afirmou que o próprio fazendeiro poderia ter reprimido o movimento com a ajuda dos trabalhadores escravizados e agregados. Para sustentar seu argumento de que os cativos estavam preparados para se rebelarem junto com os colonos, Mota (2021) se refere a evidências de outros lugares e outros períodos.

A Revolta dos Parceiros e os constantes desentendimentos e conflitos teriam motivado os fazendeiros a ensaiar outras relações contratuais, como

<sup>13</sup> Alguns historiadores alegam que somente os suíços participaram, mas Davatz (1941, p. 257-258) deixa claro que muitos dos colonos alemães da Turíngia também apoiavam o movimento.



a locação de serviços (Lamounier, 1986). Observa-se uma tendência crescente para pagamentos por tarefas ou pela quantidade de café colhida, o que reduzia o risco para os colonos de flutuações no preço do café e as dúvidas sobre os custos de beneficiamento e transporte do produto. Entretanto, os colonos ainda precisavam pagar as dívidas pelas passagens e pelos mantimentos adiantados (Faleiros, 2000-2001; Witzel de Souza e Faleiros 2023).

Ainda outro motivo pela mudança na natureza dos contratos era a incerteza sobre se as leis de 1830 e 1837 sobre locação de serviços se aplicavam aos contratos de parceria. Vergueiro e os outros fazendeiros certamente achavam que os parceiros eram locadores de serviços, mas os juízes nem sempre concordavam. Em pelo menos dois casos, o Juiz de Direito de Campinas mandou liberar ou impediu a prisão de colonos acusados de violar os contratos porque considerou que os parceiros eram sócios do fazendeiro, não empregados, e, portanto, não sujeitos à lei de locação de serviços (CMU, 1866; 1867). No seu relatório depois de investigar a Revolta dos Parceiros, o chefe de polícia apontou, entre outros problemas, os desentendimentos e litígios gerados pela falta de adequação das leis de 1830 e 1837 aos contratos de parceria, sugerindo a atualização dessas leis para deixar claro que a pena de prisão prevista nelas também se aplicava aos colonos de parceria, mas especificando as condições em que se podia prender o colono e a duração da pena, para evitar prisões arbitrárias (Bastos, 1857).

Mesmo com as modificações nos contratos, muitos colonos se sentiam presos nas fazendas por dívidas. Em fevereiro de 1865, quatro famílias de colonos alemães com contratos de locação de serviços, assinados em outubro de 1864, fugiram da fazenda de Francisco Pacheco de Macedo em Campinas sem pagar suas dívidas porque, segundo o que disseram, o fazendeiro só repassava uma parte dos mantimentos que estava contratualmente obrigado a lhes fornecer e passavam fome. O fazendeiro lhes disse para comprar mantimentos dos escravos da fazenda, mas estes não tinham excedentes para vender. O juiz de paz prendeu os colonos a pedido do fazendeiro, mas depois mandou liberá-los e perdoou suas dívidas porque provaram que o fazendeiro quebrara o contrato (CMU, 1865).

Alguns meses depois de João Hilsdorf ser chicoteado por dois homens na fazenda Angélica, um grupo de mais ou menos oito alemães armados,

residentes em outra fazenda ou fazendas e sob a liderança de dois homens que já haviam sido colonos na Angélica, ali apareceu com carros de boi e, depois de ameaçar o administrador Blacklaw, tirou quinze famílias de alemães da fazenda. Segundo uma testemunha, disseram que tinham uma ordem do cônsul alemão para resgatar os colonos. Blacklaw afirmou que os invasores ameaçaram os colonos da Angélica, mas as testemunhas disseram que as famílias abandonaram a fazenda de sua própria vontade. Não é claro o que aconteceu com as quinze famílias depois, porque Blacklaw decidiu processar somente os dois líderes, mas é óbvio que muitos colonos na fazenda Angélica estavam insatisfeitos (AHRC, 1874a).

Esses são somente dois dos eventos de resistência coletiva encontrados nos processos de Campinas e Rio Claro. Um levantamento sistemático dos processos dessas cidades sem dúvida encontraria outros eventos parecidos, e devem ter acontecido outros em outras cidades da “depressão periférica” de São Paulo, onde os colonos imigrantes se concentravam nessa época.

Os colonos certamente não se achavam literalmente escravizados, e a comparação de sua situação à escravidão era uma estratégia retórica para convencer os outros da sua opressão – talvez especialmente os leitores europeus, que ficariam horrorizados ao pensar que europeus podiam ser escravizados. Mas a presença dos escravizados, em conjunto com dívidas difíceis de pagar e os limites contratuais e extracontratuais à sua liberdade, suscitava o medo entre os colonos de que nunca se livrariam da dominação dos fazendeiros. O que para os colonos lembrava a escravidão era a obrigatoriedade de continuar trabalhando nas fazendas até pagar as dívidas, em combinação com as medidas coercitivas para forçar a permanência nas fazendas e as arbitrariedades e limites à liberdade que os colonos sofriam na vida cotidiana. Os suíços e alemães letrados como Davatz ou os cônsules achavam ultrajante a imposição de condições que em alguma medida lembravam a escravidão aos imigrantes de “países civilizados”.

As dívidas dos parceiros e outros colonos das fazendas nem sempre eram impagáveis. Há evidências de que uma parte dos colonos de parceria conseguiu saná-las (Dean, 1976; Witzel de Souza, 2012). Ajudava bastante nesse processo de mobilidade social não adoecer, ter vários integrantes da família em idade de trabalhar, e especialmente ter habilidades artesanais para a produção de bens em demanda na região. De uma lista de 87 co-

lonos embarcados como “agricultores” para trabalhar como parceiros nas fazendas, o enviado suíço Tschudi notou que somente 13 lavravam a terra no país de origem. Os outros eram quase todos operários ou artesãos (Buarque de Holanda, 1987, p. 250).

Houve uma tendência dos colonos que conseguiram pagar as dívidas de se mudarem para as cidades próximas, estabelecendo-se no comércio ou nos ofícios (Buarque de Holanda, 1987, p. 253; Argollo Ferrão, 1999). Hoje o sucesso de uma parte dos alemães e suíços está evidente nos sobrenomes dos políticos e comerciantes de cidades da região onde os colonos de parceria se concentravam, como Rio Claro, Limeira, Campinas e Piracicaba (Karastojanov, 1999; Pereira, 2004). Como as primeiras famílias de parceiros alemães que se livraram das dívidas o fizeram por volta de 1850, justamente quando o preço de cativos começava a subir, não era tão fácil para esses colonos comprarem trabalhadores cativos como fora para as levas anteriores de imigrantes alemães. Mesmo assim, alguns dos colonos do café mais bem-sucedidos, especialmente aqueles com habilidades demandadas nas cidades, devem ter adquirido negros escravizados.

Até a década de 1870, alguns desses colonos ou seus filhos provavelmente acumularam capital suficiente para se tornarem fazendeiros e explorarem trabalhadores escravizados. Os almanaques da província de São Paulo para os anos 1873 e 1885 fornecem alguns indícios sobre a presença de fazendeiros alemães (Luné e Fonseca, 1873; Seckler, 1884). Focalizando os municípios de Campinas, Rio Claro e Limeira, Campinas tinha em 1873 sete fazendeiros com sobrenomes identificáveis como alemães, número que subiu para dez em 1884, ano de publicação do segundo almanaque. Não consta nenhum fazendeiro com sobrenome alemão em Limeira no almanaque de 1873, mas aparecem sete em 1884. Em Rio Claro, aparecem quatro fazendeiros com sobrenomes alemães no almanaque de 1873, mas o almanaque para 1885 não inclui informações sobre os fazendeiros desse município. Esses dados indicam que o número de fazendeiros alemães era limitado. Além disso, alguns daqueles que constam nos almanaques provavelmente nunca foram colonos nas fazendas e enriqueceram com atividades urbanas comerciais, artesanais ou profissionais antes de comprarem fazendas. Segundo Dean (1976, p. 120-121), que pesquisou os registros cartoriais anteriores a 1874 de Rio Claro, seis dos

maiores fazendeiros alemães identificados haviam sido diretores de colônias, e quatro destes se uniram por casamento a famílias de fazendeiros. Pelo menos dez acumularam capital por meio de atividades urbanas depois de deixar as fazendas, e ainda outros chegaram como comerciantes ou profissionais liberais e nunca trabalharam nas fazendas.

### 3. Conclusões

A grande maioria dos imigrantes alemães ao Rio Grande do Sul durante a vigência da escravidão se assentou em colônias agrícolas, ao passo que a grande maioria dos imigrantes alemães à província de São Paulo no mesmo período foi importada para trabalhar nas fazendas ou em obras públicas. Essa diferença básica influenciou a natureza das comunidades alemãs, das elites étnicas e das relações desses imigrantes e seus descendentes com a instituição de escravidão e com as pessoas escravizadas.

As elites alemãs do Rio Grande do Sul emergiram principalmente, ou inicialmente, dentro das colônias, o que permitia a permanência por mais tempo de uma identidade étnica, que constituía uma forma de capital simbólico útil nos negócios e na política das regiões com alta proporção de alemães (Santos, 2022). Até hoje, ter sobrenome alemão, falar o dialeto e ser de uma família conhecida conferem vantagens econômicas e políticas nessas regiões. Nas primeiras décadas, essas elites acumularam capital principalmente por seu papel de intermediários entre os colonos e as cidades. Quem mais enriqueceu nas regiões coloniais foram os comerciantes que compravam a produção dos colonos e vendiam suprimentos a eles, além dos proprietários de serrarias e dos barcos que levavam os produtos coloniais a Porto Alegre ou às cidades de Pelotas e Rio Grande, no sul da província. Depois da Regência, e com a transferência da responsabilidade pela colonização às províncias, uma nova forma de elite étnica alemã emergiu, na forma dos empresários das colônias particulares, que organizavam novas colônias, arranjavam o transporte dos imigrantes, vendiam terras a eles, e, às vezes, monopolizavam o escoamento de sua produção (Bosenbecker, 2017; Bosenbecker e Monsma, 2018).

Na província de São Paulo, por outro lado, a elite alemã emergente estava mais integrada com a elite luso-brasileira desde o início, mesmo mantendo vínculos, e posições de liderança, na comunidade étnica. Isso

implicava, em vários casos, casamentos com integrantes da elite luso-brasileira e a conversão de evangélico-luteranos (protestantes) ao catolicismo (Monsma, 2022). Houve alguns especialistas na comercialização da produção das colônias de Itapecerica e Santo Amaro, mas um grupo bem maior descobriu que podia enriquecer em São Paulo aproveitando habilidades e conhecimentos que adquiriram na Europa e que eram ainda relativamente escassos no Brasil, ou ainda, engajando-se em várias atividades típicas da elite ou da classe média brasileiras, como a especulação imobiliária, o estabelecimento de lojas ou oficinas, ou o abastecimento das cidades a partir de chácaras na periferia urbana. No Rio Grande do Sul, com o passar do tempo, algumas das elites coloniais mais abastadas se mudaram para as cidades maiores, como Porto Alegre, Pelotas ou Rio Grande, onde aconteciam processos de integração com a elite luso-brasileira mais parecidos com o que acontecia na província de São Paulo.

Poucos da primeira geração imigrante viraram grandes fazendeiros, mas em ambos os contextos, integrantes da elite alemã compravam negros escravizados, em parte por motivos econômicos, em parte porque facilitava sua integração social na classe senhorial. Em alguns poucos casos, também participavam no comércio escravista. Uma implicação interessante da emergência da elite alemã dentro das colônias riograndenses é que seus cativos precisavam aprender alemão, ou um dialeto dele, porque era a língua da vida cotidiana nas colônias, ao passo que a vida cotidiana das elites alemãs de São Paulo acontecia principalmente em português. Outra questão relacionada, e pouco pesquisada, é a emergência das congregações evangélico-luteranas negras no Rio Grande do Sul, provavelmente com raízes na época da escravidão.

Depois de 1849, era oficialmente proibido aos colonos do Rio Grande do Sul usarem trabalhadores escravizados na agricultura, mas isso não impedia a elite das colônias de usar cativos para outros propósitos, como o serviço doméstico ou o trabalho em oficinas ou vendas, e a evidência disponível sugere que as elites das colônias facilmente burlavam a proibição do trabalho cativo na agricultura. Em ambas as províncias, o aumento no custo de negros escravizados depois de 1850 significava que, de maneira geral, a compra deles ficou fora do alcance da classe média.

Tudo sugere que, em ambos os contextos, a maioria dos colonos e dos trabalhadores alemães raramente trabalhava lado a lado com os negros

escravizados, mas os encontrava com certa frequência. No Rio Grande do Sul, os colonos comuns certamente se deparavam com os cativos da elite colonial, e, às vezes, encontravam negros escravizados das estâncias próximas. Também podiam encontrar os quilombolas que se estabeleciam nas mesmas serras onde as colônias de imigrantes se localizavam. Na Serra dos Tapes, no sul da província, os colonos alemães passaram ao longo da sua história por vários conflitos por terras, tanto com estancieiros quanto com quilombolas (Schneider e Menasche, 2014; Bosenbecker, 2020).

Em São Paulo, imigrantes e escravizados podiam trabalhar nas mesmas obras públicas, mas geralmente o faziam em turmas separadas. Essa separação pode ser vista como uma estratégia dos empregadores para desmentir as reclamações repetidas dos alemães que eles eram “tratados como escravos”. Também podia ser uma maneira de coibir possíveis revoltas conjuntas de imigrantes e cativos.

Os colonos alemães das fazendas de café de São Paulo quase sempre trabalhavam nas mesmas propriedades que negros escravizados, mas geralmente não junto a eles. Os fazendeiros tentavam salientar que os colonos não estavam escravizados pela relação de trabalho contratual, pelo estabelecimento de colônias de moradia dos imigrantes afastadas da sede da fazenda e das senzalas, pela autonomia maior dos colonos na vida cotidiana e pelo uso de multas como forma de punição, em vez de castigos corporais. Na grande maioria das vezes, essa estratégia de separação era bem-sucedida, e os fazendeiros podiam contar com a ajuda dos negros escravizados para reprimir colonos rebeldes.

Os colonos muitas vezes comparavam sua situação à escravidão, principalmente porque não podiam se demitir e abandonar as fazendas antes de pagar suas dívidas e porque os fazendeiros muitas vezes os tratavam de maneira autoritária. Tais reclamações também revelam o sentimento de superioridade racial e étnica dos europeus, que afirmavam que não podiam ser tratados como escravos por serem “civilizados”. Entretanto, o racismo dos colonos raramente transbordava em conflito direto deles com negros antes da abolição. Depois de maio de 1888, tais conflitos, envolvendo imigrantes europeus de todas as origens, se tornariam relativamente comuns, principalmente em resposta às reivindicações da igualdade por parte de negros (Monsma, 2016).

Em contraste, os colonos do Rio Grande do Sul (e os de Santo



Amaro e Itapecerica, em São Paulo) tinham liberdade para abandonar seus lotes e buscar emprego nas cidades. Os colonos riograndenses, especialmente aqueles das “novas” colônias estabelecidas depois da Regência, reclamavam das dívidas aos empresários particulares que fundaram as colônias, e, às vezes, da monopolização, por esses mesmos empresários ou por outros, do escoamento de sua produção, mas a comparação com a escravidão geralmente não era usada como estratégia retórica nessas reclamações.

O propósito deste artigo não é escrever a história definitiva das relações entre a imigração alemã e a escravidão. Por meio da comparação entre duas regiões diferentes, só esperamos ter apontado algumas das variações mais importantes nessas relações e ter aberto o caminho para outras pesquisas sobre a questão, especialmente para regiões e temas que não abordamos aqui.

Boa parte das considerações acima sobre o Rio Grande do Sul provavelmente se aplica também aos imigrantes alemães em Santa Catarina e Paraná, embora com especificidades locais que devem ser levadas em conta, e, parcialmente, aos colonos alemães no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Por outro lado, este artigo dificilmente permite tirar conclusões a respeito das colônias alemãs no Espírito Santo, muitas vezes esquecidas nas pesquisas sobre a imigração, e que se destacam em vários aspectos – pelo clima tropical, pela sua pobreza relativa, pela predominância dos pomeranos e pelo distanciamento geográfico-social com respeito às outras regiões coloniais.

Ainda outro tema pouco pesquisado, e não abordado aqui, é a experiência e as trajetórias no Brasil dos mercenários alemães recrutados para lutar na Guerra Cisplatina. Certamente encontravam negros escravizados que forneciam serviços de apoio ao exército. Sabemos que muitos desses alemães acabaram ficando no Brasil, mas como se dispersaram depois da guerra, provavelmente com experiências bastante variadas, é quase impossível elaborar uma biografia coletiva do grupo, mesmo se fosse possível identificá-los em várias fontes nominais. Mas pode ser possível identificar as trajetórias e a atuação de alguns indivíduos, e como a escravidão, os escravocratas e os escravizados influenciaram suas vidas.

## Referências

ARGOLLO FERRÃO, A. M. de. Colonos na fazenda Ibicaba, empresários em Piracicaba: a evolução sócio-econômica de um grupo de imigrantes alemães (1850-1880). In: *Anais do III congresso brasileiro de história econômica e 4ª conferência internacional de história de empresas*. Curitiba: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), 1999.

ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO (AHRC). Processos criminais, 1859, n. 25 e 27, João Baptista Andrigo e João Vallet.

ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO. Processos Criminais, 1874a, n. 1, Carlos Koch e Carlos Held.

ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO. Processos Criminais, 1874b, n. 8, Alexandre Scott Blacklaw, José Meriwether e Diego Diners, Petição de Queixa.

BAKOS, M. M. O imigrante europeu e o trabalho escravo. In: *Anais do IV simpósio de história da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul, 1980*. São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, p. 399-405, 1987.

BALDASSO, C. C. Devoção e sociabilidade negra em uma zona de imigração europeia: a irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de São Leopoldo (RS, 1852-1904). Dissertação de mestrado (História). Universidade do Vale do Sinos. São Leopoldo, 2023.

BALDIN, A. de F. A. A presença alemã na construção da cidade de São Paulo entre 1820 e 1860. Tese de doutorado (História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

BASTOS, J. T. Relatório de Tavares Bastos sobre colonização em S. Paulo – Colônia de Ibicaba denominada ‘Senador Vergueiro’. 1857. In: DAVATZ, T. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. São Paulo: Livraria Martins, 1941.

BLOEM, J. Regulamento Policial para os trabalhadores na estrada do Cubatão – Província de São Paulo, 18 de outubro de 1838, Cópia na Secretaria do Governo de São Paulo, 29 de janeiro de 1839, Instituto Martius Staden. In: BALDIN, A. de F. A. A presença alemã na construção da cidade de São Paulo entre 1820 e 1860. Tese de doutorado (História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

BOSENBECKER, P. Private companies of colonization and immigrant entrepreneurs in Brazil. *Journal of Migration History*, v. 3, n. 1, p. 157-172, 2017.

BOSENBECKER, P. *Uma colônia cercada de estâncias: a inserção de imigrantes alemães na colônia São Lourenço/RS (1857-1877)*. Pelotas: Editora UFPel, 2020.

BOSENBECKER, P.; MONSMA, K. Os empresários binacionais da imigração: uma discussão histórica. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, v. 23, n. 1, p. 170-192, 2018.

BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Éditions de Minuit, 1980.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei de 13 de setembro de 1830. Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-37984-13-setembro-1830-565648-publicacaooriginal-89398-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37984-13-setembro-1830-565648-publicacaooriginal-89398-pl.html)>. Acesso em: 08 de março de 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 108, de 11 de outubro de 1837. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-108-11-outubro-1837-559407-publicacaooriginal-85738-pl.html>>. Acesso em: 08 de março de 2024.

BRASIL, Câmara dos Deputados, Lei nº 514, de 28 de outubro de 1848. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-514-28-outubro-1848-559998-publicacaooriginal-82506-pl.html>>. Acesso em: 21 de maio de 2024.

CAMPOS, V. S. A participação alemã na formação e desenvolvimento

do Brasil. In: MÜLLER, T. L. (Org.). *Anais do 3º. Simpósio de imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, p. 15-27, 1980.

CENTRO DE MEMÓRIA UNICAMP (CMU). Tribunal de Justiça de Campinas, C. 213, N. 3653, Cristiano Alfes, João Alfes, João Tellan e Deltas Tellan, 1865.

CENTRO DE MEMÓRIA UNICAMP (CMU). Tribunal de Justiça de Campinas, 1º Ofício, C. 223, N. 3855, João Jorgensen e Nicolau Jfanger, 1866.

CENTRO DE MEMÓRIA UNICAMP (CMU). Tribunal de Justiça de Campinas, 2º Ofício, C. 424, N. 7542, Englebert Lahaye e Cecília Lahaye, 1867.

DAVATZ, T. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. São Paulo: Livraria Martins, 1941.

DEAN, W. *Rio Claro: A Brazilian plantation system, 1820-1920*. Stanford: Stanford University Press, 1976.

FALEIROS, R. N. Do escravo ao imigrante: cafeicultura e relações de trabalho em São Paulo no século XIX. *Leituras de Economia Política*, v. 8, p. 87-110, 2000-2001.

FERNANDES, A. S.; STAUDT MOREIRA, P. R.; VARGAS, J. M.; CARDOZO, J. C. da S. (Orgs.). *Registros da presença negra no Arquivo Histórico do RS: Fundo polícia – documentação avulsa (1826-1888)*. São Leopoldo: Editora Oikos, 2023.

FRAGOSO, J. E as plantations viraram fumaça: nobreza principal da terra, Antigo Regime e escravidão mercantil. *História*, v. 34, n. 2, p. 58-107, 2015.

FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANÇOIA, J. Senhores de escravos: trajetórias, disputas e solidariedade no oeste paulista, 1845/1880. Dissertação de mestrado. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.

GANS, M. R. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: UFRGS; Anpuh/RS, 2004.

GONÇALVES, P. C. Escravos e imigrantes são o que importam: fornecimento e controle da mão de obra para a economia agroexportadora oitocentista. *Almanack*, n. 17, p. 307-361, 2017.

HOLANDA, S. B. de. As colônias de parceria. In: BUARQUE DE HOLANDA, S. (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo II: O Brasil monárquico, v. 3: Reações e transações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

IOTTI, L. H. (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

KARASTOJANOV, A. M. S. *Vir, viver e talvez morrer em Campinas: um estudo sobre a comunidade alemã residente na zona urbana durante o Segundo Império*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

LAMOUNIER, M. L. Formas de transição da escravidão ao trabalho livre: a Lei de Locação de Serviços de 1879. Dissertação de mestrado. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1986.

LUNÉ, A. J. B. de; FONSECA, P. D. (Orgs.). *Almanak da província de São Paulo para 1873*. São Paulo: Typographia Americana, 1873.

MAGALHÃES, M. L. Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul: associativismo negro em uma localidade teuto-brasileira. In: FERNANDES, E.; NEUMANN, R. M.; WEBER, R. (Orgs.). *Imigração: diálogos e novas abordagens*. São Leopoldo: Oikos, p. 84-90, 2012.

MARCONDES, R. L. Desigualdades regionais brasileiras: comércio marítimo e posse de cativos na década de 1870. (Tese de Livre-Docência). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

MATHEUS, M. *A produção da diferença: escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (c.1820-1870)*. São Leopoldo: Oikos; IFRS, 2021.

MELLO, P. C. de. Aspectos econômicos da organização do trabalho da economia cafeeira do Rio de Janeiro, 1850-88. *Revista Brasileira de Economia*, v. 32, n. 1, p. 19-67, 1978.

MENDES, F. L. R. Ibicaba revisitada outra vez: espaço, escravidão e trabalho livre no oeste paulista. *Anais do Museu Paulista*, v. 25, n. 1, p. 301-357, 2017.

MENDONÇA, J. M. N. Leis para ‘os que se irão buscar’ – imigrantes e relações de trabalho no século XIX brasileiro. *História: Questões & Debates*, n. 56, p. 63-85, 2012.

MONSMA, K. Os imigrantes alemães e descendentes resistiram à integração no Brasil? Evidência de dois momentos históricos sobre padrões de casamento e mistura étnica. In: MONSMA, K. (Org.). *Passado e presente de imigrantes alemães e descendentes no Brasil: historiografia, representações, atividades econômicas, participação política, religião e identidades*. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, p. 235-254, 2022.

MONSMA, K. *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

MOTA, I. M. Cruzando caminhos em Ibicaba: escravizados, imigrantes suíços e abolicionismo durante a Revolta dos Parceiros (São Paulo, 1856-1857). *Afro-Ásia*, n. 63, p. 291-326, 2021.

MÜHLEN, C. v. *Réus e vítimas: criminalidade, justiça e cotidiano em uma região de imigração alemã (São Leopoldo, 1846-1871)*. Tese de dou-



torado (História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

MÜLLER, T. L. Negros de fala alemã. In: FISCHER, Luís Augusto; GERTZ, René E. (Orgs.). *Nós, os teuto-gaúchos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 238-239, 1996.

PEREIRA, F. A. de S. Poder local e representação política: negros e imigrantes no interior paulista (um estudo sobre o município de Rio Claro). Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2004.

PERUSSATTO, M. K. Como se de ventre livre nascesse: experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos de escravidão – Rio Pardo/RS, C. 1860- c. 1888. Dissertação de mestrado (História). Universidade do Vale do Sinos. São Leopoldo, 2010.

PICCOLO, H. I. L. Escravidão, imigração e abolição. Considerações sobre o Rio Grande do Sul do século XIX. In: *Anais da VIII reunião da sociedade brasileira de pesquisa histórica* (SBPH). São Paulo: SBPH, p. 53-62, 1989a.

PICCOLO, H. I. L. Século XIX: alemães protestantes no Rio Grande do Sul e a escravidão. In: *Anais da VIII reunião da sociedade brasileira de pesquisa histórica* (SBPH). São Paulo: SBPH, p. 103-107, 1989b.

PINTO, N. G. Gerações de senzalas, gerações de liberdade: experiências de liberdade em Pelotas/RS, 1850/1888. Tese de doutorado (História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

PIRES, K. D. O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS – final do século XIX. Dissertação de mestrado. Universidade do Vale do Taquari. Lajeado, 2016.

REINHEIMER, D. N. *A navegação fluvial na República Velha gaúcha*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

REINHEIMER, D. N. As colônias alemãs, rios e Porto Alegre: estudo sobre imigração alemã e navegação fluvial no Rio Grande do Sul (1850-1900). Dissertação de mestrado (História). Universidade do Vale do Sinos. São Leopoldo, 1999.

REIS, J. J. Slavery in nineteenth-century Brazil. In: ELTIS, D.; ENGERMAN, S. L.; DRESCHER, S.; RICHARDSON, D. (Orgs.). *The Cambridge world history of slavery*, v. 4, AD 1803 – AD 2016. Cambridge, U.K.: Cambridge Univ. Press, 2017.

RUSCHEL, R. R. Por que foram os colonos separados por motivos religiosos? In: ELY, Nilza Huyer (Org.). *Terra de areia: marcas do tempo*. Porto Alegre: EST, p. 38-41, 2000.

SALLA, F. *As prisões em São Paulo: 1822-1940*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999.

SANTOS, R. L. dos. ‘Viemos para ocupar o nosso espaço’: a inserção política de imigrantes alemães e descendentes no Rio Grande do Sul republicano (1889-1945). In: MONSMA, K. (Org.). *Passado e presente de imigrantes alemães e descendentes no Brasil: historiografia, representações, atividades econômicas, participação política, religião e identidades*. Porto Alegre: Ed. Fundação Fênix, p. 111-133, 2022.

SCHMITT, F. C. Escravidão e imigração: conflitos e disputas na sociedade escravista do Vale do Taquari no período imperial. Dissertação de mestrado (História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021.

SCHMITT, G. Desestabilizando Frida: mulheres e famílias no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul (1880-1910). Dissertação de mestrado (História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2023.

SCHNEIDER, M.; MENASCHE, R. Quilombolas e pomeranos na Serra dos Tapes: fumicultura e acesso à terra. In: *Anais do Encontro da Rede de Estudos Rurais*. Campinas: Unicamp, 2014.

SECKLER, J. (Org.). *Almanach administrativo, commercial e industrial da província de São Paulo para o Anno 1885*. São Paulo: Jorge Seckler e Companhia, 1884.

SIRIANI, S. C. L. *Uma São Paulo alemã: Vida quotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889)*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2003.

SIRIANI, S. C. L. Os descaminhos da imigração alemã para São Paulo no século XIX: aspectos políticos. *Almanack Braziliense*, n. 2, p. 91-100, 2005.

SPLIESGART, R. *‘Verbrasilianerung’ und Akkulturation: deutsche Protestanten im brasilianischen Kaiserreich am Beispiel der Gemeinden in Rio de Janeiro und Minas Gerais (1822-1889)*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2006.

STAUDT MOREIRA, P. R.; MÜGGE, M. *Histórias de escravos e senhores em uma região de imigração europeia*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

STOLCKE, V.; HALL, M. M. The introduction of free labour on São Paulo coffee plantations. *Journal of Peasant Studies*, v. 10, p. 170-200, 1983.

TRAMONTINI, M. J. *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira, 1824-1850*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000.

VIOTTI DA COSTA, E. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

WEIMER, R. de A. *A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral riograndense no pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente)*. Tese de doutorado (História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

WITT, M. A. *Os escravos no Vale do Três Forquilhas. Trabalho de conclusão de curso*. Universidade do Vale do Sinos. São Leopoldo. São Leopoldo, 1998.

WITT, M. A. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas (Imigração alemã – Rio Grande do Sul – século XIX)*. 2ª ed., v. 19. São Leopoldo: Editora Unisinos; Oikos, 2015.

WITZEL DE SOUZA, B. G. Imigração alemã e mercado de trabalho na cafeicultura paulista: um estudo quantitativo dos contratos de parceria. *História Econômica & História de Empresas*, v. 15, n. 2, p. 81-109, 2012.

WITZEL DE SOUZA, B. G.; FALEIROS, R. N. A contract with many facets: sharecropping and credit interlinkages in southwestern Brazilian plantations, 1840-1940. In: BAUER, R.; NEDERVEEN, E. v. (Orgs.). *Global agricultural workers from the 17<sup>th</sup> to the 21<sup>st</sup> century*. Leiden/Boston: Brill, p. 326-356, 2023.

WOORTMANN, E. F. Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico. *Horizontes Antropológicos*, ano 6, n. 14, p. 205-238, 2000.

ZENHA, E. A colônia alemã de Santo Amaro, sua instalação em 1829. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 16, p. 47-142, 1950.

ZIEGLER, B. Ausgebeutet im Paradies: Schweizerinnen und Schweizer als Arbeitskräfte auf brasilianischen Kaffeepflanzungen, 1852-1888. In: ROSSFELD, R.; ZIEGLER, B.; DIETRICH, E. (Orgs.). *Der Traum vom Glück: Schweizer Auswanderung auf brasilianische Kaffeepflanzungen 1852-1888*. Baden: Verlag für Kultur en Geschichte, p. 41-58, 2003.

# Parceiros, pequenos proprietários e diaristas: migrantes e imigrantes de língua alemã nas províncias de Santa Catarina e Espírito Santo (1840-1860)\*

*Sharecropping, small farmers and day laborers: German-speaking migrants and immigrants in the Provinces of Santa Catarina and Espírito Santo (1840-1860)*

Luiz Mateus da Silva Ferreira\*\*

**Resumo:** Este artigo examina questões relativas à propriedade da terra e às relações de trabalho livre existentes nas principais colônias rurais de imigrantes de língua alemã estabelecidas nas províncias de Santa Catarina e Espírito Santo entre 1840 e 1860. Especificamente, são avaliadas as circunstâncias da fundação e o desenvolvimento inicial das colônias Blumenau, Dona Francisca e Santa Isabel, na província catarinense, e Santa Leopoldina, Santa Isabel e Rio Novo, no Espírito Santo. Destaca-se que, apesar de serem pequenos proprietários rurais, a maioria dos imigrantes estabelecidos nas colônias Dona Francisca e Blumenau trabalhava em atividades remuneradas paralelas à agricultura, dedicando-se apenas parcialmente ao cultivo de suas terras. Além disso, o artigo ressalta que, na mesma época em que grandes cafeicultores paulistas e fluminenses empregaram europeus como parceiros nas suas fazendas de café, o sistema de parceria como forma de relação de trabalho livre também foi experimentado na colônia Dona Francisca, um dos mais importantes núcleos de colonização alemã do Brasil no século XIX. Este estudo ainda traz à luz a história dos *Kaffeepflücker* (colhedores de café) na colônia Santa Isabel, em Santa Catarina. Pouco conhecida na historiografia econômica, a história dos *Kaffeepflücker* constitui um dos mais interessantes capítulos da imigração alemã para o Brasil no século XIX, ressaltando a migração interprovincial de estrangeiros inicialmente contratados para trabalhar como parceiros nas regiões cafeeiras do Rio de Janeiro e São

\* Submissão: 21/09/2024 | Aprovação: 14/11/2024 | DOI: 10.29182/hehe.v27i3.1026

\*\* Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) | ORCID: 0000-0002-8177-5443 | E-mail: luiz.ferreira@ufop.edu.br



Paulo. Nesse contexto, este artigo ainda destaca a migração interprovincial de colonos parceiros em direção ao Espírito Santo, bem como a colonização alemã na província capixaba, onde os colonos foram assentados como pequenos proprietários rurais e alcançaram relativa prosperidade a partir do livre cultivo de café.

**Palavras-chave:** Sistema de parceria. Imigração alemã. Imigração interprovincial. Santa Catarina. Espírito Santo. Brasil; Século XIX.

**Abstract:** This article investigates issues related to landownership and free labor arrangements in the main settlements of German-speaking immigrants in the provinces of Santa Catarina and Espírito Santo between 1840 and 1860. Specifically, it evaluates the historical circumstances around the foundation and initial development of colonies Blumenau, Dona Francisca, and Santa Isabel, in the province of Santa Catarina, and colonies Santa Leopoldina, Santa Isabel, and Rio Novo, in the province of Espírito Santo. The paper highlights that, despite being small rural landowners, most immigrants settled in the Dona Francisca and Blumenau colonies worked in paid piece-rates in addition to their work in subsistence agriculture, allocating only part of their time to cultivating their own land. Additionally, the article emphasizes that, at the same time that large planters in São Paulo and Rio de Janeiro employed Europeans as sharecroppers on their coffee plantations, the sharecropping system as a type of free labor arrangement was also experimented in the Dona Francisca colony, one of the most important nuclei of German colonization in 19<sup>th</sup>-century Brazil. This study also brings to light the history of the *Kaffeepflücker* in Santa Isabel colony, in Santa Catarina. Little known to the historiography in economic history, the trajectories of the *Kaffeepflücker* constitute one of the most interesting chapters of German immigration to Brazil in the 19<sup>th</sup> century, as they highlight the interprovincial migration of foreigners initially hired to work as sharecroppers in the coffee-growing regions of Rio de Janeiro and São Paulo. In this context, this article also highlights the interprovincial migration of sharecroppers who moved towards Espírito Santo, as well as the German colonization in that province, where colonists were settled as small rural landowners and achieved relative prosperity in cultivating coffee.

**Keywords:** Sharecropping system. German immigration. Interprovincial immigration. Santa Catarina. Espírito Santo. Brazil. Nineteenth century.

**JEL:** N30. J41. J61. N36. N56.



## Introdução

Durante o século XIX, parte da elite política e intelectual do Brasil defendeu a colonização baseada na pequena propriedade rural e no trabalho livre do imigrante europeu, preferencialmente o de origem alemã, como principal meio de promover o desenvolvimento econômico e social do país, isto é, melhorar os hábitos, costumes e valores da população brasileira; aperfeiçoar, expandir e diversificar a produção agrícola nacional; redistribuir a propriedade da terra e substituir o trabalho escravo pelo livre (Costa, 1811; Andrada e Silva, 1823; Visconde de Abrantes, 1846; Brasil, 1859; Werneck, 1865). A declarada preferência das autoridades brasileiras pelo imigrante de origem alemã era justificada pela sua alegada “inata” “aptidão para o trabalho da agricultura, e para os ofícios e artes, o seu espírito prático e conservador, o seu amor ao trabalho e à família, sobriedade, resignação, respeito às autoridades, qualidades que o distinguem dos colonos de outras origens”, conforme destacou Miguel Calmon du Pin e Almeida (Visconde de Abrantes, 1846, p. 2). Opinião semelhante foi manifestada pelo cônsul-geral do Brasil nos estados e cidades livres alemãs, Luís Peixoto de Lacerda Werneck. Disse ele, em 1865: “O alemão é sóbrio, econômico, pacífico e trabalhador. [...] Ele reúne a essas virtudes a paciência e a moderação. Os seus divertimentos, as suas distrações são regradas e metódicas”. Logo, “a Alemanha é o país, donde nos parece, poderemos prover-nos de uma abundante seara de colonização” (Werneck, 1865, p. 101-102).

As estatísticas migratórias são incertas, mas calcula-se que, entre 1840 e 1860, chegaram ao Brasil de 25 a 30 mil europeus de língua alemã (Ferenczi; Willcox 1929; Carneiro, 1950; Silva Ferreira, 2019). Uma parcela importante desses imigrantes foi atraída e direcionada para trabalhar como parceiros em grandes fazendas de café nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo (Lamounier, 1993; Viotti da Costa, 2010; Corrêa do Lago, 2014; Witzel de Souza, 2019; 2023a; 2023b). Entretanto, a maior parte dos imigrantes de língua alemã que desembarcaram no Brasil em meados do século XIX foram estabelecidos como pequenos proprietários rurais na província do Espírito Santo e na região sul do país, principalmente em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, onde ainda existiam grandes extensões de terras públicas disponíveis (Carneiro, 1950; Roche, 1968, 1969; Handelmann, 1982; Prado Jr., 2006; Corrêa do Lago, 2014).

A análise das experiências do sistema de parceria com europeus de

língua alemã, bem como os resultados desse regime de trabalho nas regiões cafeeiras das províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, fogem ao escopo deste artigo.<sup>1</sup> Ainda assim, convém observar que o sistema de parceria, como geralmente descreve a historiografia, foi uma relação de trabalho peculiar à grande lavoura de café durante o processo de transição da escravidão para o trabalho livre no Brasil (Dean, 1977; Petrone, 1982; Lamounier, 1993; Viotti da Costa, 2010; Oberacker Jr., 2004; Buarque de Holanda, 2004; Corrêa do Lago, 2014; Witzel de Souza, 2019; 2023a; 2023b). Desse modo, a literatura geralmente ignora outras experiências de parceria com europeus fora das principais zonas cafeeiras brasileiras do século XIX. Também pouco se sabe sobre a história dos colonos de língua alemã que, após permanecerem algum tempo trabalhando como parceiros em fazendas de café nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, migraram para outras regiões brasileiras, especialmente para o Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde se estabeleceram como pequenos produtores rurais autônomos.

Com o objetivo de complementar e ampliar o escopo de análise da história da colonização alemã no Brasil, este artigo examina questões relativas às relações de trabalho nas principais colônias de imigrantes de língua alemã fundadas nas províncias de Santa Catarina e do Espírito Santo em meados do século XIX. O estudo destaca a tentativa de utilização do sistema de parceria como forma de relação de trabalho livre na colônia Dona Francisca, atual município de Joinville, um dos maiores e mais importantes núcleos de colonização alemã do Brasil no século XIX. Cabe destacar, a experiência de parceria na colônia Dona Francisca ocorreu na mesma época e envolveu alguns dos mesmos agentes que atuavam na Europa no engajamento de emigrantes contratados para trabalhar como parceiros em fazendas de café nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, este estudo demonstra que, apesar de serem pequenos proprietários rurais, a maioria dos colonos estabelecidos nas principais colônias de imigrantes de língua alemã de Santa Catarina trabalhava em atividades remuneradas paralelas à agricultura, dedicando-se apenas parcialmente ao cultivo de suas propriedades.

---

<sup>1</sup> Para uma análise qualificada sobre as experiências e resultados do sistema de parceria na grande lavoura de café, ver: Davatz (1972), Dean (1977), Witter (1982), Witzel de Souza (2012; 2019; 2023a; 2023b), Buarque de Holanda (2004), Viotti da Costa (2010) e Corrêa do Lago (2014).

Este artigo também aborda parte da história dos colonos de língua alemã que, depois de permanecerem algum tempo trabalhando como parceiros em fazendas de café nas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, migraram para outras regiões do Brasil com o propósito de se estabelecerem como pequenos proprietários de terras autônomos. A história das migrações interprovinciais de colonos europeus que chegaram ao Brasil no século XX é um dos capítulos mais interessantes da colonização alemã no país, mas ainda pouco conhecida. Este estudo traz à luz alguns importantes exemplos dessa história, destacando a colonização das províncias de Santa Catarina e do Espírito Santo, onde centenas de famílias de imigrantes de língua alemã foram estabelecidas como pequenos proprietários de terras após trabalharem como parceiros nas regiões cafeeiras paulistas e fluminenses.

Vale ressaltar, este artigo não visa comparar diretamente as diferenças e semelhanças dos processos de assentamento de colonos de língua alemã nas províncias de Santa Catarina e do Espírito Santo. O objetivo deste estudo é fundamentalmente apresentar questões específicas relativas à propriedade da terra e às relações de trabalho livre nas principais colônias de língua alemã daquelas províncias, destacando que, no Espírito Santo, uma proporção relativamente grande de colonos prosperou como pequenos proprietários rurais autônomos em virtude do cultivo de café, principal produto de exportação da economia brasileira na segunda metade do século XIX. Por outro lado, em Santa Catarina, os colonos de língua alemã alcançaram relativa prosperidade dedicando-se apenas parcialmente ao cultivo de suas terras, pois trabalhavam a maior parte do tempo em atividades paralelas à agricultura, principalmente em obras públicas e nas suas profissões de ofício, como carpinteiros, serralheiros, marceneiros, sapateiros, mecânicos, alfaiates.

As principais fontes utilizadas neste estudo são relatórios oficiais, contratos de trabalho e venda de terras, cartas de imigrantes, relatos de observadores contemporâneos e publicações de periódicos da época. Espera-se que, a partir das fontes indicadas e da análise apresentada neste artigo, possam surgir novas pesquisas sobre os desdobramentos da imigração de europeus de língua alemã para o Brasil no século XIX, principalmente no que diz respeito às migrações interprovinciais e às formas de relação de trabalho livre nas colônias de imigrantes baseadas na pequena propriedade agrícola e familiar.

O artigo está dividido em quatro seções. Após esta introdução, as seções 2 e 3 examinam questões relativas à fundação, à propriedade da terra e às relações de trabalho livre em algumas das principais colônias de imigrantes de língua alemã fundadas nas províncias de Santa Catarina e do Espírito Santo entre 1840 e 1860. Especificamente, a seção 2 analisa o desenvolvimento inicial das colônias Dona Francisca, Blumenau e Santa Isabel, na província catarinense. A seção 3 mostra os principais aspectos da formação dos núcleos coloniais Santa Leopoldina, Rio Novo e Santa Isabel, no Espírito Santo. Na seção 4 são apresentadas as considerações finais deste estudo.

## 1. *Kaffeepflücker* (colhedores de café), parceiros e diaristas nas colônias Dona Francisca, Blumenau e Santa Isabel, na província de Santa Catarina

Em meados do século XIX, o governo imperial brasileiro enxergava a província de Santa Catarina como uma região excepcionalmente capaz de atrair a desejada imigração massiva e espontânea de europeus de língua alemã para o país (Brasil, 1859; Handelmann, 1982). Entre 1847 e 1860, a província catarinense recebeu quase 30% do número total de europeus de língua alemã embarcados no porto de Hamburgo com destino ao Brasil (SCH, 1891; Ferenczi e Willcox, 1929; Ferreira da Silva, 1972; Schröder, 2003).

Estabelecida em 1851, na região nordeste de Santa Catarina, a colônia Dona Francisca, hoje município de Joinville, foi um dos maiores e mais importantes núcleos de imigrantes de língua alemã do Brasil no século XIX. Organizada como um empreendimento privado, idealizado e dirigido pela *Kolonisations-Verein von 1849 in Hamburg* (Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo), Dona Francisca era descrita pelas autoridades brasileiras da época como “uma colônia destinada a servir de centro de atração de imigrantes” espontâneos de língua alemã (Brasil, 1859, p. 21).<sup>2</sup> Não obstante, Dona Francisca foi planejada e apresentada aos sócios investidores da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo

<sup>2</sup> A tradução literal do nome da empresa *Kolonisations-Verein von 1849 in Hamburg* é Associação de Colonização de 1849 em Hamburgo. Porém, em vários documentos primários e na literatura em geral a tradução aparece como Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo.

(SCH) como uma grande colônia agrícola de pequenos proprietários alemães produtores de gêneros de exportação como café, erva-mate e cana de açúcar (SCH, 1851). Foi com essa expectativa que Arthur Guiguer, cônsul da Suíça e representante da SCH no Rio de Janeiro, contratou, na Europa, algumas famílias de colonos suíços para cultivarem café nos seus 62 hectares de terras localizados na colônia Dona Francisca (Rodowicz-Oswiecimsky, 1992; Cunha, 2003; Silva Ferreira, 2024).

A iniciativa de Arthur Guiguer foi uma tentativa singular de implementar, no sul do Brasil, o sistema de parceria experimentado pelos grandes cafeicultores das províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro em meados do século XIX. Até 1849, Guiguer havia investido no cultivo de café nas proximidades da capital fluminense, onde, segundo um observador da época, Guiguer possuía “uma grande plantação, na qual se produzia um produto bem aceitável” (Rodowicz-Oswiecimsky, 1992, p. 73). Além dessa experiência como proprietário cafeeiro, Arthur Guiguer mantinha relações diplomáticas e comerciais com o eminente empresário e senador do Brasil Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, referência na promoção do sistema de parceria no país. Guiguer e Vergueiro possuíam importantes vínculos comerciais com a firma *Schröder & Company*, do empresário e senador de Hamburgo Christian Matthias Schröder, fundador e acionista majoritário da SCH (Richter, 1983; Silva Ferreira, 2020).

Em 1850, o agente de emigração e procurador de Guiguer na Suíça, Emil de Paravicini, representava a firma *Schröder & Company*, que, na Europa, atuava como representante do senador Vergueiro no engajamento de emigrantes europeus de língua alemã (NZZ, 1850; AZZ, 1849; 1850). No Brasil, a *Schröder & Company* mantinha um escritório no Rio de Janeiro para auxiliar na organização do transporte de imigrantes e comércio entre Brasil e Hamburgo. Arthur Guiguer era sócio desse escritório, dirigido pelo cônsul hamburguês Hermann Schröder, filho do senador Schröder (Silva Ferreira, 2020). As evidências indicam que as relações diplomáticas e os interesses empresariais dos senadores, Vergueiro e Christian Schröder, e dos cônsules, Arthur Guiguer e Hermann Schröder, vincularam a experiência de parceria na colônia Dona Francisca ao sistema originalmente empreendido pelo senador Vergueiro na grande lavoura cafeeira de São Paulo.

Contudo, diferentemente do que aconteceu nas fazendas paulistas



de café, na colônia Dona Francisca, a tentativa de implementar o regime de parceria como forma de relação de trabalho livre foi uma experiência fugaz e malsucedida. As informações disponíveis sobre a efêmera experiência de parceria na Dona Francisca são muito escassas, o que dificulta testar o potencial da iniciativa de Arthur Guiguer. Por outro lado, é possível elencar alguns fatores que aparentemente contribuíram para o malogro do regime de parceria na Dona Francisca. Em primeiro lugar, durante muito tempo, questões relativas ao clima e à má qualidade do solo dificultaram o cultivo agrícola nessa colônia, fato que reduziu consideravelmente as expectativas dos imigrantes em Dona Francisca (Brasil, 1859; Santa Catarina, 1860; Tschudi, 1867; Rodowicz-Oswiecimsky, 1992). Em segundo lugar, é provável que Johann Jakob von Tschudi e Robert Avé-Lallemant, que visitaram Dona Francisca após obterem informações detalhadas sobre a “Revolta dos Parceiros” na fazenda Ibicaba, tenham advertido os colonos da Dona Francisca sobre as principais queixas e insatisfações dos imigrantes empregados como parceiros nas fazendas paulistas de café (Avé-Lallemant, 1859; Tschudi, 1867).

As advertências de Avé-Lallemant (1859) e Tschudi (1867) provavelmente foram reforçadas pelos imigrantes que chegaram à colônia Dona Francisca após a publicação do livro de Thomas Davatz na Suíça (Davatz, 1858). Com essa publicação, as queixas e insatisfações dos colonos de Ibicaba alcançaram grande repercussão na Europa, resultando em medidas restritivas à imigração europeia para o Brasil, entre elas a promulgação do *Rescrito de Heydt* na Prússia em 1859 (Heflinger Jr., 2007).

Por fim, outro fator que contribuiu para o malogro do regime de parceria como forma de relação de trabalho livre na Dona Francisca foi o fato de a direção da colônia e particulares empregarem como diaristas grande parte dos imigrantes recém-chegados. Trabalhando no desmatamento e limpeza de terrenos, medição de lotes de terras, limpeza e conservação da casa de recepção, abertura de caminhos e estradas, construção e reparo de residências, ranchos, cercas, pontes, valas, ruas e edifícios públicos, os colonos recém-chegados a Dona Francisca recebiam remuneração diária acima dos ganhos acertados nos contratos de parceria. Além disso, todos esses recém-chegados podiam adquirir terras a crédito com condições de pagamento relativamente favoráveis.<sup>3</sup> Essa realidade foi rapidamente

<sup>3</sup> Conforme relatórios SCH, na Dona Francisca, todos os imigrantes recém-chegados à colônia



divulgada na Europa por meio de livros, folhetos e cartas de imigrantes publicadas em jornais de língua alemã.<sup>4</sup>

Cientes da possibilidade de poderem se estabelecer imediatamente como proprietários de terras e obterem renda trabalhando como diaristas, os emigrantes de língua alemã interessados em embarcar para Dona Francisca não precisavam firmar contratos de trabalho e, assim, contrair compromissos incertos e embaraçosos antes de chegar à colônia. A esse respeito advertiu o colono e cronista Rodowicz-Oswiecimsky, em 1853: “para ganhar 600 réis por dia, ninguém necessita contrair compromissos incômodos, visto que a direção da colônia sempre empregou gente nesta base, e particulares até 700 réis e mais, nunca abaixo” (Rodowicz-Oswiecimsky, 1992, p. 94). Em conclusão, ele ressaltou que a única vantagem que os imigrantes teriam ao firmar contratos de trabalho ainda na Europa seria não precisar procurar emprego ao chegarem à colônia Dona Francisca. “Mas esta vantagem”, assinalou o cronista, “eles pagam caro, muito caro” (Rodowicz-Oswiecimsky, 1992, p. 95).

Cabe destacar, as advertências de Theodor Rodowicz-Oswiecimsky, que permaneceu na colônia Dona Francisca por quase nove meses, foram publicadas em 1853, na Europa, no livro intitulado *Die Colonie Dona Francisca in Südbrasilien*. Nessa obra, o autor descreveu minuciosamente o início da colonização da Dona Francisca; apresentou críticas aos termos dos contratos de trabalho oferecidos aos imigrantes; ofereceu orientações e fez advertências às pessoas que pretendiam deixar a Europa rumo à colônia Dona Francisca. Parte das críticas de Rodowicz-Oswiecimsky foi direcionada principalmente ao abastado imigrante Bernhard Poschaan Jr., que, em 1851, estabeleceu, na colônia Dona Francisca, um empreendimento agrícola denominado *Neu-Hamburg*, onde empregou colonos europeus para cultivar cana e se dedicarem às atividades ligadas à produção de

---

podiam adquirir terras a crédito e sem juros para pagamento no prazo de três anos. Depois desse período, eram cobrados juros de 6% ao ano (SCH, 1861; 1864). Entre 1852 e 1864, foram demarcados e vendidos mais de 1,3 mil lotes de terras na Dona Francisca, sendo que 98% desses terrenos mediam menos de 60 hectares.

<sup>4</sup> Entre os periódicos de língua alemã que publicavam cartas de imigrantes e informações da colônia Dona Francisca na Europa, encontram-se *Der Colonist* (<<http://kbaargau.visual-library.de>>), *Deutsche Auswanderer-Zeitung* (<<https://www.digitale-sammlungen.de>>), *Allgemeine Auswanderungs-Zeitung* (<<https://zs.thulb.uni-jena.de>>) e o *Mittheilungen betreffend die deutsche Kolonie Dona Francisca in der südbrasilianischen Provinz Sta. Catharina und die benachbarten deutschen Kolonien* (último acesso em 15 de novembro de 2024).

açúcar e aguardente.<sup>5</sup> Os termos dos contratos de trabalho de Poschaan Jr. variavam conforme a capacidade inicial do indivíduo solteiro ou família imigrante de pagar as despesas da viagem de Hamburgo para Dona Francisca.<sup>6</sup> Independentemente do acordo firmado, Rodowicz-Oswiecimsky alegava que as condições oferecidas por Poschaan Jr. transformariam os imigrantes livres em servos quase perpétuos, que, quando estivessem por quitar suas dívidas, estariam “bom para deitar-se no berço mortuário, deixando aos filhos e herdeiros, talvez, uma casa em ruína e uma dívida de 250 réis por semana, pelo espaço de 60 anos, sem contar impostos devidos à colônia” (Rodowicz-Oswiecimsky, 1992, p. 95).

As advertências de Rodowicz-Oswiecimsky ecoaram entre os emigrantes de língua alemã de modo que foram poucos os colonos, apenas alguns pioneiros em Dona Francisca, que firmaram contrato para trabalhar na fazenda *Neu-Hamburg*. Além disso, ao desembarcarem na Dona Francisca e constatarem as oportunidades de trabalho na colônia, alguns imigrantes contratados por Poschaan Jr. agradeceram os adiantamentos recebidos para compra da passagem transatlântica e preferiram buscar serviço como diaristas. A direção da colônia declarou não poder apoiar o cumprimento dos contratos, obrigando Poschaan Jr. “a se arranjar [...], ocupando os imigrantes sem fazer valer as cláusulas contratuais” (Rodowicz-Oswiecimsky, 1992, p. 95).

Nesse contexto, Poschaan Jr. e Guiguer alteraram as condições originais dos contratos de trabalho firmados com os imigrantes, passando a empregá-los por empreitada ou diária, conforme acordo particular, ou, alternativamente, arrendar parte de suas terras às famílias imigrantes (Rodowicz-Oswiecimsky, 1992). É importante observar que, embora existissem variações entre as cláusulas dos contratos de trabalho feitos por Poschaan Jr. e Guiguer, o princípio de endividamento das famílias imigrantes constituía a base dos contratos, assim como no sistema de parceria originalmente estabelecido na província de São Paulo pela firma *Vergueiro & Companhia*. Não obstante, na colônia Dona Francisca, os imigrantes foram predominantemente estabelecidos como pequenos proprietários

<sup>5</sup> “*Kaufbrief*” (escritura de compra) de lote de terra nº. 184 de Bernhard Poschaan Júnior, datada de 15/10/1851. A BR SCAHJ, acervo CF, arquivo “Registro de lote de terra 1852-1897”, caixa 1, prat. 41.

<sup>6</sup> Para uma análise detalhada dos termos e condições dos contratos de trabalho propostos por Bernhard Poschaan Jr., ver Silva Ferreira (2024).

de terras e, livremente, diante de circunstâncias e oportunidades, associavam o cultivo de suas terras ao emprego como diaristas, conforme relata o colono Martin Meyer: “no início [...] minha mulher lavou muitas roupas para senhores alemães e com isso ganhamos um bom dinheiro”; trabalhando como diaristas “nós recebemos da direção da colônia 600 réis por dia, a Úrsula e a Bárbara 300 réis cada uma, o Martin 800 réis e o Alexandre, 140 réis”, o que lhes permitiu, segundo Meyer, acumular dinheiro para construir uma pequena casa e preparar parte do seu lote para o cultivo. “Após construirmos nossa cabana e limpar um pedaço de terra”, continuava o imigrante, “passamos a trabalhar parte do tempo em nosso lote e parte como diaristas”.<sup>7</sup>

Em outras colônias de Santa Catarina, os imigrantes de língua alemã, apesar da possibilidade de adquirirem terras em condições de pagamento relativamente favoráveis, também frequentemente procuravam emprego como diaristas em atividades paralelas à agricultura. Por exemplo, na colônia Blumenau, os colonos podiam “adquirir terras a um preço módico, bem como escolher a localidade e o tamanho da área a ser comprada”, conforme Hermann Blumenau, fundador daquela colônia (Blumenau, 1999, p. 191). Ao mesmo tempo, dizia ele, devido à escassez de trabalhadores na província de Santa Catarina, as atividades paralelas à agricultura ofereciam uma boa renda aos imigrantes (Blumenau, 1999, p. 183-193).

Fundada em 1850, na região do Vale do Itajaí, na província de Santa Catarina, a colônia Blumenau começou como um empreendimento privado, idealizado e dirigido por Hermann Bruno Otto Blumenau, que, em 1860, devido à escassez de seus recursos, transferiu sua colônia ao governo imperial brasileiro (Ferreira da Silva, 1972, 1995; Blumenau, 2002). A partir de então, a colônia Blumenau recebeu crescentes investimentos

<sup>7</sup> “Lieber Schwager”, 20/4/1852, *Mittheilungen betreffend Dona Francisca* n.º. 1, August 1852, p. 14-16. No início da década de 1850, um colono adulto do sexo masculino, sem qualificação profissional, recebia, na Dona Francisca, de 600 a 800 réis por dia de trabalho. Mulheres adultas ganhavam 400 réis, o mesmo que um jovem trabalhador do sexo masculino. As moças recebiam 300 réis, enquanto as crianças capazes de trabalhar ganhavam de 70 a 140 réis por dia. Profissionais especializados (carpinteiros, marceneiros, serralheiros, pedreiros) recebiam de 1.000 a 2.000 réis por dia. As mulheres ainda trabalhavam como empregadas domésticas para imigrantes solteiros e famílias relativamente abastadas, recebendo por dia ou mensalmente, conforme Silva Ferreira (2024), “Originalbrief des Christian Herrmann, [...] der Colonie Dona Francisca in Südbrasilien”, *Der Colonist*, n.º. 11, 12/3/1852, p. 41-4; “Brief der Margaretha Mäder”, *Der Colonist*, n.º. 17, 1/5/1853, p. 67-68. Ver: <<https://kbaargau.visual-library.de/periodical/pageview/9047>> (último acesso em 15 de novembro de 2024).

do governo, que enxergava nessa colônia grande potencial de atrair a desejada imigração massiva e espontânea de europeus de língua alemã (Brasil, 1859). Conforme a Tabela 01, a partir de 1860 o fluxo de imigrantes para Blumenau cresceu significativamente, elevando a população da colônia que, nessa época, formava uma comunidade reconhecidamente alemã.

Cabe destacar, o processo de colonização de Blumenau seguiu o objetivo do governo imperial brasileiro de fomentar a imigração espontânea de europeus de língua alemã, cujas despesas da viagem da Europa para o Brasil, geralmente, ficavam por conta dos imigrantes, sendo que adiantamentos para pagamento de passagens só eram concedidos excepcionalmente pela direção da colônia Blumenau. Gêneros de primeiras necessidades eram fornecidos aos imigrantes a crédito. Os colonos eram obrigados a restituir os valores dos suprimentos adiantados após as primeiras colheitas, ficando seu terreno, bem como todas as benfeitorias realizadas na sua propriedade, alienadas até a quitação da dívida. Os lotes de terras possuíam, em média, uma área de 25 a 35 hectares e os colonos podiam escolher seus terrenos livremente, observando suas condições de pagamento e capacidade de cultivar as terras adquiridas (Ferreira da Silva, 1972).

**Tabela 1 – Imigração de língua alemã e população da colônia Blumenau (1850-1881)**

Ano	Imigração(1)	População(2)	Ano	Imigração(1)	População(2)
1850	17	6	1866	158	2.861
1851	18	11	1867	193	3.391
1852	110	69	1868	1394	5.126
1853	28	113	1869	981	5.985
1854	146	246	1870	32	6.188
1855	34	249	1871	23	6.329
1856	289	468	1872	192	6.498
1857	199	609	1873	425	7.156
1858	81	679	1874	361	7.621
1859	29	744	1875	1096	9.161
1860	91	947	1876	837	10.426
1861	541	1.531	1877	299	11.532

(continua)

**Tabela 1 – Imigração de língua alemã e população da colônia Blumenau (1850-1881)**

Ano	Imigração(1)	População(2)	Ano	Imigração(1)	População(2)
1862	595	2.058	1878	443	12.787
1863	168	2.286	1879	349	13.976
1864	109	2.471	1880	415	14.981
1865	188	2.625	1881	147	15.710

Notas: (1) Entrada anual de imigrantes de língua alemã na colônia Blumenau; (2) Total de habitantes da colônia computados os nascimentos, óbitos, chegadas e saídas de colonos.

Fonte: Ferreira da Silva (1972).

Paralelamente ao cultivo de suas propriedades, os colonos de Blumenau, principalmente os recém-chegados, empregavam-se como diaristas nas obras públicas de infraestrutura na colônia e na região. A remuneração extra complementava a renda necessária ao sustento da família, contribuía para amortizar o financiamento da aquisição do terreno e, às vezes, permitia acumular poupança suficiente para a realização de pequenos investimentos na propriedade familiar, inclusive a construção de pequenas oficinas ou fábricas artesanais, geralmente anexas à residência da família. É importante observar, embora a fabricação artesanal de velas, sabão, cervejas, móveis, utensílios domésticos, ferramentas, artigos de couro e têxteis fossem, inicialmente, consideradas atividades acessórias, isto é, trabalhos paralelos ao cultivo agrícola, na colônia Blumenau, assim como ocorreu na Dona Francisca, a construção de pequenas oficinas e fábricas artesanais foi bastante incentivada desde o início da colonização e constituiu uma importante fonte de renda e riqueza a muitos imigrantes (Ficker, 1965; Mamigonian, 1965; Ferreira da Silva, 1972; Hering, 1987; Seyferth, 1999; Silva Ferreira, 2019).

Histórico semelhante de desenvolvimento é observado em Brusque, colônia de imigrantes alemães estabelecida próxima a Blumenau. Pouco tempo após sua fundação, em 1860, Brusque se tornou, ao lado das colônias Dona Francisca e Blumenau, um dos principais núcleos coloniais de língua alemã de Santa Catarina. Em 1875, as populações dessas três colônias de imigrantes totalizavam quase 22 mil habitantes, a maioria de origem alemã. Outros núcleos menores, como Santa Isabel, Angelina e Teresópolis, também absorveram milhares de imigrantes de língua alemã

que chegaram à província de Santa Catarina na segunda metade do século XIX (Ficker, 1965; Cabral, 1970; Ferreira da Silva, 1972; Piazza, 1994; Steiner, 2019; 2022).

Além da imigração direta da Europa, no início da década de 1860, chegaram às colônias Santa Isabel, Teresópolis, Blumenau e Brusque aproximadamente 600 colonos (120 famílias) de língua alemã transferidos da província do Rio de Janeiro. Esses imigrantes, originalmente vindos da Turíngia, Renânia, Mecklemburgo, Brandemburgo, Schleswig-Holstein, Hannover e Hesse, chegaram ao Brasil em 1852 para trabalhar como parceiros nas plantações de café das fazendas Intendência, Santa Rosa, Coroas e Santa Justa, no Rio de Janeiro (Santa Catarina, 1861; Tschudi, 1867; Handelmann, 1982; Alves, 2003; Steiner, 2019; 2022; Voigt *et al.*, 2020).

Segundo o jurista Carlos Kornis de Totvarad, em abril de 1860, alguns colonos empregados como parceiros nas fazendas Intendência, Santa Rosa e Santa Justa o procuraram na capital fluminense para lhe solicitar que requisitasse ao governo imperial transporte gratuito e distribuição de terras em alguma colônia da província do Rio Grande do Sul (Totvarad, 1860). O pedido dos colonos parceiros, cujos contratos de parceria e dívidas com os fazendeiros já estavam extintos, foi motivado pelas suas insatisfações em relação à distribuição dos lucros e às poucas esperanças de um futuro próspero. Os colonos requisitantes entendiam que, embora já tivessem honrado o pagamento de suas dívidas com os fazendeiros, dificilmente poderiam alcançar a almejada posição de livres proprietários de terras nas condições impostas pelo sistema vigente de parceria. Conforme Tschudi (1867, p. 251), nas três fazendas, o preço acertado pela venda do café “era muito baixo, o que prejudicava os colonos”. Em relação ao tratamento dos imigrantes, não havia grandes reclamações por parte daqueles empregados na fazenda Santa Rosa, enquanto os colonos parceiros na Independência e Santa Justa “tinham muitas razões de queixa” devido ao tratamento miserável que recebiam, observou Tschudi (1867, p. 251).

Considerando lícito e justo o pedido dos colonos, Totvarad redigiu uma petição ao governo imperial. À petição foi anexada uma certidão, assinada pelos proprietários das fazendas Intendência, Santa Rosa e Santa Justa, que declarava e reconhecia a quitação das obrigações contratuais dos colonos parceiros, bem como informava que eles poderiam se retirar



sem obstáculos daquelas propriedades depois do prazo de seis meses, isto é, na metade do mês de outubro de 1860. O governo negou a transferência dos colonos para o Rio Grande do Sul, considerando, entretanto, enviá-los para a província do Espírito Santo. Depois de meses de negociação e após a interferência do ministro plenipotenciário da Prússia no Rio de Janeiro, Barão de Meusebach, foi acordada a transferência dos colonos requisitantes para Santa Catarina, onde foram assentados como livres proprietários de terras em diferentes núcleos coloniais do governo (Totvarad, 1860).

Convém observar, nem todas essas famílias foram estabelecidas na província de Santa Catarina. Muitas delas migraram para Minas Gerais, estabelecendo-se na colônia Mucuri e nos municípios de Mar de Espanha e Juiz de Fora; outras seguiram para o Espírito Santo; algumas foram para as cidades do Rio de Janeiro e Petrópolis (Tschudi, 1867; Steiner, 2022). Os colonos de língua alemã transferidos das fazendas de café do Rio de Janeiro para Santa Catarina foram estabelecidos nas colônias Teresópolis, Brusque, Blumenau e, na sua maioria, em Santa Isabel (Santa Catarina, 1861; Steiner, 2019).

Em 1858, após visitar a colônia Santa Isabel, na província de Santa Catarina, o comissário do governo imperial, conselheiro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, relatou que, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas pelos pioneiros, inclusive a falta de apoio do governo, em pouco tempo, Santa Isabel havia alcançado “considerável progresso no tocante à lavoura, produzindo não pequena quantidade de muitos e variados gêneros de subsistência, com que abastecia o mercado da capital” da província catarinense. “Proprietários de terras fertilíssimas [...], gozando de um clima temperado e ameno [...] mostram-se os colonos contentíssimos de sua sorte presente, e cheios de confiança em um futuro seguro para si e para seus filhos” (Brasil, 1859, p. 1-2).

Apesar do relativo progresso alcançado e da esperança de um futuro promissor, segundo Coutto Ferraz, o número relativamente baixo de colonos estabelecidos em Santa Isabel limitava o desenvolvimento dessa colônia.<sup>8</sup> Para ele, não se poderia esperar que essa colônia se tornasse um

---

<sup>8</sup> Em 1849, foram contabilizados em Santa Isabel 326 habitantes; em 1851, sua população era de 412 pessoas; e, em 1859, cerca de 500 indivíduos estavam estabelecidos naquela colônia reconhecida alemã (Schröder, 2003).

centro de atração de imigração espontânea de europeus de língua alemã enquanto nela não houvesse um “número muito considerável” de colonos estabelecidos, pois “as informações ministradas por seus habitantes, no intuito de convidarem e atraírem seus parentes e patrícios, correrão em tão pequena escala, que muito dificilmente poderão conseguir o resultado desejado”, isto é, a imigração espontânea e massiva de europeus de língua alemã (Brasil, 1859, p. 4). Assim sendo, escreveu Coutto Ferraz, “parece-me de alta conveniência que o governo, aproveitando o estado de prosperidade real e segura da colônia de Santa Isabel”, bem como os “muitos recursos que novos colonos ali podem encontrar [...], trate de para ali mandar [...] colonos [...] e os faça estabelecer como proprietários” de terras (Brasil, 1859, p. 4).

No início dos anos 1860, o governo imperial transferiu para Santa Isabel algumas famílias de imigrantes de língua alemã que haviam trabalhado como parceiros em fazendas de café na província do Rio de Janeiro. Em Santa Isabel essas famílias receberam a alcunha de *Kaffeepflücker* (colhedores de café) em virtude da sua experiência de quase uma década nos cafezais fluminenses (Santa Catarina, 1861; Tschudi, 1867; Steiner, 2019; 2022; Voigt *et al.*, 2020). Além de terras, o governo imperial assegurou subsídios em dinheiro durante os primeiros meses do estabelecimento dos colonos e ofereceu-lhes emprego nas obras públicas de construção e manutenção de estradas e caminhos na região. Segundo Johann Jakob von Tschudi, em 1861, os *Kaffeepflücker* estavam muito satisfeitos, pois “devido à sua relação de parceria já estavam acostumados com o trabalho de campo do Brasil e agora viam [...] seu objetivo alcançado – serem proprietários livres em suas terras (Tschudi, 1867, p. 406).

Ainda pouco conhecida, a história dos *Kaffeepflücker* em Santa Catarina chama a atenção para o movimento migratório interprovincial de imigrantes inicialmente contratados para trabalhar como parceiros em grandes fazendas de café nas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, revelando a política de subsídios do governo imperial para realocar colonos parceiros como pequenos proprietários de terras no sul do Brasil. Como será visto, semelhante processo ocorreu também na província do Espírito Santo, onde, a exemplo de Santa Catarina, predominou a colonização baseada na pequena propriedade.

## 2. Pequenos proprietários e cafeicultores nas colônias Rio Novo, Santa Isabel e Santa Leopoldina, na província do Espírito Santo

Em 1847, o conselheiro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, então presidente da província do Espírito Santo, observou que o relativo atraso econômico espiritosantense decorria da falta de “população industriosa e livre” para cultivar as “riquíssimas” e “magníficas” terras capixabas, que, segundo Coutto Ferraz, eram bastante férteis e propícias à agricultura, especialmente ao cultivo do café. Porém, naquela época, as terras da província capixaba ainda eram “na sua maior extensão devolutas e incultas” (Espírito Santo, 1848, p. 36).

Para Couto Ferraz, a disponibilidade de terras, os recursos hídricos e o clima da província do Espírito Santo eram muito favoráveis à imigração europeia e, portanto, ao desenvolvimento do projeto do governo imperial brasileiro de promover a colonização baseada na pequena propriedade e no trabalho livre do imigrante europeu. Assim sendo, em fins de 1846, Coutto Ferraz solicitou ao governo imperial que enviase à província do Espírito Santo algumas famílias de imigrantes de língua alemã recém-desembarcados no Rio de Janeiro para trabalhar em grandes lavouras de café. Pouco tempo depois, devido à influência de Coutto Ferraz, o governo imperial enviou 38 famílias (163 pessoas) de origem alemã do Rio de Janeiro para Vitória, capital da província capixaba.<sup>9</sup> Em 1847, esses imigrantes fundaram a colônia Santa Isabel, no atual município de Domingos Martins, primeiro núcleo de colonização alemã no Espírito Santo (Wagemann, 1949; Espírito Santo, 1848; 1861; Rocha, 2000; Tschudi, 2004).

Os pioneiros da colonização de Santa Isabel receberam lotes de terras medindo 120.000 braças quadradas, cerca de 58 hectares (Espírito Santo, 1856; 1861).<sup>10</sup> Porém, “vários [colonos] receberam ‘mediante pedidos’ [...] 2 ou 3 lotes, dos quais, naturalmente, só parte muito reduzida podiam cultivar. Os sítios ficaram, assim, demasiadamente grandes, o que [...] não era desejável”, segundo o projeto de colonização baseada na pequena

<sup>9</sup> Amigo de infância de D. Pedro II, Luiz Pedreira do Couto Ferraz (Visconde do Bom Retiro) pertencia à elite política próxima ao Imperador. Foi deputado, presidente das províncias do Espírito Santo (1846-1848) e do Rio de Janeiro (1848-1853), senador, conselheiro e ministro de estado (Bediaga, 2017).

<sup>10</sup> 10.000 braças quadradas = 4,84 hectares

propriedade agrícola familiar (Wagemann, 1949, p. 23). Nessas circunstâncias, o governo capixaba ordenou que só se outorgariam, a futuros pretendentes, lotes de 25 a 30 hectares ao preço de aproximadamente 94 mil-réis cada um, devendo os colonos construir a casa e cultivar o novo terreno em determinado limite de tempo (Espírito Santo, 1861). Assim, em meados do século XIX, o governo capixaba procurou evitar a formação de grandes propriedades rurais incultas e improdutivas nas áreas de colonização europeia da província (Wagemann, 1949; Rocha, 2000).

Além de terras, os colonos de Santa Isabel receberam adiantamentos para pagamento das despesas da viagem da Europa para o Brasil e subsídios mensais conforme o tamanho da família.<sup>11</sup> Por contrato, assinado a 8 de outubro de 1847, os colonos eram obrigados a ressarcir os cofres públicos pelos adiantamentos e subsídios recebidos “no prazo de 4 anos, como melhor pudessem, hipotecando seus prazos [propriedades], obrigando os seus serviços a esse pagamento, e não podendo sair da província [capixaba] sem licença, antes da solução dos respectivos débitos” (Espírito Santo, 1861, p. 70).

Enquanto o cultivo de suas terras ainda não lhes permitia acumular dinheiro suficiente para garantir a subsistência da família e pagar suas dívidas, os colonos de Santa Isabel geralmente trabalhavam na abertura de caminhos, construção de estradas, medição e demarcação de terras na colônia. Por esses serviços eles recebiam diárias que variavam de 1.300 a 3.000 réis. Johann Jakob von Tschudi, que visitou Santa Isabel em 1860, observou que, “como não faltavam trabalhos públicos e a diária era significativa, [...] quem queria ganhar algum [dinheiro] sempre achava muitas oportunidades na colônia” (Tschudi, 2004, p. 62). Nessas circunstâncias, os colonos de Santa Isabel geralmente cultivavam suas propriedades durante uma semana, e, no hebdomadário seguinte, trabalhavam na demarcação de terras e nas obras públicas de infraestrutura da colônia, podendo, desse modo, receber mensalmente entre 20 e 30 mil-réis, além do subsídio mensal pago pelo governo (Tschudi, 2004). Além de complementar a renda necessária para o sustento da família e pagamento de dívidas, a remun-

<sup>11</sup> Conforme Tschudi (2004), inicialmente foram pagos aos colonos subsídios mensais de 140 mil-réis por família de 10 a 11 pessoas. Mais tarde, o governo recalculou essa quantia e, em 1860, eram pagos os seguintes valores mensalmente: famílias de duas pessoas recebiam 24 mil-réis; de três pessoas, 30 mil-réis; com quatro indivíduos, 36 mil-réis; entre cinco a seis membros, 45 mil-réis; de sete a oito integrantes, pouco mais de 52 mil-réis; e de nove a dez pessoas, 59 mil réis.

neração extra com o trabalho paralelo à agricultura permitia aos colonos acumular poupança para realizar pequenos investimentos na propriedade familiar (Wagemann, 1949; Tschudi, 2004).

Os primeiros colonos de Santa Isabel eram originalmente da região de Hunsrück, na Prússia Renana. Mais tarde, chegaram à colônia algumas famílias de emigrantes do Hesse e também alguns suíços que vieram da região de Ubatuba, no interior de São Paulo, onde trabalhavam como parceiros em fazendas de café. O clima e as condições do solo da colônia Santa Isabel favoreciam principalmente a cafeicultura, que constituía a principal esperança de prosperidade dos colonos (Espírito Santo, 1856; Tschudi, 2004). Em 1856, a população de Santa Isabel totalizava 225 habitantes e as plantações de café somavam de 140 a 150 mil pés, cuja produção, naquele ano, alcançou cerca de 6.000 arrobas. Em 1857, foram produzidas 10.000 arrobas de café na colônia Santa Isabel, além de mandioca, milho, arroz, feijão, cana de açúcar, algodão, legumes e farinha de mandioca. Nos anos seguintes a produção agrícola de Santa Isabel continuou crescendo e, em 1864, a colônia contava com 292 pequenas propriedades rurais, que produziam diferentes gêneros agrícolas, principalmente café; existiam 57 moinhos para fazer farinha de mandioca, 4 moendas de milho e 64 pequenos engenhos de pilar café.<sup>12</sup> Em 1864, a população de Santa Isabel somava 931 habitantes, sendo 506 homens e 425 mulheres, que formavam uma comunidade predominantemente alemã dedicada à agricultura (Espírito Santo, 1856; 1858; 1859; 1864; Bittencourt, 1987).

Em 1856, por ordem do governo imperial, o então presidente da província do Espírito Santo, José Maurício Fernandes Pereira de Barros, mandou fundar a colônia Santa Leopoldina, que recebeu seus primeiros colonos no início de 1857. Os pioneiros eram 140 suíços transferidos da província de São Paulo após as ocorrências insurgentes na fazenda Nova Olinda, localizadas na região de Ubatuba (Rocha, 2000; Tschudi, 2004). Em pouco tempo, a população de Santa Leopoldina aumentou significativamente com a chegada de migrantes e imigrantes de diferentes nacio-

---

<sup>12</sup> Embora a absoluta maioria dos colonos trabalhasse na lavoura, cultivando suas próprias terras, em meados de 1864, existiam na colônia 47 profissionais especializados exercendo seus ofícios. Eram 10 carpinteiros, 4 marceneiros, 11 pedreiros, 4 sapateiros, 3 ferreiros, 2 tanoeiros, 1 padeiro, 1 relojoeiro, 2 serralheiros, 3 seleiros e 4 cavouqueiros. A população de Santa Isabel era constituída por 483 colonos vindos de estados alemães, 16 suíços, 32 italianos, 6 belgas, 72 brasileiros naturalizados e 322 nacionais filhos de imigrantes, a maioria de língua alemã (Espírito Santo, 1864).



nalidades. Em outubro de 1860, viviam na colônia Santa Leopoldina 1.003 pessoas, sendo 120 holandeses, 24 brasileiros filhos de estrangeiros, 104 suíços, 8 belgas, 1 francês, 1 inglês e 745 colonos de língua alemã procedentes da Prússia (384), Saxônia (76), Hesse (61), Holstein (13), Baviera (10), Luxemburgo (70), Baden (27), Tirol (82), Nassau (13), Mecklemburgo (5) e Hanover (4) (Wagemann, 1949, p. 24; Tschudi, 2004, p. 35)

Esse rápido aumento na população de Santa Leopoldina decorreu basicamente da política de colonização do governo brasileiro, que, no biênio 1859-1860, por intermédio da *Associação Central de Colonização no Rio de Janeiro*, subvencionou a imigração de 770 europeus de língua alemã para colonizar a província do Espírito Santo. Desse número, Santa Leopoldina recebeu 510 imigrantes, que, conforme contrato assinado na Europa, obrigavam-se a reembolsar o governo brasileiro pelos adiantamentos, subvenções e terras recebidas. Esse reembolso poderia ser feito em três parcelas iguais e sem juros no prazo de cinco anos, a contar do fim do segundo ano de estabelecimento na colônia. Decorrido esse prazo, seriam cobrados dos colonos juros de 6% ao ano, sendo que, até a quitação da dívida, as terras adquiridas pelos imigrantes, bem como as benfeitorias nelas realizadas, ficariam hipotecadas ao governo imperial.<sup>13</sup>

Em contrapartida, a *Associação Central de Colonização no Rio de Janeiro*, por intermédio do seu representante em Hamburgo, Dr. F. Schmidt, obrigava-se, em nome do governo imperial brasileiro, a adiantar aos colonos o valor das passagens de Hamburgo ao Rio de Janeiro, deduzindo desse valor a subvenção de 37.500 réis por imigrante com idade entre 10 e 45 anos; as crianças com mais de cinco e menos de dez anos de idade recebiam uma subvenção de 22.500 réis. Conforme contrato, as despesas dos colonos na hospedaria da Associação, localizada na capital fluminense, até que eles partissem para o seu destino, não seriam contabilizadas como dívida dos colonos. A passagem do Rio de Janeiro para as colônias Santa Isabel e Santa Leopoldina, no Espírito Santo, bem como o aloja-

<sup>13</sup> Nas mesmas condições, entre 1859 e 1860, a colônia Santa Isabel recebeu 238 colonos de língua alemã. Nesse período, ainda chegaram à província do Espírito Santo mais 22 imigrantes vindos da Renânia, Baden e Pomerânia, cujos destinos não constam nos “Contratos de Colonos Alemães e Austríacos (1859-1860)”, disponíveis no acervo digital do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES): <[https://imigrantes.es.gov.br/html/contrato\\_colonos.html](https://imigrantes.es.gov.br/html/contrato_colonos.html)> (último acesso em 15 de novembro de 2024).



mento provisório dos imigrantes na província capixaba, seriam fornecidos gratuitamente. Cada chefe de família poderia escolher um lote de terras contendo 120.000 braças quadradas (58 hectares) ou metade dessa área, a critério do colono, observada a capacidade da família em cultivar suas terras. O preço dos terrenos foi previamente fixado em 1.500 réis para cada mil braças quadradas, com pagamento a prazo e título de propriedade transferido gratuitamente após a quitação da dívida. A Associação ainda obrigava-se a adiantar o suprimento dos colonos por até seis meses e fornecer-lhes ferramentas para a lavoura, sementes de milho, feijão, arroz, bem como mandioca e batatas para as primeiras plantações. Além disso, a Associação deveria empregar os imigrantes nos serviços que houvesse na colônia, pagando-lhes diárias de 1.000 a 1.200 réis.<sup>14</sup>

O representante da Associação Central de Colonização que intermediou os contratos dos colonos embarcados em Hamburgo com destino à província do Espírito Santo em 1859, Dr. F. Schmidt, também atuou como agente da empresa Vergueiro & Cia. no engajamento de imigrantes de língua alemã contratados para trabalhar como parceiros nas fazendas de café de São Paulo. Em 1859, com base nas notícias que circulavam na Europa após a publicação de Davatz (1858), alguns parlamentares da Prússia acusavam F. Schmidt e seu despachante de imigração, M. Valentin, de fazer da migração alemã para o Brasil uma espécie de tráfico de “escravos brancos”. Conforme um parlamentar prussiano, milhares de pessoas migravam anualmente dos estados alemães para o Brasil e “são por assim dizer, vendidos: pelo mal afamado contrato de parceria, pelo qual se amarra o homem, adiantando-lhe dinheiro para a travessia e quando chega ao outro lado, se faz dele um escravo branco. [...] em Bremen isto não acontece, mas sim em Hamburgo”, onde Schmidt e Valentin “movimentam este quase negócio de escravos brancos” (Harkort, 1858 *apud* Sudhaus, 1940, p. 113).

Embora houvesse algumas distorções e exageros nas interpretações políticas do relato de Davatz (1858) sobre o regime de trabalho de parceria no Brasil, as queixas e insatisfações dos imigrantes de língua alemã empregados como parceiros nas fazendas paulistas de café alcançaram grande

<sup>14</sup> “Contratos de Colonos Alemães e Austríacos (1859-1860)”, disponíveis no acervo digital do APEES: <[https://imigrantes.es.gov.br/html/contrato\\_colonos.html](https://imigrantes.es.gov.br/html/contrato_colonos.html)> (último acesso em 15 de novembro de 2024).

repercussão na Europa. Em 1860, o governo da Confederação Suíça designou Johann Jakob von Tschudi como seu ministro plenipotenciário no Brasil com a missão de averiguar a situação dos colonos suíços no país. Na província do Espírito Santo, Tschudi observou que, naquela época, com poucas exceções, imigrantes de língua alemã estabelecidos na colônia Santa Leopoldina apresentavam grande descontentamento em relação à qualidade do solo e profundo desânimo quanto ao futuro. Em síntese, diziam os imigrantes: “em vão trabalhamos sem descanso, de nada adianta, o solo é ruim demais, nada produzimos; [...] as colheitas de milho são insuficientes”, pois “cresce pouco e dá espigas pequenas; a mandioca também é pequena. [...], os cafeeiros plantados morrem ao fim de dois ou três anos”; feijão dificilmente cresce; “não temos dinheiro [...]”; não sabemos com o que nos alimentar, tudo é caríssimo” (Tschudi, 2004, p. 31, 38).

Na avaliação de Tschudi (2004, p. 37), “as subvenções (diárias) fornecidas pelo Governo a título de adiantamento são, nas condições atuais, suficientes para uma pessoa, mas não para uma família”. Para ele “o sistema, seguido pelo Governo, de não dar a subvenção diretamente, mas empregar depois de alguns meses os colonos no trabalho de construção de estradas, tem o inconveniente de que os pais de família, a fim de obter dinheiro para atender as necessidades dos seus, recorrem a esse meio e negligenciam assim o trabalho de cultivo em seu lote” (Tschudi, 2004, p. 37). Todavia, não raras vezes, as diárias devidas aos colonos pelos serviços de construção e manutenção de obras públicas eram pagas com atraso (Espírito Santo, 1864; Tschudi, 2004).

Observando a situação dos colonos de Santa Leopoldina, especialmente dos imigrantes suíços, Tschudi (2004) destacou que, em 1860, “*nenhum* colono suíço possuía sua parcela legal de 62.000 braças quadradas [30 hectares]; todos tinham bem menos, alguns até mesmo apenas seis a oito mil braças quadradas [entre 3 a 4 hectares de terras] e ainda por cima com solo ruim!” (Tschudi, 2004, p. 73, grifo no original). Em geral, durante os primeiros anos da colônia Santa Leopoldina, os imigrantes dificilmente poderiam subsistir apenas do cultivo de suas terras e, segundo Tschudi (2004, p. 76), estariam em situação deplorável caso não houvesse empregos nas obras públicas de infraestrutura na região ou subsídios econômicos diretos (diárias) do governo.

Contudo, as condições e as expectativas na colônia Santa Leopoldina

mudaram substancialmente com o avanço da colonização em direção à terras mais férteis e o desenvolvimento da cafeicultura. Na década 1870, Santa Leopoldina já era uma das maiores e mais importantes colônias de imigrantes de língua alemã da província capixaba. Em 1877, a população total de Santa Leopoldina somava 11.366 habitantes, a maior parte de origem alemã. Essa população estava distribuída em três núcleos principais: Porto Cachoeiro, o mais antigo, era formado por nove distritos, que, juntos, possuíam uma população de aproximadamente 7 mil habitantes cultivando 2 mil lotes de terras, cada um com cerca de 30 hectares; Santa Cruz, com 1.184 pessoas; e o núcleo de Timbuí, onde viviam 3.182 indivíduos (Brasil, 1878; Daemon, 1879).

Como atividade principal sobressaía-se na colônia Santa Leopoldina o cultivo de café, que devido aos altos preços que alcançava nos mercados internacionais era, segundo Rocha (2000, p. 89), o único produto “capaz de deixar, com segurança e regularidade, uma certa margem de lucro para o imigrante estabelecido como pequeno proprietário”. Em 1877, calculava-se que somente no núcleo de Santa Cruz havia mais de 100 mil pés de café plantados. Além desse gênero, os colonos de Santa Leopoldina cultivavam “cereais para consumo e dedicam-se à indústria pastoril, tudo relativamente à pequena propriedade, e em tal relação entre si que o produto de venda do café constitui a renda líquida livre das despesas de consumo e custeio”, conforme observou o inspetor de terras e colonização em 1886 (Rocha, 2000, p. 91).

No final do século XIX, Santa Leopoldina se destacava como o segundo maior exportador de café do estado capixaba, atrás do município de Cachoeiro do Itapemirim, localizado no sul do Espírito Santo, região que concentrava grandes fazendas de café cultivadas por turmas de escravos. Cabe destacar, ao longo do século XIX, considerações relativas ao custo de produção e preço nos mercados internacionais fizeram alguns grandes fazendeiros estabelecidos no sul da província do Espírito Santo substituírem o cultivo de cana de açúcar pelo café, mantendo a escravidão como principal relação de trabalho. Ao mesmo tempo, cafeicultores escravocratas do Vale do Paraíba e de Minas Gerais expandiram suas plantações de café adquirindo terras no sul da província capixaba, onde preservaram a escravidão até sua abolição definitiva no Brasil, a 13 de maio de 1888. Apesar disso, no início da década de 1880, a situação do mercado de

trabalho no setor cafeeiro do Espírito Santo era, segundo Corrêa do Lago (2014), bastante distinta da existente nas províncias cafeeiras do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Para Corrêa do Lago (2014, p. 234), “a relativa importância do trabalho livre na cafeicultura do Espírito Santo era indubitavelmente maior do que nas outras três províncias” cafeeiras do sudeste brasileiro. Corrêa do Lago (2014) destaca que, nas últimas décadas do século XIX, não apenas havia uma grande quantidade de pequenos cafeicultores autônomos nas áreas de colonização europeia, como também a imigração estrangeira subsidiada forneceu às grandes fazendas de café do sul do Espírito Santo numerosos trabalhadores que, ao lado de lavradores livres nacionais, foram empregados como parceiros (meeiros). Outro ponto destacado por Corrêa do Lago (2014, p. 234) é que “a proporção de imigrantes estrangeiros que se tornaram pequenos proprietários no Espírito Santo desde o período imperial também foi muito mais significativa do que nas outras províncias cafeeiras”, sendo o cultivo de café em pequenas propriedades agrícolas familiares uma “característica original da produção cafeeira do Espírito Santo” (Corrêa do Lago, 2014, p. 231).

Em síntese, no momento da abolição definitiva do trabalho escravo no Brasil, uma parcela considerável do café produzido no Espírito Santo era produzida por imigrantes e seus descendentes estabelecidos como pequenos proprietários rurais autônomos. Assim sendo, os efeitos da abolição sobre a oferta de mão de obra para a cafeicultura capixaba recaíram basicamente nas grandes *plantations* de café do sul do Espírito Santo, região que, a partir de 1888, adotou a parceria (meação) como principal forma de relação de trabalho livre (Saleto, 1996; Rocha, 2000; Corrêa do Lago, 2014).

Entre 1847 e 1899, chegaram aproximadamente 43,3 mil europeus ao Espírito Santo, a maioria deles de origem alemã e italiana. Desse total, pouco mais de 28,1 mil (65%) desembarcaram no período de 1888 a 1899, grande parte deles italianos subsidiados pelo governo capixaba, que, por meio da imigração estrangeira, buscou suprir as grandes fazendas cafeeiras do sul do Espírito Santo de mão de obra após a abolição (Saleto, 1996; Rocha, 2000; Franceschetto, 2014; Corrêa do Lago, 2014). Em princípio, os imigrantes subsidiados que chegaram ao estado capixaba no final do século XIX tinham basicamente duas alternativas: (1) fixarem-se

imediatamente como proprietários de terras nas colônias existentes ou nos novos núcleos de colonização que estavam sendo criados nas proximidades ou mesmo integrados às grandes fazendas cafeeiras; (2) trabalhar nas fazendas de café como parceiros (meeiros), recebendo adiantamentos dos fazendeiros para sua subsistência e, depois de um tempo, se estabelecerem como pequenos agricultores autônomos (Corrêa do Lago, 2014). Para os colonos desprovidos de recursos financeiros e que aguardavam o produto do cultivo de suas terras, a meação constituía, segundo Wagemann (1949), a defesa contra a completa proletarização do trabalho rural até a família imigrante alcançar sua autonomia econômica.

Especificamente a respeito da colonização alemã, convém destacar o núcleo de Afonso Cláudio, no sul do estado do Espírito Santo. Embora esse núcleo tenha recebido muitos imigrantes italianos, sua criação e expansão inicial estão ligadas ao processo de migração interna de colonos de língua alemã e seus descendentes, principalmente pomeranos, que migraram das antigas colônias de Santa Leopoldina e Santa Isabel em busca de novas e mais férteis terras. À medida que os terrenos públicos destinados ao assentamento de colonos foram se escasseando, o fracionamento de grandes propriedades particulares para venda aos imigrantes tornou-se um negócio atrativo. Um exemplo é o loteamento da fazenda Palmeira, em Afonso Cláudio. Segundo Wagemann (1949, p. 27), “o fazendeiro não podia mais administrá-la, e pôs as terras à venda, exigindo 600 mil réis a um conto, por 25 ha [hectares] de terreno coberto, inexplorado”.

Além da possibilidade de adquirir terras mais propícias à cafeicultura, os colonos recém-chegados à região sul do Espírito Santo encontravam emprego como parceiros em grandes fazendas de café e como diaristas na construção de estradas e ferrovias especialmente destinadas ao escoamento da produção cafeeira (Wagemann, 1949; Bittencourt, 1987). Não obstante, no início dos anos 1870, as autoridades brasileiras recomendavam empregar os colonos estrangeiros nas obras públicas de infraestrutura apenas “durante alguns dias da semana, para não tornarem hábito de jornaleiros que não devem ser, desprezando o serviço agrícola” (Brasil, 1872, p. 22).

Outro núcleo colonial que ganhou destaque no contexto da colonização alemã na província capixaba foi a colônia Rio Novo, um empreendimento privado fundado pela Associação Colonial Agrícola do Rio Novo.



Essa empresa de sociedade anônima foi constituída em 1854, no Rio de Janeiro, por Caetano Dias da Silva, proprietário da fazenda do Limão, localizada no interior do município de Itapemirim, região sul do Espírito Santo. A colônia Rio Novo foi estabelecida em terras contíguas à fazenda do Limão, onde africanos escravizados eram empregados em diversas atividades ligadas à produção de cana de açúcar e café (Brasil, 1856; Espírito Santo, 1856; Tschudi, 2004).

Entre julho de 1855 e abril de 1856, Dias da Silva contratou cerca de 70 chineses para trabalhar como parceiros na fazenda do Limão, sendo essa a primeira experiência de colonização estrangeira na colônia de Rio Novo. No entanto, por contrato assinado com o governo imperial brasileiro em 1855, a Associação Colonial se comprometeu a priorizar a colonização de Rio Novo com famílias de imigrantes europeus. Em contrapartida, o governo obrigou-se a subvencionar a imigração de até 3.600 europeus que a Associação estabelecesse como pequenos proprietários no prazo de cinco anos, contados da assinatura do contrato (Espírito Santo, 1856). Nessas condições, Caetano Dias da Silva elaborou um folheto impresso em alemão, francês e português, no qual destacou as vantagens dos emigrantes se estabelecerem em Rio Novo. Em 1856, Emil de Paravicini, o mesmo agente que atuava no recrutamento de imigrantes suíços para a empresa Vergueiro e Cia., mandou publicar anúncios em diferentes regiões da Confederação Suíça com informações a respeito da colônia Rio Novo. Os anúncios ainda foram distribuídos em Paris, Antuérpia e Hamburgo por diferentes escritórios de emigração contratados por aquela Associação (Tschudi, 2004).

Conforme esses anúncios, ao chegarem à colônia Rio Novo, cada família imigrante receberia um lote de terra medindo de 20 a 25 hectares, com parte do terreno desmatado e nele “uma moradia confortável” (Tschudi, 2004, p. 103). Além disso, os colonos receberiam ferramentas, alimentos, aves e suínos para criação, bem como plantações de café e mandioca iniciadas. No final dos anúncios, estimava-se que o rendimento líquido anual que uma família de quatro pessoas cultivando gêneros básicos (arroz, feijão, milho e café) podia alcançar dois contos de réis (Tschudi, 2004).

Ainda conforme os anúncios publicados por Paravicini, as famílias imigrantes deveriam restituir as despesas de viagem da Europa até Rio Novo e os adiantamentos recebidos da *Associação Colonial* somente após



realizarem a primeira colheita. Ao valor total devido seriam acrescidos juros de 6% ao ano, contados a partir de seis meses do estabelecimento dos imigrantes. Como forma de compensação pelos investimentos de infraestrutura que a Associação alegava ter realizado na colônia, os imigrantes deveriam ceder à empresa um décimo das suas colheitas de arroz e milho; um terço do açúcar e da aguardente que produzissem nos engenhos daquela sociedade; um décimo da farinha de mandioca e do óleo de rícino que fabricassem utilizando as instalações da empresa; e metade das madeiras cortadas nas serrarias da Associação (Tschudi, 2004).

Em dezembro de 1856, chegaram os primeiros imigrantes europeus a Rio Novo. Eram 12 famílias (90 pessoas) suíças vindas dos Cantões de Berna, St. Gall, Fribourg e Aargau. Tschudi (2004) ressaltou que esses colonos encontraram uma realidade muito diferente da propaganda difundida na Europa. Na época, tudo ainda estava por fazer na colônia Rio Novo; não havia casas, propriedades cultivadas ou preparadas para o cultivo; os terrenos recebidos estavam no meio da floresta virgem. Nos anos seguintes, chegaram novos colonos a Rio Novo. Eram principalmente belgas, holandeses e europeus de língua alemã, que, assim como os suíços, receberam pequenos lotes de terras com direito a foro perpétuo mediante o pagamento de uma taxa anual (Tschudi, 2004).

Em relatório de 1860, Tschudi afirmou que as condições e vantagens oferecidas pela *Associação Colonial* aos emigrantes eram exageradas e enganosas; expôs a precária situação em que viviam os colonos; e denunciou as falhas na organização e direção da colônia Rio Novo, cujo futuro, escreveu Tschudi (2004, p. 113), dependia, a princípio, “unicamente do interesse demonstrado pelo Governo no tocante a este assentamento”, pois, segundo o autor, o solo e o clima de Rio Novo eram bastante favoráveis à agricultura, especialmente ao cultivo de café.

As denúncias e observações de Tschudi repercutiram na Corte do Rio de Janeiro e, em 7 de outubro de 1861, no intuito de melhorar a imagem do Brasil na Europa, o governo imperial brasileiro encampou a colônia Rio Novo, onde viviam 428 pessoas de diferentes nacionalidades, alguns como foreiros cultivando suas terras, enquanto outros, embora estabelecidos como pequenos proprietários, trabalhassem como parceiros em grandes fazendas de café da região (Brasil, 1862).<sup>15</sup> Na década de 1870,

<sup>15</sup> A população de 428 habitantes da colônia Rio Novo era composta por 99 suíços, 38 alemães, 2

após importantes investimentos públicos, a colônia Rio Novo ganhou impulso. Seu território inicial foi expandido e sua população aumentou expressivamente com a introdução de novos imigrantes, principalmente austríacos de língua alemã e italianos. Entre 1871 e 1878, o número de habitantes de Rio Novo saltou de 958 pessoas para 4.063 indivíduos, a maioria deles pequenos proprietários rurais de língua alemã (Brasil, 1872; 1878). A cafeicultura constituía sua principal atividade, sendo que a produção e a exportação de café cresceram significativamente entre 1873 e 1885 (Tabela 02).

**Tabela 2 – Exportações de café das colônias Santa Isabel, Santa Leopoldina e Rio Novo, no Espírito Santo (1864-1885)  
(Valores em arrobas)**

Ano	Sta. Isabel	Rio Novo	Sta. Leopoldina
1864	790	-	500
1865	2.100	-	1.800
1868	-	-	20.000
1873	-	6.500	50.000
1874	-	12.400	-
1877	-	29.040	-
1878	-	32.000	-
1883	60.000	120.833	133.333
1885	66.666	135.566	250.000

Fonte: Rocha (2000, p. 92).

Vale notar, em 1883, as colônias Santa Leopoldina, Santa Isabel e Rio Novo exportaram, juntas, 314.166 arrobas de café, o equivalente a mais de 24% do total das exportações de café da província capixaba naquele ano. Em 1885, esse percentual chegou a mais de 36,8% e, segundo Corrêa do Lago (2014), a participação dos núcleos coloniais de pequenos proprietários nas exportações totais de café do Espírito Santo continuou aumentando nos anos seguintes, de modo que a importância relativa da produção do pequeno cafeicultor autônomos no Espírito Santo foi muito

ingleses, 84 portugueses, 110 brasileiros, 12 franceses, 36 belgas, 35 holandeses e 12 chineses (Brasil, 1862).

maior do que nas províncias cafeeiras de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Além de cultivar suas próprias terras, os colonos de Santa Isabel, Rio Novo e Santa Leopoldina encontravam emprego como diaristas nas obras públicas de infraestrutura e como parceiros em grandes fazendas de café na região sul do Espírito Santo. Conforme Corrêa do Lago (2014, p. 240), no estado capixaba, “o sistema de parceria perdurou até o início dos anos 1900, mas a originalidade do setor cafeeiro do Espírito Santo durante as primeiras décadas do século XX devia-se indubitavelmente à existência de um grande número de pequenos cafeicultores” de origem europeia.

### 3. Considerações finais

Em meados do século XIX, a maioria dos imigrantes estabelecidos nas principais colônias agrícolas de língua alemã de Santa Catarina, notadamente Dona Francisca e Blumenau, trabalhava em atividades paralelas à agricultura, dedicando-se apenas parcialmente ao cultivo de suas terras. A relativa abundância de emprego como diaristas em obras públicas de infraestrutura e o desenvolvimento precoce de pequenas fábricas artesanais em Blumenau e Dona Francisca deram maior ensejo ao comércio e à indústria nessas colônias, que, em pouco tempo, tornaram-se importantes polos econômicos e industriais. Não obstante, no início da colonização da Dona Francisca, ou seja, na mesma época em que grandes cafeicultores paulistas e fluminenses empregavam europeus como parceiros nas suas fazendas de café, o sistema de parceria como forma de relação de trabalho livre também foi experimentado na colônia Dona Francisca, um dos mais importantes núcleos de colonização alemã do Brasil no século XIX. Embora tenha sido apenas um ensaio fugaz e malsucedido, a ocorrência de experimentos de parceria nessa colônia é surpreendente, uma vez que a historiografia desconsidera que o regime de trabalho de parceria possa ter acontecido nas áreas de colonização europeia do sul do Brasil.

Igualmente surpreendente é a história dos *Kaffeepflücker* (colhedores de café) na colônia Santa Isabel, em Santa Catarina. Pouco conhecida na historiografia econômica, foram esses colonos de língua alemã inicialmente contratados para trabalhar como parceiros nas regiões cafeeiras do Rio de Janeiro e São Paulo e, posteriormente, assentados pelo governo imperial

como pequenos proprietários rurais em colônias agrícolas. Apesar de muito interessante, a história dos *Kaffeepflücker* ainda carece de uma análise mais profunda e detalhada, especialmente na perspectiva da história econômica.

Em geral, o movimento interprovincial de colonos de língua alemã que chegaram ao Brasil no século XIX ainda precisa de estudos mais detalhados, constituindo uma importante agenda de pesquisa. Além dos *Kaffeepflücker* em Santa Catarina, a migração de colonos parceiros nas regiões cafeeiras de São Paulo em direção ao Espírito Santo e o movimento de imigrantes de língua alemã dentro da província capixaba, especialmente entre as colônias Santa Isabel, Rio Novo e Santa Leopoldina, são exemplos interessantes. Além de cultivarem suas terras como pequenos cafeicultores autônomos, muitos colonos estabelecidos nesses três importantes núcleos de colonização alemã do Espírito Santo trabalhavam como diaristas nas obras públicas de infraestrutura e como parceiros em grandes fazendas de café no sul da província capixaba. Na segunda metade do século XIX e no início do século XX, o sistema de parceria na grande fazenda cafeeira e a produção familiar de café na propriedade do imigrante prevaleceram como formas de relação de trabalho livre na agricultura do Espírito Santo.

Por fim, convém ressaltar que, em meados do século XIX, nas colônias alemãs de pequenos proprietários de Santa Catarina, os imigrantes, além de cultivarem alimentos, dedicavam-se, principalmente, à produção de pequenas manufaturas destinadas basicamente ao abastecimento do mercado interno. Por outro lado, na província do Espírito Santo, muitos colonos de língua alemã, estabelecidos como pequenos proprietários rurais autônomos, associavam o cultivo de suas terras ao trabalho como parceiros nas grandes fazendas cafeeiras da província capixaba. Nas suas propriedades, os imigrantes e seus descendentes basicamente produziam alimentos de subsistência e café, sendo esse gênero, na sua maior parte, destinado ao mercado mundial. Assim, no Espírito Santo, observa-se uma singularidade em relação ao quadro econômico geral dos núcleos coloniais de imigrantes de língua alemã do Brasil no século XIX: o desenvolvimento da agricultura de subsistência *pari passu* à produção agrícola cafeeira exportadora baseada na pequena propriedade e no trabalho familiar.

## Referências

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE (AHJ). Mittheilungen betreffend Dona Francisca. In *Mittheilungen betreffend die deutsche Kolonie Dona Francisca in der südbrasilianischen Provinz Sta. Catharina und die benachbarten deutschen Kolonien* [Fotocópia]. Hamburgo: Wilhelm Kühn & Co, 1852.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (APEES). Contratos de colonos alemães e austríacos (1859-1860). Disponível em: <[https://imigrantes.es.gov.br/html/contrato\\_colonos.html](https://imigrantes.es.gov.br/html/contrato_colonos.html)>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ALLGEMEINE AUSWANDERUNGS-ZEITUNG (AAZ). N. 48, drittes Jahr-Juni, 1849, p. 191. Disponível em: <[https://zs.thulb.uni-jena.de/servlets/MCRFileNodeServlet/jportal\\_derivate\\_00032499/AWZ\\_3\\_1849\\_Nr048.pdf](https://zs.thulb.uni-jena.de/servlets/MCRFileNodeServlet/jportal_derivate_00032499/AWZ_3_1849_Nr048.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ALLGEMEINE AUSWANDERUNGS-ZEITUNG (AAZ). N. 67, 8. jun. 1850, p. 165-166. Disponível em: <[https://zs.thulb.uni-jena.de/servlets/MCRFileNodeServlet/jportal\\_derivate\\_00033421/AWZ\\_4\\_1850\\_Nr067.pdf](https://zs.thulb.uni-jena.de/servlets/MCRFileNodeServlet/jportal_derivate_00033421/AWZ_4_1850_Nr067.pdf)>. Acesso em: 15 de novembro de 2024.

ANDRADA E SILVA, J. B. de. Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura. In: CALDEIRA, J. (Org.). *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Editora 34, [1823] 2002.

ALVES, D. B. Cartas de imigrantes como fonte para o historiador: Rio de Janeiro Turíngia (1852-1853). *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 45, p. 155-184, 2003.

AVÉ-LALLEMANT, R. *Reise durch Süd-Brasilien im Jahre 1858*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1859.

BEDIAGA, B. Discreto personagem do império brasileiro: Luís Pedreira do Couto Ferraz, visconde do Bom Retiro (1818-1886). *Topoi*, v. 18, n. 35, p. 381-405, 2017.

BITTENCOURT, G. A. de M. *Café e modernização: o Espírito Santo no Século XIX*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1987.

BLUMENAU, H. B. O. *A colônia alemã Blumenau na província de Santa Catarina no Sul do Brasil*. In: FERREIRA, C. (Org.). *Blumenau: Cultura em movimento*. Blumenau: Instituto Blumenau 150 anos, p. 19-65, [1856] 2002.

BLUMENAU, H. B. O. Guia de instruções aos emigrantes para a província de Santa Catarina no Sul do Brasil. In: FERREIRA, C.; PETRY, S. M. V. (Orgs.). *Um alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a política colonizadora no Sul do Brasil*. Blumenau: Cultura em Movimento, p. 175-275, [1851] 1999.

BRASIL. Decreto nº 1.566, de 24 de fevereiro de 1855. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1855*. Tomo XVII. Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1856.

BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório da Terceira Diretoria da Secretaria D'Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas*. Anexo ao “Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da Décima Primeira Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Manoel Felizardo de Souza e Mello”. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862.

BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Sétima Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1878.

BRASIL. Ministério da Agricultura. *Relatório da Repartição dos Negocios da Agricultura*. Anexo ao “Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Décima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Barão de Itaúna”. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1872.



BRASIL. Ministerio do Império. *Relatorio de Luiz Pedreira do Coutto Ferraz apresentado ao Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Sergio Teixeira de Macedo*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1859.

BROWNE, G. P. Política imigratória no Brasil Regência. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 307, p. 37-48, 1975.

BUARQUE DE HOLANDA, S. As colônias de parcerias. In: BUARQUE DE HOLANDA, S.; CAMPOS, P. M. (Orgs.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, v. 5. O Brasil Monárquico: Reações e transações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 289-307, 2004.

CABRAL, O. R. *História de Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

CARNEIRO, J. F. *Imigração e colonização no Brasil*. Publicação Avulsa, n. 2. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1950.

CORRÊA DO LAGO, Luiz Aranha. *Da escravidão ao trabalho livre, 1550-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

COSTA, H. J. da. Observações sobre o estado da agricultura e população no Brasil. *Correio Braziliense*, v. 6. Londres: W. Lewis, Paternoster-row, 1811.

CUNHA, D. *Suíços em Joinville: o duplo desterro*. Joinville: Letradágua, 2003.

DAEMON, B. C. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica e estatística*. Vitória, 1879.

DAVATZ, T. *Die Behandlung der Kolonisten in der Provinz São Paulo in Brasilien und deren Erhebung gegen ihre Bedrücker. Ein Noth-und Hilfruf an die Behörden und Menschenfreunde der Länder und Staaten, welchen die Kolonisten angehörten*. Chur: Druck von L. Hitz, 1858.

DAVATZ, T. *Memórias de um colono no Brasil: 1850*. São Paulo: Martins; Editora da USP, 1972.

DEAN, W. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DER COLONIST. Disponível em: <<http://kbaargau.visual-library.de>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

DEUTSCHE AUSWANDERER-ZEITUNG. Disponível em: <<https://www.digitale-sammlungen.de>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ESPÍRITO SANTO. *Relatorio do Presidente da Provincia do Espírito Santo, o Dr. Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1847*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário de N. L. Vianna, 1848.

ESPÍRITO SANTO. *Relatorio do Presidente da Provincia do Espírito Santo, o Dr. Jose Mauricio Fernandes Pereira de Barros, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1856*. Vitória: Typ. Capitaniense de P. A. D'azeredo, 1856.

ESPÍRITO SANTO. *Relatorio do Segundo Vice-Presidente da Provincia do Espírito Santo, o Sr. commendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1858*. Vitória: Typographia Capitaniense de P. A. D'azeredo, 1858.

ESPÍRITO SANTO. *Relatorio do Presidente da Provincia do Espírito Santo, o Bacharel Pedro Leão Velloso, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1859*. Vitória: Typographia Capitaniense de P. A. D'azeredo, 1859.

ESPÍRITO SANTO. *Relatorio apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1861 pelo Presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior*. Vitória: Typ. Capitaniense de P. A. D'azeredo, 1861.

ESPÍRITO SANTO. *Relatorio apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1864 pelo 1º Vice-Presidente Dr. Eduardo Pindahiba de Mattos*. Vitória: Typ. Liberal do Jornal da Victoria, 1864.

FERENCZI, I.; WILLCOX, W. F. *International migrations*, v. 1: Statistics. Nova York: NBER Books, 1929.

FERREIRA DA SILVA, J. *História de Blumenau*. Florianópolis: Edeme, 1972.

FERREIRA DA SILVA, J. *O Doutor Blumenau*. Florianópolis: Edeme; Paralelo 27, 1995.

FICKER, C. *História de Joinville: subsídios para a crônica da colônia Dona Francisca*. Joinville: Imp. Ipiranga, 1965.

FRANCESCHETTO, C. *Italianos: base de dados da imigração italiana no Espírito Santo nos séculos XIX e XX*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014.

HANDELMANN, H. *História do Brasil*. Tomo II. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

HEFLINGER JUNIOR, J. E. *Ibicaba: o berço da imigração europeia de cunho particular*. Limeira: Unigráfica, 2007.

HERING, M. L. R. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: FURB, 1987.

LAMOUNIER, M. L. Between slavery and free labour: experiments with free labour and patterns of slave emancipation in Brazil and Cuba c.1830-1888. Tese de doutorado (Economia). London School of Economics and Political Science. Londres, 1993.

LAMOUNIER, M. L. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. Campinas: Papyrus, 1988.

MAMIGONIAN, A. Estudos geográficos das indústrias de Blumenau. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 3, v. 27, p. 389-481, 1965.

NEUE ZÜRCHER ZEITUNG (NZZ). 3. out. 1850, p. 1.220. Disponível no Arquivo Histórico de Joinville.

OBERACKER JUNIOR, C. H. A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola. In: BUARQUE DE HOLANDA, S.; CAMPOS, P. M. (Orgs.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, v. 5: O Brasil Monárquico: reações e transações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 260-288, 2004.

PETRONE, M. T. S. *O imigrante e a pequena propriedade, 1824-1930*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PIAZZA, W. F. *A colonização de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

PRADO JUNIOR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

RICHTER, K. A fundadora de Joinville: sociedade colonizadora de 1849 em Hamburgo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, n. 4, p. 76-114, 1983.

ROCHA, G. *Imigração estrangeira no Espírito Santo 1847-1896*. Vitória, 2000.

ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969.

ROCHE, J. *A colonização alemã no Espírito Santo*. São Paulo: Difusão Européia, 1968.

RODOWICZ-OSWIECIMSKY, T. *Die Colonie Dona Francisca in Süd-Brasilien*. Hanburg: J.S. Mefyler und Melle, 1853.

RODOWICZ-OSWIECIMSKY, T. *A colônia Dona Francisca no sul do Brasil*. Florianópolis: Editora da UFSC; Joinville: FCJ, 1992.

SALETO, N. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado e trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: Edufes, 1996.

SANTA CATARINA. *Relatorio do Presidente da Provincia de Santa Catharina, Francisco Carlos d'Araujo Brusque, apresentado na Assembleia Legislativa Provincial na 1ª Sessão da 10ª Legislatura*. Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil, 1860.

SANTA CATARINA. *Relatorio do Presidente da Provincia de Santa Catharina, Francisco Carlos d'Araujo Brusque, apresentado na Assembleia Legislativa Provincial na 1ª Sessão da 10ª Legislatura*. Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil, 1861.

SCHRÖDER, F. *A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859*. São Leopoldo: Editora da Unisinos; Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2003.

SEYFERTH, G. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1999.

SILVA FERREIRA, L. M. Terra, trabalho e indústria na colônia de imigrantes Dona Francisca (Joinville), Santa Catarina, 1850-1920. Tese de doutorado (História Econômica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SILVA FERREIRA, L. M. Empresários alemães no sul do Brasil: a trajetória da *Kolonisations-Verein von 1849 in Hamburg* (1846-1855). *História Econômica & História de Empresas*, v. 23, n. 1, p. 165-196, 2020.

SILVA FERREIRA, L. M. Sistema de parceria e mercado de trabalho na colônia Dona Francisca: novas evidências sobre a colonização europeia no sul do Brasil na transição da escravidão, 1851-1876. *Estudos Econômicos*, v. 54, n. 1, p. 97-134, 2024.

SOCIEDADE COLONIZADORA DE HAMBURGO DE 1849 EM

HAMBURGO (SCH). Primeiro relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, março de 1851. Cópia do manuscrito original em alemão. Tradução: Helena R. Richlin.

SOCIEDADE COLONIZADORA DE HAMBURGO DE 1849 EM HAMBURGO (SCH). Décimo relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, setembro de 1861. Cópia do manuscrito original em alemão. Tradução: Helena R. Richlin.

SOCIEDADE COLONIZADORA DE HAMBURGO DE 1849 EM HAMBURGO (SCH). Décimo terceiro relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, outubro de 1864. Cópia do manuscrito original em alemão. Tradução: Helena Remina Richlin.

SOCIEDADE COLONIZADORA DE HAMBURGO DE 1849 EM HAMBURGO (SCH). Trigésimo oitavo relatório da direção da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, março de 1891. Cópia do manuscrito original em alemão. Tradução: Helena Remina Richlin.

STEINER, C. E. *Origem e migração das famílias estabelecidas nas colônias Santa Isabel, Teresópolis e Itajaí (1847-1865)*. Campinas: Edição do autor, 2019.

STEINER, C. E. Os Kaffeepflücker: da Turíngia para Santa Isabel. In: JOCHEM, T.; BRUCH, J. (Orgs.). *Páginas da colonização: estudos/subsídios históricos sobre a Colônia Alemã Santa Isabel – 175 anos de Fundação*. 2022. Disponível em: <<http://tonijochem.com.br/artigos-paginas-da-colonizacao/>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

SUDHAUS, F. *Deutschland und die Auswanderung nach Brasilien im 19. Jahrhundert*. Hamburg: Hans Christians Verlag, 1940.

TOTVARD, C. K. de. O Governo e a colonização. *Correio Mercantil*, n. 312, 10 nov. 1860. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20186&pesq=to-tv-rad&pagfis=18304>>. Acesso em: 15 de novembro de 2024.



TSCHUDI, J. J. von. *Reisen durch Südamerika*. Band III. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1867.

TSCHUDI, J. J. von. *Viagem à província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860*. Coordenação editorial e posfácio de Cilmar Franceschetto. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.

VIOTTI DA COSTA, E. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

VISCONDE DE ABRANTES. *Memoria sobre meios de promover a colonização*. Berlim: Typographia de Unger Irmãos, 1846.

VOIGT, A. F.; LANGE, D.; SCHNEIDER, H.-G.; WERLICH, R. A imigração forçada dos 'Kaffeepflücker': razões e vestígios da tragédia de Böhlen em 1852. In: JOCHEM, T.; SILVEIRA, D. (Orgs.). *1829: São Pedro de Alcântara, páginas de sua história*. São Pedro de Alcântara: Casa da Cultura de São Pedro de Alcântara, 2020.

WAGEMANN, E. *A colonização alemã no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1949.

WERNECK, L. P. de L. *Ideias sobre colonização*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865.

WITTER, J. S. *Ibicaba, uma experiência pioneira*. São Paulo: APESP/Coletânea Teses e Monografias, v. 5, 1982.

WITZEL DE SOUZA, B. Ga. Imigração alemã e mercado de trabalho na cafeicultura paulista: um estudo quantitativo dos contratos de parceria. *História Econômica & História de Empresas*, v. 15, n. 2, p. 81-109, 2012.

WITZEL DE SOUZA, B. G. The rationale of sharecropping: immigrant bonded laborers and the transition from slavery in Brazil (1830-1890). *Ibero America Institute for Economy Research. Discussion Papers*, v. 239, p. 1-50, 2019.

WITZEL DE SOUZA, B. G. Like the swing of the pendulum: the history of government-sponsored rural settlements in São Paulo, Brazil (1820s-1920s). *Economic History of Developing Regions*, v. 38, n. 3, p. 305-334, 2023a.

WITZEL DE SOUZA, B. G. The same contract that is suitable for your Excellency: Immigration and emulation in the adoption of sharecropping-cum-debt arrangements in Brazil (1835-80), *Economic History Review*, v. 7, p. 612-43, 2023b.

# Memórias da migração e do trabalho: três mulheres alemãs no Brasil (1880-1920)\*

## *Memories of migration and work: three German women in Brazil (1880-1920)*

Karen Macknow Lisboa\*\*

**Resumo:** O artigo explora a questão do trabalho feminino no contexto dos movimentos migratórios no Brasil. Analisa-se o perfil de três mulheres de origem alemã que se mudaram para o Brasil nas décadas de 1880/1900: (i) Ina von Binzer, uma jovem solteira que trabalhou como professora particular nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo; (ii) Therese Stutzer, que junto ao marido e filhos se estabeleceram como colonos em Blumenau; e (iii) Emilie Heinrichs, que com o marido se tornam “pioneiros” no Rio Grande do Sul, ao se instalarem numa colônia ainda tomada pela floresta subtropical. Baseado em seus registros publicados, pretende-se dar visibilidade às diferentes práticas de trabalho dessas mulheres. Nesse percurso, perfila-se aspectos do papel feminino no processo migratório, sua contribuição direta ou indireta para a economia de uma sociedade predominantemente patriarcal, verificando os desafios, as transformações e permanências identitárias.

**Palavras-chave:** História das mulheres. Migração internacional. Gênero. História do trabalho. Alemanha. Brasil.

**Abstract:** This article investigates the issue of women’s work in the context of Brazilian immigration history. The article analyzes the biographical sketches of three women of German origin who moved to Brazil in the 1880s

\* Submissão: 23/09/2024 | Aprovação: 15/11/2024 | DOI: 10.29182/hehe.v27i3.1030

Para uma versão anterior deste texto com uma abordagem temática mais ampla, ver Lisboa (2022).

\*\* Professora colaboradora da Freie Universität Berlin; Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo e ex-professora do Departamento de História da FFLCH/USP | ORCID: 0000-0003-3914-3378 | E-mail: karenlisboa@me.com



and 1900s: (i) Ina von Binzer, a young single woman who worked as private teacher in the provinces of Rio de Janeiro and São Paulo; (ii) Therese Stutzer, who settled as colonist in Blumenau, jointly with her husband and children; and (iii) Emilie Heinrichs, who became a “pioneer” in Rio Grande do Sul, jointly with her husband, settling in a colony still covered by the subtropical forest. Based on their published records, the aim is to give visibility to the different working practices of these women. Along the way, the article examines facets of the role played by women in the migratory process, their direct or indirect contributions to the economy of a predominantly patriarchal society, and verifies their identitarian challenges, transformations and continuities.

**Keywords:** Women’s history. International migration. Gender. Labor history. Germany. Brazil.

**JEL:** J16. N36. N96. J40. J12.

## Introdução

O presente artigo pretende explorar a questão do trabalho feminino no contexto dos movimentos migratórios no Brasil. Para tanto, analiso o perfil de três mulheres migrantes de origem alemã que se mudaram para o Brasil nas décadas de 1880/1900.<sup>1</sup> Trata-se de Ina von Binzer, Therese Stutzer e Emilie Heinrichs. São três perfis distintos, com destinos diferentes, cujas experiências individuais são registradas por escrito, contribuindo para a vasta documentação dos “movimentos transnacionais” (Seyferth, 2013, p.121).

Ina von Binzer (1856-1906) nasceu em Lauenburg, no norte da Alemanha. Formou-se como professora e acompanhou a família a Königsberg, na Prússia. Lá adquiriu alguma experiência no ensino, seguindo depois ao Brasil entre 1881 e 1883/4, contratada por uma família no Rio de Janeiro. Em sua estadia no país, passou pela cidade de São Paulo e depois interior da província, trabalhando para famílias abastadas, após um breve período na capital do Império, onde lecionou numa escola para moças. Após seu retorno à Alemanha, graças ao apoio financeiro de um tio, dedicou-se à profissão de escritora sob o pseudônimo Ulla von Eck. Passou por uma estada em Berlin e mudou-se então para o norte da Alemanha, casando-se com o juiz de comarca Dr. Adolf von Bentivegni, assumindo o seu sobrenome.<sup>2</sup>

Therese Stutzer (1841-1916), que acompanhou seu marido, Gustav Stutzer, viveu numa primeira estadia em Blumenau de 1885 a 1887. Nata Schott, frequentou a escola até os 16 anos de idade. Casou-se com Gustav Stutzer, pastor luterano e fundador de um asilo para doentes psiquiátricos. Therese muito o apoiou em seu trabalho. O período emigratório do casal e seus filhos se divide em duas fases. Blumenau foi apenas a primeira estadia de sua emigração (1885-1887). Após retornarem à Alemanha, em 1891 estavam novamente no Brasil, estabelecendo-se em Ribeirão Pires

---

<sup>1</sup> Aqui me apoio nas definições de Seyferth acerca do termo migração moderna: “Migração significa a recolocação de indivíduos ou grupos no espaço geográfico. A migração humana moderna, por sua vez, diz respeito aos movimentos intercontinentais de pessoas desde o século XVI, associados ao colonialismo e, como parte do contexto da formação de novos estados no século XIX, com a emigração de europeus (e outros), inicialmente com algum grau de liberdade, mas depois cada vez mais controlados por políticas governamentais mais restritivas” (Seyferth, 2013, p. 125, tradução minha).

<sup>2</sup> Para mais informações, ver Callado (1994, p. 7-8).

(São Paulo) até 1909, quando voltaram por razões de saúde à terra natal. Therese também se dedicou timidamente à escrita literária. Neste artigo, concentro-me apenas no período de Blumenau.

Por fim, Emilie Heinrichs emigrou para o Rio Grande do Sul ao lado de seu marido, em 1901, para a colônia São Lourenço. Fundada em 1858 por Jacob Rheingantz, essa colônia particular ainda dispunha de terras virgens à época (Roche, 1969, p. 113). Infelizmente não dispomos de mais dados biográficos sobre Emilie Heinrichs. De seu livro depreende-se que quando emigrou ao Brasil, ela era recém-casada e ainda não tinha filhos. Portanto, devia estar na casa dos 20 anos. Também se evidencia que sua família e seus amigos viviam em Münster (na Renânia do Norte-Vestfália), onde ela também residia e para onde retornam em 1904 (Heinrichs, 1921, p. 87).

Em termos de fontes, utilizo-me de material epistolar e da produção bibliográfica dessas mulheres. No caso de Therese, é uma compilação de cartas que ela escreveu em Blumenau no ano de 1885, destinadas a uma interlocutora na Alemanha. As cartas estão incluídas em duas publicações de autoria do marido Gustav (Stutzer, 1916; 1927). Já no caso de Ina von Binzer igualmente trata-se de material epistolar, compilado e publicado na Alemanha em 1887 por ela mesma, sob um pseudônimo. A destinatária dessas cartas muito provavelmente era um personagem ficcional (Binzer, 1994). E por fim, o livro de Emilie, intitulado *Die Frau des Auswanderers* (1921), uma memória feminina da emigração e do período de quatro anos como colona no meio da floresta subtropical.

A temática feminina na história da imigração no Brasil tem sido tratada nas últimas décadas por alguns estudos que se tornaram referência historiográfica. Dentre eles destacam-se as pesquisas de Maria Luiza Renaux (1995) e Gisela Büttner Lermen (2006)<sup>3</sup>. Esses trabalhos emanaram da percepção de que a historiografia da migração ao Brasil (não somente) girava em torno da figura masculina e europeia, em grande parte heroificada no homem imigrante europeu, branco, que prospera, que contribui para o desenvolvimento social, econômico e político da região e do país

---

<sup>3</sup> Lermen realizou acurada pesquisa sobre a vida, o cotidiano, a sociabilidade de mulheres imigrantes de idioma alemão. Seu foco recai sobre mulheres católicas entre 1824 e 1939, cujos necrológios e documentos pessoais serviram de principal fonte. Nesse amplo escopo, a questão do trabalho não é temática prioritária.



onde se assentou. Nessa visão, as mulheres migrantes não são consideradas como sujeitos históricos, como agentes de transformação. E tangendo a questão mais específica deste artigo, o trabalho feminino e a contribuição direta ou indireta das mulheres para a economia de uma sociedade, elas também permaneceram na invisibilidade. Como bem observaram Wolff e Récchia (1999, p. 61), o trabalho das mulheres, “muitas vezes silencioso, é responsável por grande parte da produção agrícola, artesanal, industrial e de serviços no Estado. Além disso, o trabalho doméstico, tão desconsiderado e, ao mesmo tempo, tão importante para a sobrevivência de todos, é quase totalmente realizado por elas”.

Aqui revisito os escritos dessas três mulheres, que já foram objeto de estudos (Renaux, 1995; Schamm, 2008; Machado, 2010; Seyferth, 2013; Fend, 2020). A pesquisa de Renaux é uma das primeiras e importantes referências que tratam da questão feminina na história da imigração, a exemplo do que ocorreu no Vale do Itajaí entre 1850 e 1950. A historiadora analisa a trajetória das mulheres, considerando o contexto sócio-histórico, marcado pelas relações patriarcais e os desafios que a imigração impunha às mulheres. Nestes 100 anos observou-se a transformação do papel da mulher, numa região que aos poucos foi economicamente prosperando, em que a “casa global camponesa” deu espaço para a “casa burguesa”. No primeiro caso, as atividades econômicas estavam integradas à vida doméstica e eram fundamentais para a economia rural. No segundo caso, uma linha divisória entre o homem e a mulher se instalou. A mulher casada devia voltar-se à criação dos filhos e aos cuidados da casa, sob a moral da cristã, enquanto o homem era o provedor, que trabalhava fora de casa. Renaux traça uma análise sociocultural que contempla todos os campos da existência feminina ao longo desses 100 anos. Nesse esforço totalizante, a questão do trabalho feminino não é um foco específico, e sim é parte integrante das atividades femininas, a depender do contexto social e temporal. Apenas quando trata das mulheres operárias na fábrica no início do século XX ou das mulheres empreendedoras após 1920, a temática do trabalho assume centralidade.

Por motivos de limitações de espaço, não cabe aqui aprofundar uma discussão historiográfica em torno desses trabalhos. Pois o que aqui é proposto não inova constatações acerca da importância do papel feminino na história da imigração. No entanto, chama a atenção que, nas pesquisas

que tratam de um universo maior de mulheres (Renau, 1995; Lermen, 2006; Fend, 2020), o foco se restringe a uma região de colonização imigrante. E o nosso propósito é aumentar esse recorte espacial e de tipo de movimento migratório, ao considerar três perfis de mulheres diferentes que se destinam mais ou menos no mesmo período para regiões que se diferenciam socioculturalmente. Ou seja, o caso da preceptora Ina von Binzer, que se desloca para uma região por assim dizer tipicamente luso-brasileira e em amplo desenvolvimento econômico em virtude da cafeicultura; o caso de Therese Stutzer, que se instala com a família na cidade de Blumenau, já na fase de urbanização sob modelo burguês; e o caso de Emilie Heinrichs, que acompanha o marido para uma zona pioneira de colonização no Rio Grande do Sul, embora estejamos já no início do século XX. Vale ressaltar ainda que Renau é quem analisa um maior universo de trajetórias femininas no Vale do Itajaí. Para descrever os anos pioneiros de colonização no Vale Itajaí (1850-1860), ela se utiliza longamente do relato de Heinrichs (Renau, 1995, p. 75-80, 85-88), que repousa, porém, em suas experiências no Rio Grande do Sul e cinquenta anos depois.<sup>4</sup>

No presente texto, quero dar visibilidade às dimensões das atividades produtivas remuneradas ou não de mulheres migrantes. Diante dessa temática, considerei metodologicamente oportuno contemplar trajetórias migratórias diferentes, mas que teriam semelhanças suficientes para possibilitar comparações, o que apresentarei a seguir. Além disso, tudo indica que nos escritos dessas mulheres e suas trajetórias residiria um grande potencial heurístico para responder à questão proposta. Pois em todos esses textos, de natureza diferente, como já brevemente mencionado, o trabalho e as atividades produtivas estão sempre presentes, oscilando em sua intensidade.

Nas biografias de Ina von Binzer, Therese Stutzer e Emilie Heinrichs, o que certamente se assemelha é o fato de todas as três terem saído da Alemanha no período do reino unificado nacional (desde 1871) e colonial, após 1884-1885, com a sua participação na corrida imperialista e na partilha da África. No contexto das discussões, discursos e políticas imperialistas, a existência de assentamentos e colônias de origem migratória

<sup>4</sup> Ao que tudo indica, Fend (2020) incorre mesmo em um erro, pois afirma que Heinrichs aportou em Santa Catarina. Cf. p. 12.

alemã na América Latina assumiu um importante papel.<sup>5</sup> O *Deutschtum* (germanidade), um fenômeno que se baseava na “ideia de uma comunidade étnica constituída por ascendência, língua e costumes” (Schulze, 2008, p. 21) se fortalece nesse período, visando a uma crescente expansão por meio de diversas formas (políticas, culturais, institucionais, literárias etc.) em regiões não europeias. Outras características compartilhadas por elas é o fato de retornarem mais cedo ou mais tarde à Alemanha; terem sido mulheres alfabetizadas, pertencentes a uma classe média letrada, de etnia branca; e de nesses textos narrarem detalhadamente a sua experiência como viajante, migrante, colona, alemã, mulher, esposa, mãe, educadora (des)empregada, solteira/noiva, e sob essas perspectivas descreverem o mundo e as pessoas em volta. Finalmente, outra similaridade é a sua formação sociocultural: as três foram criadas em estruturas sociais patriarcais. Na Alemanha, os poderes patriarcais vingaram ao longo do século XIX e XX adentro e se transferiam do pai para o esposo, limitando o poder de decisão e de independência das mulheres. (Renaux, 1995, p. 11-16; Nipperdey, 1998, p. 74). Somente em final de 1950 essa situação se alterou com a reforma do direito da família. Na constituição da República Federativa Alemã firmou-se somente em 1953 a igualdade dos sexos perante os direitos,<sup>6</sup> o que evidentemente não significou que na prática esses direitos fossem executados. Mas essa discussão não cabe aqui em meu escopo.

Tanto no Brasil do final do Império e início da República como no Reino Alemão, o patriarcado norteava os papéis das mulheres e dos homens na sociedade, bem como fornecia os elementos para a construção identitária dos gêneros e de sua atuação na família e no campo do trabalho no lar e/ou fora de casa. Se para as três mulheres ora analisadas os papéis sociais, suas tarefas domésticas e profissionais (no caso de Ina von Binzer) muito provavelmente parecessem claros e definidos quando ainda na “pátria”, a emigração implica novos contextos criados por uma série de mudanças – climáticas, geográficas, sociais, culturais, econômicas –, remexendo os elementos constitutivos dessas identidades e das práticas.<sup>7</sup>

<sup>5</sup> Acerca do papel dos núcleos coloniais alemães no Brasil no contexto do colonialismo/imperialismo alemão, ver Lisboa (2008, p. 95-97).

<sup>6</sup> Para mais detalhes, ver Renaux (1995, p. 11-16).

<sup>7</sup> A discussão identitária repousa aqui nas abordagens pós-modernas que criticam o conceito essencialista de identidade (Castro, 2009, p. 61). Elas justamente recusam a noção de uma identidade rígida, como se fosse dada ou nata, homogênea, fixa, acabada e substancial, cujo essencialismo é

Igualmente, nos casos de Therese Stutzer e Emilie Heinrichs, a imigração tem seu impacto na família e no planejamento familiar. Tal qual Stolcke (1988, p. 208) notou, embora em outro contexto econômico e geográfico de migração, a mudança de relações produtivas também desafiou a “moralidade familiar e as relações de gênero”. A isso ainda vale acrescentar que essas mulheres europeias, apesar de sua formação no patriarcado, pertencem a uma camada social e a uma “raça” privilegiadas no contexto do colonialismo. Essas mulheres brancas e europeias sustentam, por assim dizer, os eixos do padrão de “poder eurocentrado”, ainda que numa posição subalterna ao homem burguês europeu, mas certamente menos inferiorizada que a maioria das mulheres não brancas (não europeias).<sup>8</sup>

## 1. Intenção da escrita

Na Alemanha do século XIX, o público leitor em geral aumentou e uma parte relevante desses leitores era formada por mulheres. A partir de 1860, observa-se uma democratização da leitura, reforçada também pela crescente urbanização, bem como pelo aumento de uma classe média burguesa e a melhora na educação básica (Nipperdey, 1998, p. 752-753). Apesar desse acesso ao mundo letrado, os papéis da mulher na sociedade, com seus deveres e direitos, permaneciam subjugados às determinações dos poderes masculinos da instância paterna e marital, garantidos pelos regulamentos do direito familiar (Nipperdey, 1998, p. 74). No projeto burguês, a “mulher passou a ser a ajudante do homem, a educadora dos filhos, um ser de virtude, o anjo do lar”. E em oposição, vigorava a imagem das “mulheres fatais e as decaídas” (Telles 2001, p. 401-402).

---

chão fértil para discursos e práticas nacionalistas, fundamentalistas, sexistas e xenófobas. Outro aspecto dessa reconceitualização é entender a identidade como categoria dinâmica, nada estática, que está em permanente construção a partir da interação entre o sujeito e a sociedade na qual vive. Segundo Castro (2009, p. 62, tradução minha), “a subjetividade das mulheres está dada pela posição que ocupam em seu grupo e pelas relações que estabelece o grupo com o exterior. [...] Portanto, não se pode conceber a identidade como algo concluído, pois esta é dinâmica, já que o sujeito a aciona, a manipula e a renova constantemente”.

<sup>8</sup> Lugones (2020, p. 52-61) justamente critica o conceito de colonialidade em Aníbal Quijano, por não relacionar a questão da raça com a questão de gênero, isto é, o eixo analítico da colonialidade por ele proposto não é suficiente para dar conta de todos os aspectos do gênero. A partir do conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw, entre outras autoras, Lugones procura analisar as especificidades das mulheres “de cor” (que inclui outras etnias, “raças” e pessoas LGBTQ) no contexto do colonialismo, ressaltando a heterogeneidade e as diferenças próprias do gênero “mulher”, marcadas por hierarquias.

Nesse binarismo de conceitos que moldavam a cultura burguesa, a escrita de livros não era considerada como apropriada à alçada feminina, por mais que elas representassem boa fatia do público leitor. Como “à mulher é negada a autonomia”, igualmente lhe é negada “a subjetividade necessária à criação” para a escrita literária, afirma Norma Telles (2001, p. 403). Ou, como explicita Scheitler (1999, p. 28-29), a publicação de escritos não correspondia ao ideal feminino do século XIX. E se fosse de fato para publicar algo, essa escrita não deveria tematicamente ultrapassar os limites e as amarras estabelecidos por esses ideais, como, por exemplo, temas ligados à política e a questões sociais, considerados inapropriados para mulheres. Embora Scheitler focasse a clássica literatura de viagem feminina, essas observações certamente podem ser estendidas às autoras aqui analisadas.

A despeito desses entraves, também foi no século XIX que o número de escritoras começou a crescer. Nesse cenário, observa-se nos casos das três migrantes e seus textos o seguinte: Ina von Binzer possivelmente teria recorrido a uma estratégia para justamente fugir desses entraves. Ela empregou um pseudônimo, Ulla von Eck, e criou uma interlocutora fictícia, Grete, colega de ofício, utilizando-se da forma epistolar para relatar as suas observações sobre o país, as suas experiências de viagem e de trabalho. E assim ela se aproximou ao romance epistolar mas também ao relato viageiro e sua obra também pode ser incluída ao vasto e híbrido gênero da literatura de viagem (Lisboa, 2011, p. 82-89). Também esse é um gênero muito apreciado no século XIX, cuja autoria foi predominantemente masculina (Leite, 1997, p.100; Scheitler, 1999, p. 29; Machado, 2010, p. 14-22) e que ocupou uma importante função nos discursos (neo)colonialistas e as práticas imperialistas exercidas pelos centros hegemônicos (Pratt, 1999).

Ina von Binzer editou ela mesma o seu livro – sob o pseudônimo – enquanto no caso de Therese foi o marido quem publicou as cartas, incluindo-as tanto numa biografia que ele escreveu sobre ela como num livro de suas próprias memórias (Stutzer, 1916; 1927). É como se o marido autorizasse assim a escrita da própria mulher, reiterando os poderes hierárquicos e patriarcais vigentes na sociedade do século XIX e XX.

Tanto a escrita de Therese como a de Emilie não foram movidas em primeira instância por ambições artísticas e literárias, ao contrário de Ina



von Binzer, que ao voltar para Alemanha seguiu a carreira de escritora ficcional. Os textos de Therese e Emilie eram destinados *a priori* aos/làs leitores/as que estiveram envolvidos/as com a questão emigratória.<sup>9</sup> No caso de Ina, a questão também aparece, porém de forma mais específica. Reiteradamente ela se dirige à sua interlocutora duvidando se vale a pena ela procurar uma colocação para a sua colega. E nesse quesito, também transpira uma certa advertência ao projeto de obter trabalho no Brasil. Já o livro que mais exterioriza a advertência é o de Emilie. Essa memória da emigração, conforme atestado na apresentação, destina-se a mulheres como apelo para evitar a emigração voltada a projetos pioneiros na área rural do Brasil (Heinrichs, 1921, p. 4). O livro foi publicado em 1921 pelo St. Raphaels-Verein, uma associação fundada por volta de 1870 para proteger os (potenciais) emigrantes da exploração humana e do aviltamento psicológico (Heinrichs 1921, contracapa), justamente no início de uma década marcada pelo fim do Império alemão, as agruras do pós-guerra, os agitados anos da República de Weimar e o ápice em termos numéricos da emigração alemã ao Brasil.<sup>10</sup>

## 2. Trabalho e cotidiano

Considerando a importância da temática do trabalho no contexto migratório, não surpreende que o assunto assumia um lugar relevante na narrativa de todas as fontes analisadas por este artigo, embora com diferentes intensidades. Para Therese Strutzer e Emilie Heinrichs tratava-se de trabalhos e atividades não remunerados, ao contrário de Ina. Apesar dessa diferença substancial entre trabalho remunerado e não remunerado, prevalecia a atuação no âmbito privado. Tanto Emilie quanto Therese assumiam o papel de esposa (ambas), de (futura) mãe atendendo às tarefas e aos desafios que a emigração e a colonização impunham. No caso de Emilie, verificaremos que ela foi obrigada a não somente trabalhar no âmbito doméstico, mas também nas atividades rurais impostas pela con-

<sup>9</sup> Therese publicou em 1889 um livro de contos ficcionais inspirados nas experiências migratórias no Brasil, intitulado *Deutsches Leben am Rande des brasilianischen Urwaldes (Vida alemã à beira da floresta brasileira)*. Esses contos tiveram boa recepção no meio letrado dos imigrantes de língua alemã e em parte foram utilizados como leitura escolar (Stutzer, 1927, p. 312-313).

<sup>10</sup> De 1920 a 1929, mais de 75 mil imigrantes alemães entraram no Brasil, número muito mais pronunciado do que em décadas anteriores e posteriores. De 1819 a 1933, o total dos imigrantes alemães no Brasil conta quase 217 mil. Ver Rinke, Fischer e Schulze (2009, p. 87).



dição “pioneira”. O grande desafio para o casal era justamente transformar um lote no interior da floresta subtropical, bastante isolado, em próspera terra cultivável. Já Ina se lançou no mercado da prestação de serviços educativos no âmbito doméstico, voltada a lecionar os filhos de famílias luso-brasileiras abastadas. Apenas por um breve período trabalhou também numa escola para moças de classe média e alta no Rio de Janeiro.<sup>11</sup>

## 2.1 Ina/Ulla: uma professora em peregrinação

Como já mencionado, ao imigrar para o Brasil era Ina von Binzer uma mulher jovem, entre 22 a 23 anos, solteira, que tinha uma profissão e que chegara ao Brasil já com emprego. Como protagonista dos “movimentos transnacionais” (Seyferth, 2013, p. 121), ela passou, ao longo de sua estadia de praticamente um ano e meio, por vários empregos no Brasil.<sup>12</sup> Tendo emigrado ao Brasil para passar algum tempo mais longo e exercer sua profissão, ela não se deslocou para as regiões típicas de colonização europeia e tampouco se autodeclarava “imigrante”.

As cartas de Ina von Binzer nos revelam vários detalhes sobre o cotidiano e as condições de trabalho de uma preceptora estrangeira no Brasil. Seu primeiro emprego foi na fazenda São Francisco, que se encontrava no interior do Rio de Janeiro, na região cafeeira da Baixada Fluminense. Segundo o relato da autora, o proprietário possuía cerca de duzentos trabalhadores escravizados e produzia principalmente café. Em todas as cartas, a maioria dos nomes dos personagens foi ficcionalizado. O proprietário, Dr. Rameiro, talvez fosse da família dos barões de Rameiro (Duarte, 1994, p.14). Nesse ambiente, a autora se queixa de sua rotina de trabalho:

Aqui, as aulas são das sete às dez; depois vem o [pequeno] almoço quente, pelo qual Madame Rameiro nos faz esperar inutilmente até às dez e meia, de maneira que não posso mais sair, porque logo após o último bocado, tenho de voltar às aulas. Prosseguimos até a uma hora, quando

<sup>11</sup> Há indícios de que o colégio onde Ina von Binzer lecionou foi o Lebre-Rouannet ou o Jacobina; ambos eram as únicas instituições leigas no Rio de Janeiro (Duarte, 1994, p. 15).

<sup>12</sup> A primeira carta de Ulla/Ina é de 27 de maio de 1881 e a última de 9 de janeiro de 1883, em que anunciava que em breve estaria na Europa. O seu exato período de estadia no Brasil não pode ser definido pelas cartas.

temos então trinta minutos para o lanche; à uma e meia começam as aulas de piano que vão até às cinco, quando servem o jantar (Binzer 1994, p. 31).

Ina von Binzer parecia muito insatisfeita com o ritmo de trabalho. Ela perguntou à sua interlocutora: “Quando poderei passear antes das seis?” E critica os seus patrões: “Eles querem engolir cultura às colheradas e nunca têm uma tarde livre, um dia desocupado, nem muito menos uma semana de férias durante todo o ano. Fico desesperada só em pensar, e ainda todo esse tempo sem uma palavra de alemão. Nas aulas, como na mesa, só se fala francês e com os pretos [escravos], português”. Ina/Ulla escreve essa carta com um tom de apelo: “Ah, Grete, realmente é muito mais duro do que se pode imaginar de longe. Reflita bem se devo mesmo procurar uma colocação para você aqui” (Binzer, 1994, p. 31).

O trabalho nessa fazenda muito lhe desagradava. Desde o ritmo de trabalho, o interior barulhento da casa (“nesta casa idílica tudo se ouve de toda parte”) (Binzer, 1994, p. 21-22), a umidade do quarto (p. 57), a cama – “um banco rústico de madeira” com um colchão composto de ervas, galhos e gravetos que mais era um “banco de tortura” (p. 32) –, até o sentimento de solidão (p. 56). Apesar de se tratar de uma propriedade que dispunha de bastante recursos (afinal mantinha aproximadamente 120 pessoas escravizadas), o conforto, aos olhos de Ina, era diminuto.

Dos 12 filhos dos patrões, sete estavam sob seu “punho pedagógico”. Ina/Ulla não escondia a sua insatisfação com as três mais velhas, que demonstravam “nenhum prazer no estudo”, “nenhuma simpatia pessoal”. Os menores eram “malcriados”. E desabafava: “Eles todos são *provoking!*” (Binzer, 1994, p. 23) Finalmente, Ulla via a sua saúde afetada. Ela teria apanhado uma febre palúdica, “aliada ao cansaço excessivo” causado pelo emprego. Em dezembro de 1881, resolveu ir ao Rio de Janeiro e consultar um médico, que a aconselhou insistentemente a não retomar o trabalho na fazenda e ir a Petrópolis por quatro semanas para se recuperar (p. 67). Ela retornou à fazenda e pediu demissão imediata, que lhe foi concedida diante de sua saúde debilitada (p. 69).

Na etapa seguinte, Ulla encontrava-se em Petrópolis. Ao que tudo indica, tinha dinheiro suficiente para pagar sua estadia num hotel. Mas também foi durante essa estadia que Ulla foi indagada se estaria “desem-

pregada”. Essa foi a primeira pergunta, segundo Ulla, disparada por parte de uma senhora muito rica – que conhecera por contatos familiares –, talvez por temer que Ulla quisesse pedir algum tipo de auxílio. E prontamente respondeu: desculpando-se, “disse também com certa grosseria – mas achei tão engraçada a sua primeira pergunta ser justamente essa! Não tenho emprego, mas encontrarei um se for preciso” (Binzer, 1994, p. 70).

Em fevereiro de 1882, Ulla estava de volta ao Rio de Janeiro. Em carta do 8 de fevereiro, mencionava que enquanto estava procurando “em vão um emprego qualquer”, aproveitou o tempo para explorar a cidade e suas atrações (p. 77). Não se passaram mais de quatro dias, e ela noticiava em 12 de fevereiro estar contratada por um colégio, um liceu de moças com pensionato para lecionar alemão e piano. Igualmente aqui, apesar da escrita divertida e cheia de humor, revela-se que as condições de trabalho não eram as melhores, incluindo: problemas de disciplina; dificuldades de aprendizado da língua alemã (Ina não teria descoberto se a falha era dela ou das alunas) (p. 79); péssimas condições de seu aposento no qual se sentia asfixiada (uma alcova sem janelas, reduzida a uma cama novamente precária, um lavatório e uma cadeira, sem armário ou cômoda) (p. 87-88); e o baixo salário (p. 89). Além disso, o prédio todo estaria empestado por baratas, mosquitos, moscas e formigas (p. 88). Aos poucos o entusiasmo pelo Rio de Janeiro esmaeceu e o desejo de voltar à Alemanha crescia (p. 89). Outro agravante dizia respeito à liberdade de passear pelas ruas sozinha. Isso se tornara um “suplício” em virtude do “excesso de cortesia dos homens”. Locomover-se desacompanhada seria um costume europeu rejeitado pelos locais, que se expressava pelo assédio que a jovem alemã sofria (p. 89).

Nas entrelinhas da escrita divertida de Ulla/Ina transpira um certo sentimento de frustração e rebaixamento de seu *status* profissional. Assim esclarecia que uma das maneiras para procurar emprego seria nos classificados do *Jornal do Comércio*, onde entre os anúncios de escravizados fugidos e de vendas de escravizados encontravam-se também os anúncios para professoras “com imensas capacidades e inúmeras perfeições”. Também teria apreendido no colégio, que o título de “professora” apenas era conferido quando eram apreciadas. Do contrário, era-se rebaixada a “mestra”. Por fim, evidencia-se em um breve comentário que não havia contrato de trabalho. Apesar de reconhecer a consequente instabilidade,

via, nesse momento, tal informalidade como sorte, por poder “fazer a trouxa” assim que quisesse, conforme o fez no primeiro emprego (p. 89-90). E seguindo o conselho do cônsul alemão, mudou-se para a província de São Paulo, onde as condições de trabalho seriam mais apropriadas (p. 89).

Em março de 1882, na cidade de São Paulo, Ina/Ulla estava trabalhando para uma família de “republicanos”<sup>13</sup>, cujos filhos, porém, já teriam fama de serem os “mais malcriados” de toda a cidade (p. 93), o que muito rapidamente se confirmou. Afóra a garota, que exalava docilidade, o desafio pedagógico de disciplinar os garotos foi em vão. (p. 96, 108, 115). Finalmente, os pais – “que absolutamente não se incomodam com o comportamento das crianças” – desistiram da educação particular (p. 116) e mandam os garotos travessos a um colégio interno, bem como a garota dócil, para a qual não valeria manter uma preceptora. Ina/Ulla foi então demitida (p. 116). Apesar de sua “posição difícil” (p. 96), ela gostaria de ficar na cidade pois São Paulo seria o “melhor lugar no Brasil para educadoras, porque os moços da nova geração namoram a ciência e dão-se ares de erudição e filosofia” (Binzer, 1994, p. 94-95). Esses interesses estariam vinculados à existência da Faculdade de Direito. Ina/Ulla se vê retomando a sua “peregrinação” (p. 116) no campo do trabalho.

A próxima oportunidade de novo emprego encontrava-se no “campo”, para onde não desejava voltar, embora tivesse que aceitá-lo, deixando-a muito “desolada”. Em julho, ou seja, após quatro meses cumpridos na casa dos “republicanos”, inicia sua última estação no Brasil, na fazenda São Sebastião (em verdade São Luis, próximo a Americana), onde morava a família Bento Aguiar de Barros, cujo pseudônimo no livro é “Sousa” (Duarte, 1994, p. 15).

Essa experiência se estendeu por seis meses, segundo se depreende das cartas. E apesar de estar longe da cidade e a fazenda ser bastante simples e “primitiva”, ela gostou da família: “a mais simpática que até agora conheci entre os habitantes do país, a mais compreensiva, direi mesmo a mais europeia” (Binzer, 1994, p. 118) Lecionava então para três meninas, com as quais trabalhava “perfeitamente em conjunto” (p. 121). Essa úl-

---

<sup>13</sup> A assim considerada família de republicanos era chamada de “Costa” nas cartas da autora. Trata-se da família do Dr. Martinico Prado e os filhos Caio, Plínio, Lavínia, Cordélia e Clélia (Duarte, 1994, p. 15).

tima estadia implicava menos questões disciplinares e pedagógicas e abriu espaço para amplas descrições do lugar em que estava morando, das atividades das quais participava no seio da família, incluindo conversas pouco femininas – lembrando aqui a análise de Scheitler (1999, p. 28-29) com os “patrões” sobre temas mais políticos, como o do escravismo.<sup>14</sup> Aqui Ina/Ulla revela ao leitor uma particularidade propiciada pela profissão:

[...] nós, as professoras, levamos vantagem em relação aos comerciantes e outros europeus dentre os quais muito poucos se afastam das cidades marítimas, e a maioria depois de dez ou vinte anos retorna à Europa sem conhecer o resto do país e muito menos a vida real dos brasileiros; ao passo que, convivendo na intimidade deles, temos ocasião de observar de perto toda a trama (Binzer, 1994, p. 117-118).

Se, por um lado, reconhecia uma vantagem em seu ofício, por outro, Ina via-se vencida no êxito de sua peregrinação pedagógica. Os métodos costumeiros por ela aplicados outrora na Alemanha confrontavam-se em muitas situações com o jeito diferente de seus alunos e alunas brasileiras. Um breve episódio quando lecionava na escola no Rio de Janeiro demonstra os impasses enfrentados pela professora: Ina tinha dificuldade em conduzir à disciplina as suas alunas. Assim ela descreveu a cena:

[...] outro dia, ao entrar na classe, achei-a muito irrequieta e barulhenta e na minha confusão recorri ao Bormann.<sup>15</sup> Quando obtive silêncio para poder ser ouvida, ordenei: “Levantar, sentar” cinco vezes seguidas, o que em nosso país nunca deixa de ser vergonhoso para uma classe. Mas, aqui – oh! Santa Simplicitas! –, quando cheguei a fazer-lhes

<sup>14</sup> O tema da escravidão está presente em vários momentos. Ina/Ulla reconhece que a mão de obra escravizada é o grande motor da produtividade, pois os brasileiros não trabalham, observa Ina (p. 40). Com a família “Sousa”, a discussão gira em torno da iminência da abolição e suas consequências. Em suas reflexões não deixa de reiterar preconceitos raciais contra os negros. Ao mesmo tempo se pergunta o que vai ocorrer com a população escravizada quando finalmente decretada a abolição. A seu ver, haverá impactos nefastos no campo, pois faltará mão de obra. E por outro lado, as cidades serão tomadas por uma população de ex-escravizados, que Ina considera gente preguiçosa e inútil. Como visto, a autora se contradiz. (Carta de 17/11/1882). Para aprofundar essa temática, ver Machado (2010, p. 74-84).

<sup>15</sup> Provavelmente referindo-se ao pedagogo Karl Bormann, autor de vários livros e manuais sobre educação. Ver Schamm (2008, p. 50, nota 34) e Brümmer (1903).

compreender o que delas esperava, as crianças estavam longe de imaginar que aquilo representasse um castigo, que julgaram tratar-se de uma boa brincadeira e pulavam perpendicularmente como um prumo, para cima e para baixo, feito autômatos, divertindo-se regidamente. [...] desde então o Bormann está definitivamente descartado, para mim, aqui no Brasil. Reconheço ser indispensável adotar-se uma pedagogia aqui, mas ela deve ser brasileira e não alemã, calcada sobre moldes brasileiros e adaptada ao caráter do povo e às condições de sua vida doméstica (Binzer, 1994, p. 87).

Ina von Binzer, após essa sugestão, conclui resignadamente: “As crianças brasileiras, em absoluto, não devem ser educadas por alemães; é trabalho perdido, pois o enxerto de planta estrangeira que se faz à juventude daqui não pegará” (Binzer, 1994, p. 87).

Por mais que ela estivesse talvez exagerando em consequência de sua frustração, o episódio anterior revela como a jovem Ina von Binzer lidava com a alteridade cultural, ao se dar conta de que a aplicação de um método europeu – ou pelo menos alemão – não prosperava no Brasil e era percebido de outra forma pelos protagonistas locais. É bastante evidente que ela não dava conta do desafio. Portanto, questionava a viabilidade e o sentido de educadoras serem importadas como mão de obra ao Brasil e assim também sustentava um argumento forte para demover a sua suposta interlocutora de seguir os seus passos.

Finalmente, a autora nada esclarece sobre quando e como encerrou seu vínculo empregatício na fazenda São Sebastião. Apenas sabe-se que, por razões amorosas, ficou noiva de um tal Mister Hall,<sup>16</sup> negociante britânico que conhecera meses antes. Na última carta, informava que logo “aí estaremos”, anunciando o seu regresso à Europa (p. 171).

<sup>16</sup> Não há como verificar se se trata de um personagem real ou fictício.



## 2.2 Therese: uma dona de casa em Blumenau

*Theresens Briefe [...] zeigen uns die praktische Hausfrau, die sich in vollkommen neue Verhältnisse schickt [...] (G. Stutzer, 1916, p. 91).*<sup>17</sup>

Com Therese podemos observar a clássica divisão intradomiciliar de tarefas, em que o homem trabalha na terra e a mulher se ocupa dos afazeres domésticos. Ou seja, a sua posição se enquadra na *Hausmutter*, a “mãe de casa”, que estava acima da criadagem porém abaixo do *Hausvater* (“pai da casa”) e não ao seu lado (Renaux, 1995, p. 16). O marido de Therese tocava a roça, cuidava do plantio de café, açúcar, milho, urticária e manuseava o pasto – onde criava oito cavalos –, enquanto Therese organizava e administrava o lar, aproximando-se a um ideal que algumas décadas antes Herrmann Blumenau já teria traçado: em seu relatório de 1855 sobre a colônia de Blumenau ele argumentava que homens solteiros não eram compatíveis com uma colônia agrícola, pois contratar empregadas/os para ajudar na execução das tarefas domésticas e eventualmente agrícolas era difícil (falta de mão e obra) e caro, enquanto que realizar sozinho todo o trabalho seria impossível (Blumenau, 2002, p. 111). Assim exortava: “Um autêntico colono ou agricultor precisa ter ao seu lado uma mulher corajosa, ativa e econômica, que realmente sabe administrar uma casa, [...] que seja ao mesmo tempo um tesouro e um móvel necessário e indispensável, devendo ser honrada pelo marido e não podendo ser substituída por nada” (Blumenau, 2002, p. 112).

Mas diferentemente da advertência de Blumenau, o casal Stutzer disporá de ajudantes, indicando uma situação econômica estável.<sup>18</sup> Em suas cartas, Therese menciona a presença de empregados, embora não entre em detalhes sobre a sua função. Somente na carta de 29 de maio de 1886 ela afirma que ao total são 13 pessoas a serem alimentadas. Sabemos

<sup>17</sup> “As cartas de Therese nos mostram a dona de casa prática, que se vê em circunstâncias completamente *novas*” (destaque no original). Doravante, as citações da autoria de Emilie Heinrichs e Therese Stutzer são de minha tradução livre.

<sup>18</sup> Também quando da chegada do marido em Blumenau e a aquisição de sua terra, ele relata ter contratado ajudantes para abrir um caminho na propriedade, derrubar a floresta e realizar a primeira roçada. Stutzer se refere a três lotes de 10 “Morgen”, que levaram seis meses até estarem preparados para o cultivo. Provavelmente trata-se da medida utilizada na Alemanha após a unificação em 1871, em que quatro Morgen equivalia a um hectare. Ou seja, no caso seriam três lotes de 2,5 hectares, no total 7,5 hectares (Stutzer, 1927, p. 243-246).

que a família (os pais e os seis filhos) contam oito cabeças. Portanto havia ainda cinco criados – que supostamente executavam tarefas ordenadas pelo marido.

Acompanhemos as suas palavras: “Somos bem atarefados, para os termos locais. O rancho e a oficina de costura nos dão bastante trabalho”. Therese relata a rotina diária: de manhã Emilie – talvez a filha mais velha – dava aulas para os três filhos menores. O grupo aumentou com a participação de mais três crianças de outras famílias. As duas filhas maiores estariam apreendendo a cozinhar. Além disso, semanalmente era preciso lavar roupa – e como havia muita roupa, as manhãs eram tomadas com o trabalho de lavanderia (Stutzer, 1916, p. 95). As alemãs imigradas, assim conta, adotaram o costume brasileiro de lavar a roupa no rio e as eficientes técnicas de branqueá-la ao sol. Os assentamentos se localizavam todos um ao lado do outro ao longo do Rio Itajaí e nos adjacentes. Igualmente os varais eram traçados com o cipó, colhido na mata. Esse cipó, assim explica, substituía as linhas comuns de varal (p. 97).

Em suas cartas, Therese nos fornece uma ideia também do cardápio e de seus afazeres culinários. Os hábitos brasileiros também aqui se manifestavam. Therese apreendeu – com muito sofrimento – a fazer broa de milho. Como os ovos e o açúcar eram baratos e as frutas – laranjas, pêsegos e bananas – abundantes, ela fazia muitos bolos e suspiros. Mas também era possível cozinhar de forma “alemã”, atestava Therese. Com um pouco de cuidado as verduras “alemãs” prosperavam na farta horta. Na carta de 29 de maio de 1886 ela revela o cardápio do dia: caldo de carne bovina, couve-flor com batata e carne, creme de uvas com mentirinhas (biscoitos). Para o dia seguinte, a previsão era feijão. E complementa: legumes ela teria em estoque – vários tipos de couve, pepino, cenoura, beterraba. Somente nos meses quentes a diversidade da oferta diminuía e comia-se muito arroz e frango. Na inexistência ainda da geladeira elétrica, a estocagem de alimentos era mais precária. Isso, porém, não impedia de observar que viviam em fartura e nada lhes faltava nesse quesito (p. 109).

Ao lado dessas atividades domésticas, Therese ainda se dedicava à costura, embora lamentasse não ter apreendido já antes o ofício adequadamente. Apesar de haver costureiras oferecendo seus serviços à base de diaristas, Stutzer optou por aprender o ofício. “O que outros sabem,

também posso saber” seria o mote dessa dona de casa, que se dispunha a aprender mais afazeres se necessário. Além disso, Stutzer esclarecia, ela também estaria contribuindo para a economia familiar ao reformar ela mesma as roupas dos filhos e costurando novas para a família e o lar. O cotidiano de Therese, embora domesticamente atarefada com seis filhos, deixa entrever bem-estar (na casa, no mobiliário, na fartura dos alimentos), certa dose de educação e até momentos cotidianos de ócio e de prazer. Após o almoço, até o café da tarde, “ficamos preguiçando”. Depois as filhas maiores estudam línguas ou literatura, os menores fazem tarefas ou estudam piano; frequentemente vão também montar e visitar os vizinhos. E mesmo bastante ocupada, Therese conseguia vez ou outra sair para cavalgar no mato – com o marido – ou para buscá-lo. “Para mim, essas são as melhores horas”, completa. E à noite, após o jantar, a família se reunia para conversar, dedicar-se à leitura ou contar histórias (p. 95).

O relato de Therese Stutzer se aproxima muito mais a uma narrativa positiva sobre a emigração alemã ao Brasil. Não obstante a saudade ser uma temática em suas cartas (p. 100, 110), Therese não questionava a viabilidade do projeto. Todavia, nas palavras que encerram o livro, escritas pelo marido, evidencia-se que “o plano de promover a colonização e de divulgar o *Deutschtum* (Germanidade)” foi interrompido com o objetivo de retornar para Alemanha. Razões de conjuntura (a crise política e econômica que antecederam os anos 1888-1889 e a crise na agricultura devido a más colheitas, segundo G. Stutzer) e de ordem pessoal: Gustav mencionou muito discretamente que fora vítima de um estelionatário, que se aproveitou de sua ingenuidade, causando-lhe severos prejuízos. A isso se somavam problemas com o arrendamento de sua propriedade que ainda mantinha na Alemanha (Stutzer, 1916, p. 121-123).

## 2.3 Emilie: uma colona no Rio Grande do Sul

Perguntei a um velho colono em Pelotas o que ele pensava sobre eu me tornar colona. Em resposta, ele me mostrou suas mãos calejadas e duras de trabalho e disse que as mãos de sua esposa eram exatamente assim. Qualquer um, que tivesse me dado uma palestra de horas, não poderia me dizer mais do que esse colono (Heinrichs, 1921, p. 17-18).

A experiência de Emilie é mais radical que a de Therese, considerando que a primeira acompanhou o marido na árdua tarefa de transformar um lote de terra isolado no meio da floresta subtropical em terra cultivável. À temática do trabalho, ela dedicou um capítulo, intitulado “*An der Arbeit*” (“No trabalho”), apesar de o assunto perpassar todo o livro. Já na parte inicial de sua narrativa, ela esclareceu o quanto essa questão era o respaldo do próprio projeto migratório:

Trabalhar muito e com afinco foi o destino que tive de encarar. Mas isso não me desanimou. Eu tinha fé em meu marido, que não me faria passar por nada que uma mulher não pudesse fazer. Se nós dois pudéssemos garantir nosso futuro por meio do trabalho árduo, então estaríamos bem. Podíamos e queríamos trabalhar (Heinrichs, 1921, p. 18).

Com minúcia ela descreve a chegada no lote – o choque de estar no meio do *Urwald*,<sup>19</sup> ou seja, no caso, a floresta subtropical – e imaginar que aquele lugar tão selvagem se tornaria a nova *Heimat* (lar). A autora faz um minucioso relato do *status quo* da pequena propriedade desde os primeiros momentos, retomando os processos dos assentamentos “pioneiros”, um processo que se entende *pari passu* com a própria história da imigração “alemã” ao Brasil. Seyferth foi quem analisou a intrínseca relação étnica (o imigrante alemão) com a própria figura do pioneiro. Os alemães foram os primeiros entre outros grupos étnicos e nacionalidades europeus (até 1870 formavam numericamente a maioria) destinados a assentamentos em regiões isoladas, tomadas ainda por densa mata subtropical, em geral tratando-se de terras devolutas.<sup>20</sup> Controlados ou não pelo Estado, a ocupação visava desenvolver uma economia de subsistência, baseado na pequena propriedade, na policultura e na mão de obra familiar, formando o “complexo colonial”. Nesse sentido, Seyferth entende

<sup>19</sup> O termo *Urwald* é recorrente nas memórias e cartas de colonos e colonas. Era compreendido como um espaço selvagem, repleto de uma vegetação desconhecida e impenetrável, com uma fauna ameaçadora, que despertava medo mas igualmente fascínio. Ver Bublitz (2008). N.E.: ver, ainda, o artigo de Relly (2024), nesta edição.

<sup>20</sup> As terras consideradas pelo governo como devolutas eram em parte habitadas por povos originários. O processo de ocupação por projetos de colonização – apoiados por uma política imigrantista – implicou não raramente conflitos sangrentos entre colonos e indígenas e de seu extermínio. Ver, entre outros, Laroque, Machado e Vedoy (2019).

que “a figura do *pioneiro* [...] emergiu do formato de ocupação em frentes pioneiras”. As agruras que se impunham para tornar a terra cultivável são assunto em muitas memórias e documentos oficiais. Dentre elas, o desgaste físico para tornar cultivável a terra, o que se iniciava com a derrubada da mata e a impossibilidade de usar nessa fase o arado, o ambiente adverso em termos climáticos, bem como a ameaça de doenças (Seyferth, 2000, p. 285 ss.) Como podemos acompanhar na narrativa de Emilie, esse processo foi seguido à risca em sua narrativa.

Heinrichs (1921, p. 17-18) inicia pelas próprias mãos, evocando a conversa que teve em Pelotas com o velho, citada na epígrafe anterior. As mãos de Emilie confirmavam o prenúncio do colono, indicando a transformação do corpo e também da própria identidade de Emilie. Tornar-se colona seria o seu novo papel, além de esposa e dona de casa, o que já era anteriormente. Emilie relatou com muitos detalhes como viveram precariamente em seu primeiro abrigo, como enfrentaram as intempéries e as ameaças de insetos e animais, como improvisaram cama, mesa, armários, cozinha e como foram, por meio de extrema labuta, dominando a selvageria da natureza. Os primeiros três meses foram os mais fatigantes. E ela reiterou em suas memórias que naquele momento inicial desejava tornar-se uma boa “mulher colona”. Por isso aceitou com resiliência o árduo trabalho de ajudar na derrubada de árvores, agravado pelo calor insuportável. Para limpar o mato, Emilie confessava usar o rastelo desajeitadamente, provocando risos no marido. Afinal, rastelos não eram colheres de pau nem agulhas de coser, suavizava Emilie, em seu esforço de aprender as novas técnicas de trabalho (p. 21). Três horas de trabalho com o rastelo e os calos nas mãos nasciam para ficar (p. 22). A fase inicial de derrubamento do mato e construção do primeiro abrigo durou seis semanas, marcadas, assim descreveu Heinrichs, por “trabalho pesado e uniforme”, em que os dias não se distinguiam, pois a atividade principal era continuamente derrubar árvores e limpar o mato. A fadiga era tamanha que, à noite, quando jantavam em sua precária choupana, acontecia de adormecerem enquanto seguravam o garfo na mão (p. 26). Nota-se que Emilie superou as exortações de Hermann Blumenau quanto às obrigações da mulher colona, assumindo tarefas masculinas. Semelhante episódio relatou quando já superada a primeira fase da derrubada do mato: Emilie tinha que auxiliar o marido a serrar madeira, preparando-a para o uso na marcenaria.

Bastou uma hora de trabalho com a serra e as costas da autora estarreceram de tal maneira que ela não podia mais ajudar (p. 34-35).

Mas mesmo depois, ultrapassada essa pesada fase inicial e conquistada certa melhora nas condições cotidianas, Emilie avaliava que o trabalho naquele lote de terra seria impraticável para apenas um casal (p. 37). Tratava-se de uma propriedade de 200 *Morgen* (jeira) – ou seja, talvez em torno de 50 hectares. Não possuíam máquinas e de início nem animais de tração para facilitar o trabalho. E o arado não podia ser empregado “nos primeiros anos”, pois o solo ainda estava tomado por um grande número de caules, tocos e mato. Apenas com a enxada podia-se revolver a terra. Como o marido tinha que continuamente derrubar árvores, o trabalho com a enxada tornou-se trabalho de mulher, explica Heinrichs (p. 38).

O corpo permanecia exposto a experiências-limite. Além das vicissitudes climáticas (calor, chuvas torrenciais, tormentas, frio), da constante ameaça do mundo natural (insetos e pragas), somava-se o trabalho físico cotidiano. A rotina de Emilie se dividia entre as costumeiras tarefas do lar – sobretudo no preparo das refeições – e na ajuda do trabalho na roça de milho, batatas e feijão (p. 24), bem como na horta, no pequeno pomar, no beneficiamento das colheitas, no manuseio dos animais, na ordenha do leite da vaca, que também teve que apreender (p. 39). Descanso apenas aos domingos, quando vez ou outra iam visitar os vizinhos.

Nesses poucos anos, conseguiram transformar o lote de mato-virgem em uma unidade produtiva, voltada à produção de subsistência. Apesar de considerar que a propriedade era grande demais para apenas quatro braços, o casal adquiriu após um ano e meio quatro porcos, uma vaca, um bezerro e cerca de 100 galinhas, incluídos os frangos. Um cavalo de montaria foi ainda comprado mais tarde (p. 39). Na “venda” apenas compravam farinha de trigo, sal e petróleo, “todo o resto, a colônia produzia” (p. 39), reiterando o ideal do projeto pioneiro. Para dar conta desse ideal, que se baseia na unidade familiar – que nesse caso se reduzia ao casal –, era necessário fazer crescer a família. Também Emilie engravidou, o que o/a leitor/a somente fica sabendo quando a autora faz uma tocante descrição dos últimos momentos da gravidez e do parto. Emilie se dizia querer ficar forte, mas estava apavorada diante de sua falta de experiência bem como a ausência de parteira e atendimento médico em caso de ur-



gência. A única ajuda seria de sua vizinha, a senhora Zühlsdorf, mãe de vários partos realizados na “mata virgem”, que procurava acolhê-la em seu medo. Afinal, assim narra Emilie, teria ela visto no cemitério da colônia numerosas sepulturas de jovens mulheres que morreram no (pós) parto.<sup>21</sup> (p. 53). A autora garante que escreveu essas linhas como advertência às suas companheiras de sofrimento. Pois a toda mulher que se muda para o “mato-virgem” urgia esclarecer o que a espera, antecipava Emilie. “E essas palavras deveriam ser suficientes para fazer recuar a jovem mulher da emigração”, esperava Emilie (p. 54). Ela sobreviveu ao parto, porém foi de um natimorto.

Nesse episódio Emilie revela sua posição subalterna no casamento e no planejamento familiar, pois afirma que o natimorto destruiu o “sonho” do marido – não o dela. Tratava-se do sonho de ser pai ou o desejo de ter filhos diante da falta de braços para o trabalho no lote colonial e realizar o sonho da migração pioneira? Nas palavras de Heinrichs depreende-se tacitamente que a procriação não era necessariamente o desejo dela – sobretudo não nessas circunstâncias precárias, conforme ela mesmo demonstrara.

Finalmente, após quatro anos de vida no “mato”, o casal decide abortar o projeto. Já desde o início, há reflexões de retornar para a Alemanha, no entanto faltava-lhes o capital necessário (p. 27). Tanto uma doença do marido quanto o natimorto foram o estopim para a derradeira decisão. Todavia, o argumento central de Emilie para o retorno girava sobretudo em questões culturais e femininas: baseada na própria experiência, Emilie considerava que física e psicologicamente a mulher alemã não se apropriava para a emigração rural pioneira: “Para nós mulheres o viver na floresta virgem é muito mais difícil do que para o homem”. As mulheres foram criadas na cidade, em “famílias estruturadas”, protegidas de “percalços” e “adversidades” e despreparadas para as ameaças da natureza tropical. A isso se somava a preocupação com a educação dos filhos

---

<sup>21</sup> Lermen aborda brevemente a questão da falta de atendimento obstétrico e da ausência de parteiras como razão para uma alta mortalidade feminina nas regiões de imigração alemã no sul do Brasil: “Trata-se talvez do assunto mais obscuro da história migratória”. A título de exemplo, uma reportagem no jornal *Deutsches Volksblatt*, editada em Porto Alegre, de 9 de julho de 1908, mencionava, baseado nos registros de óbitos da paróquia de São José do Hortêncio, os seguintes números: de 1868 a 1908, dos óbitos que contavam entre 30 e 50 anos de idade, 21 eram homens e 51, mulheres (Lermen, 2006, p. 236).

e seu futuro. As crianças nascidas nessas colônias, assim enfatizava Emilie, visitavam no máximo uma escola da colônia (*Waldschule*). Seu aprendizado serviria para viver, sim, na “floresta-virgem” (*Urwald*), porém não para um futuro fora dela. Emilie pleiteava que toda mãe deseja uma perspectiva melhor do que foi a própria para seus filhos. Ela compreendia que muitas mulheres desejavam a emigração diante das dificuldades que assolavam a Alemanha daquele período, como fome, desemprego e inflação. No entanto, ela as critica, indagando se uma mãe tinha o direito de optar por uma vida própria supostamente melhor à custa de sua prole. E acreditava que a Alemanha ia se recuperar enquanto o “futuro da floresta-virgem permanecerá inalterado” (p. 58).

Emilie acrescentou, com certa crítica – evocando tacitamente a sua própria experiência e as transformações socioculturais ocorridas na Alemanha –, que o emigrante do início do século XX, sobretudo se referindo às mulheres, eram trabalhadoras – e não mais servas – e que eram mais exigentes do que as colonas de décadas anteriores.<sup>22</sup> E sintetizou: “A classe dos emigrantes mudou. A mata-virgem, o trabalho, o transcurso da colônia, no entanto, não mudaram”. A “saudade da pátria” (*Sehnsucht nach der Heimat*) dos atuais colonos, que como Emilie, eram assentados em lotes de terra no meio da floresta subtropical continuava a mesma, atestou a autora, questionando a crença de que a situação coetânea da colonização teria substancialmente melhorado (p. 51-52).

Finalmente, foi também a falta de acesso à cultura um dos grandes motivos para justificar a volta para a terra natal, conforme afirma. Emilie reconheceu, após quatro anos como pioneiros, que a vida no mato era mais fatigante do que tinham imaginado. Não era, porém, o extenuante trabalho diário, nem as serpentes e os insetos que os forçaram a decidir pela volta à Alemanha; o que os motivara a abortar esse projeto emigratório era o desejo de estar em um ambiente em que houvesse estímulo intelectual e de não deixar os futuros filhos se criarem como “habitantes da selva”, argumentava. “Não é o corpo, não, é o pensamento que nos afasta”, conclui Emilie (p. 47).

<sup>22</sup> Segundo Renaux (1995, p. 24-25), até a República de Weimar, em 1918, os emigrantes alemães eram sobretudo oriundos de regiões rurais. Após 1918, cresce a emigração urbana.

### 3. Negociações, limites, transculturação

Apesar de Emilie reiterar que o marido tomava as decisões derradeiras (por exemplo, a de emigrar, a escolha e compra do lote de terra) ou que ela se submetia ao desejo dele (a procriação), é possível também perceber que em vários momentos há espaço para negociação e cooperação, como, por exemplo, o paulatino processo de decidir pelo retorno à Alemanha. Por outro lado, diante das exigências físicas e emocionais que a colonização pioneira impunha, vemos também que o limite entre a divisão do trabalho feminino/doméstico e masculino/rural se dissolve. Emilie se viu obrigada a cooperar com tarefas que ultrapassavam a sua condição física (os exemplos da enxada e da madeira a serrar). Embora tenha depositado confiança em seu marido, ela exteriorizou em muitos momentos uma situação abusiva em nome da sobrevivência do projeto colonial e da moral de trabalho (“queríamos trabalhar..”) (Heinrichs, 1921, p. 18).

No caso da Ina von Binzer, também vale perguntar qual era a sua margem para negociar as suas demandas, onde havia excessos e qual era a disponibilidade de cooperação. Como vimos, há queixas sobre o ritmo do trabalho, o barulho nas casas, o comportamento dos alunos e das alunas, a insalubridade do local de trabalho, a precariedade de acomodações privadas. E muito *en passant* faz observações sobre o baixo salário (Binzer, 1994, p. 89). Ao lado dessas questões, prescrua-se também que incumbências da preceptora particular ultrapassavam a função de pedagoga, em que não fica claro se se tratava de uma cooperação desejada ou imposta. Ela participou da vida familiar (refeições, viagens, passeios, convites, festas etc.) indicando que o limite entre a execução da profissão em si – a de lecionar – misturava-se com outros campos da vida privada própria e a de seus empregadores.

Já Therese – em seu tradicional papel de *Hausmutter* – expressava menos necessidade de negociação. Sua narrativa deixa transparecer certa acomodação em seus afazeres, em que a cooperação com o projeto colonial no seio da família se realizava sem um esforço excessivo. Lembremos aqui o exemplo de como aprendeu a costurar, cooperando destarte com a economia do lar.

Há numerosos exemplos na vida cotidiana e no trabalho dessas mulheres do quanto os hábitos locais – dos “outros” – foram seletivamente apropriados pelos estrangeiros. Independentemente de se acharem pertencen-

centes a uma cultura e/ou raça “superior”,<sup>23</sup> a absorção de hábitos, práticas, costumes da sociedade receptora era uma dinâmica incontornável e em certos aspectos imprescindível para garantir a sobrevivência no novo lugar. Therese, em sua detalhada descrição de uma dona de casa e mãe de seis filhos, apresenta numerosas formas de transculturação<sup>24</sup> – se assim o podemos chamar – e de hábitos: a filha que anda descalça; o uso de utensílios domésticos e da feitura de coisas e alimentos (aprende a fazer broa de milho); ou o hábito de lavar a roupa “à moda brasileira”, na beira do rio.

No caso de Emilie, o aprendizado das práticas locais de como derubar e queimar o mato, de tornar cultivável a terra, de como construir uma cabana com madeira de palmito, ou seja, todo o saber do “pioneirismo” do colono, foi imprescindível para evitar o fracasso total. Que esse saber resultava da experiência dos colonos veteranos e que, por sua vez, também os apreenderam com a população local, é evidente. Emilie sintetiza essa prática em poucas palavras, revelando uma dicotomia entre os europeus e os outros: “O quanto tínhamos nós, cultivados centroeuropeus, de apreender com o filho da selva” (Heinrichs, 1921, p. 29).

Talvez em Ina o gesto de se apropriar e recriar aspectos da vida local pareça mais tímido. Embora ela esteja num ambiente luso-brasileiro e, portanto, bem europeizado ou desejoso de europeização, ela esbarrava continuamente com a alteridade e tinha dificuldade de se adaptar a ele.<sup>25</sup> Notoriamente, Ina expressava a sua dificuldade de trabalhar exitosamente como preceptora em um contexto cultural diferente. Igualmente, sentia-se constrangida pelo assédio dos homens quando circulava pelas ruas do Rio de Janeiro, apontando claramente que se sentia coibida em sua liberdade e independência.

<sup>23</sup> A esse respeito, ver Lisboa (2022, p. 201-204).

<sup>24</sup> O termo “transculturação” foi pensado pelo sociólogo cubano Fernando Ortiz na década de 1940 e incorporado pelo crítico literário Angel Rama nos anos 1970. Ortiz criticara com isso os conceitos de aculturação e desculturação, que entendiam a transferência cultural a partir da metrópole. Etnógrafos utilizam o termo para descrever como povos/grupos subjugados selecionam e reinventam a cultura que lhes é imposta pelo grupo dominador. Mary Louise Pratt (1999, p. 30-31) alarga o conceito considerando que a cultura dominante também é transformada por meio de dinâmicas transculturadoras entre “colonizados” ou subjugados e “colonizadores”.

<sup>25</sup> Sobre a construção das alteridades em Binzer, ver Schamm (2008) e Machado (2010, p. 89-107).

## 4. Conclusão

A emigração lançou essas mulheres e uma infinidade de outras mulheres em novas situações que em parte desafiaram, transformaram, inovaram e reiteraram aspectos de suas identidades e práticas de trabalho anteriores à mudança ao Brasil. Emilie Heinrichs se viu obrigada a assumir o trabalho de “colona pioneira” – processo que da aceitação inicial terminou em recusa. Igualmente o vir a ser mãe não se efetivou muito provavelmente devido às condições adversas de viver no “mato”. Ina von Binzer reiterou a sua função profissional que executara em sua terra natal, mas percebeu que os seus métodos “alemães” estavam fora de lugar no Brasil. Em ambas as experiências, a imigração resultou em certo malogro. Ambas reconheceram a inexequibilidade de realizar o projeto nos moldes imaginados. Em outros termos, as características do lugar onde trabalharam impossibilitava a realização dos objetivos. No caso de Emilie, foi o isolamento geográfico que se traduziu em isolamento cultural. No caso de Ina, foi o contexto cultural e a mentalidade local muito diferentes. Já Therese Stutzer, que viveu numa região de colonização alemã já sedimentada, portanto menos “selvagem” como foi o caso de Emilie Heinrichs com o seu marido e menos “luso-brasileira”, como o de Ina von Binzer, conseguiu manter a sua função de *Hausmutter*, no meio de uma estrutura familiar supostamente estável.

Apesar das mudanças que a imigração representa, as estruturas patriarcais permanecem. O quanto a imigração e o trabalho que executaram nessas novas condições interferiram nas relações de gênero não pode ser substancialmente avaliado. Mas certo é que diante da situação de subserviência feminina, essas migrantes/viajantes, enquanto escritoras, acharam formas de se expressar, contornando os obstáculos, fazendo uso de pseudônimo (Ina von Binzer) ou publicando em obras alheias – no caso de Therese Stutzer, nas do marido. E Emilie Heinrichs assumiu a autoria, criticando abertamente a migração e os projetos pioneiros destinados a regiões “selvagens” e fazendo um apelo às mulheres a se oporem ao poder masculino de decisão. Assumidamente, Emilie foi voz passiva no processo da emigração, situação que ela reverteu com a escrita de seu livro, editado vinte anos depois.

Graças a esses esforços, essas mulheres evitaram que a história feminina da imigração permanecesse no silêncio.

## Referências

BINZER, I. v. *Leid und Freud einer Erzieherin in Brasilien. Alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. Edição bilíngue. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BLUMENAU, H. B. O. *A colônia alemã Blumenau na Província de Santa Catarina do Sul. Relatório até junho de 1855 e convocação para adesão. Observações gerais sobre a colonização teuto-brasileira, descrição do Vale do Itajaí e um mapa da região*. Blumenau: Cultura em Movimento; Instituto Blumenau 150 anos, 2002.

BRÜMMER, F. K. B. In Historischen Kommission der Bayerischen Akademie der Wissenschaften. *Allgemeine Deutsche Biographie*, v. 47, p. 113-115, 1903. Disponível em: <[https://de.wikisource.org/w/index.php?title=ADB:Bormann,\\_Karl&oldid=>](https://de.wikisource.org/w/index.php?title=ADB:Bormann,_Karl&oldid=>)>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BUBLITZ, J. Forasteiros na floresta subtropical: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. *Ambiente & Sociedade*, v. 11, n. 2, p. 323-340, 2008.

CALLADO, A. Prefácio à segunda edição. In: BINZER, I. von. *Leid und Freud einer Erzieherin in Brasilien: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. Edição bilíngue. São Paulo: Paz e Terra, p. 5-8, 1994.

CASTRO, Y. C. *Ahora las mujeres se mandan solas. Migración transnacional y relaciones de género*. Ciudad de México: Plaza y Valdés; Universidade Autónoma de Querétaro, 2009.

DUARTE, P. Prefácio à primeira edição. In: BINZER, I. von. *Leid und Freud einer Erzieherin in Brasilien: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. Edição bilíngue. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

FEND, S. M. *Deutsche Frauen im Vale Europeu von der Kolonisierung bis zur Industrialisierung. Die Entwicklung der Kolonistin hin zur (Klein) Bürgerin*. Dissertação de mestrado. Universidade de Viena. Viena, 2020.

HEINRICHS, E. *Die Frau des Auswanderers. Erlebnisse einer Kolonistenfrau in Südbrasilien*. Freiburg i. Br.: St. Raphaels Verein, 1921.



LAROQUE, L. F. da S.; MACHADO, N. T. G.; VEDDOY, M. I. B. Movimentações envolvendo indígenas Kaingang e imigrantes alemães em territórios da Bacia Hidrográfica do Caí. *Redes*, v. 24, n. 2, p. 186-208, 2019.

LEITE, M. L. M. *Livros de viagem. 1803/1900*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LERMEN, G. B. *Deutsche Auswanderinnen in Südbrasilien. Lebenswelt und Erfahrungen in Kolonie und katholischer Kirche (1824-1939)*. Heidelberg: Verlag Regionalkultur, 2006.

LISBOA, K. M. Olhares alemães sobre a imigração no Brasil: imperialismo, identidade nacional e germanismo. *Espaço Plural*, v. 9, n. 19, p. 95-105, 2008.

LISBOA, K. M. *Mundo novo, mesmo mundo: viajantes de língua alemã no Brasil (1893-1942)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2011.

LISBOA, K. M. “É muito belo um país estranho / Mas nunca se tornará uma pátria”: três mulheres em movimento entre a Alemanha e o Brasil (1880-1900). In: FERREIRA, C.; FURTADO, A. (Orgs.). *Travessias oitocentistas: relatos de viagem, temporalidades e imigração no Brasil*. Blumenau: Editora FURB, p. 179-210, 2022.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H. B. de (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar, p. 52-83, 2020.

MACHADO, L. W. *O romance epistolar de Ina von Binzer: um documento de interculturalidade brasileiro-alemã*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

NIPPERDEY, T. *Deutsche Geschichte. 1866-1918. Arbeitswelt und Bürgergeist*. Vol. 1. München: C.H. Beck, 1998.

PRATT, M. L. *Os olhos do império, relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

RENAUX, M. L. *O outro lado da história: o papel da mulher no vale do Itajaí (1850-1950)*. Blumenau: Editora da FURB, 1995.

RINKE, S.; FISCHER, G.; SCHULZE, F. (Orgs.) *Geschichte Lateinamerikas vom 19. bis zum 21. Jahrhundert. Quellenband*. Stuttgart: J. B. Metzler, 2009.

ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

SCHAMM, C. Kulturschock in Brasilien: Eine Studie zur Interkulturalität in Ina von Binzers Briefroman *Leid und Freud einer Erzieherin in Brasilien (1887)*. *Revista Contingentia*, v. 3, n. 1, p. 26-50, 2008.

SCHEITLER, I. *Gattung und Geschlecht. Reisebeschreibungen deutscher Frauen 1780-1850*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1999.

SCHULZE, F. O discurso protestante sobre a germanidade no Brasil: observações baseadas no periódico *Der Deutsche Ansiedler (1864-1908)*. *Espaço Plural*, v. 9, n. 19, p. 21-28, 2008.

SEYFERTH, G. A colonização alemã no Brasil. Etnicidade e Conflito. In: FAUSTO, B. (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, p. 273-313, 2000.

SEYFERTH, G. The diverse understandings of foreign migration to the South of Brazil (1818-1950). *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, v. 10, n. 2. July to December 2013. Brasília: ABA. Disponível em <<http://www.vibrant.org.br/issues/v10n2/giralda-seyferth-the-diverse-understandings-of-foreign-migration-to-the-south-of-brazil-1818-1950/>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

STOLCKE, V. *Coffee planters: workers and wives. Class conflict and gender relations on São Paulo coffee plantations*. New York: S. Martin Press, 1988.

STUTZER, T. *Deutsches Leben am Rande des brasilianischen Urwalds*. Gotha: Andreas Perthes, 1889.

STUTZER, G. *In Deutschland und Brasilien. Lebenserinnerungen*. Braunschweig: Hellmuth Wollermann Verlagsbuchhandlung, 1927.

STUTZER, G. *Meine Therese. Aus dem bewegten Leben einer deutschen Frau*. Braunschweig: Hellmuth Wollermann Verlagsbuchhandlung, 1916.

TELLES, N. Escritoras, escritas, escrituras. In PRIORE, Mary del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

WOLFF, C. S.; RÉCHIA, K. C. Mulheres de Santa Catarina: vidas de trabalho. In: BRANCHER, A. (Org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Livraria e Editora Obra Jurídica, p. 61-72, 1999.

# A colonização agrária prusso-alemã no Brasil meridional: o *Urwald* e as mudanças socioecológicas na Mata Atlântica (século XIX)\*

*The German-Prussian agrarian colonization in Southern Brazil: Urwald and socioecological changes in the Atlantic Rainforest (19<sup>th</sup> Century)*

Eduardo Relly\*\*

**Resumo:** Este artigo examina a colonização agrária alemã-prussiana no sul do Brasil do século XIX, com foco nas transformações socioecológicas na Mata Atlântica (“*Urwald*”). Os imigrantes alemães, especialmente em regiões como o Rio Grande do Sul, encontraram vastas florestas subtropicais que haviam sido administradas por comunidades indígenas e tradicionais, o que levou a uma tradução significativa das culturas agrárias e florestais. As práticas dos colonos, notadamente o uso controlado do fogo (Roçawirtschaft), foram informadas pelos sistemas de conhecimento europeu e indígena, remodelando as ecologias locais, conduzindo ao desenvolvimento da agricultura. Este estudo aborda como os colonos alemães navegaram pela paisagem, convertendo terras florestais em zonas agrícolas, e contempla as implicações mais amplas dessa transformação na biodiversidade, no uso de recursos e na dinâmica socioambiental. Além disso, explora o pano de fundo ideológico do nacionalismo alemão e o discurso sobre a natureza selvagem que influenciou as percepções da Mata Atlântica, justapondo-o às paisagens florestais alemãs. Ao analisar as narrativas dos colonos, este estudo contribui para a compreensão da mudança ecológica em contextos de colonização agrária e destaca as complexidades que envolvem a adaptação agrícola, a transferência

\* Submissão: 25/09/2024 | Aprovação: 18/11/2024 | DOI: 10.29182/hehe.v27i3.1027

\*\* Pesquisador associado pós-doutorando na Faculdade de Ciências Sociais e Comportamentais (Fakultät für Sozial- und Verhaltenswissenschaft) da Friedrich-Schiller-Universität Jena. Membro do Centro Colaborativo de Pesquisas 294 “Strukturwandel des Eigentums” (Mudanças estruturais da Propriedade) | ORCID: 0000-0001-5196-7332 | E-mail: rellyeduardo@gmail.com



tecnológica e a mercantilização da paisagem no processo de assentamento das populações alemãs no Brasil meridional.

**Palavras-chave:** Colonização agrária. Alemães. Prússia. Biodiversidade. Mata Atlântica. Mudanças Ambientais.

**Abstract:** This article examines the German-Prussian agrarian colonization in 19<sup>th</sup>-century southern Brazil, focusing on the socio-ecological transformations in the Atlantic Forest (“*Urwald*”). German colonists, especially in regions such as Rio Grande do Sul, encountered vast subtropical forests that had been managed by indigenous and traditional communities, which led to a significant translation of agrarian and forest cultures. The settlers’ practices, notably the controlled use of fire (“*Roçawirtschaft*”), were informed by European and indigenous knowledge systems, remodeling local ecologies and leading to the development of agriculture. This study looks at how German settlers navigated the landscape, converting forestland into agricultural zones, and considers the wider implications of this transformation on biodiversity, resource use and socio-environmental dynamics. It also explores the ideological backdrop of German nationalism and the discourse on wilderness that influenced perceptions of the Atlantic Forest, juxtaposing it with German forest landscapes. By analyzing settlers’ narratives, this study contributes to the understanding of ecological change in the context of agrarian colonization and highlights the complexities surrounding agricultural adaptation, technological transfer and the commodification of landscapes in the German colonies in southern Brazil.

**Keywords:** Agrarian colonization. Germans. Prussia. Biodiversity. Atlantic Forest. Environmental Change.

**JEL:** N43. N46. Q15. Q50. N36.

## Introdução

A colonização alemã no Brasil meridional se destinou a territórios geograficamente acidentados e, sobretudo, cobertos por florestas subtropicais íntegras e manejadas secularmente por povos indígenas e comunidades tradicionais originadas das dinâmicas dos colonialismos ibéricos. Nelas vigorava grande biodiversidade acoplada aos sistemas culturais dos ocupantes tradicionais da terra. Os prusso-alemães foram por isso os personagens centrais de uma complexa tradução de culturas agrárias e florestais, que teve no Brasil meridional, a partir de 1824, repercussões ecológicas e históricas no conjunto das recentes colonizações agrárias da América do Sul.

Os alemães em geral se estabeleceram primeiramente nas duas províncias meridionais do Brasil, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Essas regiões se conformavam bem aos contemporâneos saberes de “aclimatação” (Kundrus, 2003, p. 138), uma vez que discursos sobre o clima, visões racistas e eugênicas sobre o branqueamento racial, além de influências dinásticas e maquinações geopolíticas (disputas pela hegemonia na região do Prata) ajudaram a motivar um plano em larga escala de colonização rural estrangeira de colonos brancos. Quando as autoridades brasileiras começaram a promover a imigração na década de 1820, o Rio Grande do Sul era pouco povoado, e a antiga administração portuguesa não promoveu a colonização das florestas atlânticas semidecíduais do sul.

A produção agrícola no Rio Grande do Sul era muito limitada e diferia radicalmente da vasta agricultura comercial brasileira baseada em culturas tropicais e mão de obra escravizada para exportação. A agricultura era conduzida por produtores de erva-mate de diversas origens étnicas e sociais que praticavam o cultivo itinerante em pequena escala em terras comuns ou por assentamentos açoriano-portugueses em declínio que haviam sido estabelecidos ao longo do rio Jacuí e suas interconexões com os extensos cursos d'água da Lagoa dos Patos. Embora os grupos indígenas, como os Kaingang e Xokleng, também participassem da economia baseada na agricultura, eles se concentravam na subsistência e na coleta de produtos florestais (principalmente o pinhão da *Araucaria angustifolia*) (Correa e Bublitz, 2006). Em 1850, os alemães já eram responsáveis pela maior parte da produção agrícola da região, principalmente porque as elites locais dominavam o lucrativo sistema de criação de gado estancieiro-gaúcho



nos pampas e tendiam a não se dedicar à agricultura. Desde então, a colonização alemã continua sendo uma das pedras angulares na história da agricultura na sociedade brasileira.

A coleta de informações sobre o novo ambiente em que se inseriram, com vistas a diminuir a complexidade desses novos espaços de colonização florestal, deu-se copiosamente. O conhecimento ambiental e climático em grande parte recolhido, classificado e sistematizado por europeus por meio das experiências dos povos americanos tinha vital importância para o sucesso ou fracasso da colonização agrária das florestas subtropicais do Brasil. Os emigrantes que se dirigiam ao Brasil meridional estavam destinados a se tornarem colonos “do mato” ou *Urwald*; a eles era demandada a prática da agricultura e da conversão da floresta em áreas permanentes de cultivo agrícola. Neste artigo, abordaremos, portanto, como esse processo de tradução e alteração ecológicas ocorreu. Munidos de informações e experiências díspares – alicerçadas em sua própria agência histórica e na de diversos grupos de interesse –, os colonos e colonas teuto-brasileiros foram tradutores de processos ecológicos, biológicos e sociais que resultaram na reconfiguração paisagística de grande parte do *hinterland* sul-brasileiro.

Em geral, este artigo busca aderir a uma recente historiografia ambiental e agrária atrelada ao desenvolvimento de matizes conceituais sobre colonizações agrárias para além do paradigma tecnocientificista ou civilizacional que o termo passou a deter após a segunda guerra mundial (Bhattacharya, 2019). De todo modo, o conceito de colonização agrária permanece elástico e pouco explicativo, mas as perspectivas pós-coloniais e estudos da história da ciência e tecnologia buscam realinhar as experiências de colonização à luz das crises socioambientais do tempo presente e das questões envolvendo a justiça socioambiental.

Este artigo busca igualmente conformar a discussão sobre nacionalismo alemão e discurso silvestre, preponderante na Alemanha de fins do século XIX, com uma mirada sobre a experiência *settler colonial* alemã no Brasil. Nesse sentido, observa-se que embora houvesse uma tentativa de indivíduos e classes sociais mais próximas desse ideal em conectar as realidades alemãs e teuto-brasileiras, a relação entre discurso silvestre e germanidade não teve grande ressonância entre os colonos teuto-brasileiros. A tentativa de construção de tal símbolo no Rio Grande do Sul e em Santa

Catarina partiu, via de regra, da iniciativa de atores pertencentes ao universo local e transnacional das classes médias e altas, imbricadas em geral no comércio, na indústria e nas profissões liberais.

Os reflexos globais desse discurso nacionalista/silvestre alemão sobre os “alemães no estrangeiro” (*Auslandsdeutsche*) são praticamente inexistentes nas historiografias brasileiras e alemãs; por vezes, nas análises disponíveis, o mundo da imaginação silvestre burguês-romântico presente na cultura da Alemanha do século XIX é equivocadamente atribuído ao colono teuto-brasileiro em razão de sua suposta e inescapável raiz teutônica (Santos, 2011, p. 42-45). Porém, os colonos e colonas teuto-brasileiros possuíam sua própria visão sobre a fronteira florestal da Mata Atlântica no Brasil meridional, entrando em conflito com os propagadores das culturas silvestres-nacionais que contornavam o nacionalismo na Alemanha.

No sentido das práticas de transformação da paisagem agrária, um dos elementos tecnológicos mais importantes e decisivos para a instalação da sociedade rural teuto-brasileira foi o manejo, controle e gestão do fogo na floresta. O fogo foi o elemento central da chamada *Roçawirtschaft*, ou seja, a técnica de conversão de área florestal em área plantada por meio do fogo controlado e que em grande parte era conhecimento tradicional indígena. O uso do fogo na agricultura é ao mesmo tempo um dos fenômenos menos estudados na literatura das migrações europeias do século XIX. Aqui, centraremos a análise no uso do fogo entre a Prússia e o sul do Brasil.

Para a abordagem de tais desenvolvimentos, analisaremos: (i) os significados da colonização florestal do Novo Mundo subtropical por povos alemães e perspectivas coloniais; e (ii) a mobilidade translocal do fogo e o aproveitamento dos recursos do *Urwald* e nuances da agricultura e pecuária ali estabelecidas. O fogo tem um peso exponencial na análise, uma vez que foi a tecnologia que permitiu as mudanças ecológicas observadas. Como exemplo preponderante de tais transformações, reportarmos-nos com mais frequência à colônia Santa Cruz,<sup>1</sup> na província brasileira do Rio Grande do Sul, entre 1849, o ano de fundação dessa colônia, e 1880. Essa periodização permitirá uma visão de fôlego sobre o processo de conversão ecológica propiciado pela chegada dos lavradores europeus. As principais

<sup>1</sup> O perímetro da antiga colônia Santa Cruz corresponde hoje em dia, *grosso modo*, à denominada Região do Vale do Rio Pardo no estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

fontes primárias dessa periodização referem-se às cartas de imigrantes e de autoridades religiosas e administrativas. Relatos de viajantes e analistas com conhecimentos técnicos em ciências naturais ou geográficos também serão referenciados. Já para o estudo dos discursos sobre a floresta Atlântica do Brasil meridional foram utilizadas principalmente fontes secundárias.

Em linhas gerais, a colonização agrária alemã desses territórios encerrou ou alterou as ecologias sazonais que se apoiavam na biodiversidade florestal. Este artigo se insere, assim, numa perspectiva mista entre a recente história da colonização agrária, a história cultural do meio ambiente e nacionalismo, como em Wilson (2012), e a geografia agrária de Kohlhepp (2014), no sentido de co-historicizar discursos culturais sobre os ambientes transformados e as práticas de transformação da paisagem

## 1. Colonização florestal na América subtropical por povos alemães e a origem dos *Urwaldmenschen*

Em fins do século XVIII e, sobretudo, a partir das ondas emigratórias maciças que caracterizaram o século XIX, camponeses alemães abandonaram as florestas caducifólias de carvalho e faia da Europa central e rumaram para novas matas através do globo terrestre. O Brasil foi o primeiro lugar onde uma população concentrada de alemães se deparou com florestas não temperadas e nelas passou a residir em quantidades significativas.<sup>2</sup> Ali, a Mata Atlântica recebeu o nome de *Urwald*, que pode ser compreendido como “floresta primitiva”, um conceito colonial ecológico que demarcava as alteridades sociobiológicas entre as realidades agroflorestais europeias e as sul-americanas.

O *Urwald*, ou floresta virgem dos povos alemães no Brasil, funcionava como um anticonceito do *Wald*, a floresta e manejada existente na Alemanha pré-moderna. Esse *Wald* europeu possui uma larguíssima história social e econômica, mas, em contraposição ao *Urwald* sul-brasileiro, ele não fazia parte de uma geografia imaginária e empírica colonial. Na esteira da expansão capitalista europeia, camponeses foram continuamente expropriados dos recursos comunais de suas florestas e expostos ao mercado de trabalho da sociedade industrial. De todo o modo, esse *Wald*

<sup>2</sup> Há que se observar o experimento episódico dos Welzer na Venezuela do século XVII (Zantop, 1999).

era uma unidade de sociabilização e reprodução cultural campesina. O *Urwald* do Brasil meridional, por sua vez, era reputado como uma floresta de pura natureza e a-histórica. Nesse sentido, a *terra nullius* projetada nesses espaços silvestres ocultava os direitos territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais que aí viviam – um caso típico de percepções coloniais do tipo *settler colonialism*.

Essa visão atravessou diferentes camadas culturais e tempos históricos. Nesse contexto, porém, ela revela traços claros de colonialidade do poder, dado que novos traços coloniais foram se adensando à medida que o *Urwald* se transformava numa fronteira operada por colonos. Em 1921, num texto contrário à emigração alemã para o Brasil meridional, um autor anônimo afirmava que o *Urwald* seduzia a muitos em razão de seu manifesto erotismo (Anônimo, 1921, p. 4). Numa carta de 1866, o pastor luterano de Santa Cruz, Dr. Borchard, relatava a Friedrich Fabri, inspetor da *Missão da Casa de Barmen* – ligada ao *Comité für die protestantischen Deutschen in Südbrasilien* –, os receios do também pastor Bergfried em cavalgar pelo *Urwald* de Santa Cruz: o último temia obsessivamente os animais selvagens e os ataques dos povos indígenas (EZAB, 1866, p. 5). No mesmo ano, o belga Pierre Mabilde, diretor da colônia Santa Cruz entre 1864 e 1870, foi supostamente sequestrado pelos índios Kaingang ao percorrer áreas florestais mais afastadas dos assentamentos agrícolas em Santa Cruz (Mabilde, 1983, p. 2-3).

Tais relatos tocam pontos focais da conversão da Mata Atlântica brasileira meridional em *Urwald*: a riqueza da biodiversidade, a presença de povos nativos, os animais exóticos e insetos, a solidão das matas e o *pathos* da sedentarização agrícola a ser realizada por povos alemães em expansão.

Porém, nem todo *Urwald* podia ser o *Urwald* dos alemães; isso era especialmente verdadeiro para os camponeses germânicos, habituados com estações do ano bem definidas e usuários bem treinados dos processos fenológicos anuais. Para se tornarem os “homens da floresta primitiva” (*Urwaldmenschen*) ou seus colonos (*Urwaldkolonisten*), a floresta necessitava de um clima subtropical, em que as árvores perdessem pelo menos parte de suas folhas nos meses de inverno (deciduidade).

As folhas eram, nas ecologias camponesas, um importante recurso agrícola na Europa central e a tradução do *Urwald* sul-americano para

esse grupo se fazia propriamente sob o prisma da disponibilidade de recursos econômicos e agrícolas. É o que se depreende, por exemplo, das lamúrias do geógrafo Leo Waibel quando, muito jovem, em 1911, acompanhou o fracasso agrícola alemão no *Urwald* da região de proteção (*Schutzgebiet*) camaronesa, onde as florestas tinham folhas perenes (Waibel, 1965, p. 27); e das descrições epistolares do colono de Blumenau L. Hackbarth aos seus parentes, ao lamentar que no sul do Brasil as árvores eram sempre verdes, tanto no verão quanto no inverno (“*die Bäume sind hier Sommer und Winter grün*”) (FG, 1877, p. 1). Em ambos os casos, a decidualidade florestal explicava o sucesso ou insucesso da agricultura promovida por alemães, pois as florestas perenifólias da África equatorial não podiam ser comparadas à excelência das matas (semi)deciduais do sul do Brasil. Da mesma forma, florestas decíduas, em razão de respostas fenológicas motivadas por severos e regulares estresses hídricos – como é o caso das “matas secas” do Brasil central (Gonçalves, 2015, p. 145) – não entravam, outrossim, na categoria de *Urwald*. O *Urwald* subtropical, da fenologia estacional, foi assim um dos maiores elementos de agência por parte do campesinato/colonato, uma vez que os projetos de colonização agrária não tendiam então a observar assiduamente as perspectivas dos colonos e das colonas.

Uma teoria climatológica não formalizada era também comum a muitos discursos, estando associada a concepções predeterminadas de saúde pública sob uma ótica eurocêntrica.<sup>3</sup> Determinados tipos de clima distinguiam o *Urwald* possível do impossível. Traugott Bromme (1853, p. 466), em seu popular guia (*Ratgeber*), anunciava, por exemplo, a impossibilidade do assentamento germânico ao norte do Rio de Janeiro em razão das temperaturas altas e da insalubridade do clima. Oscar Canstatt (2002, p. 442), diretor de Monte Alverne, era ainda mais restritivo: só Rio Grande do Sul e Santa Catarina poderiam suportar assentamentos alemães. Peter Kleudgen (1853, p. 7) afirmava que Santa Cruz dispunha de um clima excepcionalmente adequado para o imigrante alemão (“*ein vortreffliches Klima, das sich für die Deutsche Auswanderer ganz besonders günstig gezeigt hat*”). Os fracassos das colônias de Mucuri, em Minas Gerais, e de Frankental, no litoral sul da Bahia, constituíram, frequentemente, exemplos comprobatórios desse discurso (Schröder, 2003, p. 99).

<sup>3</sup> Alfred Crosby (2011) preocupou-se com ela e a problematizou em torno do conceito “Neo Europas”.



A colonização do *Urwald* do quadrante meridional da América do Sul levantou de igual maneira o problema da existência ou não de florestas pristinas na Alemanha ou mesmo no continente europeu no século XIX (Wilson, 2012, p. 44-45). Leo Waibel (1965, p. 8-9), com sua ampla experiência em geografia agrária, era categórico ao dizer que na Alemanha já não havia *Urnatur*. Todavia, o reflorestamento de áreas degradadas e ociosas com espécies de crescimento rápido (coníferas, principalmente), capitaneado por vários estados alemães (com destaque para a silvicultura prussiana) entre os séculos XVIII e XIX, e a vitória epistemológica e prática no interior da Ciência Florestal (*Forstwissenschaft*) do modelo de Altas Florestas (*Hochwald*), trouxeram a discussão da natureza virgem ao seio da literatura e das artes plásticas na Alemanha do século XIX (Badenberg, 2022, p. 153). Ao mesmo tempo, as viagens de Alexander von Humboldt, Carl Friedrich P. von Martius, Friedrich Sellow e muitos outros contribuíram para a difusão de uma ideia persistente de *Urwald* enquanto espaço de alteridade ecológica não europeia (Conrad, 2010, p. 246).

No século XX, o problema do *Urwald* na Alemanha e na Europa se desradicalizou e gradativamente novos cenários sobre as possibilidades de sua existência foram descortinados. O Chefe do Serviço Florestal (*Oberforsternann*) do extinto Império Austro-Húngaro e responsável pelas florestas pristinas bósnias, Julius Fröhlich, dizia que tanto o urso e o inseto quanto o caçador não eram elementos descaracterizadores do *Urwald*; para o autor, somente a integração ao mercado podia alterar a natureza da floresta virgem por meio de cortes selecionados e sistemáticos (Fröhlich, 1954, p. 24). Fröhlich de certa forma contribuiu para o desmonte de uma conceituação de *Urwald* (*Urwaldsvorstellung*) que nascera ainda no século XVIII dentro de uma lógica eurocêntrica e colonialista e que fora, no século XIX, por meio do darwinismo social, crescentemente associada aos povos tidos como primitivos (Wirz, 2000, p. 27). Partiu-se do mito da natureza intocada para a noção de integridade das relações ecológicas; reverberava-se, assim, a experiência germânica no Brasil meridional no interior da silvicultura europeia.<sup>4</sup>

Essas conceituações repercutiram igualmente sobre a floresta pristina brasileira, referida por Albert Wirz. Em seu *Manual de geografia e estatística do Império do Brasil* (*Handbuch der Geographie und Statistik des Kaiserreiches*

<sup>4</sup> Ver detalhes em Diegues (2004).



*Brasilien*), Johann Wappäus (1871, p. 1830) chegava a pregar a identidade entre *Urwald* e os alemães no Rio Grande do Sul. Na esteira do nacionalismo germânico, a missão civilizatória dos colonos e das colônias teuto-brasileiros nas matas profundas, densas e perigosas do Brasil não passou despercebida (Correa; Bublitz, 2006, p. 75). Já o ativista da Associação Central para Geografia Comercial e Promoção do Interesse Alemão no Estrangeiro (*Centralverein für Handelgeographie und zur Förderung deutscher Interesse im Auslande*), Hugo Zöllner (1883, p. 144-145), entendia o êxito da colonização alemã nas florestas virgens do Rio Grande do Sul a partir de características eminentemente nacionais; o *Urwald* representava para ele a pureza da natureza, e o autor se deixou inclusive seduzir pelo esforço das virtudes teutônicas na alegada civilização florestal do Rio Grande do Sul. O suposto caráter civilizatório do domínio do *Urwald* e a emergência do colono teuto-brasileiro como um “homem-fronteira” foram elementos ideológicos centrais de atração dos colonos aos desígnios nacionalistas/colonialistas do *Deutschtum* (Correa, 2016, p. 172).

Esse orgulho do controle sobre o *Urwald* não era, entretanto, privilégio das classes alemãs cultas ao observarem seus compatriotas (Bublitz, 2014, p. 86). Em 1877, o colono Heinrich Fissmer, de Joinville, em Santa Catarina, escreveu a seu irmão Wilhelm Fissmer em Calbe, Prússia: “Ali em Joinville você deveria estar surpreso sobre o que se passou com a *Urwald* e o pântano nos últimos 25 anos” (“*Da in Joinville solltest du dich wundern was seit 25 Jahre aus dem Urwald und Sumpf geworden ist*”) (FG, 1877, p. 1). Na retórica de cartas, a ideia civilizacional era, porém, bastante reduzida e nela predominam sobretudo as imagens de sucesso pessoal e familiar do interlocutor emigrado. Assim, parece bastante evidente que os *Urwaldkolonisten* entendiam a floresta antes e principalmente como um recurso econômico, tal qual o faziam na Alemanha.

No entanto, as impressões românticas continuaram; Hans Porzelt, em *Der deutsche Bauer in Rio Grande do Sul*, fundava a diferença entre o camponês alemão e o colono teuto-brasileiro justamente na ausência, por parte do último, “de um enraizamento ao solo, de uma permanente fidelidade ao torrão de terra” (“*Erdverwurzelheit, die bleibende Treu zur Scholle*”) (Porzelt, 1937, p. 104-105). Em 1935, Siegfried Kniest no *St. Paulus Blatt*, folheto católico de difusão em boa parte das colônias alemãs, insistia na necessidade da conexão espiritual entre as florestas e o mundo rural

teuto-brasileiro, pois “uma vila sem floresta é como uma cidade sem edificações históricas, sem monumentos, sem coleções de arte, sem teatro ou música” (Kniest, 1935, p. 117).

A centralidade dos recursos florestais – materiais e simbólicos – para o estabelecimento de colonos alemães no sul do Brasil pode também ser visualizada na discussão existente entre vantagens e desvantagens de assentamentos germânicos em áreas de campo (*Kamp*) ou *Urwald*. Esse debate foi conduzido por diversos cientistas e intelectuais; Hermann von Ihering, Balduino Rambo, Herbert Wilhelmy e Leo Waibel tomaram, por exemplo, parte nele. De modo geral, esses autores sublinharam a ideologia *Waldmenschen* e a projetaram sobre os territórios austrais da América do Sul. Sob o ponto de vista dessa geografia inventada, não somente as províncias meridionais do Brasil, mas também boa parte da região oriental do Paraguai, adicionada do Guairá, e das províncias mesopotâmicas da Argentina foram selecionadas como um espaço florestal propício ao acolhimento de alemães (Nodari, 2018, p. 81, 104); a Mata Atlântica em seu quadrante sul surgia como uma floresta possivelmente teutônica. Wilhelmy (1940, p. 208) e Rambo (1956, p. 309), aparte de considerações econômicas, eram particularmente mais enfáticos em entender as colônias no *Urwald* (*Urwaldkolonien*) por meio da “atração misteriosa que o mato exerce sobre o caráter do povo alemão” (Rambo, 1956, p. 309).

As fundamentações econômicas a respeito da preferência dos colonizadores alemães pelo *Urwald* foram, todavia, mais realistas e tocaram as tradições centro-europeias de agricultura e sua projeção naquele novo ambiente. Cumpre, porém, lembrar que as colônias alemãs do sul do Brasil não foram fundadas e estabelecidas unicamente por alemães, mas também por funcionários públicos, políticos e empresários brasileiros e/ou de outras nacionalidades (Weimer, 2004, p. 112-113). Na medida em que o negócio da colonização se capilarizava no sul do Brasil por meio do capital privado liberado pelas reformas agrárias advindas através da Lei de Terras de 1850/1854 (Smith, 1990, p. 340), coube aos imigrantes paulatinamente disporem de mais liberdades e opções para adquirirem um lote rural com as configurações ambientais mais próximas de seus saberes, experiências e capital. Até 1854, as opções eram bastante restritas nesse sentido, predominando as iniciativas governamentais, mais padronizadas e rígidas (Christillino, 2010, p. 166-177).

De toda a sorte, as iniciativas governamentais e particulares eram frequentemente assessoradas por indivíduos que possuíam algum conhecimento das tradições florestais e agrícolas dos lavradores alemães (Constantino, 2012, p. 12). Esse é o caso, por exemplo, de Georg von Schäffer e das colônias São Leopoldo e Nova Friburgo; Peter Kleudgen e Santa Cruz; e Christian Matthias Schröder e Dona Francisca. A oferta de terras deveria necessariamente atender a uma clientela formada por um mercado global de emigração (Nodari *et al.*, 2004, p. 163), fortemente sedimentado, no caso brasileiro, até por volta de 1875, na Alemanha e, precisamente, nas cidades hanseáticas (Lenz, 1999, p. 80-94). Por este motivo, era necessário entender de que forma os migrantes, ainda na Alemanha, faziam agricultura e como se relacionavam com florestas.

Economicamente, a oposição *Kamp versus Urwald* percebia no recurso madeireiro (madeira para construção, lenha e carvão) uma aproximação com as experiências da agricultura centro-europeia. Charles Beck-Bernhard, em 1872, anunciava áreas gramíneas de pampa na Argentina como espaço propício ao uso do arado e da produção cerealífera, mas não escondia a necessidade eventual de o colono depender do mercado para obter madeiras, o que era, segundo o autor, uma grande desvantagem da natureza argentina (Beck-Bernard, 1872, p. 64-65). Embora criticasse o caráter predatório e o rebaixamento técnico do colono teuto-brasileiro no *Urwald*, Wilhelmy (1980, p. 38-39) percebeu que os colonos entendiam a floresta como recurso fertilizador indispensável, recolhido por meio da queima de biomassa; ademais, a floresta era um fornecedor importante de palhas e outros produtos secundários. Hermann von Ihering e Paul Langhans (1887, p. 335) ressaltavam a centralidade na economia teuto-brasileira dos recursos hídricos e madeireiros de que o *Kamp* do Rio Grande do Sul meridional e do Uruguai não dispunham, mas que abundavam no *Urwald*. Jorge Hörmeyer (1863, p. 183-184) buscou descrever o *Kamp* que antecedia a chegada na colônia de Santa Cruz: “Mas o que é um campo [*Kamp*]? [...] Não é nada além de pastagens selvagens, que se encobrem por milhas e milhas em suaves colinas onduladas. Nada de árvores, nada de arbustos: tão-somente a grama autóctone nasce nele”.<sup>5</sup> Nas áreas de Santa Cruz em

<sup>5</sup> Livre tradução para “*Was ist denn aber ein Kamp? [...] Nichts als wilde Wiesen, die sich meinlenwert in sanfte Wellenhügeln hindecken. Kein Baum, kein Strauch, nur das einheimische Gras wächst auf ihnen*”.

que o campo fazia transição com o *Urwald* ou mesmo predominava – quadrante meridional da colônia, precisamente na Linha Vila Teresa e Bom Jesus –, muitos lotes tinham sido já abandonados por seus possuidores em meados da década de 1870.<sup>6</sup>

Leo Waibel (1949, p. 165) estimava temerariamente que 99,9% dos colonos rurais alemães tivessem se estabelecido no *Urwald*. Ideologizado e manejado, o fato é que o *Urwald* se tornou parte integrante de um sistema agropecuário inovador na história da agricultura brasileira e latino-americana. Ali, no sul do Brasil, agricultores europeus adquiriram *expertise* na agricultura popular americana, adotaram tecnologias nativas (o fogo, principalmente) e compuseram um campesinato rural de subsistência (não em toda a parte), que se desviou por vezes do modelo de comoditização agrícola. Vejamos o caso do fogo, nesse sentido, e do seu peso na colonização agrária prusso-alemã.

## 2. O fogo entre mundos e usos do *Urwald*

### 2.1 O *Urwald* em Santa Cruz, Rio Grande do Sul

A colonização alemã em Santa Cruz iniciou-se em 1849 com a chegada das primeiras famílias silésias e renanas às franjas meridionais da Serra Geral gaúcha. A floresta ou o *Urwald* de Santa Cruz era em grande parte terra devoluta e pública, e pertencia, *de jure*, ao *domínio eminente* do Imperador do Brasil como herança do período colonial e da política de conservação portuguesa (Cabral, 2014, p. 347). A Lei Geral nº 514 de 28 de outubro de 1848 concedeu à província do Rio Grande do Sul o direito de administrar a privatização de terras públicas – quase sempre florestadas – no intuito de colonizá-las com estrangeiros (Radünz, 2008, p. 33). A província do Rio Grande do Sul, ao fundar a colônia em 1849, nomeou sucessivos diretores administrativos, que eram subordinados à presidência da província. O diretor era o elo entre os colonos e o Estado brasileiro; além disso, ele zelava pela prosperidade e segurança da colônia; executava a legislação e as determinações dirigidas aos colonos; responsabilizava-se pelo orçamento e andamento das obras e investimentos públicos; fomentava a vida civil e religiosa; intermediava um rudimentar

<sup>6</sup> CEDOC UNISC: Relatório Carlos Trein Filho: Bom Jesus, Andrea e Vila Theresa.

mercado creditício entre a província e os colonos; cuidava das questões de saúde pública; e era um consultor e informante da presidência provincial. Em 1872, Santa Cruz deixou de ser administrativamente uma colônia e passou integrar o município de Rio Pardo como um distrito. Em 1877, o Decreto-lei provincial nº 1079 elevou Santa Cruz ao estado de vila, possibilitando aos seus moradores um corpo de representação política, a Câmara de Vereadores, instalada em 28 de setembro de 1878 (Schmachtenberg, 2004, p. 386-387; Loefflad, 1952, p. 18).

Por milênios, a floresta que os alemães chamaram de *Urwald* fora o território de vida e gestão de povos nativos das parciaisidades Gê e Guarani; durante o período colonial até as migrações europeias, novos atores florestais surgiram, e com isso novas demarcações territoriais, econômicas, sociais e culturais coexistiram.

Os testemunhos de uma movimentada *pré-história* florestal são abundantes. O diretor Buff, em 1859, constatava a existência de datas de terra concedidas a Pedro Leites de Campos e Antônio José Caetano em terreno florestal já em 1811 e que, naquele ano, encontravam-se abandonadas (AHRS, 1859). Nos anos 1840, Delfino de Santos Moraes, capataz de fazendas de gado em Soledade e amigo do naturalista Aimé Bonpland, “descobriu” um caminho viável entre Rio Pardo e Cruz Alta que levou à construção da picada florestal “Estrada de cima da serra” em 1847, arrematada pelos cofres da província (Eckert, 2014, p. 103-105).

Os faxinais, que formavam áreas de transição entre os campos que se originavam a partir da cidade de Rio Pardo em direção ao norte, haviam sido todos concedidos a particulares ainda em tempos coloniais.<sup>7</sup> O faxinal de João Faria, que deu origem à praça municipal (*Stadtplatz*) de Santa Cruz na década de 1850, fora concedido a este em 1796 pela rainha portuguesa Dona Maria, sendo que a própria casa de João Faria viria a servir, cerca de cinquenta anos mais tarde, como alojamento dos primeiros colonos prussianos. Outros faxinais existiram: de Dona Josefa, Faxinal de Santo Amaro, dos Fagundes e o Faxinal Velho (Müller, 1999, p. 40).

Outra unidade produtiva ligada à pecuária e de significativa importância estratégica às margens das florestas de Santa Cruz era o Rincão d’El

<sup>7</sup> De acordo com Nerone (2015, p. 77), o faxinal é “uma forma de organização rural que apresenta os seguintes componentes produtivos: produção animal [...], produção agrícola e extração de ervamate”.



Rei (Fazenda Nacional), concedido ao coronel Felix José Pereira em 26 de abril de 1762 (Müller, 1999, p. 91). O Rincão fora fundado numa era de hostilidades entre Portugal e o Império espanhol e se inseria nas disputas fronteiriças da região do Prata. Ele tinha por função acolher o gado bovino e equino das forças portuguesas no cenário conflituoso da região. Com o tempo, tais fazendas foram arrendadas ou mesmo parceladas; cultivos de trigo foram ali experimentados na década de 1860 por colonos vindos de São Leopoldo (Hörmeyer, 1857, p. 47).

A mata virgem ou o *Urwald* foi, no entanto, sobretudo um território de alteridade humana. Colonos e outros atores tinham na figura do *Bugre* um dos inimigos mais tenazes do que julgavam ser o mundo civilizado (Bublitz, 2014, p. 86). Na polêmica com Kleudgen entre 1852 e 1853, Samuel Kerst (1852, p. 60-61) da Associação Berlinense para Centralização da Emigração e Colonização Alemã (*Berliner Verein zur Centralisation deutscher Auswanderung und Colonisation*) lançava dúvidas na imprensa alemã sobre a segurança de Santa Cruz diante de eventuais ataques indígenas. Em Joinville, Heinrich Fissmer relatou o curto desaparecimento de duas jovens que andavam pela floresta; vizinhos e familiares acreditavam na possibilidade concreta de um rapto indígena (FG, 1872). O testemunho mais eloquente dessas tensões é decorrente do misterioso rapto do diretor Mabilde, que desde 1833 detinha contatos estreitos com os índios Kaingang (Coroados) em razão de seu envolvimento nas demarcações dos aldeamentos indígenas no norte do Rio Grande do Sul (Laroque, 2000, p. 180-181). Em Linha Sinimbu, extremidade norte e serrana de Santa Cruz, criou-se a Linha Bugre (Müller, 1999, p. 21). Isabelle (2006, p. 226), ao comentar sobre o monte Botucaraí, próximo a Santa Cruz, alegava haver ali índios antropofágicos.

As tensões étnicas no *Urwald* não se consubstanciavam somente por meio da oposição colonização *versus* povos indígenas: em 1863, o diretor Schwerin exigiu do presidente da província providências para destruir um quilombo por ele e sua equipe identificado no norte montanhoso da colônia (AHRS, 1863).

O exercício da força foi um recurso comum para a *limpeza* de projetos sociais adversos ao andamento da colonização; em Santa Cruz, isso não foi diferente. No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, forças paramilitares conhecidas por Bugreiros conduziram o trabalho sangrento de extermínio indígena (Prutsch e Rodrigues-Moura, 2014, p. 70).



A parte eminentemente florestal de Santa Cruz, até a altura em que a Serra Geral se eleva mais abruptamente ao norte, era formada pela floresta estacional decidual e floresta estacional semidecidual em contato com a zona de campos (porção meridional da colônia) a partir do aprofundamento da Depressão central do Rio Grande do Sul (Leifheit, 1978, p. 22-25). No tempo da imigração para Santa Cruz, essa classificação obviamente não existia e a floresta desprovida ou carente de coníferas – como era a maioria da extensão florestal – era chamada pelos alemães de *Laubwald*, equivalente em português a *floresta folhada* (Anônimo, 1931, p. 2-3; Lange, 1888, p. 46). Basicamente, aos olhos dos colonos teuto-brasileiros, agricultores em sua grande maioria, a *Laubwald* era a floresta que perdia folhas: em suma, uma floresta caducifólia.

A diferença entre florestas estacionais deciduais e florestas estacionais semideciduais reside basicamente no teor de caducidade de suas principais espécies arbóreas. Enquanto a floresta estacional semidecidual perde de 20 a 50% de folhas em virtude de estresse climático (sendo o frio a principal causa da perda das folhas nas latitudes subtropicais), a floresta estacional decidual caduca mais de 50% de suas folhas (IBGE, 1992, p. 92-97). Esquemáticamente, esses subtipos de florestas pertencem, como já mencionado, ao bioma Mata Atlântica e nele preponderam famílias botânicas de origem tropical (Rambo, 1956, p. 411), que colonizaram o território do atual Rio Grande do Sul há cerca de 6000 a 4000 anos atrás (Kern, 1997). As florestas estacionais do bioma Mata Atlântica, no quadrante sulino, possuem um dossel que varia de 10 a 40 metros de altura e as folhas caducam na estação invernal (junho a agosto), não havendo ocasiões frequentes de estresse hídrico (Gonçalves, 2015, p. 144-153). Ao contrário da *Laubwald* na Alemanha, a transposição desse conceito no *Urwald* implicou um significativo aumento da diversidade de espécies arbóreas.

As florestas estacionais deciduais e semideciduais formaram a expressão material da ideia de *Urwald*. Além disso, foi nelas que os colonos optaram em se assentar de modo a desenvolver cultivos agrícolas e criação de animais domésticos.

Ademais, as matas estacionais brasileiras foram percebidas precocemente por diferentes atores como contendo o potencial necessário para uma transferência ecológica-rural-florestal menos traumática para os

imigrantes alemães. Hörmeyer (1986, p. 86-87) insistia, por exemplo, que o agricultor deveria sempre comprar terras florestais “folhadas”, afastando-se das matas setentrionais de araucária. Maximilian Beschoren, grande conhecedor da geografia florestal da província gaúcha, identificava a *Laubwald* com o próprio sistema agropecuário dos colonos alemães (Beschoren, 1989, p. 27-28). A mata *Laubwald* também era chamada de “mata branca”, numa clara oposição à “mata preta”, que se identificava culturalmente com as coníferas europeias e que, no Rio Grande do Sul, eram representadas pela *Araucaria angustifolia* (Nodari, 2018, p. 35).

Um ponto fundamental do *Urwald* era a correspondência que os colonos podiam fazer entre ela e a *Laubwald* de suas regiões de origem, pois essas florestas configuradas em torno de espécies decíduas, notadamente a faia e o carvalho, estavam estruturalmente associadas ao manejo agrícola (*Landwirtschaftswald*) do mundo camponês no espaço europeu de língua alemã (*deutschsprachiger Raum*) (Ernst, 2000, p. 2). A ecologia própria das espécies decíduas nos Estados Alemães e, posteriormente, no Império Alemão, possibilitava um manejo integrado de recursos entre floresta, campo e pecuária. A importância desse modelo esteve ligada ao funcionamento da economia rural em torno do *Dreifeldwirtschaft* (sistema de três campos), em que a floresta oferecia espaços complementares para a criação de animais (com pastagens florestadas, *Waldweide*, e a suinocultura, *Schweinemast*), retirada de folhas, galhos e liteira para alimentação dos rebanhos (*Fütterergewinnung*) e extração de palhas (*Streugewinnung*) (Mantel, 1965, p. 15) a floresta decidual complementava a alimentação dos gados, gerando com isso, também, fertilizantes para a intensificação do solo agriculturável, de modo que se estabelecia um relevante fluxo energético entre a biomassa florestal e o campo (*Feld*) (Warde, 2010, p. 315-316).

Abundam testemunhos históricos a respeito da antiguidade e permanência da floresta agrícola ou *Landwirtschaftswald* nas aldeias de origem dos emigrantes. Na era da administração francesa da margem esquerda do Reno, precisamente entre 1804 e 1805 – cerca de cinquenta anos antes da emigração de muitos de seus habitantes para Santa Cruz –, as comunas de Irmenach, Büchenbeuren e Ehrbach tiveram confirmadas pelas autoridades francesas do *Arrondissement* de Simmern seus direitos históricos de pastoreio na “floresta nacional” (*forêt nationale*) de Trabach. Similarmente, em 1868, o ministro das finanças prussiano August von

der Heydt exigiu medidas enérgicas contra o exercício da suinocultura (*Schweinemast*) pelos camponeses pomeranos dos Distrito Florestais (*Forstrevieren*) lotados no distrito de Stettin (APS, 1868).

A *Landwirtschaftswald* da Mata Atlântica foi conduzida de maneira diferente, mas a conexão da ecologia da decidualidade se manteve. De modo geral, a coleta de serrapilheira para o uso da forragem, galhos e folhas foi preservada na pecuária do *Urwald*, embora tenha perdido sua centralidade (Ihering (1887, p. 114-118).<sup>8</sup> No entanto, era sobretudo a liteira folhada e em decomposição – menos intensa no Brasil do que na Prússia – que mostrava aos colonos a existência de uma camada significativa de húmus acumulado, atestando, por conseguinte, à transmissão de nutrientes entre o dossel e o solo (Vogel, Schumacher e Trüby, 2012, p. 130). Além disso, as folhas, quando devidamente queimadas na estação mais seca, eram um excelente combustível para o manejo *Roçawirtschaft* (Gerhardt, 2009, p. 73-74).

## 2.2 Fogo no *Urwald*: *Roçawirtschaft* e *Capoeirawirtschaft*

Antes de iniciarmos a análise das práticas de coivara executadas pelos povos alemães no Brasil meridional, é importante discutir a relevância que o uso do fogo tinha para a economia camponesa na Europa pós-iluminista. Embora tenha sido vítima da Ilustração e da silvicultura (*Forstwirtschaft*), o fogo teve vida longa na Europa central e boreal (Pyne, 2012, p. 167). Reformadores agrícolas profundamente tocados pelos métodos racionais anatemizaram o fogo e o colocaram no pedestal do barbarismo. Carl Sprengel (1846, p. 409-410) dizia que a queima integral de florestas era única e exclusivamente uma prática existente dos povos americanos e neoamericanos. Para o agrônomo de Regenwalde, técnicas de emprego do fogo (*Kutisbrennen*, *Rasenbrennen*, *Gereutbrennen*) existiriam na Alemanha somente em menor escala, sem prejuízo dos estoques madeireiros para o comércio. Por consequência, Sprengel equivocadamente excluiu a Europa da geografia global das chamas.

<sup>8</sup> Os poloneses que emigraram para o planalto ocidental do Paraná por volta do último quartel do século XIX e início do século XX mantiveram a extração de produtos florestais, para fins pecuários, de forma bastante pronunciada. De certa forma, a agricultura polonesa está também encaixada no modelo da agricultura centro-europeia. Ver Gluchowski (2005).

O uso do fogo na Europa foi mais persistente na Escandinávia, nações bálticas e Rússia (Williams, 2003, p. 177) Mas era também presente em partes da França, Áustria e países do Mediterrâneo, onde possuía características acentuadamente diferentes da ecologia ígnea do centro da Europa (Goldammer; Montag; Page, 1997, p. 6). Carl von Linneu, por exemplo, em *Oeconomia naturae* (1749), entendeu numa viagem pela Escânia e Lapônia que o fogo estava extremamente vinculado à reprodução social dos camponeses. O taxonomista prezava sobretudo seu caráter de reprodução da fertilidade do solo e como facilitador da conversão de nutrientes. Antes e contrariamente a Carl Sprengel, Linneu pensou o fogo como um símbolo máximo, eficiente e positivo da economia da natureza (Dove, 2015, p. 243).

Na Prússia do século XIX, o uso do fogo era claramente mais pronunciado em seu quadrante ocidental, principalmente na Província do Reno (Ernst, 2000, p. 85). Entre o Eifel e o Hunsrück vigorava uma agricultura relativamente precária e essas regiões estavam afastadas de grandes entroncamentos e conexões viárias (Schwerz, 1831, p. 2-3); elas eram desde muito tempo reconhecidamente espaços de pobreza rural e com fortes tradições emigratórias (Dotzauer, 2001, p. 387). Em algumas comunidades menos povoadas, frias, distantes e em que prevaleciam solos desfavoráveis, a agricultura em campos permanentes sequer cobria as necessidades da população e tampouco satisfazia limites aceitáveis de nutrição animal de modo a configurar a manutenção de cultivo em campos fixos por meio de fertilização reversa.<sup>9</sup> Logo, tais aldeias vieram a adotar o cultivo rotativo de terras florestais e de prados com auxílio do fogo. As florestas dessas regiões eram naturalmente *Laubwald* (Geisbüsch, 2004, p. 16). Praticava-se ali a “economia das queimadas” (*Brandwirtschaft*) e a rotação de terras tomava ciclos mais ou menos longos (Mantel, 1965, p. 108).

Na Pomerânia, embora o processo de colonização alemã do território nos séculos anteriores tenha sido em grande parte realizado sob o tição, o uso do fogo parece ter sido bem mais reduzido (Pyne, 2012, p. 160-163). Johann G. Goldammer credita à Pomerânia um manejo chamado *Röderwaldwirtschaft*, que se refere a um sistema de agricultura itinerante

<sup>9</sup> Esse fenômeno foi estudado ainda no século XIX pelo famoso economista Johann Heinrich von Thünen (1826), que argumentava a inviabilidade de agricultura comercial longe de centros urbanos consumidores, dada a ausência de redes de transportes adequadas.

em florestas altas típico nas regiões bálticas (Goldammer, Montag e Page, 1997, p. 18-19). Entretanto, no *Königliche Preussische Landeaufnahme* de 1890, percebem-se nas aldeias e colônias em derredor de Regenwalde, Labes e Dramburg, registros toponímicos como “*Ascherdamm*”, “*Brandmuhl*” e “*Brandsfelde*”, que podem ser literalmente traduzidas ao português como “Represa de cinzas”, “Moinho queimado” e “Campos queimados”.

As formas de manejo ígneo foram duramente combatidas pela administração florestal prussiana e demais grupos de interesse (Schmidt, 2002, p. 134-135). Em 1826, o Parlamento provincial da Vestefália buscou extinguir sem sucesso o sistema de *Hauberg*, ou seja, a derrubada cíclica de árvores, que, por sinal, vigora até nossos dias (Bernhardt, 1869, p. 162). Igualmente, no Hunsrück e Eifel, os principados que governavam esses espaços até o Tratado de Luneville (1801) dedicaram grande esforço legislativo para conter a extensão e importância do manejo ígneo entre a população local (Bauer, 2009, p. 62-65).

Ademais, o *Intelligenzblatt für den Kreis Simmern und dessen Umgegend* anunciava constantemente o arrendamento de terras de *Schiffelland* em parcelas, gerando renda para a comuna e terras adicionais para os mais pobres.<sup>10</sup> A coincidência entre pobreza, manejos ígneos e emigração transoceânica avigora o argumento de que os novos colonos, ao pisarem no Brasil, detinham experiências suficientes para encarar os desafios do fogo no *Urwald*.

A agricultura ígnea e itinerante teuto-brasileira foi considerada historicamente por muitos analistas como uma evidência do distanciamento definitivo dos colonos alemães de suas pátrias germânicas. Analistas clássicos como Sérgio Buarque de Holanda (2007, p. 66-67), Leo Waibel (1958, p. 302), Emilio Willems (1980, p. 236-238), Claude Lévi-Strauss (1988, p. 122-123) e, inclusive, novos pesquisadores tributários da recente história ambiental<sup>11</sup> enfatizaram o caráter *acaboclado* da conversão do emigrante alemão em colono. Por outro lado, a deficiente comodificação da agricultura e a permanência de muitos colonos brancos na agricultura de subsistência desafiou teorias racistas da modernização e ressaltou argumentos

<sup>10</sup> Exemplos: Anônimo (1852), Anônimo (1849); Anônimo (1851).

<sup>11</sup> Por exemplo: Bublitz (2006) e Santos (2011).



da indigenização/caboclicização de vastas camadas da sociedade branca colona em expansão.

O uso do fogo na agricultura teuto-brasileira sofreu sua cota de preconceitos, reverberando o argumento de Stephan Pyne para as “queimadas” do centro do país (Pyne, 1997, p. 66). Em 1861, o presidente da província do Rio Grande do Sul, Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão (p. 48), afirmava sua decepção com a agricultura praticada pelos colonos de Santa Cruz, que, para ele, “imitarao [sic] os nacionais”. Ele se referia sobretudo à aplicação indiscriminada do fogo e à recusa da adubação do campo de cultura. Emilio Willems enxergava no fogo a ruptura da germanidade dos colonos teuto-brasileiros e a sua aculturação pela sociedade brasileira (Willems, 1946, p. 335).

Com efeito, desde o início da emigração de povos germânicos para o Brasil ignorou-se que no Hunsrück e no Eifel a população rural empobrecida estava visceralmente ligada aos manejos ígneos. Precocemente, o fogo dos alemães virou sinônimo de caboclo, de atraso e de depreciação cultural. Analistas como Jean Roche (1969, p. 651) e Theodor Amstad (1999, p. 301) chegaram a sugerir que a instalação da agricultura teuto-brasileira nos *Urwälder* veio acompanhada de uma fase pioneira de *degeneração* cultural dos atores envolvidos; o fogo da economia de roça (*Roçawirtschaft*) era um símbolo de hiato civilizacional para esses dois autores.

No entanto, já desde o início do século XIX, o divisivo Georg Anton von Schäffer (1824, p. 313-314) comparara o manejo de roça no Brasil com as realidades que ele mesmo, como oficial do Império Russo, observara na Finlândia, na Suécia e na Noruega. Schäffer teve um elogiável *insight* de compreensão da dinâmica do fogo através de espaços tão longínquos quanto a Alemanha, o Brasil e a Escandinávia. Muito tempo depois, Johann Goldammer (1998) e François Sigaut (1979)<sup>12</sup> se questionaram a respeito do silêncio dos pesquisadores europeus em considerar a Europa como uma arena do fogo agrícola, propondo finalmente uma agenda de estudos a esse respeito. Uwe Edoard Schmidt (2009 p. 144) alertou sobre a transferência de conhecimentos agrícolas e florestais para o Novo Mundo, especialmente no nordeste dos Estados Unidos. É nesse sentido e sob

<sup>12</sup> Sigaut (1979) criticou o eurocentrismo que, segundo ele, dominou as análises da agricultura extensiva na antropologia. Sua invisibilidade na Europa seria causada pela identificação do fogo com as sociedades ditas “atrasadas”.



essas perspectivas que estudamos o uso do fogo por meio da *Roçawirtschaft* no presente artigo.

A coivara era de fato um método de ampla distribuição geográfica no Brasil e servia para a conversão de floresta em terra arável. A queima do mato pautara a agricultura desde os primeiros cultivadores florestais do território brasileiro e esteve sempre vinculada aos manejos e à cultura dos povos originais (Levine, 1979, p. 58). Warren Dean (2007, p. 38-59) vinculou a extensão/retração da Mata Atlântica e de suas áreas de contatos com áreas de campos do Planalto brasileiro justamente sob a ótica da dinâmica do fogo nativo e da demografia. Diogo de Carvalho Cabral (2014, p. 112), ao considerar todos os ciclos econômicos brasileiros no período colonial, categorizou a agricultura desse período como essencialmente “pirotécnica”.

Apesar da difusão da agricultura de coivara, o Brasil pós-1822 – período inicial das políticas de colonização de regiões florestais por meio do recurso da migração estrangeira –, apresentava, entretanto, uma Mata Atlântica relativamente intacta em comparação a 1500 (Miller, 2000, p. 40). Em terras interioranas mais afastadas das estradas e dos centros urbanos brasileiros, normalmente bastante acanhados, a colonização de europeus fez também largo uso do fogo sob áreas extensas de floresta. Condições objetivas de produção (estradas, mercados, infraestrutura, custo laboral, disponibilidade de mão de obra, ausência de crédito etc.) aliadas com práticas culturais estabelecidas criaram, no caso dos colonos teuto-brasileiros, terreno propício para manejos ígneos. No caso da imigração alemã, o mesmo foi enriquecido com as experiências europeias previamente existentes.

Descreveremos o sistema de *Roçawirtschaft* por meio de epístolas escritas e trocadas pelos próprios atores no eixo Alemanha-Brasil. A primeira carta foi composta pelo colono L. Hackbarth de Blumenau, Santa Catarina, datada de 13 de outubro de 1877, e endereçada a seus filhos e nora que viviam em Warnin, Pomerânia (*Kreis Köslin*):

[...] cem *Morgen* e até mais, é este tanto de floresta alta que é preciso primeiro rotear[;] [a mata] deve permanecer ali onde a floresta é cortada por 5 a 6 semanas para secar e para que depois ser cortada e queimada. Os galhos são ainda colocados juntos e queimados [...] Fazem-se 3 bu-

racos, onde se coloca o milho e a terra por cima; e então cresce (FG, 1887, p. 2).<sup>13</sup>

[...] cem Morgen e até mais, é este tanto de floreta alta que é preciso primeiro rotear [“Zuland gemacht werden”]; ali a mata é derrubada, a qual deve permanecer por 5 a 6 semanas para secar[;] e então é cortada e queimada. Os galhos são ainda ajuntados e queimados [...] Fazem-se 3 buracos, onde se coloca o milho e a terra por cima; e então cresce.

A segunda missiva é de Albrecht Zahl, empregado numa fábrica de sabão em Novo Hamburgo. O destinatário da carta, datada de 1897, era um amigo de sobrenome Schumann, que vivia na Alemanha Imperial. Zahl comenta que os alemães no Brasil fazem uma agricultura do tipo roça, que consistia em um

[...] pedaço de floresta que deve ser recuperado e é derrubado e queimado; o solo entre os tocos de árvore remanescentes é então desprendido um pouco com uma enxada e o milho é ali semeado [...] mas as raízes das árvores e dos arbustos também voltam a crescer e, dentro em breve, um campo de milho parece tão coberto de vegetação que, a alguma distância, é indistinguível da floresta (FG, 1897, p. 13).<sup>14</sup>

Essas duas cartas são registros de atores diretamente envolvidos no mundo colonial teuto-brasileiro e resultado da troca de informações acerca de ecologia do fogo entre espaços. Em Santa Cruz, os colonos Josef Uman e Luís Panke registraram os processos de *Roçawirtschaft*. Uman, outrora operário na Boêmia Habsburga, relatava ter enfrentado grandes dificuldades em aprender a queimar seu pedaço de *Urwald* (*Urwaldstück*),

<sup>13</sup> Livre tradução para: “[...] ein hundert morgen auch noch mehr, das ist noch lauten Urwald das muß erst Zuland gemacht werden da wird der Urwald abgeschlagen den muß es 5 bis 6 Wochen liegen das es trocknet und denn wird es angesteht und verbrannt werden. Die Aeste noch zusammen gelegt und verbrannt [...] Werden 3 Löcher gehackt Mais eingelegt und Erde aufgelegt und dann wächst”.

<sup>14</sup> Livre tradução para: “[...] Stück Wald gennant was urbar gemacht werden soll, geschlagen und abgebrannt ist, dann wird den Boden zwischen den stehengebliebenen Baumstümpfen mit der Hacke ein wenig aufgelockert und Mais darin gesät [...] aber die Würzel der Bäume und des Gesträuchs auch wieder aus und binnen kurzem sieht so ein Maisfeld wieder so verwildert aus daß man es aus einiger Entfernung als zum Wald gehört betrachtet”.

pois colocara “fogo cedo demais, pelo que trechos do roçado queimaram mal ou nem pegaram fogo. Eu particularmente tive grande prejuízo, em tempo e colheita” (Uman, 1997, p. 57). Panke, de ascendência pomerana, não escondeu sua alegria quando a primeira roça em terra de seu pai foi queimada, possibilitando o plantio de feijão. Lamentava, por outro lado, o desperdício da madeira e a impossibilidade de esta ser capitalizada (Panke, 2005, p. 89).

Robert Avé-Lallemant (1953, p. 175) e Woldemar Schultz (1865, p. 165-176) destacaram com veemência a *Roçawirtschaft* entre os teuto-brasileiros. Avé-Lallemant percebeu o processo e lhe deu uma roupagem científica, descrevendo a transmigração de nutrientes das plantas para o solo. Estupefato com a visão de múltiplos incêndios de roças em Santa Cruz, deixou uma frase que revela parte dos seus preconceitos contra o fogo: “o que aqui a civilização fazia era uma fantástica e lamentável obra de incendiário” (Avé-Lallemant, 1953, p. 71). Ao observar o fenômeno, Schultz preferiu situá-lo dentro dos quadros da geografia agrária. Para aquele viajante, as regiões florestais do sul do Brasil ofereciam condições ideais para o assentamento de alemães, negando a hipótese da adaptabilidade alemã nos Estados dos Prata justamente pela ausência de madeiras e predomínio dos campos pampeanos. Importante para Schultz era o aproveitamento das lianas, sub-bosque, taquaras, húmus acumulados e, sobretudo, a biomassa florestal em decomposição causada pela decidualidade das árvores. Percebia também ser o manejo *Roçawirtschaft* uma resposta à inexistência de fertilizantes produzidos por rebanhos e a ausência de meios econômicos para os colonos terem acesso a mão de obra e ferramentas sofisticadas.

Uma vez as árvores derrubadas, desidratadas (nas árvores maiores fazia-se um corte anelar na altura intermediária do tronco), procedia-se à feitura dos aceiros (para evitar incêndios florestais incontrolláveis) e se queimava o lote derrubado. No solo cheio de cinzas e ainda pleno de raízes e troncos de árvores, plantava-se feijão, milho, mandioca, cana-de-açúcar, abóboras etc. (Martius, 1951, p. 1297). Trabalhava-se sobretudo com a enxada (Porzelt, 1937, p. 22-23). Preferia-se sempre o milho para a primeira lavoura, pois ele servia de alimentos aos incipientes rebanhos, e, além disso, os colonos produziam farinha para o pão de milho (*Milhebrot*), uma invenção gastronômica teuto-brasileira (Rambo, 1956, p. 311-312).

Após a queima, usava-se a área por alguns anos em sequência (de 3 a 12 anos, dependendo das condições locais, processos erosivos e lixiviação) e ela perdia gradativamente seus troncos e raízes que restavam como cicatrizes do *Urwald* derrubado (Sellin, 1885, p. 166-168). Posteriormente, os colonos administravam pousio nessa área por cerca de 10 anos, possibilitando a formação de vegetação secundária (capoeira). Pelo método *Capoeirawirtschaft*, a capoeira era então queimada e suas cinzas fertilizavam o solo por mais algumas temporadas (Lindman, 1974, p. 292-296).

É importante notar que até fins da década de 1970, 79% dos agricultores da zona rural do município de Santa Cruz do Sul admitiam usar ainda o expediente da queima de capoeira, comprovando, de alguma forma, a resiliência intergeracional dessa prática no cabedal agrônômico dos colonos e de seus descendentes (Leifheit, 1978, p. 37).

### 3. Conclusão

As alterações ecológicas da colonização alemã e, aqui, em especial, da prusso-alemã são ainda de difícil avaliação, mesmo nos nossos dias. Faltam dados sistemáticos sobre as taxas e causas fundamentais do desmatamento e das mudanças de uso da terra. Esse é, na verdade, um trabalho que se encontra em construção. A partir das perspectivas da história ambiental fortalecidas no início deste século XXI, trata-se de tema em constante discussão. Por outro lado, as mudanças de uso da terra evidenciadas no caso específico da colonização prusso-alemã se abrem para a discussão do antropoceno e das mudanças climáticas – temas que demandariam extensas pesquisas no sentido das transformações ecológicas, climáticas e sociais no continente sul-americano. A recente incorporação do Rio Grande do Sul (enchentes de 2024) numa geografia de desastres climáticos globais faz a demanda por esses trabalhos ainda mais candentes.<sup>15</sup>

Neste trabalho, foram salientados, em linhas muito gerais, os discursos culturais que permitiram, legitimaram e atravessaram a colonização agrária teuto-brasileira do quadrante sul da Mata Atlântica; por outro lado, por meio do uso da mais primordial das tecnologias, o fogo, buscamos ressaltar os contornos de tradução, recomposição, aproveitamento e alteração das ecologias sazonais indígenas e caboclas – sob o contexto do

<sup>15</sup> Vide Relly (2024).

imperialismo agrícola de emigrantes rurais – que caracterizaram a instalação de um complexo ecológico-econômico agrícola no Brasil meridional. Povos alemães tiveram nesse aspecto um papel primordial e até pioneiro, uma vez que a colonização germânica, principalmente naqueles espaços florestais, é bastante precoce.

Tanto do ponto de vista cultural quanto tecnológico-material, esse processo se configurou globalmente. Objetos e noções culturais gestadas na Europa alemã como parte de projetos de elites nacionalistas e intelectuais – moldadas sob a era da formação dos impérios coloniais tardios – se mesclaram com perspectivas próprias dos camponeses emigrados, gerando uma tênue fronteira entre os povos do *Wald* e os povos do *Urwald* na América (e até alhures). Essa fronteira mantinha como estrutura, entretanto, a colonialidade do poder, uma vez que as perspectivas indígenas e de outras populações tradicionais manteve-se invisibilizada epistêmica e materialmente. Isso não preveniu cientistas, comerciantes, publicistas alemães etc. de usarem conhecimentos ecológicos das populações tradicionais para gerar conhecimento prático e útil para os colonos, que, de fato, manejavam diariamente as complexas redes sociobiodiversas criadas pelas comunidades tradicionais por séculos. De todo modo, esse processo tampouco se configurou numa operação unilateral, uma vez que populações alemãs aderiram aos conhecimentos e práticas, amalgamando-as nas suas identidades e práticas laborais.

Tanto é assim que o controle dos saberes da coivara ameríndia e cabocla e a relação entre área cultivada e floresta se mantiveram como estrutura vertebral das colonizações alemãs por mais de um século. Em geral, a literatura tem explicado o largo uso das técnicas da agricultura itinerante como um processo de adequação direta das populações alemãs na América florestal subtropical às realidades do destino, mas tal argumento não se sustenta, haja vista a longa sobrevivência de manejos ígneos principalmente entre o campesinato empobrecido. De todo modo, a influência das técnicas tradicionais e, principalmente, de seus usos em determinadas partes do ano, teve como efeito sedimentar o calendário agrícola e o próprio rito do desmatamento. No entanto, as imposições legais da propriedade privada no território colonizado impediram por ora uma maior sazonalidade dos cultivos, por um lado gerando grandes pressões localizadas por recursos e, por outro, ameaçando florestas íntegras que perma-

neceram no rastro da colonização interna. Mas o projeto de sedentarização da produção agrícola também se encontrava no universo das populações emigradas, oriundas de regimes agrícolas comunais e que, à época, eram vitimadas pelas reformas agrícolas liberais na Europa central.

A produção agrícola teuta (em sua maioria prussiana) no Brasil manteve-se em grande parte e por muito tempo (pelo menos em muitas regiões) atrelada a um modelo comunitário, que se baseava na subsistência e soberania alimentar da comunidade e da família. Embora não fosse essa uma regra geral, a comoditização da produção agrícola e sua intensificação ocorreram claramente em distintas regiões, colônias e cidades. Tecnologias como ferrovias, plantas industriais e possibilidades energéticas convidaram a comunidade teuta continuamente ao mercado – opção quase sempre aproveitada pelos colonos quando possível. O fogo permaneceu, entretanto, como uma marca indelével desse processo, sendo ele próprio um fator tecnológico ambíguo na alteração e reprodução ecológica-social das colônias teutas do Brasil meridional.

## Referências

AMSTAD, T. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul: 1824-1924*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999.

ANÔNIMO. Waldpflanzung. *St. Paulus Blatt*, n. 7, p. 2-3, jul. 1931.

ANÔNIMO. Schiffelland (Anzeige). *Intelligenzblatt für den Kreis Simmern und dessen Umgegend 1849*, n. 65, p. 260, 05/06/1849.

ANÔNIMO. Schiffelland (Anzeige). *Intelligenzblatt für den Kreis Simmern und dessen Umgegend 1851*, n. 47, p. 47, 19/04/1851.

ANÔNIMO. Schiffelland (Anzeige). *Intelligenzblatt für den Kreis Simmern und dessen Umgegend 1852*, n. 57, p. 228, 13/05/1852.

ANÔNIMO. Was erwarten die deutschen Auswanderer in Brasilien? *Hamburger Anzeiger*, n. 17, p. 4, 21/01/1921.

ARCHIWUM PÁNSTWOWE W SZCECINIE (APS). Rep: 70 (Nad-



lesnictwo Podlesie/Oberförsterei Friedrichswalde), S: 16 (Allgemeine Anordnungen und Mittheilungen über Holzzucht, Holzanbau, Waldpflege und Forstkultur Angelegenheiten), n. 4 (Finanz Minister von der Heydt – Brief 24.07.1868), p. 7, 1868.

ARCHIWUM PÁNSTWOWE W SZCECINIE (APS). Rep: 65/135 (Urząd Katastralny w Lobzie), S: 10115 (Kreis Regenwalde – Gemarkung Raddower Wald [Radowski Las]), n. 104, Blatt 1-2, 1863.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRS). Cx. 34 (Diretoria Santa Cruz), M: 63 (Of. 1 de 10/01/1859).

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHRS). Cx. 34 (Diretoria Santa Cruz), M: 64 (Of. de 15/02/1863).

AVÉ-LALLEMANT, R. C. *Viagem ao sul do Brasil (1858)*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953.

BADENBERG, N. Ansichten des Tropenwaldes: Alexander von Humboldt und die Inszenierung exotischer Landschaft im 19. Jahrhundert. In: FLITNER, Michael (Org.). *Der deutsche Tropenwald: Bilder, Mythen, Politik*. Frankfurt am Main/New York: Campus Verlag, p.148-173, 2000.

BERNHARDT, A. *Die Waldwirtschaft und der Waldschutz, mit besonderer Rücksicht auf die Waldschutzgesetzgebung in Preussen*. Berlin: Springer Verlag, 1869.

BECK-BERNARD, C. *Die argentinische Republik: ein Handbuch für Auswanderer und Kolonisten: Mit Drei Karten*. Bern: J. Allemann, 1872.

BESCHOREN, M. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

BHATTACHARYA, N. *The great agrarian conquest: the colonial reshaping of a rural world*. Albany: State University of New York Press, 2019.

BROMME, T. *Hand und Reisebuch für Auswanderer und Reisende nach Nord, Mittel und Süd-Amerika. Den gesamten Vereinigten Staaten, Canada, Brasilien, Chile, Nicaragua, Venezuela, Mejico u.s.w.* Bamberg: Verlag der Buchner'schen Buchhandlung, 1853.

BUARQUE DE HOLANDA, S. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BUBLITZ, J. Os significados da floresta: elementos para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. In: PEREIRA, E. M.; RÜCKERT, F. Q.; MACHADO, N. G. (Orgs.). *História ambiental no Rio Grande do Sul*. Lajeado: Palmarinca, p. 83-100, 2014.

CABRAL, D. de C. *Na presença da floresta: Mata Atlântica e história colonial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

CANSTATT, O. *Brasil: terra e gente*. Brasília: Senado Federal, 2002.

CONRAD, S. *Globalisierung und Nation im Deutschen Kaiserreich*. München: Beck, 2010.

CONSTANTINO, N. S. de. Apresentação. In: CONSTANTINO, N. S. de (Org.). *Relatos de viagem como fontes à história*. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 7-22, 2012.

CORREA, S. M. de S. Narrativas sobre o Brasil alemão ou a Alemanha brasileira: etnicidade e alteridade por meio da literatura de viagem. *Anos 90*, v. 12, n. 21/22 p. 228-240, 2005.

CORREA, S. M. de S.; BUBLITZ, J. *Terra de promessa: uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

CHRISTILLINO, C. L. *Litígios ao sul do império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. Recife: Editora UFPE, 2010.

CROSBY, A. W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DEAN, W. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. 6ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec; Nupaub, 2004.

DOVE, M. R. Linnaeus' study of Swedish swidden cultivation: pioneering ethnographic work on the "economy of nature". *Ambio*, v. 44, n. 3, p. 239-248, 2015.

DOTZAUER, W. *Geschichte des Nahe-Hunsrück-Raumes von den Anfängen bis zur Französischen Revolution*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2001.

ECKERT, J. P. Dominar o sertão e "promover o progresso": o uso da região de floresta subtropical no Vale do Rio Pardo (século XIX). In: PEREIRA, E. M.; RÜCKERT, F. Q.; MACHADO, N. G. (Orgs.). *História ambiental no Rio Grande do Sul*. Lajeado: Palmarinca, p. 83-100, 2014.

ERNST, C. *Den Wald entwickeln: Ein Politik- und Konfliktfeld im Hunsrück und Eifel im 18. Jahrhundert*. München: Oldenbourg Verlag, 2000.

EVANGELISCHES ZENTRAL ARCHIV BERLIN (EZAB). B: 121 (Evangelischen Gesellschaft für die protestantischen Deutschen in Amerika), S: EZA 121/126 (Deutsche evangelische Synoden, Gemeinden und Schulen in Brasilien), A: 2352 (Brief von Borchard – 20.06.1866), p. 5, 1866.

FORSCHUNGSBIBLIOTHEK GOTHA (FG). NABS Fänger/Fissmer, ZN: 2005/005196 (K) (11.07.1877), p. 1, 1877.

FORSCHUNGSBIBLIOTHEK GOTHA (FG). NABS Fänger/Fissmer, ZN: 2005/005196 (K) (07.08.1872), p. 1, 1872.

FORSCHUNGSBIBLIOTHEK GOTHA (FG). NABS Stade/Hackbarth, ZN: 2004/005.928 (O) (13.10.1877), p. 1, 1877.

FORSCHUNGSBIBLIOTHEK GOTHA (FG). NABS Stade/Hackbarth, ZN: 2004/005.928 (O) (13.10.1877), p. 2, 1877.

FORSCHUNGSBIBLIOTHEK GOTHA (FG). NABS Schuhmann/Zahl, ZN: 2005/005.939 (O) (02.02.1897), p. 13, 1897.

FRÖHLICH, J. *Urwaldpraxis: 40-jährige Erfahrungen und Lehren*. Ra-  
debeul/Berlin: Neumann, 1954.

GERHARDT, M. *História ambiental da Colônia Ijuhy*. Ijuí: Editora  
Unijuí, 2009.

GLUCHOWSKI, K. *Os poloneses no Brasil: subsídios para o problema da  
colonização polonesa no Brasil*. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski Edi-  
tores, 2005.

GOLDAMMER, J. G. *History of fire in land-use systems of the Baltic region:  
implications on the use of prescribed fire in forestry, nature conservation and  
landscape management*. Radom-Katowice: First Baltic Conference on Fo-  
rest Fires, 1998.

GOLDAMMER, J. G.; MONTAG, S.; PAGE, H. Nutzung des Feuers  
in mittel- und nordeuropäischen Landschaften. Geschichte, Methoden,  
Probleme, Perspektiven. *Alfred Toepfer Akademie für Naturschutz, Schne-  
verdingen*, v. 10, n. 5, p. 18-38, 1997.

GONÇALVES, T. S. A floresta estacional decidual no Brasil: distribui-  
ção geográfica e influência dos aspectos pedogeomorfológicos na vegeta-  
ção. *Revista Monografias Ambientais*, v. 14, n. 1, p. 144-153, 2015.

HÖRMEYER, J. *O Rio Grande do Sul de 1850: descrição da Província do  
Rio Grande do Sul no Brasil meridional*. Porto Alegre: Eduni-sul, 1986.

HÖRMEYER, J. *Südbrasilien: ein Handbuch zur Belehrung für Jedermann,  
insbesondere für Auswanderer*. Hamburg: Würger, 1857.

HÖRMEYER, J. *Was Georg seinen deutschen Landsleuten über Brasilien zu erzählen weiss: Schilderungen eines in Süd-Brasilien wohlhabend gewordenen Proletariers: ein Beitrag zur Länder und Völkerkunde*. Leipzig: Hansenbooks, [1863] 2016.

IHERING, H. von; LANGHANS, P. Das südliche Koloniengebiet von Rio Grande do Sul. 2. Teil. *Petermanns Geographische Mitteilungen*, v. 33, n. 11, 1887.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Manual técnico da vegetação brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

ISABELLE, A. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2006.

KERST, S. G. *Die Länder im Stromgebiete des La Plata mit Rücksicht auf den deutschen Handel und die deutsche Auswanderung. Vortrag, gehalten am 12. Mai 1852 in der öffentlichen Sitzung des Central-Vereins für die Deutsche Auswanderungs- und Kolonisations-Angelegenheit, Selbstverlag des Vereins*, Berlin, 1852.

KERN, A. A. Paleopaisagens e o povoamento pré-histórico do Rio Grande do Sul. In: KERN, A. A. (Org.). *Arqueologia Pré-Histórica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 26-46, 1997.

KLEUDGEN, P. *Die deutsche Kolonie Santa Cruz in der Provinz Rio Grande do Sul in Süd-Brasilien, nach den neuesten Nachrichten dargest.* Hamburg: Robert Kittler, 1853.

KNIEST, S. Der Wald und seine Bedeutung. *St. Paulus Blatt*, n. 8, p. 117, 1935.

KUNDRUS, B. *Moderne Imperialisten: das Kaiserreich im Spiegel seiner Kolonien*. Köln: Böhlau Verlag, 2003.

KOHLHEPP, G. *Colonização agrária no Norte do Paraná: processos geoeconômicos e sociogeográficos de desenvolvimento de uma zona subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café*. Maringá: EDUEM, 2014.

LANDESARCHIV GREIFSWALD (LG). B: 38D (Von Borcke), S: 91 (Messstichblätter zur Begüterung der Familie von Borcke), K. 966 (Gr. Borckenhagen).

LANDESARCHIV GREIFSWALD (LG). B: 38D (Von Borcke), S: 91 (Messstichblätter zur Begüterung der Familie von Borcke), K. 1064 (Dramburg).

LANDESHAUPTARCHIV KOBLENZ (LK). B: 256 (Präfektur des Rhein Mosel Departements in Koblenz), A: 11105 (Acta betreffend die Nutzung des Waldes Trabach und der Gemeinden Irmenach, Beuren und Ehrbach).

LANGE, H. *Südbrasilien: die Provinzen São Pedro do Rio Grande do Sul, Santa Catharina und Paraná mit Rücksicht auf die Deutsche Kolonisation*. Leipzig: Baldamus, 1888.

LAROQUE, L. F. da S. *Lideranças Kaingang no Brasil meridional (1808-1889)*. São Leopoldo: Instituto Anchieta, 2000.

LEÃO, J. A. F. *Relatório com que o conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão entregou a presidência da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao exm. Sr. Vice-presidente, comendador Patricio Correa da Camara*. Porto Alegre, p. 48, 1861.

LEIFHEIT, O. J. *Introdução ao estudo do meio ambiente de Santa Cruz do Sul*. Porto Alegre: Movimento, 1978.

LENZ, S. *Brasil, cidades hanseáticas e Prússia: uma história social dos alemães no Rio de Janeiro (1815-1866)*. Tese de doutorado (História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1999.

LEVINE, R. M. *Historical dictionary of Brazil*. London: Scarecrow Press, 1979.

LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes trópicos*. Barcelona: Paidós, 1988.



LINDMAN, C. A. M. *A vegetação no Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1974.

LOEFFLAD, F. *Centenário da colonização alemã em Rio Pardinho: 1852-1952*. Santa Cruz do Sul: Bins & Rech, 1952.

MABILDE, P. F. A. B. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos Matos da Província do Rio Grande do Sul (1836-1866)*. São Paulo: Ibrasa. Brasília: INS, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

MANTEL, K. *Forstgeschichtliche Beiträge: Ein Überblick über die Geschichte der Bewaldung, der Wald- und Holznutzung, der Wald- und Forstordnung und der Forstwissenschaft*. Freiburg: Schaper, 1965.

MARTIN, H. E.; VOGT, O. P.; WÜNSCH, A. C. *Recortes do passado de Santa Cruz*. 1ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

MARTIUS, C. F. P. von. A fisionomia do reino vegetal no Brasil. *Boletim Geográfico*, v. 8, n. 95, p. 1294-1311, 1951.

MILLER, S. W. *Fruitless trees: Portuguese conservation and Brazil's colonial timber*. Stanford: Stanford University Press, 2000.

MÜLLER, A. L. *Dicionário histórico e geográfico da região de Santa Cruz do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

NERONE, M. M. *Sistema faxinal: terras de plantar, terras de criar*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015.

NODARI, E. S. Crossing borders: immigration and transformation of landscapes in Misiones Province, Argentina and southern Brazil. In: BLANC, J.; FREITAS, F. (Orgs.). *Big water: the making of the borderlands between Brazil, Argentina, and Paraguay*. Tucson: University of Arizona Press, p. 81-104, 2018.

NODARI, E. S. “Mata branca”: o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem no Estado de Santa Catarina. In: NODA-

RI, E. S.; KLUG J. (Orgs.). *História ambiental e migrações*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2012.

NODARI, E. S.; CESCO, S.; WERLE, M. J.; CARVALHO, M. M. X. As florestas do sul do Brasil na imprensa alemã e a atração de imigrantes. In: DREHER, M. N.; RAMBO, A. B.; TRAMONTINI, M. J. (Orgs.). *Imigração e imprensa*. Porto Alegre/São Leopoldo: EST Edições, p. 163-175, 2004.

PANKE, L. *Memórias de Luis Panke: Relato de um descendente de imigrante alemão*. 1ª ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

PORZELT, H. M. *Der deutsche Bauer in Rio Grande do Sul*. Ochsenfurt am Main: Fritz & Rappert, 1937.

PRUTSCH, U.; RODRIGUES-MOURA, E. *Brasilien: eine Kulturgeschichte*. Bielefeld: Transcript, 2014.

PYNE, S. J. *World fire: the culture of fire on earth*. Washington: University of Washington Press, 1997.

PYNE, S. J. *Vestal fire: an environmental history, told through fire, of Europe and Europe's encounter with the world*. Washington: University of Washington Press, 2012.

RADÜNZ, R. *A terra da liberdade: o luteranismo gaúcho do século XIX*. Caxias do Sul/Santa Cruz do Sul: EDUCS/EDUNISC, 2008.

RAMBO, B. *A fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaio de monografia natural*. Porto Alegre: Selbach, 1956.

RELLY, E. O “Sul colono”, desmatamento e clima: colonizações e a tragédia das inundações no Rio Grande do Sul, *Nexo Jornal*, 04/06/2024. Disponível em: <<https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2024/06/04/desmatamento-e-clima-colonizacoes-e-a-tragedia-das-inundacoes-no-rio-grande-do-sul>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

ROCHE, J. *Colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

SANTOS, M. P. R. T. dos. *O imigrante e a floresta: transformações ambientais, das práticas e da produção rural nas colônias do Vale do Itajaí-SC*. Tese de doutorado (História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

SCHÄFFER, G. A. von. *Brasilien als unabhängiges Reich in historischer, mercantilischer und politischer Beziehung*. Altona: J. F. Hammerich, 1824.

SCHMACHTENBERG, R. Santa Cruz do Sul: urbanização e modernidade. In: DREHER, M. N.; RAMBO, A. B.; TRAMONTINI, M. J. (Orgs.). *Imigração e imprensa*. Porto Alegre/São Leopoldo: EST Edições, p. 385-397, 2004.

SCHMIDT, U. E. *Der Wald in Deutschland im 18. und 19. Jahrhundert: Das Problem der Ressourcenknappheit dargestellt am Beispiel der Waldressourcenknappheit in Deutschland im 18. und 19. Jahrhundert: eine historisch-politische Analyse*. Saarbrücken: Conte-Verlag, 2002.

SCHMIDT, U. E. German impact and influences on American Forestry until World War II. *Journal of Forestry*, v. 107, n. 3, p. 139-145, 2009.

SCHRÖDER, F. *A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859*. Porto Alegre/São Leopoldo: Editora Oikos, 2003.

SCHULTZ, W. *Studien über agrarische und physikalische Verhältnisse in Südbrasilien: In Hinblick auf die Kolonisation und freie Einwanderung*. Leipzig: Ernst Julius Günther, 1865.

SCHULZE, F. *Auswanderung als nationalistisches Projekt: "Deutschtum" und Kolonialdiskurse im südlichen Brasilien (1824-1941)*. Wien: Böhlau Verlag, 2016.

SCHWERZ, J. N. H. von. Beiträge zur Kenntnis der Landwirtschaft in den Gebirgsgegenden des Hunsrückens. *Möglischen Annalen der Landwirtschaft*, v. 27, p. 2-3, 1831.

SELLIN, A. W. *Das Kaiserreich Brasilien*. Leipzig/Prag: G. Freytag/F. Tempsky, 1885.

SIGAUT, F. Swidden cultivation in Europe. A question for tropical anthropologists. *Social Science Information*, v. 18, n. 4-5, p. 679-694, 1979.

SMITH, R. *Propriedade da terra e transição: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SPRENGEL, C. *Die Lehre von den Urbarmachungen und Grundverbesserungen. Oder Beschreibung und Erklärung aller Urbarmachungen und Grundverbesserungen, welche die Sümpfe, Brüche, Hochmoore, Teiche, Heiden, Wüstungen, Wälder, Sandschollen, Dünen, felsigen Gründe, Aecker, Wiesen und Weiden betreffen*. Leipzig: Baumgartners Buchhandlung, 1846.

THÜNEN, J. H. von. *Der isolierte Staat in Beziehung auf Landwirtschaft und Nationalökonomie*. Hamburg: Perthes, 1826.

UMAN, J. *Memórias de um imigrante boêmio*. 3ª ed. Porto Alegre: EST/Nova Dimensão, 1997.

VOGEL, H. L. M.; SCHUMACHER, M. V.; TRÜBY, P. Deposição de serrapilheira e nutrientes por espécies nativas em uma floresta estacional decidual em Itaara, RS, Brasil. *Floresta*, v. 42, n. 1, p. 765-771, 2012.

WAIBEL, L. Princípios da colonização europeia no sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 11, n. 2, p. 159-222, 1949.

WAIBEL, L. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: SERGRAF-IBGE, 1958.

WAIBEL, L. *Urwald, Veld, Wüste*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1965.

WAPPÄUS, J. E. *Handbuch der Geographie und Statistik des Kaiserreiches Brasilien*. Leipzig: J. C. Hinrichs'schen Buchhandlung, 1871.

WARDE, P. *Ecology, economy and State formation in Early Modern Germany*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

WEIMER, G. Arquitetura popular dos imigrantes: um estudo comparativo. In: RIBEIRO, C. M. P.; POZENATO, J. C. (Orgs.). *Cultura, imigração e memória: percursos e horizontes*. Caxias do Sul: EDUCS, p. 249-267, 2004.

WILLEMS, E. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Nacional Editora, 1980.

WILHELMY, H. Wald- und Grasland als Siedlungsraum in Südamerika. *Geographische Zeitschrift*, v. 46, n. 6, p. 208-219, 1940.

WILHELMY, H. Probleme der Urwaldkolonisation in Südamerika. In: WILHELMY, H.; KOHLHEPP, G. (Orgs.). *Geographische Forschungen in Südamerika*. Berlin: Dietrich Reimer, p. 36-47, 1980.

WILSON, J. K. *The German forest: nature, identity, and the contestation of a national symbol, 1871-1914*. Toronto: University of Toronto Press, 2012.

WIRZ, A. Innerer und äußerer Wald: Zur moralischen Ökologie der Kolonisierenden. In: FLITNER, M. (Org.). *Der deutsche Tropenwald: Bilder, Mythen, Politik*. Frankfurt am Main/New York: Campus Verlag, p. 148-173, 2000.

ZANTOP, S. *Kolonialphantasien im vorkolonialen Deutschland (1770-1870)*. Berlin: Erich Schmidt Verlag, 1999.

ZÖLLER, H. *Die Deutschen im brasilianischen Urwald*. Berlin: W. Speemann, 1883.

# Resenha bibliográfica\*

## Book Review

ROUGIER, Marcelo. *El enigma del desarrollo argentino. Una biografía de Aldo Ferrer*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2022.

Ignacio Barranquero\*\*

En décadas recientes, el género biográfico se ha convertido en un método historiográfico con interesantes aportes en el campo de la historia política e intelectual, dejando de lado la tradicional forma biográfica basada en el clásico paradigma decimonónico de “historia de los grandes hombres”. Estos trabajos permiten reconstruir historias de personajes relevantes –o no tan relevantes– a partir del diálogo entre el contexto histórico general y la experiencia de vida particular. En el caso del libro que reseñamos, el autor haciendo uso de esta herramienta reconstruye una trayectoria vital sumamente trascendente, la de Aldo Ferrer (1927-2016). Rougier logra ir más allá de cómo un individuo puede decirnos algo de un contexto histórico, ya que el personaje plasma en profundidad dicho contexto en su persona: el de la historia argentina entre la década de 1930 y los primeros años del siglo XXI. Pero además de ello –de por sí una tarea sumamente compleja–, quedan planteados en la obra el desarrollo de los grandes problemas económicos de cada época concreta estudiada a lo largo de la vida del protagonista, como también, su tratamiento académico/intelectual y su posterior intento de resolución en la praxis política.

\* Submissão: 11/01/2024 | Aprovação: 05/07/2024 | DOI: 10.29182/hehe.v27i3.1035

\*\* Centro de Estudios de Historia Económica Argentina y Latinoamericana/ Instituto Interdisciplinario de Economía Política de la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Buenos Aires. Escuela de Economía y Negocios/ Universidad Nacional de San Martín | ORCID: 0000-0003-1203-987X | E-mail: ibarranquero@unsam.edu.ar





Ello es posible, como nos plantea el autor, gracias a que Aldo Ferrer no sólo fue un espectador privilegiado de las grandes transformaciones y problemas económicos, sociales y políticos de la Argentina y América Latina del siglo XX, sino también un intérprete y un partícipe de los mismos. En ese sentido, Rougier, que a partir de este trabajo incursiona marcando un punto de inflexión en un campo de estudio poco desarrollado como lo es el estudio de los grandes economistas argentinos a partir de sus biografías, sostiene que Aldo Ferrer, en tanto economista, tuvo tres características fundamentales que no se presentan en ningún otro economista argentino del siglo XX: el desarrollo de teorías, su difusión –tanto al público especializado como al general– y la gestión pública. En estas dimensiones existieron otros grandes economistas más influyentes como Raúl Prebisch o Julio Olivera en el desarrollo teórico, o que han tenido mayor presencia en cargos públicos como Domingo Cavallo o Federico Pinedo, pero ninguno ha logrado combinar las funciones a la vez; de ahí la extraordinaria riqueza de la trayectoria personal de Ferrer para este campo de estudio particular, como bien señala el autor.

El libro se encuentra organizado de manera cronológica y posee la riqueza de intercalar a lo largo de la vida del protagonista etapas más ligadas al pensamiento y la participación en organismos internacionales con etapas de participación directa en la gestión pública, pero donde el desarrollo de teoría, su difusión y el ejercicio de la actividad van a estar presentes en toda la obra, desde sus primeros pasos en el gobierno de Arturo Frondizi (1952-1962) al gobierno de Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015).

En el capítulo uno que trata sobre los primeros años y juventud de Ferrer, Rougier logra reconstruir el clima histórico de aquellos años, desde cómo era la vida de una humilde familia trabajadora en la ciudad de Buenos Aires en los años treinta hasta el convulsionado clima político en la Universidad de Buenos Aires durante los últimos momentos de la dictadura militar de 1943 y los inicios del movimiento peronista en 1945, acontecimientos que marcarían profundamente la vida del joven Aldo. En el capítulo 2 ya podemos encontrar un hilo conductor del libro o punto de inflexión en la vida del protagonista: la preocupación por el desarrollo económico del país y la industrialización como la vía para lograrlo, pensamiento que se mantiene coherente y cada vez más desarro-

llado hasta el final de sus días, como bien logra reconstruir Rougier. En este capítulo, el encuentro con Raúl Prebisch –su maestro– en las aulas de la Facultad de Ciencias Económicas y su estadía como joven investigador en la Organización de Naciones Unidas son los dos hechos claves que marcan el interés de Ferrer por el *desarrollo*.

A partir de allí, y como queda plasmado en su primer artículo y posterior tesis doctoral, los problemas que afectaban a la Argentina y el resto de América Latina (como los límites de la economía exportadora, el papel del comercio exterior y la inversión, y la necesidad de industrializarse para superar el subdesarrollo) son cuestiones que Ferrer interpretó a partir del concepto centro-periferia de Prebisch, pero dándole su enfoque particular: la interpretación histórica de los mismos. El autor refleja este aspecto muy bien en el capítulo 5, que trata de la gran obra de Ferrer “*La economía argentina*”, y en el capítulo 13 que trata sobre la globalización en los años noventa, donde en pleno contexto de pensamiento único neoliberal y el triunfo de la globalización, Ferrer recurre al estudio exhaustivo de la historia del desarrollo económico de los grandes países y de las economías periféricas dentro de los distintos órdenes económicos internacionales

Además del marco conceptual para interpretar las problemáticas, queda claro también desde un primer momento que, como solución a los mismos, el Estado debía cumplir un papel fundamental que fuera más allá de las medidas económicas contra-cíclicas, interviniendo directamente en la modificación de las estructuras económicas que perpetúan el subdesarrollo. A lo cual debe sumarse la imperiosa necesidad que tenían estos países de acudir a la ciencia, la técnica y la tecnología para superar al mismo y recortar las diferencias con los países ya desarrollados. En ese camino, lograr una “*economía integrada y abierta*” y una mayor “*densidad nacional*” son conceptos fundamentales que Ferrer propone lograr. Como habíamos dicho, a este desarrollo teórico al que se mantiene fiel durante su vida, se antepone también una profusa participación en la gestión pública para llevarlos a la práctica, por lo cual, este libro también sirve para comprender la relación compleja entre los intelectuales y el Estado. En ese sentido, el capítulo 4 se analiza el paso de Ferrer como ministro de Hacienda de la Provincia de Buenos Aires entre 1958-1960, los capítulos 8 y 9 muestra son paso por el Ministerio de Obras Públicas y el

Ministerio de Economía de la Nación durante el gobierno de facto de la denominada “Revolución Argentina”, y el capítulo 12 como presidente del Banco de la Provincia de Buenos Aires durante el gobierno de Raúl Alfonsín; son una clara muestra de cómo el protagonista a través de las herramientas de las políticas públicas buscó crear instituciones, aumentar la infraestructura y financiar proyectos que busquen fomentar el desarrollo económico y superar los límites de la estructura productiva.

En estos capítulos, más orientados a la descripción de la función pública, Rougier también logra presentar un panorama muy acabado sobre el contexto histórico general y las problemáticas de origen económico que son interpretadas a través de los múltiples artículos que Ferrer escribe contemporáneamente junto a algunas medidas importantes de política económica, como por ejemplo el intento de reforma agraria y el enorme programa de infraestructura que se ponen en marcha. En ese sentido, este aspecto es uno de los más ricos del libro y la prueba de que la biografía hecha por el autor ha sido muy bien lograda. Esto se puede ver aún más claramente en los capítulos donde Ferrer se encuentra más recluido de la función pública, como en el ínterin entre su gestión como ministro de hacienda de Buenos Aires y ministro de economía de la Nación, el periodo de la dictadura militar de 1976-1983 o el capítulo 13 ya mencionado, donde Ferrer se vuelve un hombre de consulta obligado para las cuestiones económicas a partir de la calidad y amplitud de los artículos, libros y constante difusión de sus ideas en asociaciones académicas y la prensa.

En relación a esto último, en los capítulos finales vemos a un Ferrer totalmente consolidado como pensador y con una influencia importante en el nuevo contexto de políticas económicas post crisis de 2001. Ideas como la importancia del mercado interno y las empresas nacionales, sumado a una buena dosis de intervencionismo estatal, vuelven a ponerse al día. En este punto, Rougier pone en discusión el término “padre de un modelo”, dado que si bien sus ideas son las dominantes, Ferrer tiene un papel secundario en ciertas funciones administrativas en los gobiernos de Néstor Kirchner y Cristina Kirchner; pero fundamentalmente, éste mantiene su hábito de seguir desarrollando teoría y analizando la situación económica vigente. En este punto, Ferrer logra advertir –con un pensamiento casi profético– los límites que ya empiezan a verse comenzando la

segunda década del siglo XXI y la creciente posibilidad del retorno de una experiencia neoliberal, como finalmente terminaría ocurriendo.

Podemos concluir que el estudio de la vida de Aldo Ferrer mediante el método biográfico representa una enorme herramienta para adentrarnos en la historia económica, social y política de la Argentina en el complejo y polémico siglo XX. También representa una novedad en el campo del estudio de los economistas argentinos, debido a que en dicho campo –más allá de la ya clásica obra de Dosman (2010) sobre Raúl Prebisch–, el libro se destaca junto a otras recientes iniciativas, como la del Sello Editorial “Manuel Belgrano” (2020-2022) del Ministerio de Economía de la República Argentina –que a partir de distintos autores de distintas disciplinas reconstruye la vida y las ideas de múltiples pensadores de la economía argentina– y aportes como el trabajo de Mariano Arana y Samantha Vaccari (2022) sobre Rosa Cusminsky o el de Rougier y Juan Odisio (2022) sobre los economistas estructuralistas latinoamericanos. Sin duda, se trata de un campo en desarrollo y sumamente rico por explorar al que el libro de Rougier contribuye de una manera excepcional.

## Referencias

ARANA, M.; VACCARI, S. *Rosa Cusminsky. El estructuralismo hereje*. Buenos Aires: Ediciones UNGS, 2022.

DOSMAN, E. *La vida y la época de Raúl Prebisch, 1901-1986*. Madrid: Instituto de Estudios Latinoamericanos/Universidad de Alcalá/Marcial Pons, 2010.

ROUGIER, M.; ODISIO, J. *El desafío del desarrollo. Trayectorias de los grandes economistas latinoamericanos del siglo XX*. Santander: Editorial Universidad de Cantabria, 2022.

# Resenha bibliográfica\*

## Book Review

SOLA, Lourdes. *Ideias econômicas, decisões políticas: técnicos e políticos no governo da economia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1998] 2023.

Rafael Galvão de Almeida\*\*

Em 2023, foi publicada uma nova edição de *Ideias econômicas, decisões políticas: técnicos e políticos no governo e na economia*, de Lourdes Sola, com prefácio de Celso Lafer e posfácio de Marcos Lisboa. Publicado inicialmente em 1998, baseado na sua tese de 1982, o livro rapidamente se tornou uma referência importante nas pesquisas de história econômica brasileira. Ele foi escrito para analisar os problemas de governança política e sua relação com as ideias econômicas, produzidas num contexto de início de profissionalização do economista brasileiro. As mudanças atuais na política brasileira – emergência de um populismo de direita e repolitização dos militares – justificam uma nova edição, demonstrando que o livro continua relevante.

O período de 1945 a 1964 é fundamental para a formação do quadro político brasileiro. Após uma Primeira República marcada por uma democracia de fachada e o autoritarismo da Era Vargas, a proposta era estabelecer um regime democrático. Porém, a falta de sucesso nesse ponto, como Sola demonstra, ajuda a explicar uma das principais fontes da desigualdade persistente na sociedade brasileira: uma grande parte da população não foi incorporada aos mecanismos de representação política.

\* Submissão: 20/02/2024 | Aprovação: 15/09/2024 | DOI: 10.29182/hehe.v27i3.967

\*\* Doutor em economia, Universidade Federal de Minas Gerais. Pós-doutorando na Universidade Federal do ABC | ORCID: 0000-0002-3582-9906 | E-mail: rga1605@gmail.com



O que houve foi a formação do capitalismo de Estado brasileiro; como o próprio nome diz, refere-se ao uso da máquina pública para construir as instituições que vão dar forma ao capitalismo no Brasil. Tal processo, que começou com Vargas, facilitou a transição de uma economia rural para uma economia industrializada, mas ainda com um setor agrário importante, capaz de influenciar a política. Esse paradoxo – modernização e falta de representatividade – é também refletido na falta de integração entre formuladores de política e partidos.

Os economistas entram nesse contexto como os técnicos *on the job*. Nomes como Roberto Campos, Celso Furtado, Rômulo Almeida, entre outros, figuram como pessoas relevantes na construção de um pensamento econômico brasileiro, com fins de influenciar a política. O Brasil seguiu a tendência internacional do pós-guerra, da euforia em se acreditar no poder transformador da teoria da política econômica e das técnicas de planejamento – reconstrução de países atingidos pela guerra, transformação de economias subdesenvolvidas em industriais (Almeida, 2021). Sola faz uma contribuição importante à história do pensamento econômico brasileiro ao demonstrar esse processo no Brasil. Sua formação em ciência política permite chamar a atenção para um ponto importante: a capacidade baixa de formação das coalizões necessárias para levar os planos adiante durante o período.

Por isso, Sola se foca em dois planos que são considerados “fracassados” pela literatura: o Programa de Estabilização Monetária (1958) e o Plano Trienal (1962). Embora sua contextualização comece com as consequências políticas reais da controvérsia sobre o planejamento, conhecida pelos economistas como a disputa entre Eugênio Gudín e Roberto Simonsen, ela teve consequências políticas reais. A superioridade técnica dos argumentos de Gudín e o poder cada vez menor dos varguistas (aos quais Simonsen pode ser adicionado, com ressalvas), garantiu que os dois primeiros anos do governo Dutra fossem marcados por políticas mais liberais. Começa a tomar forma a divergência entre nacionalistas (que defendiam um papel maior à autossuficiência no desenvolvimento; tendiam a favorecer industrialização) e cosmopolitas (que pregavam uma integração maior no mercado internacional; tendiam a favorecer agropecuária). Porém, a influência nacionalista já voltaria logo nos dois últimos anos do governo Dutra e no segundo governo Vargas.



Nesse ponto, o pensamento econômico brasileiro passa a ser influenciado pela Cepal, que preenche um vazio ideológico. Mas, influenciados pelo clima geral, uma identidade tecnocrata passa a se tornar mais relevante. O Clube de Economistas é formado e seus membros encaram a profissão de economista como uma vocação. Assim, a participação política toma a forma de consultorias *free lance* e elaboração de relatórios técnicos. O desenvolvimento viria com planejamento.

O Plano de Metas de JK se tornou o plano mais ambicioso de então. Houve uma polarização menor entre nacionalistas e cosmopolitas. Os partidos ainda não tinham uma identidade definida, o que aumentou ainda mais a separação entre técnicos e políticos, ao mesmo tempo que colocava os técnicos como entidades separadas da formulação de políticas. Foi a partir do governo JK que houve uma maior preocupação com o desenvolvimento regional, com a criação da Sudene. Nos primeiros anos do governo JK, com suas altas taxas de crescimento, não houve problema, mas logo começavam a surgir problemas como a aceleração da inflação.

Ocorria um crescimento econômico acompanhado de um descaso com os problemas de desigualdade. A manutenção das políticas arcanas de manutenção do preço do café prejudicava as contas nacionais, forçando o país a gastar suas divisas (que secaram em 1958) e emitir mais moeda. Por isso, o Programa de Estabilização Monetária foi elaborado, para controlar a inflação e manter o crescimento. Esses aparentavam ser objetivos contraditórios, mas o governo JK tinha que manter um alto nível de crescimento, pois as concessões usadas para manter sua coalizão (como manutenção do coronelismo, que colocava a Sudene sob risco de loteamento) já não eram mais eficazes. Além disso, o FMI e outros credores internacionais se revelaram intransigentes quanto às suas exigências – eles condicionavam empréstimos à implementação de medidas de austeridade, o que frearia o crescimento brasileiro – mas muitos atribuem essa intransigência à ignorância do FMI sobre como o sistema político brasileiro funcionava.

A falta de coalizão fez com que o Programa se tornasse irrelevante. O empréstimo não foi completado e os gastos públicos continuaram a crescer. A troca de favores políticos não foi eficaz para levar adiante o plano. Adicionado a isso, falta de crédito e crescimento da inflação nos últimos anos de JK garantiu que uma coalizão não fosse formada e, apesar da sua administração icônica, JK não elegeu seu sucessor.

O governo posterior, de Jânio Quadros, foi como um relâmpago: breve, mas barulhento. Ele foi eleito numa proposta antipopulista e austera, apoiado pela UDN, mas, uma vez no governo, tomou medidas que desagradavam todos os lados. Suas propostas de reforma não puderam ser levadas adiante devido a essa falta de coalizão. Embora ele tenha conseguido fazer uma reforma cambial, eliminando o sistema de múltiplas taxas, o que agradou os credores internacionais, seu governo ficava cada vez menos sustentável. Sua renúncia sete meses após a sua eleição foi, na interpretação de Sola, uma tentativa de autogolpe, pois se ele não fizesse, os militares fariam.

O regime parlamentar é instaurado para diminuir o poder do recém-empossado presidente João Goulart e, também, numa tentativa de resolver a crise política. Na história econômica, ele é lembrado como um período breve e sem muita importância, mas Sola demonstra que ele escancara o problema de formação de coalizões no período e a polarização de vários setores da sociedade. Se o golpe não veio no governo Jânio Quadros, a análise do breve parlamentarismo demonstra que o golpe de 1964 chega a quase ser inevitável.

Além da inexperiência brasileira com o regime, o pacto social era instável e João Goulart emergiu dos embates políticos como um político incapaz de criar coalizões. O referendo para o fim do parlamentarismo foi uma de suas poucas vitórias políticas, mas pode ser atribuído ao fato de os eleitores não desejarem um conceito tão estranho à política brasileira. Foi durante o parlamentarismo que o Plano Trienal foi elaborado. Durante o período ocorreram várias greves e agitações sociais, como a “batalha da Guanabara”.

O Plano Trienal era para ser um plano mais ambicioso, mas o resultado final foi menos desenvolvimentista e mais uma tentativa de legitimar o governo. Ele foi inicialmente elaborado por Celso Furtado e San Tiago Dantas, mas sofreu com a crise política. A legitimidade dos técnicos vinha sendo erodida desde o fim do governo JK, quando vários cosmopolitas passaram a ser opositoristas. *Thinks tanks* também começaram a aparecer, como o IBAD e o IPES, de orientação conservadora, criando laços políticos com os técnicos. Dantas não obteve muitos sucessos em negociações com os credores, prejudicando ainda mais a conjuntura econômica. No fim, a luta pelo controle do Estado sobrepujou a luta pela política econô-

mica, e Goulart não estava obtendo resultados favoráveis nessa luta; seus técnicos não conseguiram realizar muitos projetos, barrados pela crise política.

Em retrospectiva, Sola demonstra de onde veio a instabilidade que culminou no golpe de 1º de abril de 1964. A formação da identidade partidária e de seus percalços na sociedade brasileira também é clara. Os economistas técnicos tinham uma importância muito grande, mas que estava, na média, alienada da população – esta também estava fora da política exatamente por causa do “subdesenvolvimento político”, no dizer de Roberto Campos; criar desenvolvimento econômico sem avanços na representação não seria sustentável (embora o Partido Trabalhista Brasileiro tenha se fortalecido nessa época).

O livro também mostra o surgimento do capitalismo de Estado brasileiro. O último capítulo, que não estava presente na edição original, aplica o conceito de capitalismo de Estado para caracterizar a política brasileira. De fato, o período de 1945 a 1964 foi responsável pela consolidação desse modelo no Brasil, em que o Estado forma a ordem política, tendo como legitimador as ideias econômicas, por meio dos seus técnicos. O resultado, no período, foi corporativismo e baixa capacidade governativa dos partidos (que é herança do Estado Novo); os economistas técnicos estavam à mercê dos políticos para aplicarem seus planos, além do humor dos credores internacionais, que certamente viam com apreensão a dificuldade de formar coalizões.

Mas também foi um período de aprendizado. O sucesso de uma política pública depende dos fatores técnicos, do *timing* e da apresentação. Por exemplo, anunciar que o Plano Trienal levaria seis meses para ser implementado foi um erro, pois dava tempo aos agentes econômicos para se adaptarem e neutralizarem seus efeitos. As lições aprendidas permitiram aos formuladores do Plano de Ação Econômica do Governo e posteriores ajustarem suas estratégias. Lourdes Sola, portanto, escreveu um importante documento para a história econômica, do pensamento econômico e do pensamento político brasileiros.

## Referências

ALMEIDA, R. G. de. Alternância ideológica na economia: o caso da teoria

da política econômica. *DESAFIOS – Revista Interdisciplinar Da Universidade Federal Do Tocantins*, v. 8, n. 3, p. 98-113, 2021.

SOLA, L. *Ideias econômicas, decisões políticas: técnicos e políticos no governo da economia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1998] 2023.

## Homenagem\*

# Pronunciamento por ocasião da cerimônia de outorga do título de Professor Emérito

Campinas, Instituto de Geociências/Unicamp,  
5 de setembro de 2024

Wilson Suzigan\*\*

### Cumprimentos e Agradecimentos

– Componentes de mesa: Professor Doutor Antônio José de Almeida Meirelles, Magnífico Reitor da Unicamp; Professora Doutora Maria Luiza Moretti, Coordenadora Geral da Unicamp; Professor Doutor Márcio Antônio Cataia, Diretor do Instituto de Geociências; Professor Doutor Sergio Luiz Monteiro Salles Filho, meu padrinho nesta cerimônia.

– Amigos/amigas, colegas, alunos/alunas, meus queridos familiares.

Fico muito feliz e muito honrado com essa homenagem, que quero compartilhar com todas as pessoas com quem interagi ao longo de mais de 50 anos – colegas, alunos, orientandos/as (desde IC até M e D), que me propiciaram um processo contínuo de aprendizado mútuo. São essas interações que tornam a vida acadêmica profícua e sempre estimulante.



\* DOI: 10.29182/hehe.v27i3.1017

\*\* Professor Colaborador do Departamento de Política Científica e Tecnológica, Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil | ORCID: 0000-0002-2193-4756 | E-mail: wsuzigan@unicamp.br



Não tenho a pretensão, neste meu pronunciamento, de discutir meus próprios trabalhos acadêmicos. Essa tarefa, como sempre, cabe às sucessivas gerações de pesquisadores que, com teorias e métodos cada vez mais aprimorados, promovem o avanço do conhecimento científico.

O que quero fazer neste meu pronunciamento é uma breve reflexão sobre o objeto de estudo ao qual me dediquei – desenvolvimento industrial e política industrial. Com esse propósito, vou:

- 1) Fazer um breve depoimento sobre como e por que abracei essa área de ensino e pesquisa. Ao fazer isso, quero prestar minha própria homenagem a dois ilustres professores do meu mestrado, com quem tive a oportunidade de trabalhar nos meus primeiros anos na profissão;
- 2) Comentar, em linhas muito gerais, a evolução das pesquisas e da prática de política industrial como política de desenvolvimento econômico e social.

Passando imediatamente ao 1º ponto: o depoimento que quero fazer talvez soe um pouco estranho ao protocolo, mas é algo que sempre tive vontade de contar. Foi uma experiência de vida que definiu meu rumo na profissão.

Em toda a minha vida profissional, meus interesses de pesquisa sempre recaíram sobre o desenvolvimento industrial como forma de superação do subdesenvolvimento e sobre as respectivas políticas públicas, com ênfase nas políticas industrial e de Ciência, Tecnologia e Inovação. [Só houve um desvio de rota, sobre o qual vou falar mais adiante, apenas como curiosidade].

De onde vieram esses interesses é uma questão que eu mesmo me coloquei ao fazer essa reflexão. Tive poucas oportunidades de falar sobre isso, inclusive com pessoas mais próximas. Por isso, achei que seria interessante trazer essa minha memória aqui hoje.

Esses interesses vieram:

1º do contexto dos anos 1950/início dos 60. O desenvolvimento industrial como o caminho para o desenvolvimento econômico e social era quase um consenso. É verdade que havia um debate entre liberais e desenvolvimentistas, que se resumia na discussão sobre vocação agrária versus industrialização, mas predominava a visão progressista da necessá-



ria industrialização do país. Exponentes dessa visão eram Celso Furtado, Rômulo de Almeida, Ignácio Rangel e tantos outros.

2º esses interesses vieram dos meus primeiros anos de vida profissional. Nesses anos, tive a felicidade de trabalhar com dois dos meus professores do mestrado, Isaac Kerstenetsky e Annibal Villela. Logo após terminar meu curso de mestrado, eu não tinha ainda definido uma perspectiva profissional. A convivência com esses dois mestres nos meus primeiros anos de trabalho como economista foi fundamental para definir um rumo na pesquisa e na docência. Além disso, seus exemplos de integridade e seriedade profissional reforçaram minhas convicções e pautaram minha conduta na profissão e na própria vida.

Isaac e Villela, como eram conhecidos, foram economistas de projeção nacional e internacional. Um rápido perfil profissional dos dois mostra que:

### **Isaac Kerstenetsky**

- chefiou o Centro de Contas Nacionais da FGV nos anos 1950,
- foi diretor de pesquisas do IBRE/FGV na década de 1960,
- presidente do IBGE na década de 1970,
- professor nos departamentos de História e de Economia da PUC-Rio; na EPGE – Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, e no Instituto de Economia da UFRJ. Foi também professor visitante no Departamento de Economia da Universidade de Yale (1963-1964), e da Universidade de Illinois (1968).
- no plano internacional, foi membro da delegação do Brasil na 1ª Conferência de Meio Ambiente, em Estocolmo (1972) e na Conferência Mundial de População, em Bucareste (1974); e participou da Comissão de Estatística das Nações Unidas (1970-1979).

### **Annibal Villela**

- trabalhou com Isaac no Centro de Contas Nacionais da FGV no início dos anos 1950,
- no Departamento Econômico do BNDE, onde colaborou nos estudos do chamado Grupo Misto CEPAL/BNDE sob a liderança de Celso Furtado,

- foi diretor do Instituto de Economia e Finanças e do curso de economia do Escritório Técnico do Banco do Nordeste (1954-56),
- diretor da Divisão de Energia e Transportes do Departamento Econômico do Conselho Nacional de Economia (fins dos anos 50), onde também lecionava Estatística, Macroeconomia e Contabilidade Social,
- foi chefe do Setor de Estudos Industriais da Confederação Nacional da Indústria,
- No início dos 60 voltou para a FGV como assessor da Comissão Diretora do IBRE e como professor do então criado Centro de Aperfeiçoamento de Economistas, precursor da EPGE,
- Na segunda metade dos anos 60 Villela trabalhou na divisão de indústria do Departamento Econômico do Banco Mundial e,
- em fins dos anos 60 voltou para a FGV, onde chefiou um grande projeto de pesquisa sobre a história econômica do Brasil República (1889-1945).
- nos anos 70, foi Superintendente do Instituto de Pesquisas do IPEA e, depois, secretário executivo de Assuntos Econômicos e Sociais da OEA
- Organização dos Estados Americanos.

O que eu quero destacar, dentre os atributos profissionais de ambos, são: a experiência na elaboração das contas nacionais, o trabalho e o ensino de estatística econômica, o foco na indústria e no desenvolvimento industrial (Villela, principalmente), a visão em perspectiva histórica na análise econômica, tudo isso numa combinação virtuosa de ensino, pesquisa e administração. Esses atributos tiveram grande influência em minha formação e na escolha do meu objeto de estudo, no ensino e na pesquisa, bem como nos métodos que adotei, combinando análise econômica com dados estatísticos confiáveis e conhecimento da história e das instituições.

Os fatos que me levaram por esse caminho são simples:

Assim que terminei meu curso de mestrado, comecei a trabalhar no Centro de Contas Nacionais do IBRE/FGV, sob a direção de Isaac. Meu primeiro trabalho foi o de elaborar séries históricas de comércio exterior do Brasil para o período 1920-1964, com discriminação por setores industriais. Essas séries seriam utilizadas para compor as séries históricas de indicadores econômicos publicados na revista *Conjuntura Econômica*, da FGV.

Com autorização de Isaac, utilizei essas séries de importação e exportação por setores industriais para analisar o processo de industrialização por substituição de importações no Brasil entre 1920 e 1964. Esse trabalho foi minha dissertação de mestrado, defendida na EPGE em 1968. Celso Furtado foi meu autor de referência na fundamentação teórica da dissertação.

Quando Villela saiu do Banco Mundial e voltou para a FGV no final dos anos 60, tomou conhecimento da minha dissertação e me convidou para trabalhar com ele no projeto de pesquisa sobre a história econômica do Brasil República (1889-1945). Villela tinha verdadeira obsessão por dados estatísticos confiáveis, e orientou toda a equipe a construir séries históricas de produto real, industrial e agrícola; comércio exterior, preços, finanças públicas, demografia, e indicadores sociais. Eu me envolvi diretamente com esse trabalho estatístico e fiquei responsável pelas estimativas de produto real da indústria e da agricultura, e pela análise do desenvolvimento industrial.

Quando Villela assumiu a Superintendência do Instituto de Pesquisas do IPEA, no início dos anos 70, levou-me para trabalhar com ele na coordenação de projetos de pesquisa na área de indústria e política industrial. A partir daí, segui por esse rumo, nas pesquisas do IPEA, na tese de doutorado, e na docência e pesquisa na Unicamp, tanto no Instituto de Economia quanto no Instituto de Geociências, trabalhando sempre com economia aplicada, foco em desenvolvimento industrial e nas políticas industrial e de Ciência, Tecnologia e Inovação, combinando trabalho empírico, perspectiva histórica e atenção às instituições.

O desvio de rota que mencionei no início foi minha participação num projeto sobre a história monetária do Brasil, que resultou num livro com esse mesmo título publicado pelo IPEA em 1976. O projeto era financiado pelo Social Science Research Council, dos Estados Unidos, e o responsável era um pesquisador cubano-americano ligado à Universidade de Vanderbilt. Quem foi convidado para trabalhar nesse projeto foi o Annibal Villela, mas na primeira reunião com o responsável pelo projeto houve um sério desentendimento, e o Villela me designou para substituí-lo. Para isso concedeu-me um ano sabático no Departamento de Economia da PUC-Rio. Minha participação no projeto foi a elaboração de séries monetárias para o Brasil desde o primeiro Banco do Brasil até o início da

década de 1970. Essas séries e a respectiva metodologia foram publicadas no livro e também no volume de Estatísticas Históricas do Brasil, do IBGE.



### **Evolução das pesquisas e da prática de política industrial como política de desenvolvimento econômico e social**

Sem pretender ser exato nem abrangente, quero dizer que quando começamos a trabalhar com política industrial não havia um corpo teórico específico para essa política. Usavam-se as teorias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento (Furtado), a doutrina cepalina, a teoria da proteção (Corden), as ideias de Albert Hirschman sobre desenvolvimento desequilibrado e linkages, e outras.

Mas já havia uma corrente de pensamento desenvolvimentista que defendia a industrialização e a criação de instituições e instrumentos de política industrial.

E havia a prática internacional, especialmente o caso do Japão, que era muito notório nos anos 50/60.

Posteriormente começa a tomar corpo um conjunto normativo que gradativamente daria origem a uma fundamentação teórica coerente para a política industrial, com destaque para:

1. Os trabalhos de OCDE, *The Aims and Instruments of Industrial Policy* (1975) e *Relatórios de Política Industrial de países membros da OCDE* (nos anos 1970/80);
2. W. M. Corden, *Relationships between macroeconomic and industrial policies*, artigo de 1980, pioneiro na discussão da relação entre política macroeconômica e política industrial, e também na consideração da importância da “doença holandesa” no âmbito da política industrial;
3. Livro de Chalmers Johnson sobre política industrial no Japão;
4. *A Teoria das Convenções*, aplicada à política industrial no Brasil por Fábio Erber;
5. As contribuições de Chris Freeman e Richard Nelson (sistemas de inovação), Ha-Jon Chang (livro sobre a economia política da política industrial), Giovanni Dosi (artigo seminal: *Institutions*

and Markets in a Dynamic World, 1988), Cimoli, Dosi & Stiglitz (Política Industrial e Desenvolvimento, 2009), Mariana Mazzucatto (política industrial orientada por missões) e outras contribuições mais recentes, principalmente aplicações da abordagem da “doença holandesa” (ou a maldição dos recursos naturais) aos estudos sobre desindustrialização (Bresser-Pereira e outros), e trabalhos empíricos com exercícios contrafactuais.

Esse rápido olhar pelo retrovisor parece sugerir que já temos uma linha mestra da evolução do conhecimento teórico e empírico nessa área. Mas ainda há necessidade de um trabalho de pesquisa que complemente, consolide e avalie esse conjunto de contribuições. Fica aqui como sugestão de pesquisa: estudar essa linha mestra da construção de conhecimento teórico e empírico sobre política industrial e desenvolvimento e comparar com as teorias e práticas de políticas industriais historicamente aplicadas no Brasil. Algumas perguntas de pesquisa poderiam ser: esse instrumental é funcional para fazer política industrial no mundo de hoje? É compatível com o objetivo de superar a condição de país periférico, preso na armadilha da renda média, e tecnologicamente dependente? É necessário pensar numa abordagem multidisciplinar, com perspectiva histórica e com distintas visões de mundo, não apenas aquela que reforça nossas convicções.

### **Política industrial e desenvolvimento no Brasil:**

Pensem num gráfico com as tendências de longo prazo de quatro componentes: 1 – produção industrial, 2 – investimento industrial, 3 – políticas industriais [assinaladas no gráfico por intervalos de tempo], e 4 – instituições [datas de criação ou de vigência de normas].

Quando a gente olha para um gráfico desse tipo são nítidas duas grandes fases: (1) – antes da década de 1980 e (2) – a partir da década de 1980. O contraste entre elas se dá em todos os sentidos: a 1ª fase foi de crescimento rápido da produção e do investimento, com políticas industriais e construção institucional, e a 2ª fase foi de estagnação da produção (em termos per capita) e do investimento industrial, com desconstrução institucional, forte reação liberal contra a política industrial, e desindustrialização.

Explorar o contraste entre essas duas grandes fases poderia ser o tema de uma segunda parte da pesquisa sugerida, complementar à primeira (sobre teorias e trabalhos empíricos), também com abordagem multidisciplinar: economia política, ciência política, sociologia, história, geografia etc. Há muitos aspectos a explorar com teorias e métodos mais atualizados. E não se trata de contrastar a “fase boa” com a “fase ruim”. Cometemos muitos erros na “fase boa” antes dos anos 1980 (proteção redundante, verdadeiras doações de capital por meio de incentivos fiscais e créditos subsidiados, descaso com a educação, e por aí vai). Reconhecer esses erros seria um primeiro passo para entender os problemas da segunda fase, a partir dos anos 1980. E foram muitos problemas.



– Após mais de quatro décadas de estagnação, chegamos ao momento atual, em que os desafios são gigantescos, mas também novas oportunidades são oferecidas.

Os desafios podem ser sintetizados na questão de como dar o salto tecnológico para as novas tecnologias sem ter avançado nas tecnologias das revoluções industriais anteriores, e sem ter criado os condicionantes gerais de uma estratégia de desenvolvimento industrial, principalmente educação, cujo desleixo foi nosso maior erro histórico. Nas revoluções industriais anteriores era mais factível assimilar os avanços tecnológicos e qualificar trabalhadores. Agora, o nível de complexidade é muito maior e avança a passos cada vez mais rápidos, impondo requisitos de aprendizado e assimilação muito mais sofisticados, que exigem um sistema compatível de educação, ciência, tecnologia e inovação. Esse é o nosso grande desafio para um futuro mais inclusivo em todos os sentidos.

As oportunidades, por sua vez, podem ser sintetizadas no renascimento da Política Industrial a partir da 4ª revolução industrial e das crises desencadeadas pela pandemia, pela guerra na Ucrânia, e pela guerra-fria comercial e tecnológica, que geram uma nova etapa geopolítica da Política Industrial, na qual competem não apenas empresas, mas também nações e blocos político-econômicos regionais (Fernando Fajnzylber enfatizava esse ponto já nos anos 1980). Políticas industriais agora são dire-



cionadas para organizar e coordenar ações visando reconstruir elos de cadeias produtivas, digitalizar a economia e a sociedade (numa visão integrada de agricultura, indústria, serviços, infraestrutura, governo, educação, saúde), promover a descarbonização da economia e da sociedade, a bioeconomia e a transição para energias de fontes renováveis. Para recuperar nossa capacidade de definir e implementar esse tipo de política industrial precisamos que nossas instituições evoluam no sentido de romper a chamada histerese institucional, escancarar a reação ideológica à política industrial e o poder dos lobbies que desvirtuam essa política, e recuperar a capacidade de coordenação dos instrumentos e ações para enfrentar os novos desafios. Não é tarefa fácil, mas estamos pelo menos vivendo um momento de esperanças.

Uma dessas esperanças é a Nova Indústria Brasil (NIB), que é um bom exemplo de política industrial abrangente, na concepção que nós defendemos na Unicamp desde os anos 1980. Estruturada no formato de política orientada por missões (Mazzucato), apresenta instrumentos, atores, resultados esperados. Eu gostaria de ser otimista com essa política, mas ela depende de muitas regulamentações, aprovações pelo Congresso, projetos de lei, novos programas de ação que ainda precisam ser elaborados e implementados, e quando eu penso no Congresso que nós temos hoje bate certo desânimo... Mas vale a palavra de ordem: a luta continua!

Um país como o nosso, com suas dimensões geográficas, sua diversidade e seus recursos naturais e humanos não pode abdicar do desenvolvimento industrial, sob pena de comprometer seu futuro.

*Muito obrigado!*

